

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS TOSHIKI ARCHANGELO OKADO

**VALORES EMANCIPATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PAÍSES DA
AMÉRICA LATINA**

CURITIBA

2018

LUCAS TOSHIAKI ARCHANGELO OKADO

**VALORES EMANCIPATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PAÍSES DA
AMÉRICA LATINA**

Tese apresentada ao curso de Pós Graduação
em Ciência Política, Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido
Ribeiro

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Okado, Lucas Toshiaki Archangelo

Valores emancipatórios e participação política em países da
América Latina / Lucas Toshiaki Archangelo Okado. – Curitiba,
2018.

232 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná . Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro

1. Ciência política – América Latina . 2. Cultura política –
América Latina. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 320

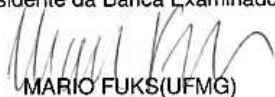
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LUCAS TOSHIKI ARCHANGELO OKADO**, intitulada: **VALORES EMANCIPATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2018.



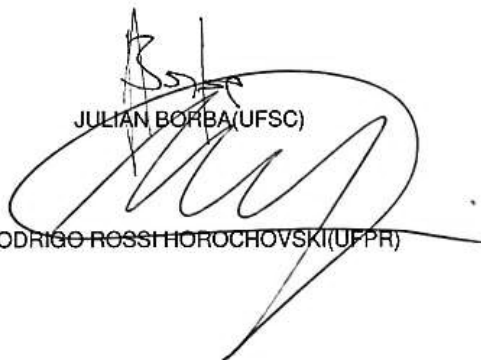
EDNALDO APARECIDO RIBEIRO(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)



MARIO FUKS(UFMG)



EMERSON URIZZI CERVI(UFPR)



JULIAN BORBA(UFSC)

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI(UFPR)

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser um trabalho individual, esta tese seria impossível de ser concluída sem a ajuda de inúmeras pessoas que, durante estes quatro anos, cruzaram o meu caminho durante esta jornada. Os inúmeros gestos de gentileza, apoio e afeto que me foram dados foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao apoio incondicional dos meus pais, Koshi e Marcela, e a todas as oportunidades que me foram dadas para que eu pudesse realizar este trabalho. Com o discernimento de que a pós-graduação não é apenas um processo de aperfeiçoamento profissional e sim um sonho de seu filho, não mediram esforços para que este trabalho fosse finalizado.

Expresso gratidão ao meu orientador, Ednaldo, um amigo e mentor que me guiou durante estes quatro anos. A sua supervisão, comentários e a leitura atenta a todas as versões deste manuscrito foram imprescindíveis para a conclusão desta pesquisa. Muito obrigado por ter acreditado no meu trabalho.

Parte desta pesquisa foi desenvolvida no Jack W. Peltason Center for the Study of Democracy da University of California, Irvine sob a supervisão da professora Carole Uhlaner. Agradeço a mesma pela oportunidade que me foi dada. Sou grato também a toda a estrutura que me foi oferecida durante a minha estadia nesta instituição.

Um agradecimento especial à Shani Brasier, secretária do CSD, por todo o apoio prestado no período em que estive lá. Uma pessoa fantástica que não mediu esforços para me ajudar. Meu sincero obrigado ao professor Russel Dalton pelas orientações e indicações de bibliografia.

Aos amigos que fiz durante a minha estadia em Irvine, muito obrigado pelo companheirismo. A sua amizade aplacava a saudade de casa e me dava forças para continuar trabalhando. Os momentos que passei junto a vocês, Matheus, Lea, Gaby e Sam, vou recordar com imenso carinho.

Meu muito obrigado também aos colegas do doutorado, por dividirem minhas dúvidas e angústias, bem como pelos comentários feitos ao meu trabalho. Um agradecimento especial ao Lucas, à Isabele e à Karol por sempre terem sido solícitos e me ajudarem com a burocracia da universidade.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de registrar o meu agradecimento aos meus amigos Osafá, Eduardo, Douglas, Rafaely, Rhayonne, Lucas, Franciele, Pâmela, Kelly e Francisco pelo apoio durante estes quatro anos.

Existe uma teoria que diz que, se um dia alguém descobrir exatamente para que serve o Universo e por que ele está aqui, ele desaparecerá instantaneamente e será substituído por algo ainda mais estranho e inexplicável. Existe uma segunda teoria que diz que isso já aconteceu

Douglas Adams, O Guia do Mochileiro das Galáxias

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever os impactos dos valores emancipatórios na participação e cultura política de países da América Latina. Desde o final dos anos setenta a forma como o processo de mudança de valores é mensurado tem sofrido constantes transformações no sentido de aprimorar como este fenômeno é empiricamente descrito e prover um melhor entendimento de suas causas e consequências. Recentemente uma nova teoria se propõe a entender como a mudança nos valores afeta de forma significativa os processos de democratização ou aprofundamento das democracias contemporâneas. Ela descreve que o aumento nos recursos de ação – escolaridade, renda e maiores redes de inter-relacionamento – é responsável pela dispersão de valores emancipatórios, ou a atribuição de valor subjetivo à liberdade. Sendo uma teoria recente pensada a partir do contexto específico das sociedades industriais avançadas, sua validação e aplicabilidade em outras regiões ainda carecem de confirmação. Esta tese procura preencher esta lacuna ao analisar, de forma comparativa, os efeitos gerados pela dispersão de valores emancipatórios na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Usando os dados produzidos pelo World Values Survey, foram construídos modelos que descrevem os preditores dos valores emancipatórios, seus efeitos sobre a cultura política – adesão à democracia, confiança institucional, interesse em política – e participação – organizações políticas, voto e protesto. Os resultados encontrados mostram semelhanças e particularidades com o que é proposto pela teoria. Indivíduos que manifestam este conjunto de crenças tendem a apresentar uma maior adesão à democracia, mas avaliam o seu funcionamento de forma similar ao restante da população. Em relação a participação política, os valores emancipatórios não se mostraram significativos para explicar a participação convencional, mas são um importante preditor das atividades de protesto político. As conclusões indicam que a dispersão deste conjunto de crenças nos casos analisados deverá impor novos desafios para as democracias da região, no sentido de aprimorá-las, se estas conseguirem romper os constantes ciclos de desempoderamento às quais estão suscetíveis.

Palavras Chave: Valores Emancipatórios. Cultura Política. Participação Política.

ABSTRACT

This work aims to describe the impacts of emancipatory values on participation and political culture in Latin American countries. Since the late 1970s, the way in which the value-change process is measured has undergone constant transformations in order to improve how this phenomenon is empirically described and to provide a better understanding of its causes and consequences. Recently a new theory proposes to understand how the change in value affects the processes of democratization and its improvement. The expansion of action resources – education, income, and interrelationships networks – is responsible for the dispersion of emancipative values or the assignment of subjective value to freedom. Being a recent theory thought from the specific context of the advanced industrial societies, its validation and applicability in other regions still lack studies. This work seeks to fill this gap by analyzing, in a comparative way, the effects generated by the dispersion of emancipative values in Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Mexico, Peru and Uruguay. Using the data produced by the World Values Survey Project, we built statistic models to describe the predictors of emancipatory values, their effect on political culture – support for democracy, institutional trust, and interest in politics – and participation – political organizations, voting and protest. The results found show similarities and peculiarities with the theory. Individuals who manifest this set of beliefs tend to show greater support to democracy, but evaluate their functioning in a similar way to the rest of the population. Regarding political participation, emancipatory values were not significant to explain conventional participation, but they are an important predictor of political protest activities. The conclusions indicate that the dispersion of this set of beliefs in the cases analyzed should impose new challenges for Latin American democracies in order to improve them if they can break down the cycles of disempowerment.

Keywords: Emancipative Values. Political Culture. Political Participation.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MÉDIA DE VALORES PÓS MATERIALISTAS E PIB <i>PER CAPITA</i>	85
GRÁFICO 2 - MÉDIA DE VALORES EMANCIPATÓRIOS E PIB <i>PER CAPITA</i>	86
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE AÇÃO E VALORE EMANCIPATÓRIOS	102
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL	119
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO INTERESSE POR POLÍTICA	125
GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO DEMOCRATISMO	128
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS.....	141
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	145
GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS	148
GRÁFICO 10 - COMPARECIMENTO ELEITORAL POR PAÍS	154
GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM PROTESTOS (MÉDIA)	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAMANHO DA AMOSTRA E ERRO MÁXIMO	66
TABELA 2 - PAÍSES DA SEXTA ONDA DO WVS	78
TABELA 3 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE PÓS MATERIALISMO NA AMÉRICA LATINA	79
TABELA 4 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE PÓS MATERIALISMO NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	80
TABELA 5 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE VALORES EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA	81
TABELA 6 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE VALORES EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA (CASOS)	82
TABELA 7 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO DEMOCRATISMO E VE E PM NA AMÉRICA LATINA	87
TABELA 8 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO DEMOCRATISMO E VALORES PÓS MATERIALISTAS	88
TABELA 9 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO DEMOCRATISMO E VALORES EMANCIPATÓRIOS	89
TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO PIB <i>PER CAPITA</i> (EM DÓLARES AMERICANOS) NA AMÉRICA LATINA	93
TABELA 11 - EVOLUÇÃO DO PIB <i>PER CAPITA</i> NA AMÉRICA LATINA (NORMALIZADO)	94
TABELA 12 - EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE MÉDIA (ANOS DE ESTUDO) NA AMÉRICA LATINA.	95
TABELA 13 - EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE NA AMÉRICA LATINA (NORMALIZADO)	96
TABELA 14 - ACESSO À INTERNET NA AMÉRICA LATINA (PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO)	97
TABELA 15 - ACESSO À INTERNET NA AMÉRICA LATINA (NORMALIZADO)..	98
TABELA 16 - ÍNDICE DE RECURSOS DE AÇÃO**	99
TABELA 17 - MÉDIA DO ÍNDICE DE VALORES EMANCIPATÓRIOS.....	101
TABELA 18 - CONDICIONANTES DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS (GERAL)	114

TABELA 19 - CONDICIONANTES DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS (CASOS)	115
TABELA 20 - PREDITORES DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL (GERAL)	120
TABELA 21 - PREDITORES DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL (CASOS)	123
TABELA 22 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E INTERESSE EM POLÍTICA (GERAL)	126
TABELA 23 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E INTERESSE EM POLÍTICA (CASOS)	127
TABELA 24 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E DEMOCRATISMO (GERAL)	129
TABELA 25 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E DEMOCRATISMO (CASOS)	131
TABELA 26 – CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS (GERAL)	142
TABELA 27 - CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS (CASOS)	143
TABELA 28 - CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS (GERAL)	146
TABELA 29 - CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS (CASOS)	147
TABELA 30 – PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS (GERAL)	150
TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS (CASOS)	152
TABELA 32 – PREDITORES DO COMPARECIMENTO ELEITORAL (GERAL)	155
TABELA 33 - PREDITORES DO COMPARECIMENTO ELEITORAL (CASOS)	156
TABELA 34 – QUALIDADE DA DEMOCRACIA E PROTESTO POTENCIAL	159
TABELA 35 – PREDITORES DA PARTICIPAÇÃO EM PROTESTO (GERAL)	160
TABELA 36 - PREDITORES DA PARTICIPAÇÃO EM PROTESTO (GERAL)	162

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	33
QUADRO 2 - ESTRUTURA DO EMPODERAMENTO HUMANO.....	41
QUADRO 3 - LEVANTAMENTOS FEITOS PELO WVS (ARGENTINA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, MÉXICO, PERU E URUGUAI).....	66
QUADRO 4 - TESTES DE COMPARAÇÃO ENTRE PM E VE	77
QUADRO 5 - SUMÁRIO DOS RESULTADOS	89

LISTA DE SIGLAS

ITU – International Telecommunication Union

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Pós Materialismo

V-DEM – Varieties of Democracy

VE – Valores Emancipatórios

WVS – World Values Survey

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	CULTURA POLÍTICA E MUDANÇA VALORATIVA	19
2.1	A CULTURA CÍVICA HOJE: A ÊNFASE NA ESCOLHA.....	20
2.2	MODERNIZAÇÃO, MUDANÇA VALORATIVA E EMANCIPAÇÃO.....	25
2.3	O CICLO DO EMPODERAMENTO HUMANO.....	34
3	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E VALORES	46
3.1	COMPORTAMENTO POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO.....	47
3.2	O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	55
3.3	EFEITOS DOS VALORES NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	57
3.4.	APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
3.4.1	Escolha dos Casos.....	64
3.4.2	Dados.....	66
3.4.3	Modelagem dos Dados.....	67
4.	TESTANDO A VALIDADE DAS MEDIDAS DE MUDANÇA DE VALORES	70
4.1	ÍNDICES DE PÓS-MATERIALISMO E VALORES EMANCIPATÓRIOS.....	71
4.2	COMPARAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE PÓS-MATERIALISMO E VALORES EMANCIPATÓRIOS.....	77
4.3	PÓS MATERIALISMO OU VALORES EMANCIPATÓRIOS?.....	90
5.	CICLOS DE EMPODERAMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA	92
5.1	MENSURANDO OS RECURSOS DE AÇÃO.....	92
5.2	EVOLUÇÃO DAS MEDIDAS DE VALORES EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA.....	99
5.3	O EMPODERAMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA.....	104
6.	CULTURA POLÍTICA E VALORES EMANCIPATÓRIOS	105
6.1	OS RECURSOS DE AÇÃO NO NÍVEL INDIVIDUAL.....	106
6.2	VALORES EMANCIPATÓRIOS, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA CRÍTICA.....	109
6.3	VARIÁVEIS PRESENTES NO MODELO	111
6.4	CONDICIONANTES DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS.....	113

6.5	EFEITOS DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS NA CULTURA POLÍTICA.....	118
6.6	VALORES EMANCIPATÓRIOS E CIDADANIA CRÍTICA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	132
7.	VALORES EMANCIPATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	134
7.1.	OS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	135
7.2	PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS, PARTIDOS POLÍTICOS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS.....	140
7.3	VALORES EMANCIPATÓRIOS E O VOTO.....	153
7.4	PROTESTO POTENCIAL.....	158
7.5	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, CIDADANIA CRÍTICA E VALORES EMANCIPATÓRIOS.....	163
8.	CONCLUSÕES.....	167
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170
	APÊNDICE A – ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS.....	186
	APÊNDICE B – CÓDIGO DOS MODELOS.....	196
	ANEXO I – QUESTIONÁRIO PADRÃO DO WORLD VALUES SURVEY – SEXTA ONDA.....	212

1. INTRODUÇÃO

Qual a o papel dos valores e do conjunto de crenças dos indivíduos na sua relação com a política? Desde os estudos seminais de autores como David Easton (1965) e Almond e Verba (1983) esta pergunta tem inquietado cientistas políticos e psicólogos sociais. Estes pesquisadores têm mobilizado estas variáveis para explicar uma gama de fenômenos sociais que vão desde a manutenção e estabilidade de regimes democráticos até novas formas de cidadania que colocam novos desafios e questionamentos para a democracia. Estudos desta natureza foram colocados em evidência nos anos sessenta principalmente pela polêmica tese, para a época, levantada por Almond e Verba acerca da relação entre a estabilidade do regime democrático e a cultura cívica. Nos anos seguintes foram amplamente questionados pelas teorias utilitaristas, ficando em segundo plano até as publicações de autores como Robert Putnam e Ronald Inglehart em meados dos anos 1960. Hoje os estudos sobre cultura política estão consolidados como um importante campo de pesquisa na ciência política.

O culturalismo se dividiu em diversas subáreas. Ainda que a preocupação com a manutenção e estabilidade democrática se mantenha como um tema caro aos pesquisadores do campo, cada vez mais são identificados fenômenos nos quais a variável cultura se configura como um importante componente explicativo. Entre estes mais variados trabalhos, cabe destacar a agenda de pesquisa da mudança de valores. Proposta por Inglehart no final dos anos setenta, ela surge a partir da tese de que as prioridades valorativas, ou seja, aquilo que os indivíduos definem como metas e objetivos, estariam mudando gradualmente desde o final da Segunda Guerra Mundial. O bem-estar alcançado por algumas nações devido ao intenso crescimento econômico no período do pós-guerra teria reduzido o sentimento de insegurança física e, com isso, seus cidadãos perceberam que a sua sobrevivência não corria os mesmos riscos que as gerações anteriores experimentaram.

Este sentimento de segurança permitiu que se elencassem como prioridade metas que não estariam necessariamente relacionadas com a sobrevivência física. Inglehart identificou mudanças nas prioridades valorativas dos indivíduos, de uma postura materialista, preocupada com questões de ordem material, para uma orientação que ele definiu como pós-materialista, ou seja, mais relacionada a satisfação de necessidades como liberdade, escolha e autonomia. Esta mudança nas prioridades valorativas tem produzido alterações substanciais em diversas esferas da política. Papéis de gênero são questionados (INGLEHART; NORRIS, 2003), a relação com o sagrado é re-significada (NORRIS;

INGLEHART, 2011), novos padrões de participação política (INGLEHART, 1979a) emergem e os cidadãos passam a estabelecer um outro tipo de relação com as instituições políticas, questionando o seu funcionamento e exigindo mais transparência e responsividade das mesmas (WELZEL; DALTON, 2013).

Como um desdobramento desta agenda de pesquisa Welzel (2013) se propõe a entender o que ele denomina como ciclos de empoderamento: processos que levam ao estabelecimento de garantias e ampliação das liberdades individuais. Reformulando a tese desenvolvida juntamente com Inglehart (Inglehart e Welzel, 2005) acerca do desenvolvimento humano, Welzel procura responder como as pessoas se tornam livres. A liberdade começa com a possibilidade de agir livremente. Ao poder escolher, as pessoas passam a valorizar a mesma, atribuindo-lhe importância e procurando resguardá-la. A partir daí, passam a buscar garantias institucionais para assegurar tanto a sua participação, quanto a suas liberdades individuais. Esse autor, assim, estabelece a relação causal entre desenvolvimento econômico, valores e instituições.

O objetivo deste trabalho é identificar qual o impacto desta valorização da liberdade de escolha – ou o que Welzel (2013) define como valores emancipatórios – nos padrões de ativismo político no contexto de países latino-americanos. Os valores emancipatórios afetam os padrões de comportamento político na América Latina? Tais valores são suficientemente consistentes para explicar os fenômenos políticos neste contexto? Podemos identificar estes ciclos de empoderamento na região? A expansão destes valores tem contribuído para o aprofundamento da democracia? Estas são as perguntas que norteiam este trabalho.

Sendo uma teoria recente, pensada no contexto de nações industriais avançadas, estudos que tratam de sua validação e aplicabilidade em outras situações, como nos países em desenvolvimento, ainda são escassos. Este trabalho é uma contribuição no sentido de preencher esta lacuna, aplicando os pressupostos da teoria do empoderamento humano no contexto de nações da América Latina. Com a queda no apoio difuso à democracia mostrando-se como um fenômeno global (FOA; MOUNK, 2016), entender os ciclos de empoderamento e desempoderamento pode trazer pistas sobre as causas deste fenômeno.

O Capítulo 2 faz um balanço da teoria da mudança de valores. Partindo dos trabalhos de Inglehart sobre os valores pós-materialistas, este capítulo apresenta as principais teorias sobre a mudança de valores, bem como os avanços mais recentes que culminaram na teoria do empoderamento humano.

Na sequência é feito um balanço sobre as principais teorias acerca da participação política e os avanços mais recentes neste campo de pesquisa, principalmente na relação entre participação e valores. O objetivo aqui é estabelecer um conceito de participação política que irá fundamentar o restante da pesquisa

Já o Capítulo 4 apresenta uma breve descrição dos procedimentos metodológicos. Aqui são justificados a escolha dos casos presentes neste estudo, são descritos os dados e os principais procedimentos metodológicos empregados para as análises.

O quinto Capítulo compara o índice de pós materialismo de Inglehart com a medida de Valores Emancipatórios. São apresentados o processo de construção destas duas medidas e testes de confiabilidade interna e externa delas mesmas.

O Capítulo seguinte procura identificar os ciclos de empoderamento através da relação entre o aumento dos recursos de ação e a expansão de valores emancipatórios ao longo do tempo. São testadas neste capítulo as principais proposições da teoria do empoderamento humano no nível macro.

O Capítulo 7 discute a evolução dos padrões de cultura política nos países presentes neste estudo. Usando os dados do *World Values Survey*, o objetivo deste capítulo é testar as proposições teóricas no nível individual, bem como estabelecer as relações existentes entre os valores emancipatórios e a cultura política destes países.

Por fim, o último capítulo relaciona a mudança de valores com a participação política. Tomando como base os padrões encontrados no capítulo anterior, a tarefa final deste trabalho é verificar quais os efeitos dos valores emancipatórios no comportamento político dos cidadãos latino-americanos. Este capítulo é seguido de uma conclusão que faz um breve balanço dos resultados e do que foi feito neste trabalho.

2. CULTURA POLÍTICA E MUDANÇA VALORATIVA

O culturalismo é, indiscutivelmente, um dos campos mais promissores da ciência política. Publicado em 1963, o trabalho de Almond e Verba (1989) inaugurou uma agenda de pesquisa proeminente que continua se expandindo até os dias de hoje. *The Civic Culture* representou uma tentativa bem-sucedida de tratar empiricamente a variável cultura e seus impactos na política e tem sido replicado com relativo sucesso desde então. De acordo com Rennó (1998) a partir dos anos oitenta do século passado houve o renascimento dos estudos culturalistas. Tanto as críticas de direita quanto de esquerda direcionadas aos trabalhos desta natureza começam a perder força por mudanças no interior de suas próprias teorias. O marxismo e a escolha racional passam a flexibilizar algumas de suas premissas, permitindo a inclusão de elementos culturais em suas análises.

Fuchs (2009) elenca três motivos principais para a retomada dos estudos neste campo da ciência política, a saber: 1) O fortalecimento do fundamentalismo islâmico ocorrido no oriente próximo e no leste asiático, a despeito da modernização ocorrida nestas regiões, só poderia ser explicado levando em conta os aspectos culturais; 2) o estudo de Putnam sobre o desempenho institucional no processo de descentralização italiano nos anos setenta; e 3) o colapso da União Soviética e a implementação de democracias no leste europeu tiveram a cultura como um elemento explanatório chave.

Para além desses, pensamos que seja possível incluir como relevante a agenda de pesquisas inaugurada por Ronald Inglehart e seus colaboradores em torno da teoria da mudança valorativa, que abriu novas perspectivas para os estudos culturais. Especificamente para o contexto brasileiro, poderíamos ainda mencionar o processo de democratização e o fim do regime ditatorial, já que os trabalhos pioneiros de José Álvaro Moisés e Marcello Baquero tinham como principal preocupação o desenvolvimento da cultura política brasileira após a democratização. Suas pesquisas foram as primeiras a tratar, empiricamente, a variável cultura como um componente explicativo dos fenômenos políticos no Brasil.

Como foi exaustivamente documentado pela literatura especializada, uma das críticas mais contundentes ao trabalho seminal do culturalismo diz respeito à maneira como os autores definem o conceito de cultura cívica, entendido como a configuração de valores mais congruente para a manutenção de um sistema democrático (PATEMAN, 1971, 1980). Na visão de Almond e Verba, esta cultura cívica mesclaria elementos de passividade, aceitação às normas e participação moderada.

Felizmente, a maior transformação que a agenda do culturalismo sofreu nos últimos anos ocorreu nesse ponto. Os estudos de Ronald Inglehart (1977; 1990), Russel Dalton (2008), Pippa Norris (2003) e Cristian Welzel (2013) identificaram mudanças nos padrões de cultura política que colocam em xeque o modelo clássico de cultura cívica. As alterações nas prioridades valorativas, o aumento da mobilização cognitiva e dos recursos disponíveis têm levado ao crescimento de uma cidadania mais crítica. Este novo modelo de cultura política é mais assertivo e demanda reformas e transformações no interior do próprio sistema democrático no sentido de torná-lo mais transparente e responsivo às demandas dos seus cidadãos.

Ao mesmo tempo em que valoriza a democracia como forma de governo, essa cidadania avalia criticamente seu funcionamento. Com isso, as instituições tradicionais de representação política, como partidos, igrejas e sindicatos, não dão mais conta de representar suas demandas. Este novo modelo de cidadania enfatiza a participação autônoma e direta por meio de movimentos sociais e ações de protesto (DALTON, 2008a; INGLEHART, 1979a; NORRIS, 2003a). Como resultado desta pressão, existe uma tendência dos sistemas democráticos se aprimorarem e se tornarem mais responsivos aos seus cidadãos (INGLEHART; WELZEL, 2005a; WELZEL, 2013; WELZEL; DALTON, 2013).

Se nos anos sessenta este modelo de cultura política assertiva representaria uma ameaça para a democracia, as transformações no interior da teoria culturalista e seus achados empíricos demonstraram que, longe de ser um problema, tal postura têm levado ao seu aprimoramento. O objetivo deste capítulo é retomar esta trajetória e analisar comparativamente as principais teorias sobre a mudança de valores no interior do culturalismo. A primeira seção tem por objetivo apresentar as mudanças nas concepções de cultura cívica. No centro desta transformação estão as teorias da mudança de valores, devidamente apresentadas na sequência. Por fim, a última seção discute a teoria do empoderamento humano.

2.1 A CULTURA CÍVICA HOJE: A ÊNFASE NA ESCOLHA

Como dito anteriormente, um dos pontos mais polêmicos da obra que inaugurou a abordagem culturalista foi a definição da configuração ideal de orientações subjetivas para o sucesso de um sistema democrático. Boa parte dos esforços das gerações seguintes de pesquisadores foi investida na revisão dessa concepção, que para Almond e Verba mesclaria

elementos de passividade, aceitação da autoridade e uma participação política modesta, dentro dos canais institucionais estabelecidos (ALMOND; VERBA, 1963). Este modelo de cultura política é definido como sendo uma cultura obediente ou leal e pode ser encontrado, implicitamente, nos trabalhos de Robert Putnam.

O seu conceito de capital social envolve respeito às normas, confiança (interpessoal e institucional) e redes, ou o tecido associativo, que facilitariam a participação cívica (PUTNAM, 2000). Ao descrever o declínio do capital social nos Estados Unidos, Putnam observa que um de seus efeitos tem sido a queda no comparecimento eleitoral, principalmente porque as novas gerações estão optando por uma vida menos comunitária. Este autor observa a queda na participação em associações como clubes de livro, associações de pais e mestres entre outras ao longo do tempo. Como resultado da diminuição do estoque de capital social, estaria emergindo nos Estados Unidos uma geração cínica, apática e alheia as questões públicas (PUTNAM, 2001). Seu declínio enfraquece a rede de cooperação mútua, reduz os esforços conjuntos para a solução dos problemas comunitários e o senso de responsabilidade cívica. Sendo uma medida multidimensional, o conceito de capital social engloba não apenas a confiança interpessoal como também em instituições e normas, o que a aproxima da definição de cultura cívica de Almond e Verba.

Este modelo de cultura cívica obediente começa a ser questionado já nos anos setenta. A coletânea *Political Action*, editada por Samuel Barnes e Max Kaase, lança novos olhares sobre o conceito de participação política. O projeto envolvia o estudo das recentes manifestações que ocorreram no final dos anos sessenta e o que elas representariam para a democracia. Ao indagar sobre o futuro dos protestos nas democracias ocidentais, os autores respondem que estas ações serão incorporadas no repertório político dos cidadãos de países pós-industriais. O aumento da competência política entre os mais jovens e a difusão de valores pós-materialistas seriam os principais responsáveis por normatizar ações que, na época, eram definidas como participação não-convencional (BARNES; KAASE, 1979). Até então, grande parte dos estudos sobre participação política contemplava apenas envolvimento nos meios institucionais, desconsiderando as ações de protesto (BORBA, 2012). As conclusões do projeto *Political Action* já apontavam para uma revisão da definição de cultura cívica, principalmente por prever que as ações contestatórias, ou a participação não convencional, seriam incorporadas nos repertórios de participação política das democracias ocidentais.

Estudos posteriores corroboraram esta premissa. Inglehart, por exemplo, como continuidade das teses desenvolvidas no interior do projeto *Political Action*, identificou mudanças significativas nas prioridades valorativas das sociedades pós-industriais. Segundo o seu argumento, tais sociedades estariam vivenciando mudanças nos seus valores, abandonando uma orientação materialista, que foca na sobrevivência física, em direção a uma orientação pós-materialista, voltada para valores de auto expressão, liberdade e autonomia. Esta guinada produz efeitos significativos em diversos campos da vida, como a liberdade sexual (INGLEHART; NORRIS, 2003), crenças religiosas (NORRIS; INGLEHART, 2011), e nos padrões de participação política (INGLEHART, 2001). A mudança na forma como os cidadãos de sociedades pós-industriais se relacionam com a política está ligada à diminuição do acionamento de repertórios que seriam controlados ou dirigidos por elites políticas, como sindicatos e partidos, e o aumento em ações de protesto que possibilitam uma maior autonomia e iniciativa pessoal. A natureza do conflito político se desloca da dimensão esquerda e direita para a questão dos valores, tal como previsto anteriormente por Barnes e Kaase (1979).

Esta mudança valorativa também afeta diretamente os padrões de cidadania. Os indivíduos que se identificam com tais valores tendem a ter um posicionamento mais favorável em relação à democracia, todavia, avaliam o funcionamento do sistema democrático de uma maneira mais crítica. Ao passo que há um maior apoio dos cidadãos aos regimes democráticos, há também uma maior reivindicação dos mesmos por mais participação (INGLEHART, 1990). Norris identifica que na maioria dos países europeus há um esvaziamento dos canais institucionais de participação política, que ela define como participação orientada pela cidadania, e um aumento nas ações de protesto, ou repertórios orientados por causa, principalmente entre os jovens (NORRIS, 2003a). Ela argumenta que a incorporação de ações de protesto foi tamanha que estas não podem mais ser classificadas como não convencionais.

Dalton encontra o mesmo padrão ao estudar as mudanças na cultura política dos jovens norte-americanos. Ele identifica a existência de dois padrões de cidadania. O primeiro estaria relacionado com a obediência e seria pautado pelo dever. Respeito às normas, comparecimento eleitoral e alistamento nas forças armadas seriam exemplos de ações que enfatizam este tipo de cidadania, que tem como característica o dever em relação a comunidade e o respeito à autoridade do Estado. Por sua vez, o segundo tipo de cidadania estaria relacionado a valores e a possibilidade de se engajar em ações mais autônomas, como

trabalhos voluntários, campanhas por consumo consciente e outras ações que não seriam realizadas dentro da esfera institucional, mas que impactariam diretamente a vida dos indivíduos, prevalecendo um tipo de cidadania guiada pelos valores e não pela responsabilidade ou dever com a comunidade (DALTON, 2008a). Esta noção de uma cidadania engajada é depois corroborada por Norris. Ao analisar os padrões de legitimidade democrática Norris identifica a existência de uma cidadania crítica: cidadãos com altas expectativas em relação a democracia enquanto forma de governo, mas com uma avaliação negativa de seu funcionamento (NORRIS, 2011).

Em *Critical Citizen: Global suport for democratic government*, Pippa Norris e seus colaboradores buscam compreender as erosões no apoio às instituições democráticas. Ao comparar empiricamente diversas hipóteses para este fenômeno, Norris identifica as consequências para o crescimento de cidadãos críticos. Segundo ela, existe um aumento no número de pessoas que adotam a democracia como um ideal, ao passo que avaliam negativamente o funcionamento desta forma de governo. As consequências deste fenômeno podem ser observadas na queda no comparecimento eleitoral, na diminuição no envolvimento em atividades cívicas e no aumento em atividades de protesto (NORRIS, 1999). Em um estudo posterior, esta autora confirma grande parte dos resultados de *Critical Citizen*. Norris conclui que a cidadania crítica continua sendo um fenômeno que afeta quase todas as democracias ocidentais, contudo, ao analisar diferentes teorias sobre o apoio institucional, observa que os valores continuam sendo importantes preditores para maiores aspirações democráticas, mas não são capazes de explicar o déficit democrático (NORRIS, 2011).

Nesta mesma seara encontra-se o conceito de desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2005). Segundo estes dois autores a modernização proporcionou, entre outras coisas, a secularização e a autonomia. No processo de pós-modernização, existe a procura pela emancipação frente a autoridade e a autonomia de escolhas. O desenho conceitual da pesquisa pressupõe que o desenvolvimento humano possui três dimensões, sendo a primeira socioeconômica. O processo de modernização proporcionou a melhora nas condições de vida e o aumento dos recursos disponíveis. Sem se preocupar com a segurança física imediata, os indivíduos são livres para agir de acordo com as suas escolhas. Este processo de mudança nas crenças e a transição de uma orientação materialista e focada na segurança física em direção a valores que enfatizam a prioridade de agir conforme as escolhas pessoais, compõem a dimensão cultural do desenvolvimento humano.

Uma vez dotados com a capacidade para agir conforme as suas escolhas e valorizando-as subjetivamente como prioridades, a próxima dimensão do desenvolvimento humano envolve as garantias legais à escolha individual. Isso implica na constante busca pela ampliação de liberdades civis e políticas e, como consequência, pela ampliação da democracia ou a sua valorização como um ideal. Assim, podemos concluir que o desenvolvimento humano caminha de uma forma mais ou menos linear: o aumento dos recursos socioeconômicos eleva também as capacidades para agir conforme as escolhas pessoais; com menos riscos à integridade física, os indivíduos passam a estabelecer como prioridade questões relativas à autonomia individual e passam a priorizar a escolha; isso leva a maior demanda por liberdades e direitos civis e, como consequência, uma maior proteção a este direito, criando amparos institucionais para tal. De forma bastante resumida, o desenvolvimento econômico leva a mudança de valores e, por sua vez, a democratização.

Recentemente Welzel (2013) revê alguns pontos da teoria do desenvolvimento humano, atualizando alguns de seus pressupostos, mas corroborando seus fundamentos, ainda que utilize medidas distintas para mensurar os valores de auto expressão. Em sociedades com maiores estoques de valores emancipatórios existe uma demanda maior por responsividade do sistema político. O resultado são governos mais íntegros e menos propensos a corrupção. Dotados de maior mobilização cognitiva, os cidadãos pressionariam mais os seus líderes por transparência, mecanismos de controle e *accountability*. Desta forma a mudança de valores afeta positivamente o desempenho institucional das democracias contemporâneas (WELZEL, 2013). Posteriormente, Welzel e Dalton confirmaram tais resultados, comparando o que eles definem como cultura assertiva com o modelo de cultura cívica obediente inspirado em Almond e Verba. O primeiro tipo de cultura política está correlacionado com diversas dimensões de desempenho institucional, produzindo governos mais íntegros e responsivos aos seus cidadãos (WELZEL; DALTON, 2013).

Todos estes estudos, mesmo trabalhando com conceitos distintos, tratam de explicar as causas e as consequências de um mesmo fenômeno: a transformação nos padrões de cidadania. Se o conceito de cultura cívica de Almond e Verba enfatizava a obediência e a aceitação das normas, este novo padrão de cultura política opta pela escolha e autonomia. Como característica, a cultura política assertiva enfatiza a democracia, mas ao mesmo tempo se mostra insatisfeita com o seu funcionamento. Se distancia de organizações tradicionais que baseiam a sua ação coletiva na lealdade, para procurar repertórios mais autônomos e que permitem a adesão espontânea, sem uma estrutura burocratizada e hierárquica. Ao mesmo

tempo, esta cultura política assertiva tem pressionado os governos por maior transparência e por melhor desempenho institucional. No interior de toda esta transformação se encontra a mudança valorativa e a busca por mais autonomia.

2.2 MODERNIZAÇÃO, MUDANÇA VALORATIVA E EMANCIPAÇÃO

The Silent Revolution inaugura a agenda de pesquisa de Ronald Inglehart sobre a mudança cultural apontada na seção anterior. Neste livro ele desenha alguns dos pressupostos gerais de sua teoria, como a ideia de que os indivíduos perseguem seus objetivos obedecendo determinadas prioridades. Apenas quando a segurança física é satisfeita é possível estabelecer e buscar outras metas, como símbolos sociais ou status. Como principal causa do aumento do sentimento de segurança física, as gerações mais novas, nascidas a partir de 1945, estariam estabelecendo outras prioridades e metas. Esta nova coorte etária não teria vivenciado o período de escassez e insegurança da segunda guerra e ao mesmo tempo, teria sido socializada num período de relativa abundância material. Estes jovens adquiriram valores distintos quando comparados aos seus pais e avós, não mais enfatizando metas aquisitivas e buscando o que neste momento é definido como valores pós burgueses (INGLEHART, 1971).

A principal consequência deste fenômeno poderia ser expressa na mudança das lealdades partidárias da Europa. A classe trabalhadora, mais propensa a votar em partidos de esquerda, teria mudado suas preferências partidárias para legendas mais conservadoras, justamente por estas enfatizarem a ordem política e econômica. Os valores aquisitivos que a classe trabalhadora possui seriam os responsáveis por estas mudanças, uma vez que suas prioridades estão relacionadas com a sobrevivência imediata. Por outro lado, a classe média, que supostamente seria mais conservadora, estaria presenciando seus filhos optarem por partidos de esquerda. A posse de valores pós-burgueses os levariam a opção de buscar a mudança social, uma vez que não são mais presos a sua necessidade de sobrevivência. O grande catalizador destas mudanças foram os protestos de maio de 1968, quando os jovens universitários foram as ruas com uma retórica de esquerda. O conflito decorrente dos protestos fez, na opinião de Inglehart, as diversas classes sociais repensarem as suas preferências partidárias.

Por fim, cabe ressaltar uma última discussão que o autor traz neste seu primeiro estudo. Sendo o seu trabalho seminal, existem muitas diferenças entre a sua teoria final e

seus corolários são apresentados aqui ainda na forma de hipóteses. Neste caso em específico, Inglehart começa a formular como os valores vão se modificando por meio dos câmbios geracionais, ou seja, quando uma geração mais nova começa a substituir a sua predecessora. Existe, neste trabalho, a preocupação de que tais valores sejam produtos não de diferenças do processo de socialização e das condições em que as diferentes coortes etárias viveram, mas sim de efeitos relacionados ao ciclo de vida. Por se situar antes do casamento e da paternidade, a faixa etária que apresenta a maior porcentagem de indivíduos pós-burgueses teria menos constrangimentos ao optar por estes valores se comparados com as coortes etárias mais velhas, o que seria um efeito relacionado ao ciclo de vida. Para fugir desta crítica, Inglehart demonstra como estes valores estão associados às flutuações socioeconômicas. A Inglaterra, país que apresentou o menor crescimento econômico na comparação com outros países do estudo, também possuía na época um número relativamente menor de indivíduos pós-burgueses. Outro dado que reforça o argumento de Inglehart é a maior proporção de indivíduos que optaram por estes valores entre as coortes etárias mais favorecidas.

Como um dos integrantes do projeto *Political Action*, Inglehart pode estudar a relação entre a mudança nas prioridades valorativas e o aumento de uma forma específica de ação política que naquele momento era denominada participação não convencional (BARNES; KAASE, 1979). Aqui as principais hipóteses de sua teoria já começam a ganhar um contorno mais definido, com três pontos de destaque. O primeiro é a noção de como os valores se alteram na medida em que a novas gerações socializadas em um ambiente de segurança física garantido vão substituindo as gerações que vivenciaram seus primeiros anos de vida em um ambiente de escassez material. O segundo ponto é o desenvolvimento do índice que mensura a mudança valorativa. Há uma substituição nas denominações, que passam a ser “materialista” ao invés de “aquisitivo”, definição adotada em seus primeiros trabalhos; e pós-materialista ao invés de pós-burguês. Ainda sobre o desenvolvimento do índice de materialismo/ pós-materialismo, pode-se destacar a inclusão de oito questões adicionais que cobrem as cinco dimensões da hierarquia de prioridades de Maslow (INGLEHART, 1979b).

Segundo este psicólogo norte americano os seres humanos estabelecem uma hierarquia de prioridades. Em um ambiente de escassez de água, conseguir este recurso é essencial para a sobrevivência. Assim, um indivíduo nestas condições vai dedicar as suas energias para obtê-la. Satisfeita a necessidade por água, ele pode se dedicar a buscar comida

e abrigo e assim por diante. Para Maslow (1954) as prioridades humanas podem ser divididas em 5 categorias: 1) necessidades fisiológicas, como água, comida e abrigo; 2) segurança e proteção; 3) necessidades de pertencimento ou sociais; 4) estima; e 5) auto realização. Na sua concepção esta hierarquia se estabelece como uma escala, onde o nível superior só pode ser atingido se as necessidades do nível anterior forem atendidas.

Uma série de outras pesquisas sobre mudança de valores foram conduzidas neste período. Milton Rokeach fez um estudo sobre valores no campo da psicologia social. Trabalhando com duas dimensões, “liberdade” e “igualdade”, ele encontra resultados muitos parecidos com os apresentados por Inglehart no que diz respeito ao comportamento político (ROKEACH, 1973). Scott Flanagan conduziu diversos estudos sobre a mudança de valores no Japão. Discordando das proposições de Inglehart, ele afirma que a mudança de valores nos casos por ele estudados não estaria relacionada com as dimensões materialistas e pós-materialistas e sim com a oposição entre valores tradicionais e libertários (FLANAGAN, 1979, 1980, 1982; FLANAGAN; LEE, 2003). Apesar de procurar acentuar as diferenças entre as suas medidas, Flanagan encontra resultados muito próximo aos de Inglehart, com poucas diferenças significativas. Falando de uma maneira extremamente simplista, Rokeach (1973), Flanagan (1979, 1980, 1982) e Inglehart (1971, 1979) tratam praticamente do mesmo fenômeno, apenas utilizando medidas e conceitos diferentes.

O caso do Japão é singular porque o item que mensura uma sociedade menos impessoal não está relacionado com os valores pós-materialistas, dado que o coletivismo é um valor arraigado na tradição cultural japonesa. A modernização traz consigo uma ruptura neste coletivismo, no sentido da individualização como negação desta prática tradicional. Assim, o individualismo na cultura japonesa estaria associado aos valores pós-materialistas, por ser uma característica específica de sua tradição. São encontradas diferenças na composição dos fatores na China, em Hong Kong e na Polônia. Isto reforça a ideia de que os valores pós-materialistas não são inerentes a cultura humana, mas refletem o contexto histórico no qual estão inseridos (INGLEHART, 1990).

Todas estas críticas não invalidam a teoria apresentada aqui. Em muitos aspectos elas se reforçam mutuamente, pois se mostram muito mais próximas em termos de achados e resultados empíricos do que distantes uma das outras. Inglehart as leva em consideração quando apresenta a versão mais consolidada de sua teoria. Em *Culture Shift in Advanced Industrial Society* (Inglehart, 1990) há uma preocupação maior, do ponto de vista teórico, em explicar como os processos de mudança cultural ocorrem. A alteração nos valores

ocorreria por meio de câmbios geracionais, ou quando uma nova geração socializada em um ambiente diferente da geração anterior a substitui. O conceito de geração aqui adotado é muito próximo a definição de outros autores, como Karl Mannheim, para o qual a geração é uma estrutura que media as relações sociais, tal como classe social ou gênero. Em termos gerais, podemos definir geração como sendo um conjunto específico de indivíduos localizados dentro de um mesmo período sócio histórico, no qual vivenciam um processo de socialização marcado por experiências comuns, fazendo-os compartilhar um mesmo conjunto de significações (MANNHEIM, 1982).

A concepção de Inglehart acerca das gerações se baseia em uma ideia bastante próxima de Mannheim. Uma geração socializada em um ambiente com menos privações relacionadas a sobrevivência física manifestará menor preocupação com a sua segurança imediata, orientando as suas prioridades valorativas para outras questões. Como a consolidação dos valores acontece durante a socialização primária, estes irão se manifestar de forma residual por toda a vida. Desta forma, cada nova geração socializada neste ambiente de segurança material manifestará menos preocupação com a sua sobrevivência imediata e terá menos constrangimentos para agir conforme a sua própria escolha.

O processo da mudança cultural se assenta em duas hipóteses. A primeira delas é a hipótese da escassez que postula que os valores subjetivos são depositados naquilo que tem o seu fornecimento baixo, ou seja, as prioridades individuais refletem o meio ambiente. Já a segunda, a hipótese da socialização, afirma que os valores incorporados durante a socialização primária se mantêm residuais por toda a vida. As mudanças bruscas no ambiente não impactam de imediato os valores individuais, salvo em eventos especialmente traumáticos, como uma guerra (INGLEHART, 1990).

A hipótese da escassez se assemelha ao princípio da utilidade marginal decrescente. Em um ambiente de segurança física incerta, assegurar as condições de sobrevivência é prioritário e se sobrepõe a todas as outras preocupações. Por exemplo, os indivíduos socializados em um período com alto índice de desemprego ou com uma taxa elevada de inflação, priorizariam uma carreira estável ou apoiariam ações que combatam a inflação em detrimento de preocupações estéticas ou relacionadas a auto expressão. Isto é a hierarquia de prioridades de Maslow (1954), na qual a preocupação com as necessidades fisiológicas e de segurança se sobrepõem a necessidades de vínculos sociais ou auto realização.

A hipótese da socialização afirma que os valores adquiridos durante as primeiras décadas de vida se consolidam até a entrada no mundo adulto. Nos estudos sobre

socialização política, esta tese é denominada de *impressionable years* (ALWIN; KROSNICK, 1991; DINAS, 2013; SEARS, 1975, 1981; VISSER; KROSNICK, 1998). Por ainda não possuir um *framework* de crenças e atitudes formado, os eventos vivenciados até a juventude são mais salientes e significantes. Após a idade adulta estes eventos são menos importantes, uma vez que as experiências são vivenciadas em um *framework* atitudinal plenamente formado (TESSLER; KONOLD; REIF, 2004). A hipótese da socialização complementa a hipótese da escassez para explicar as mudanças valorativas. Indivíduos que tiveram experiências de insegurança material em seu processo de socialização primário, levam estes valores durante toda a vida, dado que, uma vez findada a socialização primária, tais valores são consolidados. Por isso o processo de mudança valorativa acontece de forma gradual e através de sobreposições geracionais. O crescimento econômico aumenta o sentimento de segurança material e, a cada nova geração, os valores se modificam pouco a pouco, em um sentido mais ou menos previsível.

Desta forma Inglehart (1990) demonstra como a mudança cultural se processa. Por ser um movimento que ocorre por meio de sobreposições geracionais, ou seja, quando uma nova geração substitui a antiga, melhoras bruscas na condição de vida não produzem efeitos imediatos nas prioridades valorativas individuais. Isto porque, como afirmado acima, os valores incorporados durante o período de escassez material são consolidados na transição para a vida adulta. A geração subsequente, socializada neste ambiente de segurança material, apresentaria uma tendência maior de manifestar valores pós-materialistas se comparada com a geração predecessora. Com um incremento contínuo na renda *per capita* dos países de economia pós-industrial desde o pós-guerra, cada nova geração tende a atribuir mais prioridade a sua autonomia individual e a auto expressão. Quando estas duas hipóteses são operacionalizadas em conjunto, mesmo que as condições objetivas assegurem a sobrevivência, a mudança nas prioridades valorativas não irá ocorrer se o sentimento de segurança física não existir. Para que isto ocorra, as novas gerações devem ser socializadas em um ambiente onde não haja a incerteza da sobrevivência, ou seja, que o sentimento em relação a sua própria segurança esteja estabelecido.

Estes processos estão intimamente ligados ao desenvolvimento e estabilidade econômica. Inglehart (1971, 1979a, 1990) sustenta que desde o final da segunda guerra mundial, os países de economia avançada têm experimentado um crescimento econômico sem precedentes. Como produto deste ambiente de desenvolvimento, as novas gerações que nasceram após 1945 foram socializadas sem a preocupação com questões relativas a fome,

a guerras e com abundância material. Isto deslocou a ênfase de seus valores para questões que não estão necessariamente relacionadas com a segurança ou a satisfação das necessidades físicas. Sem se preocupar com estas questões, os indivíduos que manifestam valores pós-materialistas podem atribuir prioridades a outras questões como a liberdade, a autonomia individual, a auto expressão ou preocupações relacionadas à satisfação estética ou intelectual. Isto não significa que estes indivíduos manifestam uma postura de negação ao materialismo ou à acumulação. A ênfase nos valores pós materialistas só é possível porque a segurança material foi alcançada, ou seja, porque as estratégias de acumulação foram bem-sucedidas. Os valores pós-materialistas não significam a negação de questões materiais, mas apenas o deslocamento da ênfase dada a elas em direção a assuntos relativos a auto expressão e a liberdade (INGLEHART, 1997).

Em *Modernization and Post Modernization* são apresentadas as causas da mudança de valores (Idem, 1997). Nos trabalhos anteriores havia a preocupação em mostrar a existência da mudança cultural (INGLEHART, 1971), o que elas teriam provocado no campo da política (INGLEHART, 1979a, 1979b) e como estas mudanças se processam (INGLEHART, 1990). O seu objetivo neste novo trabalho é explicar o porquê desta mudança e ampliar o leque de discussão das consequências que ela proporciona, agrupando seus principais pressupostos em uma teoria da pós-modernidade. A mudança nas prioridades valorativas são apenas uma pequena consequência de um fenômeno muito maior que está ocorrendo em sociedades de economia pós-industrial: a transição entre a modernidade e a pós-modernidade (INGLEHART, 1997).

Na tentativa de explicar a razão da mudança de valores, Inglehart identifica como causa a diminuição do retorno marginal proveniente do crescimento econômico. A modernidade e o crescimento econômico puderam eliminar, em grande medida, a escassez, provendo um ambiente onde a segurança material tem prevalecido. Mas existe um limiar onde o impacto do crescimento econômico na qualidade de vida deixa de ser linear. A partir deste ponto, o aumento na renda média da população não afeta diretamente as medidas de bem-estar. Isto porque, tais medidas deixam de ser uma questão relacionada apenas a manutenção de necessidades básicas, como alimentação ou saneamento, tornando-se cada vez mais ligadas a valores e comportamentos. A longevidade, por exemplo, passa a ser relacionada por um estilo de vida saudável ao invés de questões puramente econômicas.

Ao cruzar variáveis que mensuram a qualidade de vida – expectativa de vida e bem-estar subjetivo – Inglehart identifica esta relação. Para ambas as variáveis, o

desenvolvimento econômico tem um efeito linear até determinado ponto. A partir desse limiar, o aumento na renda *per capita* média impacta de forma mínima a expectativa de vida ou o sentimento de bem-estar. Como forma de maximizá-los há o reposicionamento das prioridades valorativas individuais. Uma menor ênfase em um estilo de vida orientado pela acumulação de riquezas e a adoção cada vez mais frequente de comportamentos que favoreçam a qualidade de vida. Um bom exemplo disto é a retomada das bicicletas como meio de locomoção. A indústria automobilística é um dos maiores símbolos da modernidade. A linha de produção fordista no início do século passado popularizou o automóvel, tornando acessível para amplas camadas sociais e o carro virou um símbolo do progresso e prosperidade. Hoje, entretanto, há uma maior pressão para a redução do seu uso. Se as cidades do século XX foram urbanizadas pensando no carro como meio de locomoção, há uma tendência cada vez maior para que as vias públicas sejam compartilhadas com bicicletas, como forma de reduzir as emissões de gases poluentes e proporcionar mais qualidade de vida.

Como dito anteriormente, estas questões só passam a figurar como prioridade a partir do momento em que um mínimo de bem-estar tenha sido alcançado. Não representam, portanto, a negação de uma estratégia acumulativa, sendo possíveis apenas devido ao seu sucesso. Mas tal estratégia proporciona retornos pouco significativos, em termos de qualidade de vida, a partir do momento que ela se mostra bem-sucedida. Os retornos proporcionados pelo crescimento econômico diminuem, exigindo novas estratégias para ampliar o bem-estar. Desta forma:

Pós-modernização é uma mudança nas estratégias de sobrevivência. Ela move da maximização do crescimento econômico para a maximização da sobrevivência e bem-estar através de mudanças no estilo de vida. Uma vez que a industrialização foi possível, a modernização focou no rápido crescimento econômico como melhor meio de maximizar a sobrevivência e o bem-estar. Mas nenhuma estratégia é eficiente para sempre. [...] Com a transição da modernidade para a pós modernidade, a trajetória de mudança foi alterada da maximização do crescimento econômico para a maximização da qualidade de vida¹. (INGLEHART, 1997, p. 66)

¹ “Postmodernization is a shift in survival strategies. It moves from maximizing economic growth to maximizing survival and well-being through lifestyle changes. Once industrialization had become possible, Modernization focused on rapid economic growth as the best way of maximizing survival and wellbeing. But no strategy is optimal for all times. [...] With the transition from Modernization to Postmodernization, the trajectory of change has shifted from maximizing economic growth to maximizing the quality of life.”, no original.

De forma resumida a mudança cultural tem operado da seguinte forma: o desenvolvimento econômico elimina os constrangimentos inerentes a sobrevivência física e, como consequência, diminui as restrições das escolhas pessoais. Sem a preocupação com a sobrevivência imediata, pode-se redirecionar as prioridades individuais para metas relacionadas a auto expressão, qualidade de vida e liberdade. Isso porque o crescimento econômico, como estratégia de maximização de bem-estar, é eficiente até um certo limiar. Após este limite, o aumento dos níveis desta variável não é impactado pelo crescimento econômico. Para aumentar a qualidade de vida, os indivíduos redirecionam suas prioridades valorativas para outras questões, alterando não só o seu estilo de vida como também a agenda pública. Mesmo estando relacionada com o desenvolvimento econômico, a mudança cultural não é responsiva a altas taxas de crescimento súbitas, já que opera através dos câmbios geracionais dada a permanência residual dos valores incorporados durante a socialização primária. As novas gerações socializadas em um ambiente de abundância material, apresentarão valores cada vez mais relacionados a auto expressão e a autonomia individual.

A modernização proporcionou alterações severas no cotidiano, merecendo destaque a racionalização e a secularização da vida. A racionalização da maneira como os homens produzem e dos padrões de autoridade permitiram crescimento na produção e a formação de um governo burocrático capaz de regular o convívio e legitimar a sua autoridade com base nas leis. A maximização do desenvolvimento econômico se tornou a principal meta, pois a melhoria das condições de vida está condicionada ao aumento da riqueza. Mas como discutido acima, esta relação tem seus limites. A partir de determinado estágio do desenvolvimento econômico de uma nação, o aumento da riqueza não produz o aumento na qualidade de vida. Como forma de maximizar e aumentar o bem-estar, os indivíduos alteram as suas prioridades valorativas, orientando as suas ações não mais para o acúmulo de riquezas, mas para a maximização do bem-estar. Discordando da visão marxista do processo de modernização, o desenvolvimento econômico não vai levar ao fim da história, mas a uma nova fase da pós modernidade (INGLEHART, 1997). De forma bastante otimista o autor afirma que,

A modernização está evoluindo para um processo de desenvolvimento humano, no qual o desenvolvimento socioeconômico promove mudanças culturais que faz a autonomia individual, a igualdade de gênero e a democracia cada vez mais

provável, fazendo emergir um novo tipo de sociedade que promove a emancipação humana em diferentes frentes². (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 2).

Esta nova modernização está promovendo mudanças significativas na cultura devido ao desenvolvimento econômico e o fim das restrições materiais. Com menos restrições a ação individual, há uma ênfase maior na autonomia, na tolerância e uma demanda maior por participação e democracia, além de minar as bases tradicionais da autoridade política, movendo-as da lealdade em direção à escolha. Como produto desta mudança cultural, há uma maior demanda por democracia, liberdade e maior responsividade por parte das elites políticas. A modernização criou condições para as pessoas agirem de acordo com as suas escolhas, em um processo de desenvolvimento humano que pode ser sintetizado no quadro abaixo:

QUADRO 1 - O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

	Desenvolvimento Humano		
	Dimensão Socioeconômica	Dimensão Cultural	Dimensão Institucional
Processos que promovem o Desenvolvimento humano	Modernização	Mudança de Valores	Democratização
Componentes do Desenvolvimento Humano	Recursos Socioeconômicos	Valores de Autoexpressão	Liberdades Cívicas e Políticas
Contribuição para o Desenvolvimento Humano	Aumentar a capacidade das pessoas de agirem conforme suas escolhas	Aumentar a prioridade das pessoas de agirem conforme as suas escolhas	Aumentar o direito das pessoas de agirem conforme as suas escolhas

Adaptado de INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 3.

Em síntese, existe uma relação entre desenvolvimento econômico, mudança cultural e desenvolvimento institucional. Ao proporcionar condições para as pessoas agirem de acordo com suas escolhas, elas passam a valorizar a autonomia e a liberdade e passam a agir objetivando o aprofundamento destas. Estas ações demandam mais responsividade e abertura institucional, aprofundando a democracia. Assim,

[...] desenvolvimento socioeconômico promove capacidades objetivas para as pessoas viverem as suas vidas baseadas na autonomia de escolhas. O aumento da ênfase nos valores de auto expressão leva as pessoas a demandar e defender a

² “Modernization is evolving into a process of human development, in which socioeconomic development brings cultural changes that make individual autonomy, gender equality, and democracy increasingly likely, giving rise to a new type of society that promotes human emancipation on many fronts.”, no original.

liberdade de escolha. E instituições democráticas asseguram direitos que autorizam as pessoas a exercerem a liberdade de escolha nas suas ações. Estes três processos focam no aumento da autonomia de escolha humana. Como a autonomia de escolha é uma habilidade humana exclusiva, nós caracterizamos este processo que desenvolve este potencial como desenvolvimento “humano”³. (Idem, 2005, p. 3).

Este conceito de desenvolvimento humano e mudança valorativa foi retomado por Welzel (2013) posteriormente. Apesar de tentar construir uma abordagem acerca da emancipação, suas bases ainda são muito próximas da teoria do desenvolvimento humano. Segundo este autor seria da natureza humana buscar viver livre da opressão, ou seja, a liberdade seria um desejo universal. Contudo, a busca pela liberdade obedece uma escala utilitária, aumentando e diminuindo conforme os constrangimentos existenciais. O desejo de emancipação aumentaria em um ambiente em que as condições fossem, mas poderia regredir caso as capacidades de agir de acordo com a escolha individuais fossem reduzidas. Tais capacidades são definidos como recursos de ação – recursos intelectuais, materiais e sociais – que são as causas do empoderamento humano que iremos discutir de forma mais aprofundada a seguir.

2.3 O CICLO DO EMPODERAMENTO HUMANO

O empoderamento humano é o processo pelo qual as pessoas adquirem a liberdade de perseguir seus valores próprios e compartilhados socialmente a partir da diminuição dos constrangimentos externos (SEN, 1999). Estes últimos, por sua vez, são as condições objetivas de vida como segurança física e alimentar, moradia, educação ou o convívio social. A garantia destas condições permite eliminar as pressões existenciais externas e a consequência deste processo é o aumento da capacidade das pessoas de agirem com autonomia. Um ambiente de escassez material força os indivíduos a perseguirem a diminuição das pressões existenciais, ou seja, o foco principal recai sobre a garantia da sobrevivência imediata. Este conceito não é novo e já estava presente nos trabalhos iniciais de Inglehart (1977; 1997) inserido no interior da “hipótese da escassez”.

³ “In short, socioeconomic modernization brings the objective capabilities that enable people to base their lives on autonomous choices. Rising emphasis on self-expression values leads people to demand and defend freedom of choice. And democratic institutions establish the rights that entitle people to exert free choice in their activities. These three processes all focus on the growth of autonomous human choice. Because autonomous choice is a specifically human ability, we characterize the processes that develop this potential as “human” development”, no original.

Apesar de não abandonar por completo essa hipótese para explicar a mudança de valores nas sociedades contemporâneas, a teoria da emancipação humana (WELZEL, 2014) utiliza o conceito de escala utilitária da liberdade, que se fundamenta na premissa de que todos os seres humanos possuem a capacidade de agir de forma consciente, o que significa agir de acordo com um propósito (Idem, 2013). A consciência permite que os indivíduos almejem liberar todo o seu potencial através de suas ações, fazendo-os buscar uma existência livre de constrangimentos. Mas tal capacidade de agir livremente está intimamente ligada às condições de cada um: ela aumenta ou diminui em resposta às pressões existenciais. Em um ambiente de escassez material, a capacidade da consciência é contida e a escolha é limitada por conta dos constrangimentos impostos à ela. Neste contexto de pressão existencial a liberdade possui baixa utilidade, pois as escolhas são restritas pelas necessidades básicas.

Na medida em que a existência passa de uma situação de pressão para uma condição mais permissiva a capacidade de escolha se torna uma realidade e ganha cada vez mais preferência ao determinar o curso da ação individual. Com a redução das pressões existenciais a liberdade ganha mais utilidade na vida dos cidadãos, que passam a valorizar a capacidade de escolha e, de certo modo, a buscá-la no seu dia-a-dia. Este processo ocorre principalmente quando há um aumento nos recursos de ação. Estes determinam o poder das pessoas em exercer a liberdade (Idem, 2013) e são a base do processo de empoderamento humano. Diferente das garantias de liberdade – liberdade de expressão, sufrágio, espaços participativos – que podem ser asseguradas por meio de leis e normas, os recursos de ação são mais difíceis de serem estabelecidos, uma vez que refletem o ambiente e a condição objetiva de vida das pessoas. O aumento dos recursos participativos incide diretamente sobre a escala utilitária da liberdade.

Este conceito, portanto, reformula a hipótese da escassez de Inglehart (1990). Quando os recursos de ação aumentam, eles produzem o incremento das oportunidades de escolha. A consciência humana, como um presente evolutivo que faz a humanidade se adaptar ao meio ambiente, se orienta a partir da busca por liberar o potencial pleno da ação, ou seja, a capacidade de agir de acordo com as escolhas. Logo, o aumento dos recursos de ação também produz o incremento da escala utilitária da liberdade (Idem, 2013). Estes recursos dizem respeito às variáveis clássicas presentes nos estudos de comportamento político e figuram entre as características que possibilitam as pessoas se engajarem em ações políticas e se dividem em três tipos: materiais, cognitivos e conectivos.

Os primeiros representam disponibilidade e acesso a bens materiais e refletem, em termos gerais, as condições objetivas de vida de cada um. Individualmente podem ser mensurados através da classe social (objetiva e subjetiva) ou da renda. Já em nível agregado são mensurados pelo valor do PIB *per capita* de cada país ou região. A importância dos recursos materiais é largamente documentada nos estudos sobre participação política. Almond e Verba (1989) já apontavam a relevância desta variável como um componente da cultura cívica. McCarthy e Zald (1977), representantes da perspectiva sociológica dos estudos de movimentos sociais, também atribuem aos recursos um papel central para explicar as ações de protesto. Verba et al. (1995) salientam a importância dos recursos materiais para explicar o engajamento político no seu modelo do voluntarismo cívico. Por sua vez, Dalton et al. (2010) afirmam que as pessoas participam – protestam – não porque possuem um sentimento de agravo que as motiva e sim porque têm a posse dos recursos necessários para efetivar a sua participação. Apesar de adotarem perspectivas distintas, todos os exemplos citados aqui concordam que os recursos materiais são importantes recursos de ação.

Os recursos cognitivos estão relacionados com a capacidade de processar as informações políticas e, a partir daí, tomar um posicionamento em relação à elas. Tais recursos são mensurados, no nível individual, pelos anos de estudo de educação formal. Quanto mais escolarizados, mais desenvolvida é a cognição dos indivíduos e, consequentemente, mais aptos a buscarem e processarem informações políticas. No nível agregado, os recursos cognitivos são medidos pelo nível de escolaridade médio de uma população ou grupo. Boa parte dos estudos anteriores também corroboram a importância da escolaridade como um recurso participativo. Ela está presente no conceito de cultura política de Almond e Verba (1989) e no interior do modelo do voluntarismo cívico de Verba et al. (1995), mas é definido por estes autores como sendo um recurso participativo. Barnes, Kaase *et al* (1979) levantam a hipótese que o aumento da mobilização cognitiva leva também ao incremento de ações de participação não convencionais. Dalton demonstra a relação entre a mobilização cognitiva, o desalinhamento partidário (DALTON, 1984, 2013) e as mudanças no perfil de cidadania da juventude norte americana (Idem, 2008b).

Por último os recursos conectivos são as redes de troca e interfaces de contato. Aqui Welzel (2013) se distancia um pouco dos modelos clássicos dos estudos de cultura e comportamento político que tendem a enfatizar o papel do capital social. Este distanciamento reflete um ponto de discordância entre o conjunto de pesquisadores que têm demonstrado

mudanças significativas nos padrões de comportamento político. As obras de Inglehart (1990, 1997), Dalton (2008b), Norris (2003) e Welzel (2013) questionam o modelo de cultura cívica proposto por Almond e Verba (1989). Tal modelo enfatiza a obediência às normas, a confiança nas instituições e a participação modesta. O que este conjunto de pesquisadores afirmam é que tal modelo é insuficiente para explicar os padrões de cidadania em sociedades que sofreram transformações em seus valores, seja pela dispersão de valores pós-materialistas ou emancipatórios, ou ainda pelo aumento da mobilização cognitiva.

Tal mudança caminha no sentido de uma cidadania crítica, que valoriza a democracia como forma de governo, mas avalia negativamente os *outcomes* que os sistemas democráticos têm oferecido (NORRIS, 2011). Em razão disto, há o esvaziamento dos canais institucionais de participação política, mas o incremento de repertórios de ação direta, como protesto político e ativismo em movimentos sociais (Idem, 2003). Ou seja, as pessoas deixam de se envolver em ações que são estruturadas por elites políticas para acionar repertórios que vão na contramão destas, passam a agir desafiando as elites políticas tradicionais (INGLEHART, 1990; INGLEHART; CATTERBERG, 2002). O modelo de cultura cívica proposto por Almond e Verba (1989) pode ser definido como obediente: cidadãos bem informados que aceitam as normas e participam racionalmente e de forma moderada, dentro dos canais formais da democracia. As ações contenciosas e o alto envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos são vistos com desconfiança, justamente por promover a instabilidade do sistema democrático (LIJPHART, 1980). O que os estudos empíricos dos pesquisadores anteriormente citados apontam é justamente o contrário. As demandas por abertura política, responsividade e transparência governamental têm contribuído para o aperfeiçoamento da democracia (WELZEL, 2013; WELZEL; DALTON, 2013).

O conceito de capital social de Putnam (1993) traz, implicitamente, o ideário de cultura cívica obediente (WELZEL; DALTON, 2013). Como uma medida bidimensional, o conceito de capital social implica não apenas a confiança interpessoal, mas também a confiança nas instituições democráticas. É justamente o funcionamento destas últimas que é questionado pelos cidadãos mais críticos, ou pelos possuidores de uma cultura política assertiva, e que os fazem, por exemplo, acionarem repertórios de protesto, já que as instituições democráticas não dão conta de suas demandas. A relação entre o conceito de capital social e o modelo de cultura cívica obediente pode ser confirmado nos trabalhos posteriores de Putnam. Novamente, mesmo sem fazer menção direta a ele, este autor enfatiza a obediência ao apontar as consequências do declínio do capital social nos Estados Unidos.

Segundo ele, as gerações mais novas estão se envolvendo menos ações comunitárias, como associações, clube de livros ou atividades de lazer coletivas. Em razão deste fenômeno, estaria ocorrendo a diminuição do estoque de capital social, o que produziria uma geração cínica, apática e alheia aos assuntos públicos. Putnam aponta a queda nas taxas de votação como um dos seus efeitos (PUTNAM, 2001). Com a redução deste recurso participativo, as pessoas se envolveriam menos nos assuntos públicos porque não buscariam soluções coletivas para os problemas comuns. Os teóricos da mudança de valores e mobilização cognitiva interpretam este fenômeno de maneira distinta.

Apesar de não enfatizar estas diferenças explicitamente, Welzel (2013) não define o capital social como recurso conectivo. Tais recursos são definidos como “... redes de troca e interfaces de contato” (Idem, 2013, p. 46). Não há, no decorrer de sua obra, uma definição precisa do que poderia ser classificado como rede ou interface. Diferentemente dos recursos materiais e cognitivos, que podem ser mensurados facilmente através da renda e escolaridade, a falta de um conceito mais preciso para definir o que são recursos conectivos atrapalha a definição de uma variável para mensurá-lo. Há apenas a menção da importância do avanço tecnológico em larga escala como elemento responsável por aumentar os três tipos de recursos mencionados acima. No caso dos recursos conectivos, o “... avanço tecnológico interliga as pessoas em uma vasta rede de trocas.” (Idem, 2013, p. 46). Ou seja, aqui há a ênfase na capacidade de intercâmbios proporcionada principalmente pelas tecnologias de informação e comunicação.

Estes três tipos de recursos são a base do empoderamento humano. De acordo com Welzel:

Recursos de ação neste sentido empoderam as pessoas no nível das capacidades, providenciando o elemento existencial do empoderamento humano. Recursos de ação aumentam nas pessoas a utilidade da liberdade. Quanto mais dispersos são os recursos de ação, maior é a utilidade conjunta da liberdade das pessoas – as bases da solidariedade.⁴ (WELZEL, 2013, p. 46).

Em linhas gerais, o aumento dos recursos de ação proporciona o incremento na escala de utilidade da liberdade. Com maior capacidade de agir de acordo com as suas escolhas as pessoas passam a valorizar esta liberdade. A ideia de capacidade se assemelha a formulação de Sen (1999), ou seja, são as condições objetivas de realização dos

⁴ “Action resources in this sense empower people on the level of capabilities, providing the existential element to human empowerment. Action resources increase people’s utilities from freedoms. The more widespread action resources are, the larger are people’s joint utilities from freedoms – the basis of solidarity.”, no original.

“funcionamentos” que são valorizados pelos indivíduos. Estes, por sua vez, são estados ou ações, o “ser” e o “fazer” (PINHEIRO, 2012), que são escolhidos para serem vivenciados ou realizados. Uma característica das capacidades é proporcionar a oportunidade de escolha para a realização de diferentes combinações de funcionamentos, dados que estes, muitas vezes, se impõem independente da vontade individual.

Ter a capacidade de realizar os funcionamentos que são estimados leva ao aumento do bem-estar subjetivo (SEN, 1999), o que no interior da teoria da emancipação humana é descrito como o aumento da escala de liberdade ou a valorização da escolha e da autonomia que ela proporciona. Este processo é denominado de empoderamento psicológico e corresponde ao componente motivacional do ciclo de empoderamento humano. Se as condições existenciais – recursos de ação – dizem respeito às possibilidades das pessoas agirem livremente, as orientações psicológicas são o componente valorativo da liberdade, ou seja, relaciona aspectos subjetivos às condições objetivas da utilidade de escolha (WELZEL, 2014). O empoderamento psicológico também possui um segundo componente: a valorização da igualdade de condições. Quando os recursos de ação aumentam em uma dada sociedade, também há o incremento da solidariedade. Este é um ponto polêmico na teoria, já que uma das características do processo de modernização é o aumento da individualidade e a diminuição de laços sociais.

Ainda que a maioria dos autores concorde com esta afirmação, a discussão sobre as consequências da individualização gera forte divergência. Para Flanagan e Lee (2003) o aumento de valores libertários, ou emancipatórios, representa também a diminuição de orientações de caráter comunitário e o aumento de uma postura política egoísta e limitada ao interesse próprio. Putnam (2001) tem uma interpretação parecida ao afirmar que o declínio do capital social nos Estados Unidos tem produzido uma geração apática, cínica e alheia aos problemas políticos. Baquero (2003) afirma que sem confiança no sistema democrático não há democracia e que é imperativo para a consolidação deste sistema político no Brasil o resgate do cidadão na esfera pública, principalmente por meio do aumento do estoque de capital social. A individualização para estes autores produz uma política egoísta, centrada no interesse próprio e que não busca o bem-estar coletivo, além de perpetuar práticas como o clientelismo e o patrimonialismo.

Uma interpretação alternativa é apresentada por Inglehart e Welzel (2005). Eles também afirmam que este processo de mudança de valores é caracterizado pela individualização, mas entendem que ele proporciona o reconhecimento de uma existência

autônoma. Ao reconhecer a autonomia individual enxerga-se a todos como seres humanos e sujeitos de direito no pleno exercício de sua existência. Este individualismo é uma forma de humanismo, pois reconhece os direitos individuais para além do grupo e permite com que as pessoas sejam mais abertas e tolerantes para com as diferenças. Rompe, portanto, as barreiras da comunidade permitindo que a solidariedade se estenda para além dos laços próximos, aproximando pessoas distantes em torno de uma causa comum. Welzel (2013) define isto como individualismo benigno, pois encontra uma relação positiva entre os valores emancipatórios e uma postura de menor egoísmo, maior confiança e valores humanitários⁵.

Desta forma o empoderamento psicológico ocorre a partir da valorização da escolha independente e da igualdade de oportunidades. Nesta fase do empoderamento humano as pessoas buscam liberar o pleno potencial de suas ações e reconhece o outro como sujeito de direitos, o que gera uma solidariedade que transcende a esfera comunitária. Em termos empíricos, o empoderamento psicológico corresponde a dispersão de valores emancipatórios em uma dada sociedade, que são mensurados a partir de uma bateria de questões que indagam sobre a valorização da escolha, da igualdade, da vocalização das demandas e da autonomia. A construção e confiança do índice de valores emancipatórios são discutidas no Capítulo 4.

Com a capacidade de agir de acordo com as escolhas individuais e valorizando a liberdade, o próximo componente do empoderamento humano são as garantias legais para preservar essa liberdade. Com plenas condições de agir livremente e valorizando a utilidade da liberdade, o próximo passo é buscar a codificação destes valores em leis de modo a preservar os direitos de escolha e autonomia. Isto é o que Welzel (2013) denomina como regulamentação institucional e corresponde ao último componente do processo de emancipação humana. Aqui é retomada a polêmica relação entre cultura e instituição discutida por Inglehart (INGLEHART, 1990, 2001; INGLEHART; WELZEL, 2005). A ideia central é que o desenvolvimento econômico, ou o aumento dos recursos de ação, não leva automaticamente ao aperfeiçoamento da democracia. A dispersão de valores condizentes com instituições democráticas é fundamental para que ocorram melhorias nas mesmas. Isso não implica, necessariamente, à afirmação de que o sentido causal da relação entre cultura e instituição é unilateral, da primeira para a segunda. Apenas reconhece que a

⁵ Por valores humanitários entende-se a aceitação da diversidade. Empiricamente, este conceito foi mensurado levando em consideração o afastamento de ideias de cidadania baseados na similaridade, apreciação da diversidade étnica, identidade universal, solidariedade com as pessoas pobres do mundo e falta de disposição para a guerra.

manutenção e aperfeiçoamento do sistema democrático ocorre a partir de uma relação de múltipla causalidade, ideia que já era defendida pelos primeiros teóricos culturalistas (ALMOND; VERBA, 1963; LIJPHART, 1980).

Esta etapa do empoderamento humano acontece em dois momentos. Primeiro há o reconhecimento dos direitos: igualdade de gênero, étnica e livre profissão da fé são exemplos de garantias de autonomia individual. Em segundo lugar há a garantia de direitos participativos, ou seja, o estabelecimento de liberdade para participar e influenciar as decisões políticas. Desta forma: “Para institucionalizar o poder do povo de forma plena, ambos os conjuntos de direitos devem ser assegurados e precisam ser garantidos em proporções iguais de modo que nenhum domínio seja negligenciado em detrimento do outro”⁶. (WELZEL, 2013, p. 45).

Este autor se distancia dos estudos clássicos da cultura política ao abandonar o ideal liberal de cidadania. Inglehart e seus colaboradores até questionam tal modelo, mas jamais defenderam o seu componente social. O conceito de individualismo benigno e solidariedade resgatam o aspecto social da cidadania, tal como descrito por Marshall (1967). A garantia desta terceira esfera da cidadania é essencial para prevenir que as desigualdades sociais herdadas corrompam a igualdade. Em termos gerais, o processo de empoderamento humano pode ser resumido de acordo com o Quadro 2:

QUADRO 2 – ESTRUTURA DO EMPODERAMENTO HUMANO

<u>Condições Existenciais</u>			<u>Orientações Psicológicas</u>		<u>Regulamentação Institucional</u>	
Recursos intelectuais	Recursos materiais	Recursos Sociais	Valorização da independência de escolha	Valorização da igualdade de oportunidades	Direito à autonomia individual	Direito à participação política
Recursos de Ação: capacidade de exercer a liberdade (empoderamento existencial)			Valores Emancipatórios: motivação para exercer a liberdade (empoderamento psicológico)		Garantias Cívicas: Garantias para exercer a liberdade (empoderamento institucional)	
Utilidade da Liberdade			Valorização da Liberdade		A licença para ser livre	

Adaptado de Welzel (2013), p. 44.

⁶“To institutionalize “people power” in a complete sense, both sets of rights must be guaranteed, and they must be guaranteed in even proportions so that no domain is neglected on behalf of the other.”, no original.

Pode-se resumir o ciclo do empoderamento humano da seguinte forma: o aumento dos recursos de ação leva a dispersão de valores emancipatórios, ou seja, a utilidade da liberdade aumenta. Este processo representa a valorização subjetiva das condições objetivas de escolha. Com mais liberdade, os indivíduos passam a valorizá-la e aproveitar os ganhos que ela proporciona. Esta valorização leva à busca por assegurar a sua permanência ou ampliar os domínios em que ela está estabelecida: primeiro no campo das liberdades individuais e depois na esfera pública, ou seja, no direito de vocalizar as demandas e assegurar que elas serão ouvidas. O aumento dos valores emancipatórios leva a busca por mais direitos e a ampliação e aperfeiçoamento da democracia, pois os cidadãos passam a demandar mais responsividade dos governos eleitos.

O que Welzel (2013) denomina “recursos de ação” são as variáveis clássicas dos estudos de comportamento político. As pessoas que participam politicamente são aquelas que justamente possuem recursos de ação. Os mais escolarizados, com mais recursos materiais e tempo disponível, bem como aquelas que possuem mais redes de relacionamento tendem a se envolverem mais com política (OKADO; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; BORBA, 2010; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). É lógico esperar que o aumento destes recursos em uma dada sociedade, elevaria também a participação política e aos *outcomes* esperados pela dispersão de valores emancipatórios em uma dada sociedade. Este é o argumento circular que Barry (1978) denuncia nos estudos culturalistas. Se o aumento dos recursos de ação leva a dispersão de valores emancipatórios e estes, por sua vez, ao aprofundamento da democracia, não faz sentido entender o papel da cultura neste processo, dado que ela é, em última instância, determinada pelas condições objetivas de vida.

No entanto, tanto Inglehart e Welzel (2005) e Welzel (2013) salientam que esta relação entre desenvolvimento material e cultura não é tão simples assim. O desenvolvimento material é a causa da dispersão de valores emancipatórios, mas outros fatores condicionam a intensidade desta relação. Tais autores identificaram a existência de zonas culturais com padrões específicos de cultura política. A secularização, por exemplo, condiciona e é condicionada pela dispersão de valores emancipatórios. Ao estudarem os valores de auto expressão, desenvolvimento econômico e democracia, Inglehart e Welzel (2005) concluem que a modernização e o aumento das condições materiais não desencadeiam necessariamente o processo de democratização em uma dada sociedade. Isto acontece se, e somente se, for acompanhado de uma mudança de valores congruentes com o

novo regime a ser implementado. Estudar a cultura política é fundamental para entendermos as mudanças recentes nas democracias contemporâneas.

O trabalho de Welzel (2013) traz três contribuições importantes para o estudo da mudança de valores. A primeira é o aprimoramento da mensuração deste fenômeno ao propor o índice de valores emancipatórios. Em segundo lugar, apresenta evidências empíricas que contribuem com o debate sobre as consequências da mudança de valores e seus efeitos nas democracias contemporâneas, demonstrando que este fenômeno tem se mostrado benéfico para o aprofundamento dos regimes democráticos. A última contribuição importante de seu trabalho é retomar a discussão sobre como a mudança de valores se dá. Ele se afasta do modelo original proposto por Inglehart ao criar o conceito de escala utilitária de liberdade, ainda que fundamentalmente suas teses sejam bem próximas.

Tal conceito permite preencher algumas lacunas da teoria da mudança de valores. Inglehart não discute especificamente as possibilidades de refluxos na mudança nas prioridades valorativas. Este autor identifica a possibilidade de uma geração pós-materialista ser sucedida por uma nova coorte materialista e afirma que a ascensão da direita conservadora é uma resposta à rápida mudança dos valores em uma sociedade (INGLEHART, 1990), mas não detalha a possibilidade do retorno às orientações materialistas. Pode-se atribuir isto ao fato de que seu trabalho é centrado em sociedades industriais avançadas, ou seja, os países que estão na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. A influência geopolítica e as vantagens no desenvolvimento tecnológico têm permitido que estas sociedades se mantenham na frente em termos de desenvolvimento econômico, assegurando a qualidade de vida de seus cidadãos. Welzel (2013) propõe uma teoria mais universalista, pensando em como se opera a emancipação humana. Fato que obrigatoriamente o leva a pensar ciclos de empoderamento e desempoderamento, uma vez que rupturas democráticas são mais frequentes em países em desenvolvimento.

Da mesma maneira em que as sociedades desencadeiam ciclos de empoderamento quando atravessam períodos de condições de vida permissivas, o oposto ocorre quando é experimentada a escassez de recursos de ação. De acordo com Welzel:

O ciclo de desempoderamento se origina em condições de pressão existencial. Isto significa que as pessoas comuns carecem de recursos de ação. Nesta condição os valores emancipatórios permanecem dormentes. Com valores emancipatórios dormentes, as pessoas não realizam ações para assegurar ou exercer a liberdade. Consequentemente elas obtêm pouca satisfação da liberdade. A baixa satisfação com a liberdade reforça a fraca avaliação da mesma, criando um círculo

autossustentável. Justamente por ser um círculo autossustentável, as elites políticas não precisam exercer muito esforço para mantê-lo. Não existe pressão sobre eles para garantirem a liberdade. Como resultado, eles não as garantem e, quando contra as probabilidades o fazem, as ignoram na prática e as afastam. No círculo de desempoderamento, as pessoas sofrem deficiências de capacidades, motivações e garantias. Elas não possuem controle sobre as suas vidas nem sobre a agenda de suas sociedades⁷. (WELZEL, 2013, p. 52–53).

Com poucos recursos, as pessoas não possuem condições necessárias para buscar a liberdade, pois as suas prioridades valorativas vão estar concentradas em garantir a sobrevivência imediata. Isto explica em grande medida os processos de ruptura democrática e diminuição de direitos sociais. Em um cenário de crise econômica, inflação ou elevados níveis de desemprego, soluções que apresentam o corte com gastos sociais ou a revogação de direitos como único remédio para sair desta condição ganham força e são implementados, seja pela promessa da possibilidade de se sair de uma situação desesperadora ou pela incapacidade da população em resistir a sua implantação. No campo das liberdades individuais, a baixa utilidade da liberdade leva ao fim da discussão sobre igualdade e direitos de minorias. Como dito acima, as pessoas não agem para assegurar a liberdade ou efetivar garantias, uma vez que carecem dos recursos necessários para vocalizar as suas demandas. A necessidade de sobrevivência exige todos os recursos, retirando a margem necessária para se efetivar ações que reivindicuem direitos. Este cenário diminui a solidariedade e acirra a intolerância contra a diversidade: discursos xenófobos, homofóbicos e sexistas ganham terreno, seja como forma de resguardar privilégios ou garantir os recursos escassos para um grupo específico.

Romper um ciclo de desempoderamento não é uma situação simples: com menos recursos de ação existe menos margem para a participação política e, com isto, baixo controle sobre as ações do governo. Com o engajamento nas questões públicas limitado, a responsividade dos governantes diminui, o que reduz o desempenho das gestões. Como Welzel (2013) salienta, um ciclo de desempoderamento é retroalimentado: crise, baixos níveis de recursos de ação, pouca satisfação obtida pelas escolhas independentes, baixo

⁷ The disempowerment cycle originates in pressing existential conditions. Existential pressures means that ordinary people lack actions resources. In this condition, emancipative values remain dormant. With dormant emancipative values, people take no action to assert and exercise freedoms. Low satisfaction from freedoms reinforces the weak valuation of freedoms, creating a self-sustaining cycle. Precisely because the cycle is self-sustaining, rulers do not need to exert much effort to keep it going. There is no pressure on them to guaranteed freedoms. As a result, they either do not guaranteed freedoms or, when they do it so against the odds, they ignore them in practice and get away with it. In the disempowering cycle, people suffer from deficient capabilities, motivations, and guarantees. They have little control over their lives and their society's agenda.

controle governamental e baixo retorno institucional. O rompimento deste círculo vicioso se dá a partir do aumento dos recursos de ação. A mudança de uma condição existencial de pressão para uma mais permissiva aumenta a utilidade da liberdade de escolha e a satisfação obtida através dela, o que significa maior dispersão de valores emancipatórios. Com maiores níveis de recursos de ação e a valorização subjetiva da liberdade, aumenta a pressão por garantias legais, responsividade e controle social, produzindo governos mais íntegros. Desta forma, os ciclos de empoderamento e desempoderamento se alternam o que explica o aumento e a diminuição dos níveis de valores emancipatórios em uma dada sociedade.

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E VALORES

No âmbito da teoria do empoderamento humano, a participação política é um dos componentes fundamentais do processo de emancipação, pois é ela a responsável por fazer o elo entre o empoderamento psicológico – valores emancipatórios – e o empoderamento institucional, ou as garantias legais para exercer a liberdade. Como dito anteriormente, os valores emancipatórios são produtos do acesso aos recursos de ação, uma vez que eles eliminam os constrangimentos relativos as escolhas individuais. Na medida que o indivíduo possui condições de escolhas livres, ele passa a valorizá-las. Nesta etapa do empoderamento humano o indivíduo usufrui da liberdade, atribuindo importância e significado à mesma. Com a capacidade de agir de acordo com as suas escolhas e atribuindo utilidade subjetiva a isto, ele busca meios para assegurar garantias legais sobre os seus direitos e ao mesmo tempo busca ampliá-los.

Neste processo, a participação política cumpre um papel fundamental ao garantir as liberdades já conquistadas e exercer pressão sobre os governos para ampliar o escopo dos direitos individuais. Isto se dá porque uma vez entendida a importância da liberdade, os indivíduos agiriam para assegurar direitos legais de exercê-la, pressionando os governos por mais transparência e responsividade às suas demandas, seja através de governos mais íntegros e transparentes ou por uma legislação que amplie a sua capacidade de influenciar o processo de tomada de decisão. Esta relação é confirmada por Welzel e Dalton (2013) ao cruzar as médias dos valores emancipatórios de cada país com o índice “*Voice and Accountability*”⁸ do *Governance Indicators Project* do Banco Mundial. Os modelos apresentados por estes autores demonstram que os valores emancipatórios, ou a cultura assertiva, explicam em 59% a variação da responsividade dos governos entre os países presentes em seu estudo.

O foco da teoria do desenvolvimento humano recai sobre a participação não convencional, ou as ações dos movimentos sociais (WELZEL, 2013), uma vez que:

Quando os atos coletivos de vocalização de reivindicações são frequentes representam um testemunho de um público cujo os membros atribuem valor em levantar a sua voz. Valorizar a expressão de reivindicação é em si um valor

⁸ Esta escala contém informações tanto do índice da Freedom House quanto do Polity Project, além de uma série de outras variáveis. Informações metodológicas sobre a construção desta medida podem ser encontradas em <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx>. Acesso em 04/01/2017.

emancipatório. Assim, uma conexão entre atividades de movimentos sociais e valores emancipatórios parece evidente⁹ (Idem, 2013, p. 216).

De acordo com este autor, a natureza dos protestos tem se modificado ao longo dos anos. Primeiro, com as revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, os protestos e ações de movimentos sociais têm se levantado para reivindicar direitos. Nas últimas décadas, os protestos se tornaram menos violentos e mais eficazes em atingir objetivos emancipatórios. Nas sociedades industriais avançadas, os protestos políticos se tornaram parte do repertório dos cidadãos mais educados, informados e pertencentes às camadas médias da população (INGLEHART, 1990; NORRIS, 2003a).

Sendo um componente central no processo de desenvolvimento humano é importante entender como os valores emancipatórios têm influenciado o comportamento político na América Latina. Mas antes de avançar neste tópico é fundamental estabelecer uma discussão sobre o que é participação política e como este tema tem sido estudado ao longo do tempo. Desta forma, este capítulo estabelece três objetivos: O primeiro é realizar uma revisão da literatura dos estudos empíricos sobre este tema. O foco desta revisão são as pesquisas sobre comportamento político preocupados em entender o envolvimento do cidadão médio. Exclui-se do escopo desta breve revisão a literatura relacionada ao comportamento das elites e a ação de atores coletivos. O segundo objetivo é identificar a qual vertente dos estudos de comportamento político a teoria do desenvolvimento humano se vincula para, a partir daí, estabelecer uma definição conceitual de participação política.

O presente capítulo então se organiza da seguinte forma: primeiro serão apresentadas as principais contribuições dos estudos do campo, com a atenção especial à relação entre valores e participação política. Serão abordadas tanto as tipologias de classificação de ação política quanto os principais achados empíricos. A seção seguinte aborda a participação política no interior da teoria do empoderamento humano. Por fim, a última seção apresenta uma definição de participação política que será empregada no decorrer deste estudo.

3.1 COMPORTAMENTO POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO

⁹ “When joint acts of voicing claims are frequent, this is a testimony to a public whose members find raising voice valuable. To value the voicing of claim is in and of itself an emancipative value. Thus, a connection of social movement activities to emancipative values seems self-evident.” No original.

As pesquisas sobre comportamento político se iniciaram nos anos 50, a partir dos estudos eleitorais nos Estados Unidos (TEORELL, 2006). Para os pioneiros do campo, os resultados das eleições não são apenas produtos da preferência individual de cada um, mas também da forma como as pessoas escolhem participar. Esta relação foi um dos fatores responsáveis por induzir a conclusão de que a participação política se resumia ao comportamento eleitoral (UHLANER, 2001). Havia também uma crítica muito grande acerca da participação das massas no interior da teoria democrática norte americana. Era praticamente hegemônica na ciência política do período a visão elitista ou procedimental da democracia (PATEMAN, 1992), que a entendia apenas como um método de escolha de governantes (SCHUMPETER, 1980). Estes dois fatores, a hegemonia do elitismo na teoria democrática e a predominância de estudos eleitorais, foram responsáveis por restringir as definições de participação política à participação eleitoral.

Mesmo com esta limitação, os estudos do período produziram uma vasta gama de conclusões que foram corroboradas posteriormente. Em 1965, Lester Milbrath agrupou os principais resultados empíricos do período. Em geral, as pessoas que são mais ativas politicamente são aquelas que possuem mais recursos financeiros, são mais interessadas e informadas, pertencem a algum partido, tem um maior sentimento de eficácia subjetiva, participam de associações ou organizações comunitárias, são homens e possuem maiores vínculos com as suas comunidades (MILBRATH, 1965). É deste autor também a ideia de que a participação política é um conjunto de atividades organizadas em uma escala, ou em um *continuum* (BORBA, 2012), que vai desde a pré-disposição de se expor à solicitações políticas – ação mais simples – até a ocupação de cargos públicos – ação mais complexa. O indivíduo que aciona um repertório mais complexo também se vale das ações mais simples.

A possibilidade de estudos comparativos envolvendo mais de uma dezena de países também foi acompanhada de importantes mudanças conceituais no campo. Ao longo do tempo o conceito de participação política se dilatou, incorporando novos repertórios, ampliando as tipologias de classificação das ações políticas (van DETH, 2001). Os estudos pioneiros dos anos cinquenta consideravam apenas o comportamento eleitoral, quando muito as atividades de campanha (UHLANER, 2001). A partir dos anos sessenta houve o aparecimento dos primeiros estudos comparativos, como o trabalho de Almond e Verba (1989), ainda que a participação política fora tratada apenas como um componente da cultura cívica neste estudo. Neste mesmo período também foram incorporadas nas tipologias de participação políticas atividades como o envolvimento em campanhas e o contato com

oficiais do governo (van DETH, 2001). Estas atividades estavam relacionadas com a política institucional ou com o que Barnes e Kaase (1979) definiram como ações convencionais. Tais ações são caracterizadas por serem feitas dentro dos canais institucionais do sistema político, como o voto, o envolvimento em partidos e campanhas, as petições e cartas para congressistas entre outras ações.

Os primeiros estudos comparativos que tinham como foco a participação política foram desenvolvidos por Verba e seus colaboradores (BORBA, 2012). A primeira grande mudança conceitual empregada por estes autores foi a consideração da participação política para além da esfera eleitoral, mas ainda restrito ao contexto institucional, excluindo de suas análises as ações de protesto político. Outro ponto importante de seus trabalhos foi o abandono do caráter unidimensional da participação política (VERBA; NIE, 1972). A participação deixa de ser entendida como um *continuum* e passa a configurar repertórios distintos, não se configurando mais como uma escala. Ainda que muitas modalidades de participação estejam relacionadas entre si, em termo gerais, os indivíduos escolhem os seus repertórios em detrimento de outros.

Os estudos de Verba e seus colaboradores corroboraram alguns achados importantes das pesquisas sobre comportamento eleitoral. Em geral, as pessoas que possuem mais recursos, notadamente financeiros e educacionais, tendem a participar mais. Por outro lado, uma importante contribuição destes autores permitiu o aprofundamento do entendimento desta relação. A intensidade dos efeitos dos recursos sobre a participação varia em cada caso, principalmente em função dos tecidos associativos presentes em uma dada sociedade. Países com clivagens políticas mais acentuadas, lideranças políticas fortes ou intenso movimento sindical tendem a relativizar o efeito de atributos socioeconômicos na participação política. Ou seja, o efeito da mobilização tende a incentivar a participação, mesmo em situações onde os recursos são escassos (VERBA; NIE, 1972; VERBA; NIE; KIM, 1978).

Mas estas pesquisas optaram por excluir dos repertórios de participação política as atividades de protesto. Coincidentemente, o projeto levado a cabo por estes pesquisadores aconteceu no mesmo período em que eclodiram os protestos juvenis ao redor do mundo, como as manifestações por direitos civis, contra a guerra do Vietnam e as manifestações de maio de 1968 na Europa. De acordo com Borba:

Tal abordagem, se de alguma maneira conseguia captar os repertórios de participação política mais tradicionais, até os anos 1960, se mostrou reducionista

ao não computar o protesto e outras atividades políticas como modalidades de participação. (BORBA, 2012, p. 270).

Foi o projeto *Political Action* desenvolvido por um consórcio de pesquisadores norte-americanos e europeus que ampliou novamente os repertórios de participação política. Ao separar a participação em duas dimensões, convencional e não convencional, Barnes, Kaase e seus colaboradores incorporam as modalidades de protesto político nos repertórios de participação. Ainda que alguns autores afirmem que tais ações podem ser encontradas muito antes do trabalho desenvolvido por estes pesquisadores (TILLY; TARROW, 2007), é a partir deste projeto que a participação não convencional passa a ter tratamento empírico nos estudos de comportamento político. Este debate sobre a incorporação ou não de ações de protesto e suas consequências para a democracia perdurou até o início dos anos 2000.

A participação aqui volta a ser interpretada como um *continuum*, ou seja, uma escala que varia de ações mais simples e que envolvem menos custos ou riscos do participante até as mais complexas, que exigem mais recursos ou são mais arriscadas. Outro ponto fundamental deste trabalho é a divisão da participação em duas dimensões, uma ligada às ações que se relacionam com a política institucional, a participação convencional, e outra relacionada com as ações de protesto, ou participação não convencional (BARNES; KAASE, 1979). Apesar destas duas dimensões da participação política e da ideia de escala, elas não são mutuamente excludentes. Ou seja, participação convencional e não convencional compõem, simultaneamente, o repertório de alguns cidadãos nos países estudados.

Em termo de achados empíricos a principal contribuição de *Political Action* foi constatar a importância dos valores para explicar o comportamento político. Orientações ideológicas exercem uma forte influência no comportamento individual, fazendo com que as pessoas que manifestam um posicionamento mais à esquerda no espectro ideológico acionem mais repertórios de protesto (KLINGEMANN, 1979). Também foi no interior deste projeto que foi testada pela primeira vez a relação entre os valores pós-materialistas de Inglehart e sua influência no comportamento político. Indivíduos que manifestam tais valores tendem a serem mais céticos em relação a participação convencional, mas ao mesmo tempo tendem a participar mais de ações não convencionais (INGLEHART, 1979a).

Mesmo com as inovações propostas no interior do projeto *Political Action*, o estudo sobre a participação política ainda se ocupou, durante os anos oitenta e noventa, em estudar, predominantemente, as eleições e o voto. Desde os anos sessenta os estudos da área

demonstram o declínio do comparecimento eleitoral (ABRAMSON; ALDRICH, 1982) e o desalinhamento partidário (DALTON, 1984) nas democracias ocidentais. Diversos pesquisadores se debruçaram sobre o fenômeno para entender as causas do afastamento dos cidadãos das urnas e dos partidos políticos, bem como suas implicações para as democracias contemporâneas. Os achados empíricos apontavam como causa o afastamento dos jovens destes canais de participação, uma vez que entre esta coorte etária se verificavam os menores índices de comparecimento eleitoral quando comparados com seus pais e avós.

A idade passa a ser uma importante variável para explicar o comportamento político participativo, ou a ausência do mesmo. Sob a influência da ideia de Milbrath (1965) de que a relação entre a idade e a participação política é curvilínea, diversos estudos procuraram explicar a participação política através do conceito de ciclo de vida. Entendendo a “participação política como um domínio específico da vida e responsivo às mudanças nas estruturas de oportunidades no decorrer da mesma” (JENNINGS, 1979), muitos trabalhos passaram a dar uma atenção maior aos processos de transição – da juventude para a vida adulta e desta para a velhice – e na influência dos novos papéis sociais adquiridos no decorrer do ciclo de vida sobre a política. Tais papéis serviriam como repositórios de socialização política (KINDER, 2006), alterando substancialmente a forma como o indivíduo se relaciona com a mesma.

O casamento, a paternidade, a entrada no mercado de trabalho, a aquisição da casa própria e a estabilidade residencial (HIGHTON; WOLFINGER, 2001) passaram a figurar como variáveis nos modelos sobre comportamento político. Destaca-se os esforços de Jennings e seus parceiros em estudar a relação entre o ciclo de vida e a participação (BECK; JENNINGS, 1979; JENNINGS, 1979; JENNINGS; MARKUS, 1988; STOKER; JENNINGS, 1995). Apesar de demonstrar a importância do desenvolvimento do ciclo de vida (STRATE et al., 1989), estes trabalhos não foram suficientes para responder a principal questão da época: qual a origem do declínio da participação política?

Se o esvaziamento dos repertórios convencionais é um fenômeno que afeta prioritariamente os mais jovens e se estes estão participando menos dos assuntos públicos quando comparados com as gerações anteriores, a resposta para a questão anterior passa por identificar como esta geração se relaciona com a política. A idade continua sendo uma variável importante para explicar o desengajamento e desalinhamento eleitoral, mas o foco de muitos estudos dos anos noventa reside em identificar as diferenças, principalmente no que tange aos processos de socialização e os valores políticos da coorte etária que

supostamente têm se distanciado da política. O conceito de geração surge pela primeira vez nos trabalhos do sociólogo alemão Karl Mannheim já no início do século XX e passa a ser recorrente nos estudos de participação política desde os anos oitenta.

Geração é uma estrutura social, assim como classe e gênero, formada a partir da socialização em um mesmo contexto sócio-histórico, marcado por experiências comuns e que resulta em um conjunto compartilhado de significações (MANNHEIM, 1982). Desde o final dos anos setenta, a agenda de pesquisa de Ronald Inglehart tem demonstrado mudanças significativas nas prioridades valorativas das gerações mais novas em sociedades industriais avançadas (INGLEHART, 1977). A estabilidade e o crescimento econômico vivenciado desde o final da Segunda Guerra tem feito com que as gerações mais novas abandonem uma orientação materialista, que centra as suas atenções prioritariamente em questões como trabalho, inflação ou pensões, em detrimento de uma orientação pós-materialistas, preocupada com o meio ambiente, a liberdade de expressão, o consumo consciente e questões de identidade (INGLEHART, 1990).

As consequências desta mudança de valores na política podem ser observadas no surgimento dos novos partidos de esquerda, como os Partidos Verdes, e nos novos movimentos sociais que têm como pauta questões de identidade de gênero ou étnica (Idem, 1990). Por outro lado, os pós-materialistas possuem maiores recursos e dispõem de mais acesso a informação, o que os fazem mais críticos em relação as instituições democráticas. Como consequência, são mais céticos em relação ao funcionamento das mesmas, preferindo repertórios em que possam se manifestar diretamente, sem a necessidade de intermediários como partidos políticos, igrejas ou sindicatos (NORRIS, 2003a). Soma-se isso à opção por repertórios de participação que geralmente desafiam as elites políticas – participação não convencional – em detrimento de repertórios que são dirigidos pelas mesmas – participação convencional (INGLEHART, 1990)¹⁰.

A interpretação de Robert Putnam para o fenômeno do desengajamento juvenil e do desalinhamento partidário também se baseia no conceito de gerações. Mas as causas destes fenômenos e as consequências dos mesmos são diferentes das que foram propostas por Inglehart. As gerações mais novas estão se distanciando da política porque carecem de

¹⁰ Em relação a tipologia de classificação, Inglehart sugere a existência de duas modalidades de repertórios. Ele define como *elite-directed actions* os repertórios que se relacionam à política institucional, como a participação convencional descrita em *Political Action*. Já o segundo tipo de repertório são as *elite-challenging actions*, que engloba as ações de protesto políticos (INGLEHART, 1990).

capital social para efetivar a sua participação. Resgatando a visão de Tocqueville (2004) sobre a democracia nos Estados Unidos, que via na intensa atividade comunitária o sucesso do desenvolvimento da mesma, Putnam observa que este tipo de associativismo está em declínio. As atividades coletivas estão sendo substituídas por formas de lazer individual, como a televisão. Com menos espaços comunitários, os norte-americanos deixam de contar com os mesmos para discutir as soluções de problemas comuns e também passam a confiar menos uns nos outros, diminuindo o capital social responsável por promover a mobilização política (PUTNAM, 2001). De acordo com Putnam:

Ironicamente, no momento de maior triunfo da democracia liberal, também há insatisfação no desempenho das principais instituições sociais, incluindo as instituições do governo representativo, entre as democracias estabelecidas da Europa Ocidental, da América do Norte e do Leste Asiático. Pelo menos nos Estados Unidos, há razões para suspeitar que algumas condições sociais e culturais fundamentais para uma democracia eficaz podem ter sido corroídas em décadas de ressentimento, resultado de um processo gradual, mas generalizado, de desengajamento cívico¹¹. (PUTNAM; GOSS, 2002, p. 4)

O diagnóstico de Putnam sobre o desengajamento gerou bastante impacto por conta do seu conceito de capital social. O próprio autor identificou a relação entre este conceito e o desempenho institucional (PUTNAM, 1993). Inglehart encontrou uma relação entre o que ele define como cultura cívica¹², que possui o capital social como um de seus componentes, e a estabilidade dos regimes democráticos (INGLEHART, 1988). Se a erosão das atividades comunitárias é a causa da do desengajamento político, diversos autores procuraram entender o porquê das gerações mais novas terem diminuído o seu engajamento em ações cívicas. A partir do início do século XXI, o conceito de participação política se dilata mais uma vez, incorporando o engajamento cívico como uma modalidade de participação (van DETH, 2001).

A definição conceitual de engajamento cívico é ambígua, uma vez que envolve desde atividades altamente políticas até algumas desprovidas de total sentido político, englobando as atividades voluntárias desenvolvidas no interior das comunidades, no trabalho, nas escolas, igrejas entre outros (FIORINA, 2002). A importância deste tipo de

¹¹ “Ironically - just at the moment of liberal democracy’s greatest triumph there is also unhappiness about the performance of major social institutions, including the institutions of representative government, among the established democracies of Western Europe, North America, and East Asia. At least in the United States, there is reason to suspect that some fundamental social and cultural preconditions for effective democracy may have been eroded in recent decades, the result of a gradual but widespread process of civic disengagement.”, no original.

¹² Inglehart define a cultura cívica como “uma síndrome coerente de satisfação com a vida pessoal, satisfação política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente” (INGLEHART, 1988, p. 1203).

atividade para o desenvolvimento ou manutenção da democracia reside em seu potencial de estabelecer laços de cooperação mútua e gerar confiança interpessoal entre os seus participantes, bem como em desenvolver habilidades cívicas necessárias para a construção da cidadania. O engajamento cívico tem sido objeto de estudo de uma ampla parcela de pesquisadores, principalmente preocupados em entender como os jovens acessam este tipo de atividade e qual o seu papel na construção da cidadania (FINLAY; FLANAGAN, 2013; FINLAY; FLANAGAN; WRAY-LAKE, 2011; FLANAGAN; LEVINE, 2010; TORNEY-PURTA, 2002).

A relação entre participação em associações e organizações e a participação política, apesar de auto evidente, foi confirmada empiricamente durante os anos noventa. Entre os diversos estudos que comprovaram esta relação destaca-se o trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995). O modelo do voluntarismo cívico desenvolvido por estes autores possui três componentes. O primeiro são os recursos, onde destacam-se o tempo livre, os recursos financeiros e a posse de habilidades cívicas, que foram mensuradas por atividades como organizar uma reunião, fazer um pronunciamento ou escrever uma petição. O segundo componente do modelo de Verba e seus colaboradores é definido como engajamento, aqui definido como o interesse por política, o sentimento de eficácia, acesso à informação e o vínculo com partidos políticos ou questões ideológicas específicas. Por fim, o ultimo componente do modelo do voluntarismo cívico é o recrutamento, ou o que os autores anteriores definem como engajamento cívico (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Todos estes três componentes motivam a participação, o que leva a concluir que as pessoas “participam politicamente porque podem, porque querem e porque alguém as convocam.” (UHLANER, 2001, p. 11080).

Do ponto de vista teórico os autores endereçam uma importante questão à teoria democrática. Se uma das características de um governo democrático é a responsividade (DAHL, 1997), ou seja, a capacidade de atender os anseios e as demandas dos seus cidadãos, haveria um problema para a democracia se uma parcela significativa da população não tivesse meios de vocalizar as suas necessidades. O que Verba et. al (1995) demonstram é justamente esta desigualdade de acesso ao Estado, uma vez que os recursos, engajamento e recrutamento estão distribuídos de forma desigual na população. O mérito deste trabalho, para além das contribuições dos seus achados empíricos sobre a participação política, é recolocar no centro do debate a importância da igualdade de condições para o bom funcionamento de um regime democrático.

3.2 O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Como salienta van Deth (2001), a inclusão de formas de engajamento cívico nos estudos sobre comportamento político ampliou demasiadamente o conceito de participação, ao incluir uma série de atividades tidas como não políticas e que não possuem como objetivos influenciar o *policy making* ou a escolha de governantes. Este tipo de ação faz referência a uma cultura cívica que enfatiza a obediência, a passividade e a participação moderada. De acordo com Dalton (2008) o aumento da mobilização cognitiva e a dispersão de valores de auto expressão nas gerações mais novas tem modificado os padrões de cidadania. Se antes o “bom cidadão” era aquele que fazia deferência às normas e tinha um senso de responsabilidade maior em relação às obrigações cívicas, hoje esta visão se tornou insuficiente para descrever o padrão de cidadania das gerações mais novas, que têm se afastado de suas obrigações cívicas – como votar ou participar de partidos políticos – e procurado atuar mais em seu contexto local, baseado em pautas que convergem com seus valores e crenças pessoais.

Van Deth sugere separar as atividades não políticas das atividades de caráter político. Sua recomendação vai no sentido de tratar de maneira distinta estes dois tipos de atividades. Entretanto esta é uma tarefa complexa, uma vez que as linhas que dividem estas ações são tênues, já que ativismo político hoje não se resume apenas a relação entre os cidadãos e os governos. Booth e Seligson ao estudar a participação política na América Latina já identificavam que os alvos dos repertórios eram muitas vezes mais amplos e envolviam instituições para além dos governos. Levando isto em consideração definem a participação política como o “comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição de bens públicos” (BOOTH; SELIGSON, 1978, p. 6). Norris, por sua vez, observa que os repertórios de participação política não mais se pautam unicamente em influenciar as ações dos governos e dos representantes eleitos. Segundo esta autora a ação política também se organiza em torno de valores ou de uma causa. Para Norris:

Uma característica importante dos repertórios orientados por causa é que eles se ampliaram em direção ao engajamento na política do "consumidor" e do "estilo de vida", onde a linha divisória precisa entre o "social" e o "político" se quebra ainda mais. Essas atividades são exemplificadas pelo trabalho voluntário em cooperativas de reciclagem, ajuda em abrigos de mulheres em situação de risco, ou angariando fundos para uma escola local, bem como protestando em locais de exploração madeireira, boicotando bens feitos por empresas que usam trabalho degradante e comprando produtos cosméticos que evitam o uso de testes em animais. Pode-se argumentar que estes tipos de atividades, embora tenham

importantes consequências sociais e econômicas, ficam fora da esfera do estritamente "político" per se¹³. (NORRIS, 2003b, p. 5).

A definição de Norris sobre a participação política é a mais condizente com a teoria da emancipação humana uma vez que ela justamente considera a ação em torno de valores. Uma característica importante da evolução dos repertórios é justamente a ampliação dos alvos a que são endereçadas as ações. Influenciar as ações do governo ou a escolha dos seus representantes (VERBA; NIE, 1972) é uma definição estreita demais para captar o ativismo que se orienta em torno de valores. Um exemplo desta transformação foram as *Slut Walks*, ou Marcha das Vadias, que tiveram início no Canadá e se espalharam ao redor do globo, tendo como principal pauta o fim da cultura do estupro.

Estas marchas representam como os repertórios políticos também se estruturam em torno de valores, mostrando que os conceitos estreitos que definem a participação política como o processo de *policy making* ou a escolha de representantes são insuficientes para captar a natureza deste novo tipo de ativismo. Uma definição de participação política deve considerar este tipo de ação, dado que estas são cada vez mais frequentes. Isso implica aceitar que o Estado ou o governo não são as únicas instituições nas quais as ações políticas são direcionadas. A definição de Booth e Seligson (1978) é razoável, pois entende que o Estado não é o único responsável pela distribuição dos bens públicos, entretanto ainda não considera o ativismo orientado por valores.

Uma definição que leva em consideração tanto o caráter múltiplo dos alvos da participação quanto a possibilidade da ação ser direcionada a influenciar o *policy making*, a escolha de representantes ou os valores de uma sociedade pode ser encontrada em Brady (1999), que define a participação como “ações de cidadãos comuns direcionadas no sentido de influenciar algum *outcome* político” (BRADY, 1999, p. 737 apud TEORELL et al., 2007). A participação política é uma ação realizada por cidadãos comuns, não por elites políticas, que tem por objetivo influenciar algum resultado político, seja ele a escolha dos representantes, os valores em uma sociedade, o uso racional dos recursos ou alguma política

¹³ “An important characteristic of cause-oriented repertoires is that these have broadened towards engaging in ‘consumer’ and ‘life-style’ politics, where the precise dividing line between the ‘social’ and ‘political’ breaks down even further. These activities are exemplified by volunteer work at recycling cooperatives, helping at battered women’s shelters, or fundraising for a local school, as well as protesting at sites for timber logging, boycotting goods made by companies using sweat shop labor, and purchasing cosmetic products which avoid the use of animal testing. It could be argued that these types of activities, while having important social and economic consequences, fall outside of the sphere of the strictly ‘political’ per se.” no original.

pública específica. É preciso reconhecer que é uma definição ampla e pouco precisa, mas, dada a natureza da participação política na contemporaneidade, ela é capaz de considerar as mudanças recentes na natureza do ativismo político.

3.3 EFEITOS DOS VALORES NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O primeiro efeito a ser constatado pela mudança valorativa é a alteração na natureza do conflito político. Se em um ambiente de insegurança material a disputa se dava entre polos organizados de acordo com a sua posição na cadeia de produção, ou seja, entre a esquerda e a direita, a dispersão de valores pós-materialistas reorienta estes conflitos em torno de prioridades valorativas. Isto altera a identificação partidária nos países pós-industriais, com os filhos da classe média, mais escolarizados e sem preocupações materiais, passando a se identificar com partidos mais de esquerda, mas que não possuem como pauta única uma política redistributiva. Também levantam bandeiras em prol de causas relacionadas às minorias, a conservação do meio ambiente, a ampliação dos direitos das mulheres e a valorização da liberdade de expressão. A partir dessa mudança valorativa uma nova esquerda emergiu na Europa, pautando a sua atuação em torno de valores. A classe trabalhadora, tradicionalmente representada pelos partidos de esquerda, não vê mais seus interesses nesta nova política e passa a migrar para os partidos de direita, mais conservadores e com pautas mais congruentes com os seus ideais (INGLEHART, 1971, 1990).

Um exemplo dessa mudança é a emergência de uma preocupação maior com questões relacionadas a sociedade de riscos. Novas pautas políticas passam a emergir, levantando demandas relacionadas ao meio ambiente. Mesmo tendo uma característica universal, estando presentes na maioria das sociedades atualmente (BRECHIN; KEMPTON, 1994), aqueles que manifestam valores pós materialistas são muito mais propensos a tomar esta questão como pauta política (ABRAMSON, 1997; INGLEHART, 1995; KIDD; LEE, 1997; LEE; NORRIS, 2000). Inglehart (1995) reconhece a natureza complexa do fenômeno ambientalista, mas aponta que a mudança cultural tem colaborado para que a questão ganhe visibilidade. Brechin e Kempton (1994) tentam argumentar que este fenômeno está presente tanto em sociedades em desenvolvimento quanto em países pós-industriais, questionando o papel da dispersão de valores de auto expressão na emergência desta pauta. Kidd e Lee (1997) concordam com a questão da universalidade das preocupações ambientais, mas salientam que os pós materialistas é que são mais propensos a manifestá-la.

Kidd e Lee (1997) e Norris (2000) confirmam em países em desenvolvimento que o perfil daqueles que se preocupam com a questão ambiental é o mesmo daqueles que tem potencial em participar em ações de protesto: Jovens, com alta escolaridade, interessados em política e que manifestam valores de auto expressão.

Outra questão afetada pela dispersão de valores de auto expressão é o aumento da tolerância. Inglehart (1971) já identificava que a posse de tais valores estava relacionada com a aprovação da integração europeia. Valores de auto expressão também se relacionam com uma postura mais liberal, no sentido de aceitação das diferenças e respeito às minorias. Sociedades com altos níveis de valores de auto expressão demonstram alta correlação com a tolerância à homossexualidade, ao aborto, à convivência com imigrantes, entre outros (INGLEHART, 1997). No contexto latino americano, esta relação também se confirma (RIBEIRO, 2010). Segundo Inglehart e Welzel (2005):

Valores de auto expressão enfatizam a tolerância da diversidade e o aumento de demandas por participação nas decisões tomadas na economia e na vida política. A mudança para valores de auto expressão está relacionada com um aumento do sentimento de segurança existencial e autonomia humana, o que produz uma cultura humanista de tolerância e confiança, onde as pessoas atribuem alto significado na liberdade individual e auto expressão, tendo uma orientação política ativista. (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 56¹⁴).

Esta valorização da tolerância e da liberdade individual também incidem sobre a questão da igualdade de gênero e afetam os padrões de comportamento sexual (INGLEHART, 1990, 1997). Na questão do empoderamento feminino, a mudança de valores contribui para uma maior igualdade de gênero, aumentando a demanda por mudanças institucionais que garantam a representatividade da mulher e, ao mesmo tempo, tornando o ambiente mais favorável para as mulheres disputarem eleições. Os valores desempenham um papel importante na questão da representação feminina, ao mesmo tempo em que são mediados por tradições religiosas (INGLEHART; NORRIS, 2003). Segundo Norris (2013),

Teorias da mudança de valores enfatizam que as identidades fixadas pelo nascimento, incluindo aquelas baseadas no sexo biológico, estão cedendo cada vez mais lugar para identidades mais flexíveis de escolha, incluindo menos

¹⁴ “Self-expression values emphasize tolerance of diversity and rising demands for participation in decision making in economic and political life. The shift from survival values to self-expression values is linked with a rising sense of existential security and human autonomy, which produces a humanistic culture of tolerance and trust, where people place a relatively high value on individual freedom and self-expression and have activist political orientations.”, no original.

conformidade com a definição estrita de papéis de gênero para mulheres e homens. (NORRIS, 2013, p. 245¹⁵, grifo da autora).

No campo da participação política, a mudança valorativa tem reorientado a ação, antes conduzida por elites políticas, para repertórios que desafiam estas elites (INGLEHART, 1979a). Seguros quanto a sua sobrevivência física, aqueles que possuem a auto expressão entre as suas prioridades valorativas tendem a dispor de mais tempo para se envolver em metas de longo prazo. Sendo uma minoria, aquilo que atribuem como sendo prioritário tende a ser deixado de lado no debate político, fazendo-os menos satisfeitos com *status quo*. A desordem ou o possível dano causado por ações de protesto tendem a ser avaliados de forma menos negativa pelos pós materialistas. Em síntese,

[...] pós-materialistas possuem uma grande disponibilidade de energia física para a política, apoiam menos a ordem social estabelecida e, subjetivamente, possuem menos a perder com ações políticas não convencionais do que os materialistas. (INGLEHART, 1990, p. 310–11¹⁶).

Ao mesmo tempo tendem a valorizar menos a autoridade e a buscar canais de expressão política que valorizam a escolha, em detrimento de repertórios mobilizados por conta da lealdade. Existe um declínio nas agências tradicionais de participação política, como partidos, sindicatos e igrejas, ao passo que há um aumento na ação de repertórios de protesto, em que a adesão se mostra espontânea e pautada pela escolha (NORRIS, 2003b). Notadamente, as gerações mais novas, com mais acesso a escolaridade e socializadas em um ambiente mais próspero que a geração anterior, tendem a participar mais deste tipo de repertório político (CASTILLO, 2008; INGLEHART, 1979a, 1990; NORRIS, 2003b), ao passo que a sua participação em partidos políticos ou outros mecanismos relacionados a política institucional tem declinado (BLAIS; GIDENGIL; NEVITTE, 2004; DALTON, 2008a, 2013; NORRIS, 2003b; PUTNAM, 2001).

Por último, cabe ressaltar os impactos da mudança valorativa na esfera institucional. Inglehart e Welzel (2005) estabelecem um debate com teorias institucionalistas da democratização, principalmente aquelas que enfatizam o papel das elites e as suas escolhas

¹⁵ Theories of value change emphasize that fixed identities determined from birth, including those based on the biological characteristics of sex, give way increasingly to more flexible identities of choice, including less conformity to the strict demarcation of gendered roles for women and men.

¹⁶ [...] “Post Materialist have a larger amount of psychic energy available for politics, they are less supportive of the established social order, and subjectively, they have less to lose from unconventional political action than Materialists.”, no original.

na condução destes processos (O'DONNELL; SCHMITTER, 1986; PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997). De forma extremamente simplificada, esta corrente advoga que os processos que conduzem a democracia se resumem ao comportamento que as elites adotam. O desenvolvimento econômico, a modernização e os valores culturais não seriam variáveis explicativas para entender porque uma nação adota uma forma específica de governo. Inglehart e Welzel (2005) procuram refutar as interpretações institucionalistas e demonstram que desenvolvimento econômico, valores e democracia estão correlacionados. Para isto eles resgatam o postulado clássico formulado por Almond e Verba (1989) de que a manutenção de um regime democrático depende de uma cultura política congruente com este tipo de regime, mas salientam que o desenvolvimento econômico produz a mudança de valores que leva a pressão pelo aprofundamento do regime democrático. A cadeia de eventos proposta seria essa:

1) o crescimento econômico proporciona cada vez mais condições existenciais favoráveis; 2) estas aumentam a massificação dos valores de auto expressão, os quais atribuem alta prioridade a liberdade humana e a escolha; 3) estes valores mobilizam forças sociais que buscam a adoção da democracia, se ela ainda não está assegurada, e favorecem a manutenção e o aprofundamento desta, caso ela já exista. (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 172¹⁷)

Os autores endereçam as suas afirmações a duas proposições específicas acerca dos processos de democratização. A primeira é o elitismo institucional, que enxergam as elites políticas e as suas escolhas institucionais como a principal causa da manutenção ou não da democracia (O'DONNELL; SCHMITTER, 1986; PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997). A segunda é a afirmação de que uma cultura cívica é resultado de avaliação positiva dos bons retornos institucionais (BARRY, 1978; JACKMAN; MILLER, 1998; MULLER; SELIGSON, 1994; SELIGSON, 2002). Ao testar a relação entre valores e instituições, Inglehart e Welzel (2005) demonstram que os valores e os recursos incidem sobre a qualidade da democracia atual e que a tradição democrática, por sua vez, tem um efeito menor sobre os valores.

Os autores ainda testam a efetividade da democracia, por meio de uma medida formada a partir do índice de liberdade construído pela *Freedom House* e o índice de controle da corrupção do Banco Mundial. Eles identificam que existe uma correlação positiva muito

¹⁷ “[...] (1) socioeconomic development brings increasingly favorable existential conditions; (2) this gives rise to mass self-expression values, which place a high priority on human freedom and choice; (3) these values mobilize social forces that seek the adoption of democracy, if it is not yet in place, and favor the survival and deepening of democracy, if it is already in place.”, no original.

maior entre esta medida e a média dos valores de auto expressão dos países do que com a tradição democrática dos mesmos. Eles ainda correlacionam as medidas de pós materialismo com a tradição democrática, mas os resultados mostram uma correlação muito pequena entre estas duas variáveis. O que Inglehart e Welzel procuram demonstrar é que a cultura tem um papel importante no fortalecimento e consolidação da democracia e que é uma variável fundamental para entender porque os regimes democráticos são bem-sucedidos ou falham. Welzel e Dalton (2013) confirmam esta hipótese utilizando dados mais recentes do *World Values Survey*. O que eles denominam como cultura assertiva está intimamente ligada a uma maior demanda por responsividade e controle das elites políticas, produzindo governos mais íntegros. Alertam então para o fato de que,

Certamente, o crescimento de culturas assertivas apresenta novos desafios para as democracias. Um público mais assertivo coloca novas demandas no processo político. Ele também produz mais contenção e conflito. E isto pode questionar a existência de instituições democráticas e requerer reformas para atualizá-las para as necessidades contemporâneas. Eventualmente, entretanto, o aumento da cultura assertiva nos leva para perto de realizar a promessa inspiracional chave da democracia: empoderar as pessoas para fazê-las decidir por si mesmas e fazer as suas preferências ouvidas e levadas em conta na política (WELZEL; DALTON, 2013, p. 306¹⁸).

O empoderamento humano coloca novas questões frente a democracia, indica que uma dada população possui recursos suficientes para se engajar no processo político e colocar as suas demandas na agenda governamental e que é capaz de avaliar o desempenho do regime democrático e o funcionamento de suas instituições. Ao mesmo tempo há a busca por garantias legais que permitam assegurar o exercício da liberdade através de demandas por respeito às liberdades individuais, direitos participativos, igualdade e maior desempenho institucional. Evidentemente que todas estas demandas colocadas geram conflitos e o aumento de ações contenciosas. O empoderamento amplia os repertórios de ação política extrapolando os canais institucionais de participação. Mas apesar do surgimento de novas demandas e conflitos, há um certo consenso entre os pesquisadores da mudança valorativa de que ela é benéfica e pode levar às reformas necessárias para o aprimoramento da democracia (INGLEHART, 1997; NORRIS, 2003a; INGLEHART; WELZEL, 2005;

¹⁸ Certainly, rising assertive cultures present new challenges for democracies. A more assertive public places new demands on the political process. A more assertive public also produces more contention and conflict. And it may question existing democratic institutions and require reforms to update them to meet contemporary needs. Eventually, however, rising assertive cultures bring us closer to realizing democracy's key inspirational promise: empowering people to make their own decisions and to make their preferences heard and counted in politics.

DALTON, 2008a; WELZEL, 2013; WELZEL; DALTON, 2013). Cabe agora verificar como a mudança de valores afeta a participação política na América Latina.

3.4. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Dado o objetivo do presente trabalho – identificar os efeitos dos valores emancipatórios no comportamento e na cultura política em países da América Latina – é imprescindível comparar diferentes casos, ou países, a fim de verificar a regularidade das preposições teóricas. O termo “comparação” na ciência política adquiriu diferentes significados (LIJPHART, 1975), que variam desde uma abordagem que não se enquadra como um método de pesquisa (EINSENSTADT, 1968) até a definição de que toda a ciência é feita por meio de comparações (LASSWELL, 1968). Aqui adotamos a definição de Lijphart (1975, p.4) de método comparativo como uma maneira de “descobrir o relacionamento empírico entre variáveis”.

A ideia de estudos comparativos, entretanto, traz uma série de limitações quando comparados a outras metodologias científicas. Ele não possui a possibilidade de controle das variáveis respostas nem dos incentivos como em um experimento conduzido pelo pesquisador (COLLIER, 1993; LIJPHART, 1975). Entretanto, poucos objetos de pesquisa na ciência política permitem uma abordagem experimental. O método comparativo é descrito como uma forma de contornar esta impossibilidade.

Outra questão que se levanta em pesquisas que se valem desta metodologia é o pequeno número de casos para um grande número de variáveis¹⁹. Afim de evitar esta limitação, Lijphart (1975) aponta três potenciais soluções: 1) aumentar o número de casos; 2) focar em casos comparáveis; e 3) reduzir o número de variáveis. A primeira e a terceira opção são auto intuitivas e quase sempre dependem de fatores que antecedem o desenvolvimento da pesquisa. Aumentar o N analisado depende, quase sempre, da disponibilidade de dados ou da capacidade de recursos do pesquisador em coletá-los. Já a redução do número de variáveis se relaciona com os objetivos e o próprio desenho da pesquisa.

¹⁹ “Many variables, small N”.

Por esta razão, a maior deficiência dos estudos que empregam esta metodologia encontra-se durante a seleção de casos. Muitas críticas direcionadas à estudos desta natureza recaem sobre a escolha das unidades de análise. De acordo com Geddes:

As causas aparentes de que todos os casos selecionados têm em comum podem revelar-se tão comuns entre os casos que o efeito que deveria ter causado não ocorreu. Os relacionamentos que parecem existir entre causas e efeitos em uma pequena amostra selecionada podem desaparecer ou ser revertidos em uma amostra aleatória. Argumentos que parecem plausíveis se um estudo histórico ou uma série de tempo finalizada em uma determinada data podem parecer ridículos se os anos incluídos no estudo forem alterados ou aumentados. Em suma, selecionar casos na variável dependente implica uma alta probabilidade de obter a resposta errada²⁰. (GEDDES, 1990, p. 24).

Um exemplo ilustrativo desta situação pode ser encontrado na crítica elaborada por Michell Seligson o artigo de Inglehart sobre o renascimento da cultura política. Neste trabalho o segundo pesquisador afirma que a existência de uma “síndrome de atitudes positivas” – satisfação com a vida, confiança interpessoal e satisfação com a democracia – colabora com a manutenção e estabilidade de um regime democrático (INGLEHART, 1988). Entretanto, ao ampliar o número de casos, Seligson (2002) constatou que esta relação desaparece, existindo apenas para um conjunto de nações altamente desenvolvidas.

Uma das estratégias apontadas por Lijphart (1975) para evitar a ocorrência de enviesamento gerado pela seleção dos casos é a escolha de unidades passíveis de comparação. Isto significa construir uma amostra homogênea e que compartilhe um conjunto de características comuns. Os estudos comparativos de área são uma forma simples de proceder a escolha de casos e têm se difundido não só na ciência política, como em outras áreas.

Esta metodologia implica escolher um conjunto de casos que são geograficamente próximos, dado que existe uma maior probabilidade de países pertencentes a uma determinada região compartilhar características culturais ou históricas em comum (MACRIDIS; COX, 1953), mesmo que algumas delas não sejam inerentes a nenhum conjunto específico de casos.

²⁰ “Apparent causes which all the selected cases have in common may turn out to be just as common among cases in which the effect they were supposed to have caused has not occurred. Relationships which seem to exist between causes and effects in a small selected sample may disappear or be reversed in a random sample. Arguments which seem plausible if a historical study or time series ends at a particular date may seem ludicrous if the years included in the study are changed or increased. In short, selecting cases on the dependent variable entails a high probability of getting the wrong answer.”, no original.

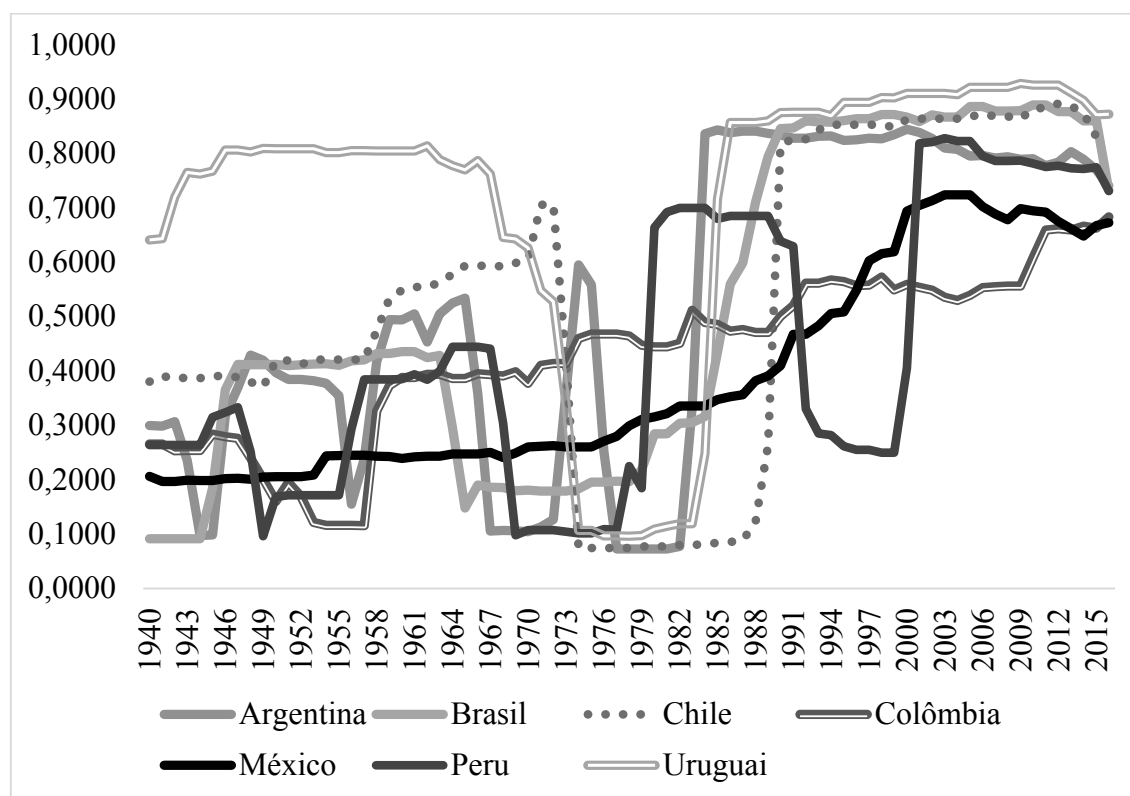
3.4.1 Escolha dos Casos

Como foram empregados os dados produzidos pelo projeto *World Values Survey* (WVS) a seleção da amostra se limitou aos países da América Latina onde foram realizados levantamentos por este projeto. Outra restrição imposta foi a necessidade de se construir uma série histórica, logo a escolha dos casos se limitou as nações que foram incluídas em três ou mais ondas do WVS. Levando em consideração este dois limitadores, a amostra final compreende a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai.

Todos os países, com exceção do México, vivenciaram períodos de ditaduras em sua história recente. De acordo com os dados produzidos pelo projeto *Varities of Democracy* (V-DEM)²¹ sobre a qualidade da democracia, os períodos de exceção são: Argentina entre 1967 e 1982, o Brasil de 1965 a 1987, o Chile entre 1974 e 1990, a Colômbia de 1950 a 1958, o Peru de 1969 a 1980 e entre 1991 e 2001, e o Uruguai de 1968 a 1986, conforme mostra a série histórica abaixo:

²¹ Esta medida é inspirada no conceito de poliarquia de Robert Dahl (1997) e é composto por cinco sub índices: 1) existência de eleições limpas, 2) existência de representantes eleitos, 3) liberdade de expressão expandida, 4) liberdade de associação e 5) porcentagem da população com sufrágio. Para cada uma das medidas são atribuídas notas por especialistas ou coletados dados empíricos que mensuram diretamente o componente do construto.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA



Os casos são relativamente similares entre si no sucesso que obtiveram em implementar uma democracia representativa. Analisando os valores do último ponto da série pode-se constatar que os países selecionados também demonstram bastante proximidade uns com os outros. Com exceção da Colômbia e do México, todos apresentam um Índice de Democracia Eleitoral acima de 0,7. Mesmo nestas duas situações, os valores apresentados ainda se mostraram muito próximos.

Em relação as similaridades socioeconômicas os casos selecionados também se mostram similares entre si²². Considerando este conjunto de características comuns – história recente, nível atual da democracia e fatores econômicos e sociais – podemos afirmar que os países selecionados se enquadram naquilo que Lijphart (1975) define como casos comparáveis.

²² Esta similaridade pode ser percebida nas análises desenvolvidas no Capítulo 4, onde é descrito a evolução dos recursos de ação nos casos presentes neste (PIB *per capita*, acesso à internet e escolaridade média).

3.4.2 Dados

Para analisar a relação entre participação, cultura política e valores emancipatórios foram utilizados os dados produzidos pelo projeto *World Values Survey*²³. O WVS surgiu a partir da iniciativa de Ronald Inglehart e é formado por uma rede global de cientistas sociais que estudam o processo de mudança valorativa. Atualmente cobre quase 100 países, com uma amostra representativa de cerca de 90% da população mundial²⁴.

QUADRO 3 - LEVANTAMENTOS FEITOS PELO WVS (ARGENTINA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, MÉXICO, PERU E URUGUAI)

Segunda Onda (1990-1994)	Terceira Onda (1995-1998)	Quarta Onda (1999-2004)	Quinta Onda (2005-2009)	Sexta Onda (2010-2014)
Argentina	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina
Brasil	Chile	Chile	Brasil	Brasil
Chile	Colômbia	México	Chile	Chile
México	México	Peru	Colômbia	Colômbia
	Peru		México	México
	Uruguai		Peru	Peru
			Uruguai	Uruguai

Fonte: *World Values Survey*.

Desde 1981 este projeto realiza sucessivas “ondas”, nas quais são produzidas pesquisas de opinião com uma amostra representativa para cada país incluído no levantamento, onde uma equipe local de pesquisadores supervisiona a coleta de dados. A inclusão das localidades em cada onda não é fixa, variando conforme a disponibilidade de recursos e financiamento em cada país. O Quadro 3 mostra quais países estão presentes em cada uma das ondas do *WVS*:

Durante a sexta onda fizeram parte do universo toda a população politicamente ativa, urbana e rural. A Tabela 1 traz o tamanho da amostra e o intervalo de confiança de confiança da sexta onda do WVS:

TABELA 1 – TAMANHO DA AMOSTRA E ERRO MÁXIMO

País	N	Erro (95%)
Argentina	1030	3,0%
Brasil	1487	2,6%
Chile	1000	3,0%
Colômbia	1512	2,9%
México	2000	2,2%
Peru	1210	2,8%
Uruguai	1000	3,0%

Fonte: *World Values Survey*.

²³ Pesquisa Mundial de Valores.

²⁴ Fonte: <http://www.worldvaluessurvey.org/>. Acesso em 12 de Dezembro de 2017.

3.4.3 Modelagem dos Dados

Duas técnicas de modelagem de dados foram empregadas para testar a relação entre os valores emancipatórios e a participação e cultura política nos casos selecionados. Quando a variável resposta foi definida como contínua, optou-se por construir um modelo linear múltiplo. Esta técnica de análise estatística assume uma relação linear entre uma única variável dependente e um conjunto de variáveis preditoras (independentes). O seu objetivo é estimar ou prever o valor da variável resposta a partir do conjunto de variáveis independentes (HAIR JR. et al., 2010) através da seguinte fórmula:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n + e$$

Onde: Y é o valor predito da variável dependente; α é a constante, ou o valor assumido quando todos os valores das variáveis dependentes são iguais a 0; β é o coeficiente de regressão da variável X ; e e é o erro estocástico, ou não mensurável por βX . Os valores são ponderados através dos coeficientes de regressão e é possível estimar o valor de Y através do valor dos mesmos, multiplicados pelas respectivas variáveis e somados à constante.

Por sua vez, foram construídos modelos de regressão logística quando a variável resposta foi definida como dicotômica. Esta técnica estima a probabilidade do evento A ocorrer em detrimento do evento B (categoria de referência), considerando as variáveis independentes a partir de uma curva logística (HAIR JR. et al., 2010). Em síntese, um modelo logístico se vale das variáveis independentes para estimar a probabilidade de um dado evento acontecer a partir da fórmula:

$$\text{Logit}_i = \ln \left(\frac{\text{prob}_{\text{evento}}}{1 - \text{prob}_{\text{evento}}} \right) = b_0 + b_1 x_1 + \dots + b_n x_n$$

Os coeficientes são expressos em logaritmos e, depois de estimados, devem ser transformados em razões de chance utilizando a fórmula abaixo:

$$(1 - \text{Exp}(B)) \times 100$$

A partir do valor exponencial de B , obtém-se a razão de chance de um evento ocorrer, expresso em porcentagens. Quando a variável X é contínua ou escalar, cada incremento nesta medida produz um acúmulo nas razões de chance. Por exemplo, se a equação retornou uma razão de chance de 10%, o valor 2 da escala proporciona uma probabilidade equivalente do evento acontecer, enquanto no terceiro valor as razões de chance sobem para 20%.

Esta técnica, entretanto, exclui do cálculo dos coeficientes os casos em que uma ou mais variáveis apresentam casos omissos ou “não respostas”. Em um modelo bivariado casos ausentes podem ser considerados informações importantes, pois indicam a disposição ou capacidade do entrevistado em responder uma dada questão. Mas em modelos multivariados, a somatória de casos ausentes compromete a representatividade da amostra. Em alguns modelos construídos neste estudo, o número de exclusões ultrapassou os 27% do total da amostra.

A literatura identifica diferentes tipos de casos ausentes de acordo com a probabilidade de ocorrência dos mesmos (KING et al., 2001). Mas infelizmente não existem testes de confiabilidade para tratar deste tipo de situação e a classificação dos mesmos depende do julgamento de cada pesquisador (TANASOIU; COLONESCU, 2008). Como as questões apresentadas aos entrevistados pelo WVS não são oriundas de temas sensíveis ou complexos, podemos assumir que as não respostas são aleatórias.

Nestas situações onde a presença de casos omissos é aleatória, a imputação multivariada por equações encadeadas²⁵ (MICE) se mostra adequada para atribuir os valores ausentes das variáveis (BUUREN; GROOTHUIS-OUDSHOORN, 2011). O MICE corresponde a uma série de pequenos passos, ou concatenações de procedimentos univariados, para preencher os valores ausentes nas variáveis.

Por ser uma estimativa das possíveis respostas que os entrevistados dariam a uma dada questão a base de dados com os casos ausentes imputados foi utilizada apenas nos modelos de regressão logística, onde a presença dos mesmos afetava a proporção da variável resposta. O Apêndice I traz as tabelas de distribuição de frequências das bases de dados não imputadas e imputadas.

No início de cada capítulo empírico são apresentadas a recodificação das variáveis utilizadas na construção dos modelos. Elas também podem ser consultadas no Apêndice II,

²⁵ Multivariate imputation by chained equations (MICE).

onde é transcrito o *script* utilizado na análise de dados. Todos os testes estatísticos podem ser replicados a partir deste código. Os modelos foram construídos utilizando o ambiente de programação R.

4. TESTANDO A VALIDADE DAS MEDIDAS DE MUDANÇA DE VALORES²⁶

Os estudos sobre mudança de valores enfatizando o pós-materialismo (Inglehart; Welzel, 2005) ou a emancipação (Welzel, 2013) são empiricamente sustentados por medidas quantitativas produzidas por meio de respostas a questões de *surveys* aplicados internacionalmente. Os índices de Pós-Materialismo (PM) e de Valores Emancipatórios (VE) tratam de mensurar fenômenos parecidos, mesmo apresentando diferenças em sua composição. O primeiro (PM) é composto por uma bateria de doze itens, desenhada para captar as dimensões materialista e pós materialista, ou a ênfase que o indivíduo coloca em questões materiais ou na sua liberdade de auto expressão. Por se tratar de uma agenda de pesquisa com mais de trinta anos, o embasamento teórico e os trabalhos empíricos desenvolvidos com esta medida são mais consistentes. A sua relação com diferentes variáveis atitudinais e comportamentais e a forma como a mudança de valores ocorre é explicitada nos trabalhos de Inglehart e seus muitos colaboradores. Já o segundo índice (VE), apesar de carecer destes testes de validação empírica, se apresenta como uma melhoria, como iremos argumentar ao longo dessa seção.

Nossa intenção é mapear as diferenças entre estas duas medidas para identificar sua utilidade para estudar a mudança de valores na América Latina. Isso é feito por meio de testes de confiabilidade das duas escalas de forma comparativa. Primeiramente verificamos a consistência interna das variáveis que compõem os dois índices, avaliando o grau em que os valores das variáveis se sobrepõem uns aos outros de modo a justificar o agrupamento das mesmas em um único construto. Logo em seguida é testada a consistência externa dos índices, testando qual a sua capacidade explicativa sobre os fenômenos que ambos se propõem a explicar.

Esta metodologia obedece a duas abordagens distintas na criação de índices. A primeira delas é descrita na literatura como “reflexiva” (DIAMANTOPOULOS, 1996) e corresponde ao modelo clássico de criação de escalas descrito nos manuais de pesquisa quantitativa. Esta abordagem obedece a uma lógica dimensional (WELZEL, 2013), onde os elementos são agrupados com base nos efeitos que geram uns sobre os outros. Dimensão no caso seria o agrupamento das variáveis que possuem efeitos relacionados ou que têm a sua

²⁶ Parte dos resultados apresentados neste capítulo foram publicados na Revista Brasileira de Ciência Política, n.24, sob o título de “Mudança de valores em países latino-americanos: Comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios”.

variância explicada pela variância dos outros componentes. Pressupõe a existência de um fator comum, não necessariamente mensurável, que explica a covariação do conjunto (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010) e justifica o agrupamento das variáveis em uma única medida. O método mais recorrente de identificação destas dimensões é a extração de fatores por meio de uma análise de componentes principais ou análise fatorial. A segunda metodologia de construção de índices é definida como “formativa”, onde os componentes da escala são agrupados a partir da sua validação externa. (DIAMANTOPOULOS, 1996; DIAMANTOPOULOS; SIGUAW, 2006; DIAMANTOPOULOS; WINKLHOFFER, 2001; WELZEL, 2013). Diferente da sua contraparte “reflexiva”, esta segunda abordagem se preocupa em agrupar os itens da medida a partir da sua relação com a variável dependente e não pela existência de fatores comuns. Logo, o que é levado em conta na construção de um índice “formativo” não é a sua consistência interna e sim a sua validação externa.

4.1 ÍNDICES DE PÓS-MATERIALISMO E VALORES EMANCIPATÓRIOS

O índice de Inglehart possui duas dimensões antagônicas e foi desenhado para medir a mudança nas prioridades valorativas, de uma ênfase em metas materialistas em direção à pós-materialistas. Os doze itens que compõem a versão final da medida são obtidos por meio de três baterias de questões nas quais o entrevistado é instado a elencar a sua primeira e segunda prioridade dentre quatro opções: duas materialistas e duas pós materialistas. Não é possível aqui testar separadamente cada um dos itens, uma vez que a escolha de uma prioridade pós-materialista sempre é feita em detrimento de outra, levando a produção de uma correlação negativa entre duas opções de uma mesma dimensão quando os doze itens são separados.

Ao testar a integridade das medidas de pós materialismo no Brasil, Ribeiro (2007) optou por identificar apenas a dimensão pós-materialista. Para cada item que representa esta dimensão ele atribuiu o valor 1, tanto para a primeira quanto para a segunda opção e somou os resultados. Cada bateria gerou uma medida que varia entre 0 e 2, onde: 0 indica que o entrevistado elencou valores materialista como primeira e segunda prioridade; 1 indica que ele elencou, seja como primeira ou como segunda prioridade, um valor pós materialista; e 2 que o entrevistado selecionou como primeira e segunda prioridade dois valores pós materialistas.

Aqui é adotada uma solução parecida com a deste autor. Se o entrevistado selecionou opções pós-materialistas como primeira e segunda prioridade, foi atribuído um valor de 3. Caso ele tenha selecionado qualquer opção pós materialista como primeira prioridade, foi computado como valor 2. Se as opções pós materialista figuram apenas como segunda prioridade, o valor passa a ser 1. Se as opções materialistas figuram como primeira e segunda opção o valor correspondente é 0. Assim, cada medida forma uma escala de 4 pontos, ao invés de 3, como proposto por Ribeiro (2007). A exceção é a primeira medida, pois a opção “fazer das cidades e interior lugares mais bonitos”, que seria uma opção pós materialista relacionada a busca pela estética, é excluída no cálculo final do índice de PM. Existe uma interpretação dúbia desta questão, pois o entrevistado entende tanto como uma questão relacionada a segurança nos centros urbanos quanto como aspectos estéticos das cidades, podendo ser escolhida por indivíduos que possuem valores materialistas e pós-materialistas (INGLEHART, 1997). A medida 1 é então uma escala de 3 pontos, variando de 0 a 2.

O procedimento descrito acima não representa uma solução ideal, uma vez que não é possível identificar todas as dimensões das medidas de pós-materialismo. Mas dada a forma como estes valores são mensurados, é uma solução possível e viável. Aqui assume-se a existência de um fator comum, a síndrome de pós materialismo, entre as três medidas. Isto deveria ser responsável pela variância das três baterias, produzindo a consistência entre elas e, conseqüentemente, a confiabilidade interna do índice.

O mesmo processo é aplicado com o índice VE. A versão inicial dessa segunda medida possui quatro sub índices que representam quatro dimensões da emancipação humana: escolha, igualdade, voz e autonomia (WELZEL, 2013). Todavia, como em trabalhos posteriores o sub índice de autonomia é descartado (WELZEL; DALTON, 2013), optamos aqui por fazer o mesmo. Cada sub índice é composto por três variáveis do questionário do World Values Survey, recodificadas para variarem de 0 a 1.

O sub índice “escolha” é composto por três questões sobre a aceitação do aborto, do divórcio e da homossexualidade. O entrevistado é inquerido sobre o quanto tais comportamentos são justificáveis através de uma escala de dez pontos, onde 1 significa que “nunca são justificáveis” e 10 que “sempre o são”.

Já o sub índice “igualdade” utiliza perguntas que mensuram igualdade de gênero: a primeira delas indaga se em um cenário de escassez de empregos, as mulheres devem ser preteridas em relação aos homens no acesso ao trabalho e o entrevistado responde se

concorda, discorda ou nem concorda e nem discorda; a segunda questão se refere a igualdade de acesso à educação e pergunta aos entrevistados qual o seu grau de concordância em relação à afirmação de que “as vagas das universidades devem ser prioritariamente destinadas aos homens”; a terceira variável mensura a concordância com a afirmação de que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres, respondendo de forma idêntica a questão que trata sobre acesso à educação.

Por fim, o sub índice “voz” utiliza os itens “proteção da liberdade de expressão”, “mais voz nas decisões do governo” e “mais voz nas decisões locais” da bateria de pós materialismo de Inglehart. Os dois primeiros itens fazem parte da mesma bateria no questionário do WVS, na qual o entrevistado é indagado sobre a sua primeira e segunda prioridade. Se foi selecionado como primeira e segunda prioridade a “proteção da liberdade de expressão” e “mais voz nas decisões do governo”, é atribuído 1. Caso selecione apenas uma dentre as duas opções como primeira prioridade o valor é 0,66. Se uma destas duas respostas figuram entre a segunda prioridade, é atribuído 0,33. Se elas não forem selecionadas em nenhuma destas prioridades, o valor é igual a 0. Na bateria da qual “mais voz nas decisões locais” faz parte, apenas esta variável é selecionada, desta forma se ela figurar como primeira prioridade o valor do componente do sub índice é igual a 1, se for selecionada como segunda prioridade ele passa a ser 0,5 e se não for escolhida como primeira e nem segunda prioridade é definido como 0. Apesar do sub índice “voz” possuir três componentes, tal como os demais, ele é construído a partir de duas variáveis, dada a forma como os componentes são mensurados.

Se os três sub índices representam três dimensões distintas da emancipação humana, elas deverão aparecer no agrupamento de fatores, quando forem inseridos seus componentes em um mesmo modelo multivariado. Se fazem parte do mesmo fenômeno, os sub índices deverão ser agrupados em um único fator, uma vez que são causados pela diminuição dos constrangimentos relacionados a livre escolha. Desta forma o índice de VE será testado em dois níveis: o primeiro é a integridade interna dos sub índices e se eles se agrupam tal como descrito na teoria; o segundo nível por sua vez testa a integridade do índice como um todo, verificando a existência de uma dimensão entre os três sub índices quando somados.

O teste da confiabilidade do VE é mais rigoroso, pois primeiro testa se as variáveis que compõe cada sub índice se agrupam como tal, para em seguida verificar se os três sub índices se agrupam em uma única dimensão. A maneira como o índice de VE é mensurado

permite este nível de rigor, ao contrário do índice de PM. Mesmo que aqui esteja sendo feita uma comparação da confiabilidade entre dois índices distintos, não há razões para não adotar procedimentos mais rigorosos para um dos casos se os dados permitem fazê-lo.

Os procedimentos acima descritos permitem mensurar a confiabilidade do índice a partir de uma perspectiva “reflexiva”. O que interessa nesta abordagem é a confiança interna dos componentes da medida composta, a partir da existência de dimensões e padrões de covariância que justifiquem o agrupamento dos componentes em um único índice. Alternativamente, uma abordagem distinta advoga a ideia de que um índice pode ser criado a partir de uma lógica combinatória embasada em uma justificativa teórica acerca do fenômeno estudado. Definida como “formativa”, (DIAMANTOPOULOS, 1996) a validação da confiabilidade do índice não ocorre por meio da consistência interna de seus componentes, mas pela sua capacidade teórica de explicar a causa do fenômeno estudado (Idem, 1996).

Diferente de uma escala “reflexiva”, um índice “formativo” não possui partes intercambiáveis, ou seja, a remoção de um componente altera substancialmente a natureza da medida. Isto ocorre porque a relação entre os componentes do índice ocorre de maneira exógena, e não pela existência de dimensões. A validação interna da nova medida não é necessariamente significativa, já que a justificativa de agrupamento das variáveis segue uma lógica teórica, não obedecendo parâmetros ou limites convencionais. A confiabilidade do índice deve ser medida através dos seus efeitos ou pela sua capacidade de explicar o fenômeno que se propõe a mensurar (DIAMANTOPOULOS; WINKLHOFFER, 2001).

Para a validação dos índices de PM e VE usando uma abordagem “formativa” são utilizadas duas variáveis que representam a causa e as consequências de tais valores. Conforme descrito nos capítulos anteriores, tanto Inglehart (1971) quanto Welzel (2013) definem como causa dos respectivos fenômenos que estudam as condições objetivas de vida. A síndrome de pós materialismo, de acordo com a hipótese da escassez (INGLEHART, 1990), afirma que os indivíduos atribuem prioridade à sua sobrevivência imediata. Apenas quando a sobrevivência física não se encontra sob risco, as pessoas poderiam deslocar suas prioridades valorativas para perseguir objetivos relacionados à estética, ao desenvolvimento intelectual e a busca pela liberdade (Idem, 1990). Este deslocamento nas prioridades valorativas aconteceria por meio de câmbios geracionais: segundo a hipótese da socialização, indivíduos que vivenciaram os seus primeiros anos de vida em um ambiente de escassez material ainda manteriam valores materialistas. Na medida em que as gerações

futuras são socializadas sem restrições à sobrevivência física, esta deixa de figurar no seu rol de prioridades, deslocando a sua atenção para metas pós materialistas.

Welzel (2013) por sua vez, afirma que os seres humanos possuem um desejo universal pela liberdade, mas condições existenciais impõem limites para exercer a livre escolha. De acordo com a sua teoria, o indivíduo vai atribuir baixa utilidade para a liberdade se viver em um ambiente escasso de recursos de ação: recursos materiais, intelectuais e de conexão. Na medida em que estes recursos são incrementados, também aumentam as suas capacidades para exercer a liberdade universal. Este empoderamento existencial leva a validação utilitária da escolha e, por sua vez a valorização da mesma. Tal processo é denominado empoderamento psicológico e é responsável pelas motivações para exercer a liberdade.

As condições objetivas de vida figuram então como causa da síndrome de pós materialismo e do empoderamento humano tal como descritos por Inglehart (INGLEHART, 1977, 1990; INGLEHART; WELZEL, 2005) e Welzel (2013). De acordo com ambas as teorias, sociedades mais ricas teriam uma proporção maior de indivíduos com valores pós materialistas ou emancipatórios, uma vez que teriam menos preocupações relacionadas a sobrevivência física. Como medida de disponibilidade de recursos utilizamos em nossos testes o produto interno bruto *per capita* (PIB *per capita*), medido em dólares e com valores constantes, tendo como referência o ano de 2010. Tal medida é cruzada com a proporção da população de cada país que manifesta tais valores. A linha de corte para ambas as medidas é a mediana do índice. Desta forma foi definido como portador de valor pós materialistas todos os indivíduos que se encontram entre os valores 3 e 5. Já aqueles que manifestam valores emancipatórios foram definidos como os que se situam entre 0,51 e 1.

Diferente do que é feito no teste da consistência interna, aqui foi feita a opção de não restringir a análise apenas para os países da América Latina. Dado o número de casos, foram incluídos nesta parte da análise todos os participantes da sexta onda do *World Values Survey*, conforme listados na Tabela 2. Qatar e Singapura foram retirados da análise por apresentarem valores muito destoantes do restante da amostra. Tanto os valores de VE quanto PM foram demasiado baixos, comparados com o PIB *per capita*. Hong Kong também foi removida da análise pela ausência de dados complementares. Se a manifestação de valores pós materialistas e emancipatórios é influenciada pelas condições materiais e os recursos disponíveis, sociedades mais ricas teriam uma proporção maior de indivíduos portadores de tais valores. Consequentemente, a relação linear entre o PIB *per capita* e a

proporção da população que manifestam valores PM ou VE seria positiva. Quanto maior a relação linear, mais condizentes são as expectativas teóricas em relação aos achados empíricos.

As duas teorias relacionam a posse de valores PM e VE à uma postura mais democrática e operam com base teórica idêntica: a posse de maiores recursos elimina as restrições para agir conforme as próprias escolhas, aumentando a capacidade das pessoas agirem conforme as suas escolhas, no caso da teoria do desenvolvimento humano (INGLEHART; WELZEL, 2005), ou validando a utilidade atribuída à liberdade, aumentando as motivações para agirem livremente (WELZEL, 2013). Com aumento das capacidades e motivações para exercer a liberdade aumentariam também as demandas por garantias legais para exercê-la (Idem, 2013; Ibidem, 2005). É lógico supor então que exista uma relação, observável no nível individual, entre a posse destes valores e uma posição de valorização da democracia.

Ribeiro (2011) encontrou uma relação entre a posse de valores pós materialistas e uma postura de valorização da democracia no contexto brasileiro. Gibson e Duch (1994) observam fenômeno parecido na Rússia. Inglehart e Welzel (2005) associam a disseminação de tais valores aos processos de democratização. Por sua vez Welzel (2013) e Welzel e Dalton (2013) encontraram evidências empíricas da relação entre a disseminação de valores emancipatórios e maior qualidade da democracia.

Para conduzir esta análise foram selecionados novamente os sete países latino americanos presentes na sexta onda do WVS – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Como variável dependente foi criado um índice de democratismo que, na verdade, mensura a adesão a valores não democráticos²⁷. Tal medida é criada a partir de cinco variáveis pinçadas do WVS que mensuram a avaliação de diferentes tipos de governo: militar, governo de um líder forte e um governo de técnicos. As outras duas variáveis questionam se é uma característica da democracia as leis serem interpretadas por religiosos e a possibilidade de intervenção dos militares em um governo insatisfatório. Todas as cinco variáveis foram agrupadas em uma escala²⁸, padronizada em valores que variam de 0 a 1. Esta medida é regredida, tendo como variável independente as medidas de PM e VE,

²⁷ A literatura recente sobre valores democráticos faz uma distinção entre adesão a democracia – que mede a preferência a um regime democrático em detrimento de outro – e compromisso democrático – que mensura a adesão à democracia quando condicionada a outros fatores. Para uma revisão sobre este debate ver Casalecchi (2016). Sendo o objetivo deste trabalho verificar a validade das medidas de PM e VE, optou-se por um índice de adesão a democracia, dada a sua simplicidade.

²⁸ α de Cronbach = 0,6.

primeiro para a América Latina e depois para cada um dos sete países separadamente. Como parâmetro de análise é adotado o coeficiente de beta e seu respectivo erro, bem como o valor do R quadrado ajustado. Espera-se que haja uma relação negativa entre esta medida e as medias de PM e VE.

O Quadro 4 sumariza os procedimentos metodológicos adotados para comparar as medidas de PM e VE:

QUADRO 4 - TESTES DE COMPARAÇÃO ENTRE PM E VE

Interna		Externa
Pós Materialismo	Análise Fatorial	Relação Linear PIB/capita e proporção de PM (agregado)
		Regressão entre democratismo e PM (individual)
Valores Emancipatórios	Analise Fatorial com 2 estágios	Relação Linear PIB/capita e proporção de VE (agregado)
		Regressão entre democratismo e VE (individual)

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE PÓS-MATERIALISMO E VALORES EMANCIPATÓRIOS

A Tabela 2 mostra o porcentual da população que possui PM e VE dos países que foram sondados na sexta onda do WVS. Nota-se que as medidas são díspares e, apesar de mensurarem fenômenos similares, a proporção da população de cada país que se identifica com valores pós materialistas aparenta não ser a mesma que se identifica com valores emancipatórios. Há um grupo de onze países (Argentina, Austrália, Alemanha, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Estados Unidos e Uruguai) em que a proporção da população que possui VE é maior do que a de PM. Em vinte países (Argélia, Azerbaijão, Bahrein, Colômbia, Gana, Índia, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Malásia, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Ruanda, Tailândia, Turquia, Uzbequistão e Zimbábue) o número de PM excede o número de VE. No restante dos países, a diferença entre as duas medidas não ultrapassa a margem de erro da pesquisa.

TABELA 2 - PAÍSES DA SEXTA ONDA DO WVS

País	N	% PM	% EV	País	N	% PM	% EV
África do Sul	3531	34,61	36,24	Iraque	1200	21,29	4,71
Alemanha	2046	60,14	75,11	Japão	2443	34,78	50,46
Argélia	1200	29,87	9,72	Jordânia	1200	13,79	3,26
Argentina	1030	36,85	56,56	Kazaquistão	1500	17,27	13,27
Armênia	1100	9,49	4,39	Líbano	1200	36,36	19,66
Austrália	1477	22,94	70,44	Líbia	2131	20,87	4,34
Azerbaidjão	1002	24,45	7,15	Malásia	1300	32,5	13,79
Bahrein	1200	55,53	12,77	Marrocos	1200	19,12	8,08
Bielorrússia	1535	27,19	22,94	México	2000	42,39	38,69
Brasil	1486	35,4	39,31	Nigéria	1759	31,72	4,76
Chile	1000	51,14	50,1	Nova Zelândia	841	37,06	67,44
China	2300	16,86	15,87	Paquistão	1200	45,94	6,05
Ciprus	1000	27,11	30,93	Peru	1210	31,68	28,92
Colômbia	1512	43,18	25,44	Polônia	966	39,36	39,4
Coreia do Sul	1200	35,64	33,14	Quirguistão	1500	16,81	7,74
Egito	1523	10,97	3,9	Romênia	1503	29,66	29,46
Equador	1202	33,14	23,58	Ruanda	1527	26,83	4,41
Eslovenia	1069	41,37	77,56	Rússia	2500	18,82	20,43
Espanha	1189	42,4	65	Suécia	1206	61,28	90,98
Estados Unidos	2232	30,74	55,46	Tailândia	1200	31,76	15,05
Estônia	1533	36,39	41,52	Trinidad e Tobago	999	24,44	18,27
Filipinas	1200	41,81	23,51	Tunísia	1205	7,5	2,96
Georgia	1202	14,27	8,12	Turquia	1605	31,8	11,81
Ghana	1552	21,26	3,42	Ucrânia	1500	25,33	21,3
Holanda	1902	44,87	75,07	Uruguai	1000	46,51	59,27
Iémen	1000	12,05	3,76	Uzbequistão	1500	17,56	5,8
Índia	5659	27,6	10,83	Zimbabwe	1500	33,02	9,05
N Total				82.777			

Fonte: *World Values Survey*

Os dados indicam a existência de um padrão na composição dos três grupos, uma vez que, com a exceção do Japão, apenas países ocidentais figuram entre o primeiro grupo. A existência de um viés cultural nas respostas das baterias que compõem ambos os índices é uma hipótese razoável para explicar porque existem diferenças entre estas duas medidas. A construção de modelos específicos é imprescindível para responder esta questão que, infelizmente, não figura entre o escopo dos objetivos deste Capítulo. Mas a hipótese inicial de que ambas as baterias mediriam o mesmo fenômeno de maneira distinta aparentemente não é válida. O que a Tabela 2 demonstra é que os indivíduos pós materialistas não possuem,

necessariamente, valores emancipatórios e vice e versa. Por se valer de variáveis que medem a igualdade de gênero, a aceitação do aborto e da homossexualidade, os VE podem ser afetados pela secularização e a religião, uma vez que tais valores são combatidos por diversos credos. Uma população majoritariamente cristã ou mulçumana poderia ter valores emancipatórios baixos, mesmo estando em um estágio de transição para uma economia pós industrial. Esta hipótese deve ser testada em um momento oportuno posterior.

Passando agora para a análise da consistência interna das medidas de pós materialismo, a Tabela 3 mostra os resultados da análise de componentes principais a partir da matriz de correlação policórica²⁹. Tal como previsto pela teoria, apenas um fator foi extraído, representando a dimensão pós materialista. Os valores dos fatores extraídos excedem 0,3, valor mínimo para a interpretação de uma estrutura (HAIR JR. et al., 2010), mas estão aquém do ideal de 0,5 (Idem, 2010) para justificar o seu agrupamento. Existe uma tendência de que o indivíduo que escolheu uma opção que representa este conjunto de valores, o faça nas três baterias. A variância compartilhada entre os fatores na primeira medida é de 16%, na segunda representa 20% e na terceira 22%. No contexto da América Latina, o índice de pós materialismo demonstra frágil confiabilidade interna.

TABELA 3 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE PÓS MATERIALISMO NA AMÉRICA LATINA

	Carga Fatorial	Singularidade
Medida 1	0,4	0,84
Medida 2	0,44	0,8
Medida 3	0,47	0,78

p. < 0,001.

Fonte: *World Values Survey*.

O próximo passo separa a população de cada país da América Latina e verifica a consistência interna do índice de Inglehart em cada um deles. A Tabela 4 traz os escores da análise de componentes principais com ajuste policórico para os sete países da região que foram incluídos na sexta onda do WVS. Novamente aqui se observa que o agrupamento dos fatores acontece como descrito pela teoria. Apenas um fator foi extraído em todos os países, indicando que o padrão observado na região se repete nos países individualmente. Apesar

²⁹ Em uma matriz de correlação policórica, a variável X e Y são divididas em x variáveis ξ latentes, onde x é igual ao número de categorias das variáveis X e Y. “A correlação policórica estima a associação entre duas variáveis latentes, que se assumem com distribuição normal bivariada, subjacentes a duas variáveis ordinais manifestas” (MAROCO, 2010, p. 74).

da metodologia empregada neste trabalho se diferenciar levemente de Ribeiro (2007), os resultados aqui encontrados diferem do que este autor descreve sobre as medidas de pós materialismo, pois esperava-se que as cargas fatoriais fossem superiores. Mesmo que estas medidas tenham apresentado, em sua maioria, valores superiores a 0,3, valor mínimo para a adequação do modelo, são insuficientes para afirmar a existência de uma única dimensão.

TABELA 4 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE PÓS MATERIALISMO NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

	Medida 1 (Singularidade)	Medida 2 (Singularidade)	Medida 3 (Singularidade)
Argentina*	0,32 (0,89)	0,51 (0,74)	0,43 (0,82)
Brasil*	0,37 (0,86)	0,43 (0,81)	0,43 (0,82)
Chile*	0,53 (0,72)	0,48 (0,77)	0,58 (0,66)
Colômbia*	0,45 (0,79)	0,46 (0,78)	0,47 (0,78)
México*	0,43 (0,81)	0,41 (0,83)	0,44 (0,81)
Peru*	0,46 (0,79)	0,45 (0,79)	0,51 (0,74)
Uruguai*	0,47 (0,77)	0,46 (0,79)	0,53 (0,72)

*p. <0,001

Fonte: *World Values Survey*.

O Chile apresenta escores que poderiam justificar o emprego do índice de PM neste contexto nacional específico, ainda que a Medida 2 apresente um valor de 0,48, muito próximo do valor ideal. Todos os outros países apresentam escores superiores a 0,3, mas inferiores ao valor ideal de 0,5. Fazendo a ressalva do caso chileno, onde a medida se mostrou adequada, podemos dizer que as medidas de PM têm uma consistência interna relativamente frágil nos países presentes neste estudo.

Por sua vez, os componentes do índice de VE também se agruparam obedecendo às expectativas teóricas, tanto no nível 1 (sub índices) quando no nível 2 (índice de VE). Diferente do que foi feito para analisar o índice de PM, aqui foi empregada a técnica de análise de componentes principais com uma rotação não ortogonal (obliqua)³⁰, uma vez que o método de construção do índice adotado por Welzel (2013) transforma as variáveis em

³⁰ Uma rotação não ortogonal permite que um mesmo componente seja agrupado em mais de um fator. Ela permite a existência de fatores correlacionados ao invés de manter a independência dos fatores (HAIR JR. et al., 2010, p. 114).

escalas com valores fracionados e que variam de 0 a 1. A Tabela 5 traz os resultados dos escores do modelo, composto pelas variáveis que compõem os sub índices (nível 1) e o agrupamento dos mesmos (nível 2).

TABELA 5 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE VALORES EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA

		Nível 1		Nível 2
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	
Igualdade1	0,083	0,595	0,184	
Igualdade2	0,108	0,794	0,061	0,678
Igualdade3	0,097	0,794	0,049	
Escolha1	0,806	0,168	0,120	
Escolha2	0,757	0,010	0,083	0,649
Escolha3	0,821	0,145	0,044	
Voz1	0,109	0,110	0,752	0,6
Voz2	0,051	0,103	0,769	
KMO			0,659	0,553
% da Variância total explicada			58,8	41,4

Fonte: *World Values Survey*.

No nível 1, todas as variáveis se agrupam nos seus respectivos sub índices, tal como a teoria descreve. O primeiro fator, escolha, é composto pelas variáveis que questionam ao entrevistado a aceitação da homossexualidade, do aborto e do divórcio, respectivamente. Já o segundo fator representa a dimensão da igualdade: igualdade de gênero no trabalho, na política e no acesso à educação. Por fim, o terceiro fator é formado pelos itens do sub índice voz, extraído a partir da bateria de PM de Inglehart e formado pelos itens “proteção a liberdade de expressão, mais voz nas questões locais e nacionais. Podemos constatar que as variáveis formam os sub índices e estes se agrupam em uma única dimensão, o que justifica a construção do índice.

A consistência interna do índice de VE é muito superior ao índice de PM. No contexto da América Latina todos os sub-índices produziram cargas fatoriais com valores superiores ao limite crítico de 0,5 estabelecido pela literatura, comportando-se como previa a teoria. No nível 2, o índice de VE apresentou cargas fatoriais de acima de 0,6, contra um valor de 0,4 das medidas de PM. Apesar do índice de PM também demonstrar um comportamento condizente com a literatura, produzindo uma única dimensão, os valores das cargas fatoriais são inferiores ao limite que indica a adequação do fator, o que significa uma maior fragilidade interna desta medida.

TABELA 6 - CONSISTÊNCIA INTERNA DAS MEDIDAS DE VALORES EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA (CASOS)

	Argentina						Brasil						Chile						Colômbia					
	Nível 1			Nível 2			Nível 1			Nível 2			Nível 1			Nível 2			Nível 1			Nível 2		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Igualdade 1	0,168	0,691	0,108				0,67	0,028	0,116	0,124	0,686	0,325	0,224	0,46	0,209				0,224	0,46	0,209			
Igualdade 2	0,186	0,816	0,096	0,73			0,751	0,117	0,081	0,689	0,831	0,078	0,672	0,793	0,056	0,655			0,672	0,793	0,056	0,655		
Igualdade 3	0,233	0,795	0,167				0,758	0,037	0,071		0,804	0,118	0,016	0,768	-0,02				0,016	0,768	-0,02			
Escolha 1	0,82	0,287	0,22				0,156	0,747	0,104	0,823	0,229	0,327	0,784	0,194	0,156				0,784	0,194	0,156			
Escolha 2	0,799	0,079	0,104	0,704			-0,068	0,659	0,098	0,597	0,706	0,286	0,74	0,737	0	0,695			0,74	0,737	0	0,695		
Escolha 3	0,808	0,28	0,086				0,103	0,757	-0,022		0,829	0,143	0,061	0,788	0,135	0,08			0,829	0,143	0,061			
Voz 1	0,143	0,113	0,76				0,113	0,127	0,742	0,607	0,154	0,153	0,828	0,173	0,103	0,744			0,154	0,153	0,828	0,695	0,103	0,744
Voz 2	0,102	0,127	0,764				0,081	0,002	0,777		0,307	0,194	0,707	0,021	0,045	0,796			0,307	0,194	0,707	0,021	0,045	0,796
KMO	0,714			0,563				0,632		0,54	0,716			0,599			0,546			0,716		0,599		
% da Var. Exp.	61,814			45,29				54,513		39,985	62,457			49,393			41,162			62,457		49,393		

	México						Peru						Uruguai					
	Nível 1			Nível 2			Nível 1			Nível 2			Nível 1			Nível 2		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Igualdade 1	0,052	0,589	0,132				0,078	0,658	0,13	0,011	0,553	0,285						
Igualdade 2	0,051	0,811	0,082	0,688			0,025	0,804	-0,001	0,757	0,76	-0,082	0,608					
Igualdade 3	0,075	0,797	0,073				0,041	0,752	0,085	0,167	0,793	0,051						
Escolha 1	0,744	0,153	0,086				0,784	0,06	0,01	0,82	0,191	0,1						
Escolha 2	0,751	-0,064	0,011	0,551			0,743	-0,004	-0,009	0,534	0,761	0,137	0,711					
Escolha 3	0,816	0,107	0,044				0,834	0,108	0,009	0,828	0,142	-0,015						
Voz 1	0,108	0,088	0,763	0,637			0,065	0,062	0,777	0,504	0,097	0,739	0,606					
Voz 2	-0,017	0,119	0,773				-0,062	0,093	0,764		0,065	0,049	0,756					
KMO	0,629			0,535				0,625		0,492	0,656			0,544				
% da Var. Exp.	58,066			39,439				59,028		37,082	58,673			41,435				

Fonte: World Values Survey

Todos os sub-índices foram agrupados nos três fatores que correspondem a igualdade, escolha e voz tal como previa a teoria, quando analisados os casos de cada país (Tabela 6). Os valores das cargas dos fatores extraídos são superiores a 0,5 em todos os componentes dos sub-índices. No caso da Colômbia, o componente 1 do sub-índice de igualdade apresenta um valor de 0,46, algo muito próximo do ideal, o que ainda justificaria o seu agrupamento. Pode-se observar um padrão no comportamento desta variável, pois ela apresenta valores inferiores em todos os países – mas ainda dentro do limite. Este componente do sub-índice de igualdade corresponde a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao trabalho. Ainda que o valor da carga fatorial extraída justifique o seu agrupamento com os outros dois componentes – igualdade de gênero no acesso à educação e à política – os resultados indicam que a igualdade de acesso aos postos de trabalho possui uma intercorrelação menor com os outros dois componentes.

Argentina e Chile apresentam as maiores cargas fatoriais no índice de VE, tanto no nível 1 quanto no nível 2, seguidos pelo Uruguai. Tal resultado também pode ser observado na análise das cargas fatoriais do índice de PM (Tabela 4), o que evidência a proximidade teórica das medidas propostas por Welzel (2013) e Inglehart (1977). Mas diferente do índice de PM, em todos os países as medidas de VE apresentam valores satisfatórios que justificam o agrupamento, tanto dos sub-índices quanto do construto final.

O índice de pós materialismo de Inglehart se propõe a mensurar uma única dimensão da mudança cultural. Ele inicialmente foi pensado para captar as alterações das prioridades valorativas em sociedades pós-industriais (INGLEHART, 1990). Segundo este autor, a mudança de valores ocorreria nas economias altamente desenvolvidas e que eliminaram as pressões existenciais. O emprego destas medidas em países em desenvolvimento sempre foi feito de forma condicional: por ainda existirem pressões existenciais e não haver a difusão generalizada do sentimento de segurança física, países em desenvolvimento, como os da América Latina, não vivenciariam o fenômeno da mudança cultural de forma generalizada, como em países com economia pós-industrial. Existe nestes países uma parcela da elite que manifesta valores pós materialistas, mas tais valores não estão dispersos nas suas populações.

Por sua vez, Welzel (2013) tem uma proposta teórica mais abrangente e, talvez, mais ambiciosa. Este autor propõe uma teoria do empoderamento humano. Baseado no axioma de que todo ser humano busca a escolha livre, ele entende que as pressões existenciais aumentam ou diminuem a utilidade marginal da liberdade. A preocupação aqui

é mensurar a utilidade marginal atribuída a ela por meio das dimensões da escolha, da igualdade e da voz. Por ser uma teoria construída com uma proposta mais generalista podemos supor que seu índice também possui uma validade em um maior número de casos. O que os dados indicam é que, de acordo com a perspectiva “reflexiva”, o índice de VE tem mais consistência interna do que a medida de PM. Em sociedades pós-industriais espera-se, por sua vez, que estas medidas se igualem.

A segunda parte da análise agora trata de verificar a confiabilidade externa dos dois índices. A abordagem formativa afirma que, mais importante do que a confiabilidade interna, é a consistência externa, ou seja, a relação de causalidade do índice com outras variáveis que realmente importa no processo de construção da medida (DIAMANTOPOULOS; SIGUAW, 2006; DIAMANTOPOULOS; WINKLHOFFER, 2001; WELZEL, 2013). Seguindo o que foi proposto acima, a análise da confiabilidade externa das medidas é feita a partir de dois parâmetros: primeiramente é testada a relação linear, no nível agregado, entre porcentagem da população que manifesta valores PM e VE e o PIB *per capita*, medida que é usada como *proxy* de condição material em ambas as teorias. Espera-se que haja uma relação linear entre esta variável e os índices de PM e VE.

Os gráficos 1 trazem a correlação entre a porcentagem de indivíduos que manifestam valores pós materialistas e o PIB *per capita*, demonstrando que não há uma correlação linear entre as medidas. Já o Gráfico 2 correlaciona a porcentagem da população que possui valores emancipatórios e o PIB. Observa-se que existe uma correlação linear entre estas duas variáveis. Os valores emancipatórios são mais responsivos ao PIB *per capita* do que os valores pós materialistas.

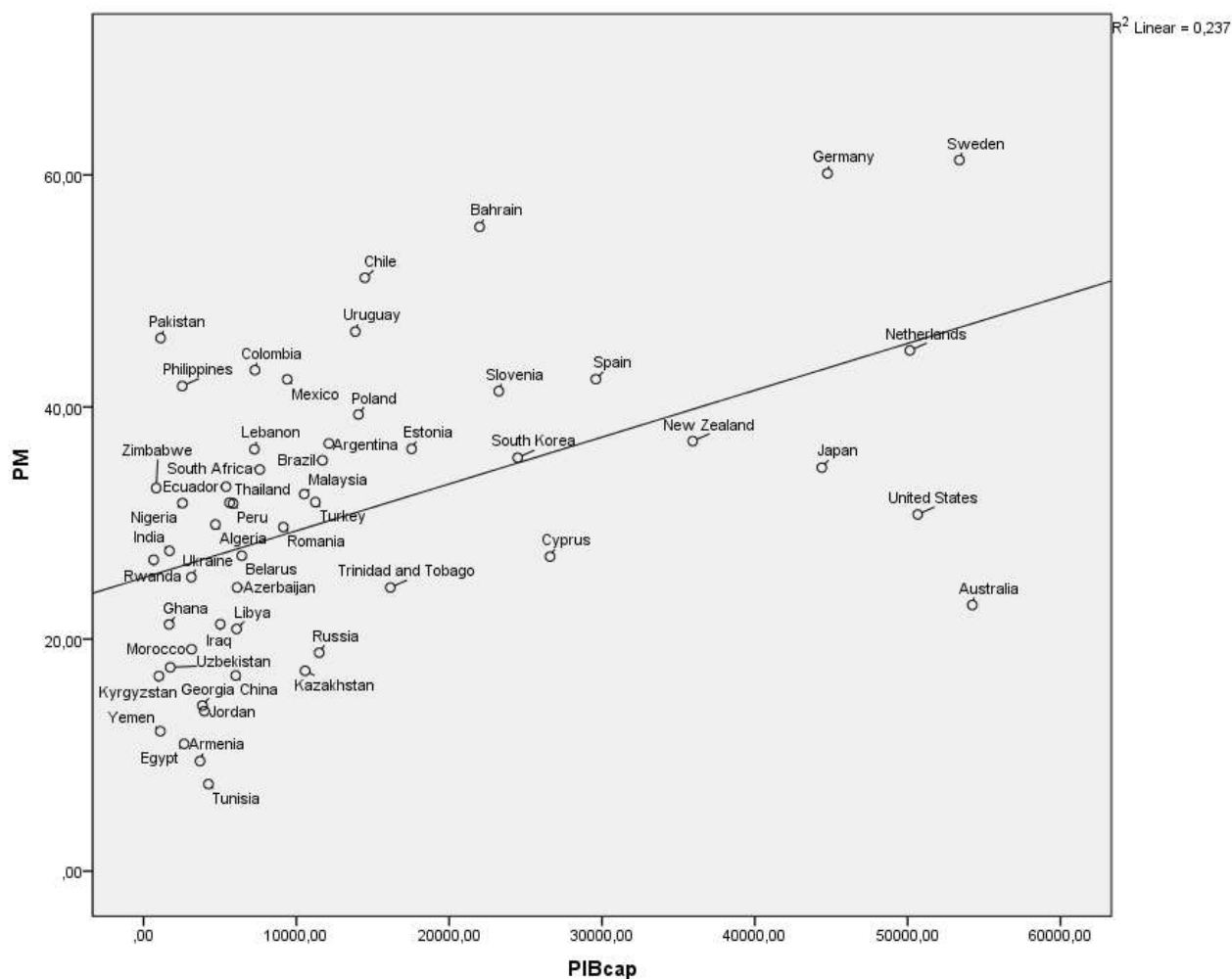
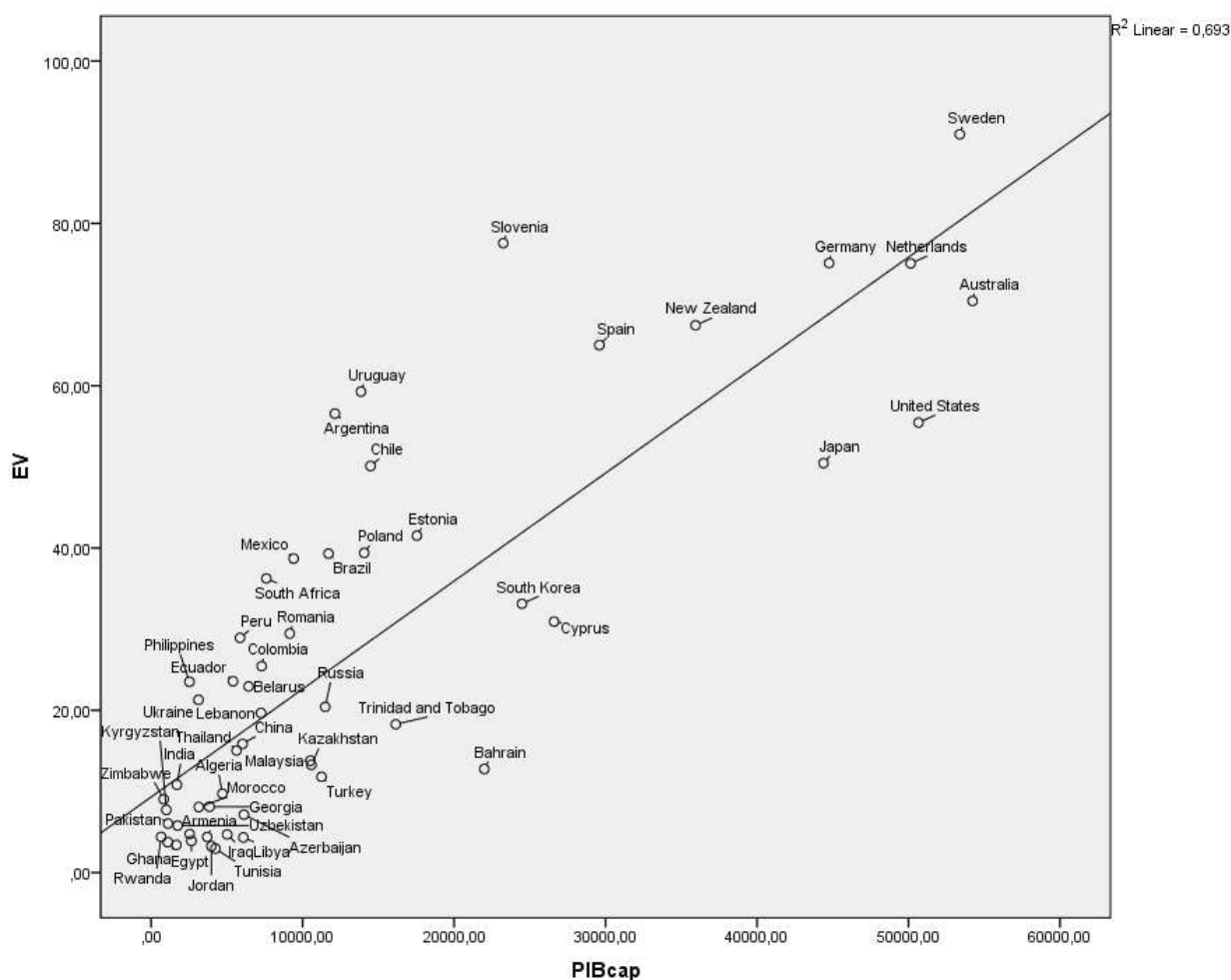
GRÁFICO 1 – MÉDIA DE VALORES PÓS MATERIALISTAS E PIB *PER CAPITA*

GRÁFICO 2 - MÉDIA DE VALORES EMANCIPATÓRIOS E PIB *PER CAPITA*

Fonte: *World Values Survey* e Indicadores do Banco Mundial.

Os valores emancipatórios não trabalham com a hipótese da socialização. O incremento nos recursos – materiais, intelectuais e sociais – diminuem os constrangimentos à escolha (WELZEL, 2013) e por isso são mais responsivos às mudanças de curto prazo. Se o PIB *per capita* é o indicador que mensura, em ambas as teorias, as condições materiais, e estas por sua vez são responsáveis pelas mudanças nos valores, podemos afirmar que os valores emancipatórios são mais responsivos à esta medida e apresentam, portanto, maior consistência empírica.

Por fim, a última parte da análise da confiabilidade externa traz a regressão tomando a medida de democratismo como dependente. A Tabela 7 mostra os coeficientes de regressão das medidas de PM e VE como preditores do democratismo para todos os países da América

Latina presentes neste estudo³¹. Nota-se, primeiramente, que a capacidade de explicação dos valores emancipatórios é maior. Enquanto os valores PM explicam apenas 1% da adesão à democracia, o modelo do VE explica pouco mais de 5% da variância do índice de democratismo. Em ambos os modelos o r^2 é relativamente baixo, ou seja, não explicam a variância do democratismo. Cabe ressaltar que o objetivo aqui não é explicar as bases do apoio à democracia e sim qual a validade dos índices de PM e VE no contexto latino americano. O democratismo é um fenômeno multidimensional (BOOTH; SELIGSON, 2009) e não pode ser explicado unicamente pela posse ou não de valores pós-materialistas ou emancipatórios. Em segundo lugar, a proporção entre o coeficiente B e o erro padrão é menor no modelo do VE, o que indica que há uma margem de erro menor em relação ao modelo dos valores PM.

TABELA 7 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO DEMOCRATISMO E VE E PM NA AMÉRICA LATINA

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	R ²
	B	Erro Padrão	Beta			
(Constante)	0,447	0,004		117,119	0,000	0,013
PM	-0,093	0,008	-0,115	-11,333	0,000	
(Constante)	0,541	0,006		90,787	0,000	0,051
VE	-0,262	0,011	-0,226	-23,163	0,000	

Fonte: *World Values Survey*

Nos modelos que analisam esses efeitos para os países isoladamente – Tabela 8 – a situação é mais emblemática. No caso da medida de Inglehart, os efeitos foram estatisticamente significantes apenas na Argentina, Brasil, Chile e México. Isto indica que a população pós materialista na Colômbia, Peru e Uruguai não difere muito dos materialistas em termos de adesão a democracia, o que vai na contramão das expectativas teóricas. Mesmo nos países em que os modelos foram estatisticamente significantes, apenas na Argentina e no México a capacidade explicativa do modelo extrapolou 1%. Para os outros países o R quadrado ajustado foi inferior a este valor.

³¹ Ambas as variáveis independentes foram padronizadas em escalas de 0 a 1³¹ para facilitar a comparação. Escalas de 0 e 1 são índices em que o valor mínimo é representado por 0 e o valor máximo é tido por 1. Então as medidas variam em valores fracionados de 0 a 1.

TABELA 8 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO DEMOCRATISMO E VALORES PÓS MATERIALISTAS

		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		T	Sig.	R2
		B	Erro Padrão	Beta				
Argentina	(Constante)	0,361	0,012			30,941	0,000	0,032
	PM	-0,148	0,026	-0,180		-5,630	0,000	
Brasil	(Constante)	0,484	0,010			47,400	0,000	0,007
	PM	-0,074	0,023	-0,090		-3,236	0,001	
Chile	(Constante)	0,410	0,013			31,539	0,000	0,095
	PM	-0,247	0,025	-0,310		-10,030	0,000	
Colômbia	(Constante)	0,459	0,009			53,336	0,000	0,001
	PM	-0,028	0,018	-0,040		-1,554	0,120	
México	(Constante)	0,528	0,008			69,842	0,000	0,014
	PM	-0,086	0,016	-0,120		-5,343	0,000	
Peru	(Constante)	0,398	0,009			42,252	0,000	0,001
	PM	0,005	0,022	0,007		0,241	0,809	
Uruguai	(Constante)	0,286	0,014			21,041	0,000	0,000
	PM	-0,029	0,028	-0,038		-1,054	0,292	

Fonte: *World Values Survey*

Os valores emancipatórios tiveram um resultado um pouco mais satisfatório. Conforme demonstra a Tabela 9 todos os sete países apresentam coeficientes significativos. Outro dado interessante são os valores do R quadrado ajustado. Todos os modelos apresentam valores superiores a 1%. Na Argentina, os valores emancipatórios explicam 12% da variação da adesão a democracia. No Chile, este valor chega a 9%. Estes resultados indicam que a medida de VE é um indicador mais robusto para explicar a adesão à democracia, ainda que no caso do Brasil, Colômbia, e México esta medida explique pouco mais de 1% da adesão à democracia.

O Quadro 4 traz o sumário dos resultados das análises acima. Tratando da consistência interna das medidas de PM e EV, ambos os índices são satisfatórios e apresentam justificativas estatísticas para o agrupamento das variáveis que os compõem, apesar do índice de PM mostrar uma ligeira fragilidade quando comparado ao VE.

TABELA 9 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO DEMOCRATISMO E VALORES EMANCIPATÓRIOS

		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	R2
		B	Erro Padrão	Beta			
Argentina	(Constante)	0,51	0,02		26,96	0,00	0,12
	VE	-0,38	0,03	-0,35	-11,46	0,00	
Brasil	(Constante)	0,53	0,02		30,80	0,00	0,01
	VE	-0,15	0,03	-0,12	-4,53	0,00	
Chile	(Constante)	0,49	0,02		24,03	0,00	0,09
	VE	-0,34	0,04	-0,30	-9,78	0,00	
Colômbia	(Constante)	0,51	0,01		36,53	0,00	0,01
	VE	-0,13	0,03	-0,12	-4,56	0,00	
México	(Constante)	0,54	0,01		44,96	0,00	0,01
	VE	-0,10	0,02	-0,10	-4,57	0,00	
Peru	(Constante)	0,47	0,02		29,10	0,00	0,02
	VE	-0,14	0,03	-0,13	-4,27	0,00	
Uruguai	(Constante)	0,41	0,02		18,53	0,00	0,04
	VE	-0,23	0,04	-0,21	-6,42	0,00	

Fonte: *World Values Survey*

Passando para a análise da consistência externa, a variável que é descrita como sendo uma das responsáveis por causar o fenômeno da mudança de valores só apresenta uma relação linear com o índice de VE. O PIB *per capita*, aqui empregado como medida de condição material, apresenta um R² linear de 0,69 com a proporção de pessoas que manifesta valores emancipatórios nos 54 países presentes na sexta onda do WVS, o que é um valor razoavelmente alto para os estudos do campo.

QUADRO 5 - SUMÁRIO DOS RESULTADOS

		Análise Reflexiva	Análise Formativa	
			Causa	Efeito
Índice de PM	Não Confiável		Relação linear fraca	Problemas em metade dos países
Índice de VE	Confiável		Relação linear forte	Satisfatório em todos os países

Ao analisar os supostos efeitos sobre o democratismo, em metade dos casos não encontramos resultados estatisticamente significativos para o índice de pós materialismo. Por outro lado, todos os casos apresentaram coeficientes significativos para as medidas de VE. Comparando o sumário dos resultados podemos concluir que o índice de valores emancipatórios apresentou um desempenho mais satisfatório quando comparado ao índice de pós materialismo.

4.3 PÓS MATERIALISMO OU VALORES EMANCIPATÓRIOS?

O índice de pós materialismo é resultado de uma agenda empírica que procurou identificar os padrões de mudança de valores em sociedades pós-industriais. O que Inglehart e seus diversos colaboradores identificaram ao longo dos últimos trinta anos foi que a mudança de valores, de uma postura que enfatiza as questões materiais para uma postura que prioriza aspectos pós materialistas, têm produzido impactos significativos em diversos aspectos da política (INGLEHART, 1977, 1979, 1995; INGLEHART; NORRIS, 2003; INGLEHART; WELZEL, 2005; RIBEIRO; BORBA, 2010; NORRIS; INGLEHART, 2011). Desde a publicação de *Silent Revolution* em 1977, a bateria inicial de 4 itens foi sendo aprimorada até a versão final composta por 12 itens (INGLEHART, 2001).

O objetivo deste capítulo era verificar se o índice de valores emancipatórios proposto por Welzel (2013) representa uma continuidade dessa agenda de pesquisa, trazendo uma maneira mais robusta de medir o fenômeno da mudança de valores. De fato o índice de VE apresenta resultados mais consistentes, tanto na confiabilidade interna quanto na sua relação com os fenômenos externos. Em termos empíricos, a análise dos resultados acima apresentados evidência que o índice proposto por este autor representa de fato um avanço na agenda de estudos da mudança de valores, mas dois pontos devem ser ponderados.

Primeiro, a Tabela 2 mostra que existem diferenças significativas entre a proporção da população que manifesta valores emancipatórios e pós materialistas. Dos 54 países investigados na sexta onda do WVS, apenas em 23 as duas medidas são condizentes. Os outros 31 países apresentam divergências. Este dado pode indicar que há um viés cultural nas respostas dos entrevistados nos diferentes países. Welzel não nega a existência desta possibilidade, mas ela aparece de forma secundária em seu trabalho. Seu argumento parte do pressuposto que existem zonas culturais que afetam a incidência de valores emancipatórios, mas a diminuição dos constrangimentos à escolha levaria, em última instância, à busca pela emancipação. Os dados indicam que a posição da cultura pode não ocupar este papel secundário.

O outro ponto que devemos destacar é a relação entre as medidas de PM e VE e a adesão à democracia. Tanto Inglehart (INGLEHART; WELZEL, 2005) quanto Welzel (2013) afirmam que existe uma forte relação entre a posse de tais valores e o apoio à democracia. Esta relação até existe no contexto latino americano, mas ela não é tão forte como descrito por estes autores. Existe uma tendência que indivíduos que possuem valores

pós materialistas ou emancipatórios apoiarem mais a democracia enquanto forma de governo, mas existem outras questões por trás deste apoio que vão além de uma postura pós materialista ou emancipatória.

Feita estas duas ressalvas, podemos concluir que o índice de valores emancipatório proposto por Welzel é uma medida mais robusta para mensurar a mudança de valores no contexto da América Latina. Tanto a confiabilidade interna do índice de VE quanto a sua validação externa são superiores ao índice de PM. Os resultados dos testes desenvolvidos neste trabalho ainda permitem dizer que o índice de valores emancipatórios é consistente no contexto da América Latina e que pode ser empregado nos estudos de cultura e comportamento político nesta região.

5. CICLOS DE EMPODERAMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA

O capítulo anterior comparou as medidas de pós-materialismo de Inglehart com o índice de valores emancipatórios de Welzel. Apesar de estudos anteriores terem confirmado a consistência interna da primeira medida (RIBEIRO, 2007), o emprego de uma metodologia mais adequada e de dados recentes do *World Values Survey* demonstraram que esta consistência é relativamente fraca no contexto da América Latina. Por outro lado, o índice de VE se mostrou mais robusto nos países da região. O mesmo ocorre quando avaliamos a consistência externa dos dois índices. Tanto a sua relação com o PIB per capita – causa – quanto ao democratismo – efeito – se mostraram superiores quando comparados ao índice de pós-materialismo. Do ponto de vista empírico, o índice de VE representa de fato um aprimoramento na forma como a mudança de valores é mensurada. Mesmo no contexto latino-americano, o seu emprego se mostra adequado.

Feito este balanço da teoria do empoderamento humano, o objetivo deste capítulo é analisar, de forma comparada, a evolução das medidas de valores emancipatórios e dos recursos de ação na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. O critério de seleção dessas unidades foi a existência de ao menos três levantamentos do *WVS*, ou seja, uma série histórica de quinze anos ou mais. A análise longitudinal é importante pois permite comparar a evolução dos valores emancipatórios ao longo do tempo, bem como o impacto do aumento dos recursos de ação nos mesmos.

Cabe ressaltar que o objetivo aqui é identificar a evolução da escala utilitária da liberdade, ou seja, se o aumento dos recursos de ação nos países acima listados produziu efeitos positivos nos valores emancipatórios. Outras variáveis como a cultura política, a secularização ou até mesmo variáveis institucionais, como a tradição democrática podem influenciar a média dos valores emancipatórios de cada uma destas nações. Entretanto a atenção agora recai sobre a evolução dos recursos de ação e dos valores emancipatórios ao longo dos anos.

5.1 MENSURANDO OS RECURSOS DE AÇÃO

De acordo com Welzel (2013) os recursos de ação podem ser definidos em três categorias: materiais, cognitivos e conectivos. A mensuração do primeiro foi feita através do Produto Interno Bruto *per capita* constante, tomando 2010 como ano de referência e medidos

em dólares americanos. A adoção desta medida permite eliminar os efeitos de crescimento virtual do PIB gerados pela inflação, uma vez que usa o ano de 2010 como base para calcular a variação do mesmo. Os dados foram retirados da base *World Development Indicators* do Banco Mundial³². A Tabela 10 mostra a evolução dessa medida para as unidades analisadas.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* (EM DÓLARES AMERICANOS) NA AMÉRICA LATINA

	1994	1998	2004	2009	2014
Argentina	6889,91	9114,14	8262,94	10337,99	12128,28
Brasil	7896,89	8604,09	9240,04	10443,32	11705,43
Chile	6487,04	9726,91	10911,10	12222,42	14479,76
Colômbia	4336,66	4904,75	5139,98	6078,30	7291,22
México	7392,10	8178,39	8566,23	8560,72	9401,66
Peru	2699,24	3285,99	3671,06	4722,11	5861,41
Uruguai	7070,55	9438,94	8442,59	11112,49	13856,89

Fonte: Indicadores do Banco Mundial

Como podemos observar, neste intervalo de vinte anos Argentina, Chile, Peru e Uruguai praticamente dobraram o PIB *per capita*, ainda que o Peru continue possuindo o menor valor do grupo de países selecionados. Brasil e Colômbia mostram crescimento significativo, mas inferior ao primeiro grupo de países. O México apresenta pouco crescimento no período, indicando relativa estagnação econômica. O destaque é o Chile, que em 1994 possuía o terceiro menor PIB *per capita* deste grupo de países, mas que em 2014 apresenta o maior valor entre os mesmos. Para efeitos de comparação, os dados foram paronizados em valores que variam de 0 a 1³³, proporcionais ao menor e ao maior PIB *per capita* global de cada ano³⁴. A padronização dos dados usando este procedimento se justifica pois permite a equiparação dos valores para melhor comparação, considerando o valor máximo que esta medida possui em uma perspectiva global.

A adoção deste procedimento permite constatar que o PIB *per capita* dos países – Tabela 11 – listados se manteve estagnado neste período, acompanhando o crescimento global. A variação desta medida durante os últimos vinte anos se manteve estável quando se considera o crescimento das economias mais e menos prosperas. Deve ser feita uma ressalva em 2004, quando o menor e o maior PIB *per capita* cresceram em média 21%, quando comparados a 1998, enquanto o crescimento do grupo de países da América Latina variou,

³² Disponível em <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>. Acesso em 15 de Junho de 2016.

³³ Os dados foram padronizados pela fórmula: $x' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)}$

³⁴ 1994, Libéria = 124,21, Luxemburgo = 72802,93; 1998, Etiópia = 186,92, Luxemburgo = 80234,76; 2004, Burundi = 228,60, Luxemburgo = 98009,70; 2009, Burundi = 213,72, Luxemburgo = 99520,21; 2014, Burundi = 222,31, Luxemburgo = 103923,89.

em média, 3% no mesmo período. Argentina e Uruguai vivenciaram um decréscimo de pouco mais de 10%, enquanto o PIB *per capita* Chileno e Peruano variou 12% no mesmo período. O Brasil experimentou um crescimento de pouco mais de 7%, enquanto Colômbia e México pouco menos de 5%. O aumento do preço das *commodities*, principal produto de exportação da região, permitiu aos países da região retornar, em 2014, aos valores do PIB *per capita* normalizados de 1998, com exceção do Chile e Uruguai que aumentaram significativamente a renda de seus cidadãos no período analisado. A Tabela 11 mostra os valores desta medida padronizados. Por fim, observa-se que a PIB *per capita* dos países latino-americanos ainda é muito aquém das nações mais ricas, representando, em média, apenas um quarto da renda dos países desenvolvidos. No caso do Peru esta diferença é ainda mais acentuada, correspondendo a um décimo apenas.

TABELA 11 - EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* NA AMÉRICA LATINA (NORMALIZADO)

	1994	1998	2004	2009	2014
Argentina	0,09	0,11	0,08	0,10	0,11
Brasil	0,11	0,11	0,09	0,10	0,11
Chile	0,09	0,12	0,11	0,12	0,14
Colômbia	0,06	0,06	0,05	0,06	0,07
México	0,10	0,10	0,09	0,08	0,09
Peru	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05
Uruguai	0,10	0,12	0,08	0,11	0,13
Países de Alta Renda*	0,42	0,42	0,38	0,38	0,39

Fonte: Indicadores do Banco Mundial.

*Média dos países que possuem renda per capital superior a 12.476 dólares em 2015.

Por sua vez, os recursos cognitivos foram retirados das estimativas calculadas por Barro e Lee (2013). A partir de dados compilados pela UNESCO, Eurostat e institutos de estatísticas nacionais, estes autores padronizaram a média de escolaridade em anos de estudo para a população de vinte e cinco anos ou mais. Cabe ressaltar que a metodologia empregada aqui se vale de uma série de estimativas que foram utilizadas no processo de normalização e preenchimento de casos ausentes, o que pode levar a distorção dos dados apresentados. Ainda assim, deve-se reconhecer o esforço de Barro e Lee em compilar, padronizar e estimar a escolaridade média de países com sistemas de ensino distintos. Apesar deste viés, é o conjunto de dados mais preciso disponível, o que justifica a sua adoção neste trabalho. Outro ponto que devemos destacar é o intervalo de dados de cinco anos, a partir de 1950, para cada estimativa. Como tal intervalo não condiz com o ano específico de cada levantamento, foram selecionadas as estimativas mais próximas – 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010 – do início de cada onda do WVS. A Tabela 12 traz a evolução da escolaridade média na América Latina:

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE MÉDIA (ANOS DE ESTUDO) NA AMÉRICA LATINA.

	1990	1995	2000	2005	2010
Argentina	8,29	8,70	9,00	9,49	9,73
Brasil	4,11	5,07	6,04	7,16	8,07
Chile	8,30	8,63	9,16	9,81	10,46
Colômbia	5,69	6,37	6,81	7,31	8,96
México	5,84	6,74	7,53	8,47	8,84
Peru	6,74	7,55	8,61	9,68	9,16
Uruguai	7,49	7,92	8,31	8,53	8,66
Economias Avançadas*	8,92	9,45	9,95	10,56	11,05

Fonte: BARRO e LEE (2013).

*Valor médio de Canada, Estados Unidos, Japão, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Alemanha.

Em 1990, Chile e Argentina possuíam escolaridade média muito próxima das Economias Avançadas³⁵, enquanto no Brasil esta variável era apenas a metade e a mais baixa entre o grupo de países da América Latina presentes neste estudo. De 1990 a 2010 a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais cresceu em 1 ano para cada intervalo de 5, o que praticamente dobrou a escolaridade média dos brasileiros. Infelizmente, este crescimento foi insuficiente para sair da última colocação. Argentina e Uruguai aumentaram a média de anos de estudo em aproximadamente 1 ano no intervalo de 1990 a 2010. Os demais países também tiveram crescimento expressivos nesta variável, mas ainda muito aquém das economias avançadas. A média da escolaridade na América Latina é 2 anos inferior à registrada no conjunto de países que Barro e Lee classificam como economias avançadas. O destaque aqui é o Chile, onde esta diferença é menor do que 1 ano e o Brasil, onde a diferença corresponde a quase 3 anos.

Para facilitar a comparação, os dados foram padronizados em intervalos de 0 a 1 utilizando o mesmo procedimento descrito anteriormente³⁶. Neste intervalo de 20 anos, o crescimento da menor e da maior escolaridade média foi de aproximadamente 1 ano em ambos os casos. Neste sentido, o crescimento na América Latina é significativo, pois os países da região aumentaram, em média, 2,49 anos a escolaridade média de sua população com vinte cinco anos ou mais.

³⁵ A classificação adotada aqui segue a tipologia de Barro e Lee (2013).

³⁶ Escolaridade Média (Anos de Estudo): 1990, Iêmen = 0,29, Estados Unidos = 12,32; 1995, Iêmen = 0,65, Estados Unidos = 12,69; 2000, Moçambique = 0,91, Estados Unidos = 12,93; 2005, Moçambique = 1,11, Estados Unidos = 13,13; 2010, Moçambique = 1,24, Estados Unidos = 13,24.

A padronização dos dados – Tabela 13 – demonstra esta discrepância da escolaridade média na região, quando ponderadas pelo maior e menor valor desta medida. A média da região é de 0,65, um valor 20% menor que a média das economias avançadas. No Brasil esta diferença se amplia para 30%, enquanto no Chile esta diferença é de apenas 6%. Argentina e Uruguai praticamente não acompanharam o crescimento global da escolaridade, mantendo valores muito próximos no primeiro e no último levantamento. Apesar do crescimento considerável de Brasil, Colômbia México e Peru, a escolaridade nestes países ainda está distante da dos países que Barro e Lee (2013) definem como economias avançadas.

TABELA 13 - EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE NA AMÉRICA LATINA (NORMALIZADO)

	1990	1995	2000	2005	2010
Argentina	0,67	0,67	0,67	0,70	0,70
Brasil	0,32	0,37	0,43	0,50	0,56
Chile	0,67	0,66	0,69	0,72	0,76
Colômbia	0,45	0,48	0,49	0,52	0,63
México	0,46	0,51	0,55	0,61	0,62
Peru	0,54	0,57	0,64	0,71	0,65
Uruguai	0,60	0,60	0,62	0,62	0,61
Economias Avançadas*	0,72	0,73	0,75	0,79	0,81

Fonte: BARRO e LEE (2013).

*Valor médio de Canada, Estados Unidos, Japão, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Alemanha.

Já os recursos de conectividade são mensurados pela porcentagem de acesso à internet em cada um desses países. Apesar de existirem outras formas de mensurar as redes de relações que as pessoas possuem, como o capital social (PUTNAM, 1993), a opção foi seguir a proposta teórica de Welzel (2013). Estes dados também foram coletados da base do *World Development Indicators*, do Banco Mundial, que padronizou informações coletadas pela *International Telecommunication Union*³⁷ – ITU – e calculou estimativas para os casos faltantes. Os dados representam a porcentagem da população do país que acessaram ao menos uma vez à internet, independentemente do meio, nos últimos doze meses.

A Tabela 14 reporta as taxas de acesso à internet na América Latina. O padrão observado para esta medida é mais ou menos semelhante à educação, com a diferença que os valores iniciais são muito mais reduzidos quando comparados aos países de alta renda, mas seu crescimento é muito mais acelerado ao longo do tempo. A semelhança é que, apesar

³⁷ Agência do sistema das Nações Unidas responsável por temas relacionados às tecnologias da informação e comunicação.

do intenso crescimento, as taxas de acesso à internet nos países da América Latina ainda são bem inferiores se comparadas com os países de alta renda. Em 1994 a média da taxa de acesso dos países latino-americanos representava apenas 3% da mesma medida dos países de alta renda. Esta proporção vai gradualmente aumentando: 18% (1998), 30% (2004), 50% (2009) e 70% (2014). Apenas em 2014 o acesso à internet atingiu 50% da população latino-americana, enquanto nos países de alta renda esta taxa foi alcançada dez anos antes, em 2004. México e Peru ainda possuem taxas de acesso à internet inferiores a 50% em 2014.

TABELA 14 - ACESSO À INTERNET NA AMÉRICA LATINA (PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO)

	1994	1998	2004	2009	2014
Argentina	0,04	0,83	16,04	34,00	64,70
Brasil	0,04	1,48	19,07	39,22	54,55
Chile	0,14	1,66	28,18	41,56	61,11
Colômbia	0,11	1,13	9,12	30,00	52,57
México	0,04	1,27	14,10	26,34	44,39
Peru	0,01	1,19	14,10	31,40	40,20
Uruguai	0,06	6,99	17,06	41,80	61,46
Países de Alta Renda*	2,00	15,81	54,99	70,11	78,99

Fonte: Indicadores do Banco Mundial.

*Média dos países que possuem renda per capita superior a 12.476 dólares em 2015.

Os dados foram normalizados novamente em uma medida que varia entre 0 e 1, usando os mesmos procedimentos descritos anteriormente³⁸.

Por fim a Tabela 15 mostra os valores normalizados da taxa de acesso à internet. Este é o recurso participativo que mais variou ao longo dos anos, mesmo após a normalização dos dados. Se comparada com a escolaridade média, a variação da porcentagem de pessoas que possui acesso à internet é extremamente elevada. Em parte, esse crescimento pode ser explicado pela própria difusão da tecnologia e da redução de seus custos. Vinte anos atrás era difícil imaginar que os telefones celulares poderiam fornecer acesso à internet, o que é possível hoje até mesmos nos dispositivos de menor custo.

Se a tecnologia explica o crescimento desta variável, ela não é capaz de explicar porque o *gap* entre nações em desenvolvimento e nações ricas ainda existe. Nos países de menor renda *per capita* – Colômbia, México e Peru – a taxa de acesso à internet é ligeiramente menor se comparada com Argentina, Chile e Uruguai, países que possuem renda mais elevada. O Brasil se encontra em uma situação intermediária, pois possui um PIB

³⁸ Acesso à Internet (%): 1994, Islândia = 6,79, Sudão = 0,00; 1998, Islândia = 36,26, Coreia do Norte = 0,00; 2004, Suécia = 83,89, Coreia do Norte = 0,00; 2009, Islândia = 93,00, Coreia do Norte = 0,00; 2014, Islândia = 98,16, Eritréia = 1,00.

per capita bem próximo da Argentina, mas uma taxa de acesso bem próxima da Colômbia. Mas fica clara a relação entre riqueza e acesso à tecnologia, mesmo que o crescimento de ambas as variáveis seja desproporcional ao longo do tempo. São os países mais prósperos da América Latina que possuem mais recursos conectivos disponíveis.

TABELA 15 - ACESSO À INTERNET NA AMÉRICA LATINA (NORMALIZADO)

	1994	1998	2004	2009	2014
Argentina	0,01	0,02	0,19	0,37	0,66
Brasil	0,01	0,04	0,23	0,42	0,55
Chile	0,02	0,05	0,34	0,45	0,62
Colômbia	0,02	0,03	0,11	0,32	0,53
México	0,01	0,03	0,17	0,28	0,45
Peru	0,00	0,03	0,17	0,34	0,40
Uruguai	0,01	0,19	0,20	0,45	0,62
Países de Alta Renda*	0,29	0,44	0,66	0,75	0,80

Fonte: Indicadores do Banco Mundial.

*Média dos países que possuem renda per capital superior a 12.476 dólares em 2015.

Ao comparar os valores normalizados das variáveis que mensuram os recursos de ação, pode-se concluir que o aumento dos mesmos se deve principalmente às melhorias nos níveis educacionais e de acesso à internet. O PIB per capita, apesar de ter crescimento consideravelmente em termos absolutos, se manteve estável quando comparado com as nações mais prósperas. Este aumento real da riqueza dos países da América Latina não se deve ao desenvolvimento econômico da região, uma vez que ele apenas acompanhou o crescimento global. A exceção é o Chile e o Uruguai, que realmente tiveram um aumento real, mas ainda sim se encontram aquém das nações mais ricas.

As três variáveis que mensuram os recursos de ação foram combinadas em um único, atribuindo pesos iguais a cada uma delas³⁹. Para efeitos de comparação, também foi calculado a média do mesmo índice para os sete países – Austrália, Alemanha, Espanha, Holanda, Nova Zelândia, Eslovênia e Suécia – presentes na sexta onda do WVS que possuem a média mais elevada de valores emancipatórios. A Tabela 16 sumariza estes dados:

Ainda que o índice de recursos de ação confirme a distância entre os países da América Latina e as nações desenvolvidas, já observada acima no que diz respeito às medidas isoladas, é possível observar uma significativa melhora nesta relação. Em 1994 a média do índice de recursos participativos da nossa região era de 0,21 ante aos 0,52 dos países desenvolvidos. Em 2014 há uma ligeira redução desta diferença, uma vez que a média

³⁹ A construção do índice de Recursos de Ação é dada por:

$$\frac{\text{Recursos Materiais} + \text{Recursos Cognitivos} + \text{Recursos Conectivos}}{3}$$

dos países da região cresceu 0,22 ponto, enquanto as nações mais ricas apenas 0,18. Este aumento se deve principalmente à melhoras nas taxas de acesso à internet e ao aumento dos níveis educacionais, já que em termos de renda, os países latino-americanos continuam defasados. Vale destacar que Brasil e Colômbia possuíam os mais baixos estoques de recursos de ação em 1994 – 0,14 e 0,17, respectivamente – mas apresentaram o maior crescimento no período.

TABELA 16 - ÍNDICE DE RECURSOS DE AÇÃO**

	1994	1998	2004	2009	2014
Argentina	0,25	0,27	0,32	0,39	0,49
Brasil	0,14	0,17	0,26	0,34	0,41
Chile	0,26	0,28	0,39	0,43	0,50
Colômbia	0,17	0,19	0,22	0,30	0,41
México	0,19	0,21	0,27	0,33	0,39
Peru	0,19	0,21	0,28	0,37	0,37
Uruguai	0,23	0,30	0,31	0,39	0,45
Países de Alta Renda*	0,52	0,60	0,64	0,70	0,70

Notas: *Austrália, Alemanha, Espanha, Holanda, Nova Zelândia, Eslovênia e Suécia. **Não há dados sobre o PIB per capita da Eslovênia em 1994 e também estão ausentes os dados de acesso à internet da Austrália em 2004. Ambos os países foram retirados do cálculo da média nestes dois anos.

5.2 EVOLUÇÃO DAS MEDIDAS DE VALORES EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA

Concluída a análise preliminar da evolução dos recursos de ação na América Latina, cabe agora verificar qual a sua relação com a evolução dos valores emancipatórios nos países da região. De acordo com o Welzel (2013) a maioria dos países presente neste estudo estaria situada em um estágio intermediário do empoderamento humano, em uma zona definida como “fase de dificuldade”. Colômbia, México e Peru se situam no ponto inferior desta classificação; Brasil e Chile estão localizados em um ponto mediano; enquanto a Argentina se situa no limite superior da “fase de dificuldade”. Apenas o Uruguai se situa no que este autor denomina como “fase de prosperidade”. Esta classificação é feita a partir do cruzamento entre o Índice de Conhecimento⁴⁰ computado pelo Banco Mundial e o Índice de Direito dos Cidadãos⁴¹.

⁴⁰ Índice composto por variáveis relacionadas à produção científica, níveis educacionais e à tecnologia de informação e comunicação.

⁴¹ Índice criado pelo autor a partir de a partir dos sub-índices de liberdades civis e direitos políticos da Freedom House, complementados com dados do *Human Rights Data Project*. Para maiores informações sobre ambas as medidas acesse: <http://www.cambridge.org/welzel>.

O primeiro índice mede o avanço tecnológico de uma nação e é subdividido em três categorias: Economias tradicionais, onde a maioria da força de trabalho é empregada no setor primário; economias industriais, sociedades que possuem a maior parte da sua população trabalhando no setor industrial; e economias do conhecimento, onde a maior parte dos empregos é no setor de tecnologia. Já o segundo índice mensura as garantias e direitos assegurados aos cidadãos e também é subdividido em três categorias: regimes não democráticos, regimes híbridos e democracias. Na tipologia de Welzel, Colômbia, México e Peru são definidos como sociedades industriais, mas que possuem regimes não democráticos. Brasil e Chile também são definidos como sociedades industriais, mas seus regimes são híbridos. A Argentina é definida na categoria de sociedades de conhecimento, mas também com um regime híbrido. Apenas o Uruguai é uma sociedade de conhecimento com um regime democrático. Não faz parte dos esforços deste trabalho julgar o mérito desta tipologia. Mesmo reconhecendo certo grau de arbitrariedade – que pode ser constatada nos dados apresentados a seguir – ela apenas ilustra a forma como o autor compreende o contexto latino-americano.

A Tabela 17 retorna as médias dos valores emancipatórios em cada um dos sete países e o momento em que este dado foi coletado. O primeiro dado importante extraído desta tabela é a evolução desta medida ao longo do tempo. A mudança entre um ponto de coleta e outro é relativamente pequena, sendo que a variação média de um ano a outro é de apenas 0,03. Isto indica que o crescimento dos recursos de ação em um período de tempo pequeno não impacta de forma direta o aumento ou a dispersão de valores emancipatórios nos países da região. A maneira como esta variável muda é um dos déficits da teoria evolutiva do empoderamento humano. Diferente dos estudos de Inglehart, nos quais o processo de mudança nas prioridades valorativas ocorre por meio da sobreposição geracional (INGLEHART, 1990), Welzel (2013) apenas descreve os ciclos de empoderamento e desempoderamento através do aumento ou diminuição dos recursos de ação. Ao que tudo indica, o aumento de curto prazo nestas medidas não produz impactos imediatos nos valores emancipatórios.

Apesar dessa estabilidade de curto prazo, as diferenças entre as primeiras e as últimas medições se mostram significativas. Com exceção do México, que registrou estagnação, os países descritos apresentam crescimento moderado se considerarmos todo o período. Brasil e Chile foram os países em que este índice teve a maior variação (0,10 e 0,13 respectivamente) neste intervalo de vinte anos. A Argentina também apresenta melhoras

significativas e é, junto com o Uruguai, o país que possui os maiores níveis de valores emancipatórios.

TABELA 17 - MÉDIA DO ÍNDICE DE VALORES EMANCIPATÓRIOS

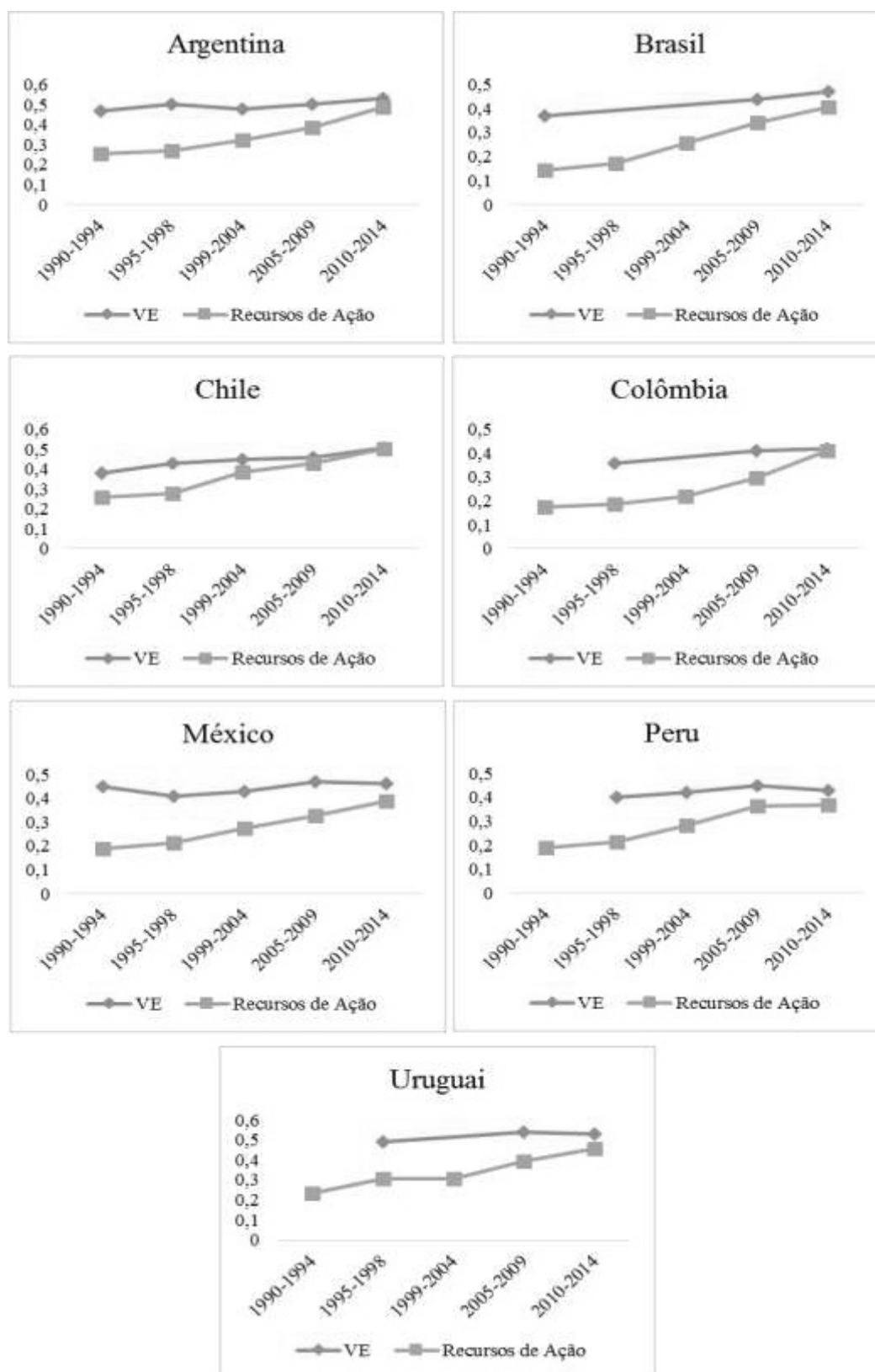
	1990-1994	1995-1998	1999-2004	2005-2009	2010-2014
Argentina	0,47	0,50	0,48	0,50	0,53
Brasil	0,37	-	-	0,44	0,47
Chile	0,38	0,43	0,45	0,46	0,51
Colômbia	-	0,36	-	0,41	0,42
México	0,45	0,41	0,43	0,47	0,46
Peru	-	0,40	0,42	0,45	0,43
Uruguai	-	0,49	-	0,54	0,53

Fonte: *World Values Survey*.

Também podemos concluir que a dispersão de valores emancipatórios na América Latina não é proporcional ao aumento dos recursos de ação. Todos os países acima listados apresentaram crescimento significativo na disponibilidade dos seus recursos, mas tal crescimento não produziu um aumento proporcional na dispersão de VE. Apesar de todos os países apresentarem melhores níveis entre a sua primeira e última medição, esta melhoria não acompanhou o crescimento dos recursos de ação proporcionalmente. O caso do México ilustra bem esse fenômeno. A taxa de crescimento dos recursos foi, em média, de 19% em cada ponto do tempo, enquanto os valores emancipatórios permaneceram estáveis no período. O Gráfico de 3 compara o crescimento dos valores emancipatórios com o aumento dos recursos de ação.

Mas, ao contrário do México, a análise dos gráficos referentes ao Brasil, Chile, Colômbia e Peru sugere um padrão na relação entre recursos de Ação e VE. Os dois primeiros apresentaram um crescimento constante em ambas as variáveis no intervalo de tempo deste estudo. No caso chileno, a relação entre as taxas de crescimento de recursos de ação e valores emancipatórios aparenta ser mais nítida, o que indica que a relação entre estas variáveis é mais forte neste país. Brasil e Colômbia apresentaram crescimento estável e moderado nas taxas de VE, apesar do alto crescimento dos recursos de ação.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE AÇÃO E VALORE EMANCIPATÓRIOS



Fonte: World Values Survey, Indicadores do Banco Mundial e Barro e Lee (2013)

Fenômeno parecido com o caso chileno pode ser observado no Peru. Entre 2005 e 2010 houve uma estagnação nos recursos de ação, que foi imediatamente traduzida em uma pequena redução nos níveis de valores emancipatórios neste país. Como mencionado anteriormente, o aumento dos recursos de ação não aparenta produzir mudanças imediatas nos valores emancipatórios. O que então explicaria esta coincidência? A hipótese mais plausível é que o período de 2005 a 2009 marca o encerramento um ciclo de empoderamento no Peru, que pode ter sido iniciado anteriormente. Com os dados apresentados aqui, não é possível determinar ao certo a extensão do ciclo especificamente, mas as informações levam a crer que este país vive um momento delicado no que diz respeito ao empoderamento humano.

O caso da Argentina e do Uruguai é peculiar, pois ambos apresentam variações nos níveis de VE. Mas diferente do México, onde esta medida permaneceu estável nos últimos vinte anos, estes países apresentaram crescimento moderado no período. Outro dado pertinente é que tanto a Argentina quanto o Uruguai partiram de níveis de valores emancipatórios mais elevados, o que significa que desenvolveram uma cultura política assertiva antes dos outros países latino-americanos. Estes altos níveis de VE nos anos noventa do século passado podem ter limitado o espaço de crescimento desta variável. O aumento dos recursos de ação por conta da melhoria dos níveis educacionais e da difusão do acesso à internet pode ter sido insuficiente para produzir mudanças significativas, como ocorreu com o Brasil, Chile e Colômbia no mesmo período.

Cada país aparenta ter um ciclo próprio de empoderamento, o que indica a necessidade de análises detalhadas para identificar a duração em cada caso. A maioria dos países aqui estudados tirou proveito do ambiente econômico favorecida pela valorização das *commodities* – 2004 a 2014 – fato indicado pela alta variação tanto das medidas de valores emancipatórios quanto das de recursos de ação no período. Cada uma dessas nações atravessou este período, ou aproveitou as oportunidades de crescimento, de forma mais ou menos intensa. Por fim, cabe salientar que o recorte de tempo pode ter sido insuficiente para observar um ciclo completo de empoderamento. Colômbia, México, Peru e Uruguai começam a dar sinais de esgotamento do mesmo, uma vez que apresentam queda nos níveis de valores emancipatórios na última medida. Notadamente o Brasil já vivencia um ciclo de desempoderamento, indicado pelos acontecimentos políticos no país. A piora nos índices econômicos, a deposição da presidente eleita sem crime de responsabilidade e as propostas

de reformas apresentadas pelo novo governo sem consulta à população denotam que o processo de desempoderamento humano no Brasil já está em curso.

5.3 O EMPODERAMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo teve como objetivo analisar a difusão de valores emancipatórios na América Latina. Esperava-se que o aumento dos recursos de ação – aumento da renda média dos cidadãos, melhoria nos níveis educacionais e difusão do acesso à internet – favorecesse o florescimento de uma cultura política mais assertiva, observada através do aumento dos níveis de valores emancipatórios. Tal fenômeno estaria mais evidente devido ao ciclo de crescimento experimentado pela maioria dos países, principalmente durante a primeira década do século XXI.

Os dados indicam que alterações de curto prazo nos recursos de ação não produzem efeitos imediatos nos valores emancipatórios. Ao contrário do que se esperava, os ciclos de empoderamento descritos pela teoria são fenômenos mais amplos, não impactados por alterações conjunturais. Por outro lado, o crescimento sustentado dos mesmos indica impactar a difusão de valores emancipatórios a longo prazo, já que a maioria dos países aqui analisados tiveram melhorias significativas quando comparados às primeiras medições com as mais recentes.

Outra conclusão interessante é a de que cada país possui um ciclo próprio de empoderamento, que precisa ser analisado caso a caso, levando em consideração a conjuntura política, econômica e social de cada um. Outras variáveis devem ser, neste caso, incorporadas para ampliar o entendimento do fenômeno. Os dados aqui apresentados não levam em consideração a desigualdade econômica de cada país, variável que pode produzir um efeito interveniente entre o aumento dos recursos de ação e a difusão de valores emancipatórios.

6. CULTURA POLÍTICA E VALORES EMANCIPATÓRIOS

No capítulo anterior pudemos observar que os valores emancipatórios cresceram em todos os países analisados, acompanhando a evolução dos recursos de ação ao longo do tempo. Ambos foram medidos utilizando dados agregados, proveniente das médias apresentadas em cada caso. Ainda que este procedimento seja recorrente nos estudos sobre cultura política, ele pode incorrer em um erro que a literatura denomina de “falácia ecológica”. Este termo designa a tentativa de se explicar um fenômeno ou comportamento individual a partir de dados ambientais (SELIGSON, 2002). Desta forma pressupõe-se que o resultado de uma correlação no nível agregado também seja válido no nível individual.

O problema em se assumir este pressuposto é o de que muitas vezes os dados agregados são enviesados pelas próprias características sociais. Em um estudo clássico sobre os efeitos da falácia ecológica, Robinson (1950) testou a associação entre nível educacional e etnia nos Estados Unidos. Utilizando a proporção da população imigrante e a média de escolaridade de cada estado, ele encontrou uma correlação positiva forte entre estas duas medidas, o que levaria a supor que a população imigrante é altamente educada.

Repetindo o teste entre etnia e nível de educação no nível individual com dados provenientes do censo de 1930, o mesmo pesquisador encontrou resultado oposto ao anterior: existia uma correlação negativa e baixa entre educação e imigrantes. Esta divergência nos testes dos níveis agregado e individual ocorre porque os imigrantes tendem a se estabelecer em estados mais industrializados, onde a oferta de emprego é maior. Tais localidades apresentam melhores níveis educacionais quando comparados aos estados onde a atividade econômica é predominantemente agrária. Não são os imigrantes que são mais letrados que os nativos, mas os locais para onde eles imigram tendem a ter uma escolaridade maior.

O exemplo acima ilustra bem os efeitos da falácia ecológica e os perigos de derivar conclusões se valendo apenas de dados no nível agregado. No caso dos recursos de ação, a variável que define os recursos materiais, o PIB *per capita*, é enviesada pela desigualdade. Quando a renda é concentrada em poucas pessoas, o alto valor desta medida no nível agregado não reflete as características reais da população. A desigualdade pode elevar a renda média, mas a má distribuição dos recursos significa que poucas pessoas usufruem dela.

Levando isto em consideração, o presente capítulo procura identificar, no nível individual, quem são os portadores de valores emancipatórios nos países estudados.

Procuramos, desta forma, atingir dois objetivos: primeiramente identificar os preditores individuais dos valores emancipatórios. Os recursos de ação que são mensurados no nível agregado foram traduzidos para o nível individual e testados em conjunto com variáveis de controle. O segundo objetivo é analisar possíveis relações entre os valores emancipatórios e algumas variáveis clássicas da cultura política: confiança institucional, adesão à democracia e interesse por política. Procuramos então 1) identificar quem são os portadores de valores emancipatórios em países em desenvolvimento na América Latina e 2) no que estas pessoas acreditam.

Responder a estas questões é fundamental para montar um panorama maior da teoria empoderamento humano proposta por Welzel. Se os pressupostos da teoria estiverem corretos, as causas da disseminação dos valores emancipatórios devem ser observadas no nível individual, mesmo em nos casos específicos dos países presentes neste estudo. Outra informação derivada dos resultados deste capítulo pode trazer um maior entendimento sobre a existência de uma cidadania crítica nos países estudados. Se os valores emancipatórios são componentes de uma cultura política assertiva (DALTON; WELZEL, 2013), espera-se que exista uma relação entre a posse destes valores e as variáveis atitudinais aqui testadas.

Para fins de organização, este capítulo está dividido da seguinte forma: a seção seguinte traz uma explanação dos recursos de ação e como eles foram medidos no nível individual. A segunda seção descreve as variáveis que foram empregadas nos modelos. As seções seguintes trazem os resultados dos testes, bem como as discussões dos mesmos: primeiro para os condicionantes dos valores emancipatórios e em seguida para as variáveis da cultura política. O capítulo é encerrado com uma discussão dos resultados encontrados e as consequências deles.

6.1 OS RECURSOS DE AÇÃO NO NÍVEL INDIVIDUAL

Como descrito no Capítulo 2, os recursos de ação são uma etapa do ciclo do empoderamento humano e correspondem as condições existenciais. Eles também podem ser definidos como capacidades, no sentido descrito por Sen (1999). Este conceito, por sua vez, remete as condições objetivas de se realizar os funcionamentos que são valorizados e escolhidos pelos indivíduos. Funcionamento no interior da teoria seniana seriam ações ou estados, o “fazer” e o “ser” (PINHEIRO, 2012). O aumento da disponibilidade de recursos de ação amplia as capacidades e, como consequência, aumentam as possibilidades de

vivenciar diferentes funcionamentos. Cabe salientar aqui que as capacidades estão relacionadas com a escolha, uma vez que muitos funcionamentos são vivenciados independente da vontade individual.

A realização de um funcionamento escolhido livremente entre todos aqueles disponíveis gera um incremento no bem-estar subjetivo e, ao mesmo tempo, a atribuição de utilidade para esta escolha (SEN, 1999). Na teoria do empoderamento humano, o aumento dos recursos de ação amplia as capacidades do indivíduo agir conforme a sua vontade. A diminuição dos constrangimentos à escolha e a possibilidade de agir livremente levam ao aumento da utilidade da liberdade. Ao vivenciá-la constantemente no seu dia a dia, as pessoas passam a valorizá-la. O índice de valores emancipatórios mensura justamente esta valorização da liberdade.

Os recursos de ação e os valores emancipatórios correspondem às condições existenciais e às orientações psicológicas, ou seja, as capacidades e as motivações para exercer a liberdade. Welzel (2013) define três tipos de recursos de ação: 1) os recursos cognitivos, que correspondem as capacidades de processar informação, compreendê-las e elaborar juízos; 2) os recursos materiais, que podem ser definidos como equipamentos, ferramentas ou até mesmo a renda; e 3) os recursos conectivos, que são as redes de troca ou interfaces de contato. Ao invés de definir individualmente uma variável para mensurar cada um dos três tipos de recurso de ação, Welzel se vale de um *proxy* que é o nível do desenvolvimento tecnológico de cada país.

O seu argumento para a utilização desta medida é de que ela incrementa todas as outras. Em suas palavras:

Sociedades tecnologicamente avançadas prolongam a vida humana e equipam as pessoas com ferramentas que liberam o tempo para se realizar trabalhos desagradáveis para se realizar coisas mais excitantes. [...] Progresso tecnológico também aumenta o valor de nossa hora de trabalho, aumentando a renda e o poder de compra. Além disso, o progresso tecnológico moderno se alimenta da mobilização das capacidades intelectuais de larga escala, o que envolve a expansão da educação e da informação. Finalmente, o avanço tecnológico interliga as pessoas em redes de troca. (WELZEL, 2013, p. 46)⁴².

⁴²⁴² “Technologically advanced societies prolong human lives and equip people with tools that free up time from doing unpleasant work from doing more exciting things. [...] Technological progress also amplifies labor productivity, which enhance the value of our work hours, thus elevating income and purchasing power. Moreover, modern-day technological progress feeds itself from mobilizing intellectual capacities on a mass level, which involves expanding education and information. Finally, technological advancement interlinks people in wide-range webs of exchange”, no original.

No capítulo anterior optamos por separar os recursos de ação, adotando variáveis distintas para mensurar cada um deles. A mesma estratégia é adotada para definir estas variáveis no nível individual. Desta forma foram selecionadas medidas para os recursos cognitivos, materiais e conectivos. O primeiro tipo de recurso de ação é de simples mensuração, já que a escolaridade é comumente usada como medida de cognição nos trabalhos de comportamento político. Maiores níveis de escolaridade também proporcionam melhores condições de acessar e processar informações políticas, característica fundamental para se engajar (DALTON, 1984; RIBEIRO; BORBA; DA SILVA, 2015; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Os recursos materiais são mensurados através da renda reportada pelo entrevistado. É necessário apontar os limites desta variável. Em pesquisas de opinião pública a incidência de casos ausentes é alta quando se indaga os ganhos do indivíduo. A causa pode ser atribuída ao constrangimento gerado no entrevistado em responder sobre a sua renda. Uma alternativa para se evitar a ausência de casos é presumir a renda a partir das posses, metodologia essa presente em vários estudos de opinião pública, mas, infelizmente, não adotada pelo *World Values Survey*. Optamos por inserir a variável renda, mensurada em faixas, por ser a medida disponível para medir os recursos materiais, reconhecendo esses limites.

Por fim, foi utilizada uma medida de confiança interpessoal para mensurar os recursos conectivos. Esta medida é um dos componentes do capital social, ou seja, procura medir as redes de inter-relacionamento e cooperação mútua (PUTNAM, 1993). A medida de capital social ainda é robusta para medir, no nível individual, o quão interligado está a população de um determinado país. Diversos estudos apontam a confiança interpessoal como estando relacionada com uma cultura política pró democrática (BAQUERO, 2003; INGLEHART, 1988).

A alternativa seria a utilização do acesso à internet como meio de se mensurar os recursos conectivos. Mas em países da América Latina, onde quase metade da população ainda não possui acesso à rede mundial de computadores⁴³, seria presumir que grande parte dos residentes não possuem nenhum tipo de recurso conectivo. A desvantagem é que o conceito de capital social – confiança interpessoal e institucional – tal como descrito por (PUTNAM, 1993) remete, mesmo que indiretamente, a uma cultura cívica do tipo obediente

⁴³ Ver Tabela 14, pag. 95.

(WELZEL; DALTON, 2013), uma cidadania que mescla participação moderada e complacência às normas.

A confiança interpessoal é descrita por Inglehart (1988) como um dos pré-requisitos de uma cultura democrática. De acordo com ele, é a partir da confiança que se cria a percepção de que os contratos serão obedecidos e as normas observadas. Sendo um componente do capital social, pode ser descrita como uma rede de inter-relações, reciprocidade e cooperação mútua (PUTNAM, 1993), gerada a partir de ações comunitárias e do tecido associativo que permeia um determinado grupo ou sociedade (PUTNAM, 2001). Como é um produto da experiência de contato entre as pessoas no interior de suas ações coletivas, a confiança interpessoal pode ser um bom indicador dos recursos comunicativos.

6.2 VALORES EMANCIPATÓRIOS, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA CRÍTICA

Diversos autores têm apontado mudanças significativas nos padrões de cidadania e de cultura política atualmente, questionando o modelo de cultura cívica definido por Almond e Verba em seu estudo seminal. Os principais sintomas desta mudança são observados nas constantes quedas nas taxas de comparecimento eleitoral e recrutamento partidário (DALTON, 2008a; NORRIS, 2003a; PUTNAM, 2001). Os estudos que se propuseram a analisar este fenômeno geraram duas interpretações distintas.

A primeira delas entende que estes sintomas são sinais do afastamento dos cidadãos da vida pública, principalmente entre as gerações mais novas. Tal entendimento pode ser encontrado principalmente nos trabalhos de Putnam sobre o declínio do capital social nos Estados Unidos. Segundo este autor a diminuição das atividades comunitárias têm reduzido o estoque de capital social entre os norte-americanos, levando-os a se interessarem menos pelas questões públicas. Como consequência, o comportamento político das novas gerações é descrito como apático ou cínico e se traduz na baixa disposição em votar (PUTNAM, 2001).

Contrariando o diagnóstico elaborado por este autor, Norris (2003) afirma que este afastamento da política não ocorre. Apesar de concordar que são os jovens os principais responsáveis pelas quedas no comparecimento eleitoral e nas taxas de recrutamento partidário, as gerações mais novas estão se expressando por outros repertórios de participação política, principalmente através de ações de protesto.

Por sua vez, Dalton (2008) defende a ideia de que um novo padrão de cidadania emergiu nos últimos anos. Cidadãos obedientes e com fortes sentimentos de lealdade e dever estão sendo substituídos por indivíduos mais engajados, atentos a questões sociais e mais tolerantes às diferenças. Ele atribui como causa desta mudança o aumento da mobilização cognitiva entre os mais jovens, principalmente devido ao incremento nos níveis de escolaridade.

Diferente do diagnóstico elaborado por Putnam, tanto Dalton quanto Norris não enxergam estas mudanças no comportamento político como prejudiciais à democracia. De fato, a emergência desta cidadania crítica apresenta novos desafios aos governos democráticos, uma vez que seus cidadãos estão exigindo mais transparência e responsividade (Norris, 2011) bem como apresentando suas demandas através de protestos e outros tipos de ações coletivas.

Em termos gerais, esta cidadania crítica pode ser descrita como um forte sentimento de apoio à democracia enquanto forma de governo, mas uma avaliação negativa de seu funcionamento (NORRIS, 2011), optando por se expressarem politicamente por meio de repertórios que permitem a adesão direta, sem a intermediação de estruturas hierárquicas presentes nas agências tradicionais de mobilização (NORRIS, 2003a). Uma outra característica é que estes cidadãos são mais interessados em política (DALTON, 2008a).

Esta mudança nos padrões de cidadania começa a ser identificada por Inglehart já no final dos anos setenta. Para este autor, mudanças nos padrões de comportamento político, como o aumento das atividades de protesto, estariam relacionados com a emergência da síndrome do pós materialismo (INGLEHART, 1979a). Ao analisar o processo de consolidação da democracia na Europa, Klingermann (2013) observa que entre os democratas insatisfeitos existe uma maior proporção de indivíduos pós materialistas. Por sua vez Welzel e Alvarez (2013) vão relacionar os valores emancipatórios com o que eles definem como “efeito esclarecedor”. De acordo com esses autores:

Essa transformação emancipatória pode ser caracterizada como um "efeito esclarecedor" de mão dupla. Para isso, casa os desejos democráticos das pessoas com (1) uma compreensão mais liberal do que a democracia significa e (2) uma avaliação mais crítica de quão democrática sua sociedade é atualmente. (WELZEL; ALVAREZ, 2013, p. 59)⁴⁴.

⁴⁴ “This emancipatory transformation can be characterized as an “enlightenment effect” in a double way. For it couples people’s democratic desires with (1) a more liberal understanding of what democracy means and (2) a more critical assessment of how democratic their society actually is.”, no original.

Os trabalhos acima citados relacionam a cidadania crítica com a mudança de valores. Desta forma, espera-se que os valores emancipatórios tenham um efeito positivo na adesão à democracia e no interesse em política, mas um efeito contrário sobre a confiança nas instituições políticas. A próxima sessão traz informações referentes às variáveis empregadas para testar tanto a relação entre valores emancipatórios e cidadania crítica, bem como para identificar os preditores dos mesmos.

6.3 VARIÁVEIS PRESENTES NO MODELO

Para identificar os condicionantes dos valores emancipatórios e o impacto destes valores na cultura política foram utilizados os dados provenientes da sexta onda do projeto *World Values Survey*, referentes à Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. A partir destes dados, quatro modelos estatísticos foram construídos: O primeiro modelo trata como variável dependente os valores emancipatórios, já os outros modelos se referem à confiança institucional, adesão à democracia e interesse por política.

No modelo que trata dos valores emancipatórios são inseridos os recursos de ação como variáveis dependentes: renda, como forma de mensurar os recursos materiais; educação, como medida de recursos cognitivos; e confiança interpessoal, para medir os recursos conectivos. Esta última variável foi obtida através da somatória de seis variáveis escalares, com amplitude de 1 a 4 que indagam sobre o quanto o entrevistado confia na sua família, vizinhos, pessoas que conhece pessoalmente, que encontrou pela primeira vez, de religião distinta e de outra nacionalidade⁴⁵. O resultado da somatória foi padronizado em uma escala que varia de 0 a 1. Além dessas três variáveis independentes foram inseridas, como forma de controle, o sexo do entrevistado, a idade e auto posicionamento ideológico.

O segundo modelo toma como variável dependente a confiança institucional. Presente em diversos estudos sobre cultura política, esta medida avalia o quanto os indivíduos confiam nas instituições necessárias para o funcionamento de um dado regime político, ou seja, é o apoio específico (EASTON, 1965) depositado nas políticas ou nos agentes responsáveis por implementá-las. A importância da confiança institucional está relacionada com o grau de legitimidade que um governo, ou regime político, possui entre

⁴⁵ α de Conbrach = 0,74.

seus cidadãos (MOISÉS, 1995) e é um dos componentes da cultura cívica descrita por Almond e Verba.

A confiança institucional aqui é mensurada pela somatória de quatro variáveis, com amplitude que varia entre 1 e 4, que indagam o quanto o entrevistado confia nos partidos, no parlamento, no judiciário e no executivo⁴⁶. O resultado deste agrupamento foi igualmente padronizado em uma escala que varia de 0 a 1. Como o objetivo deste modelo é verificar o impacto dos valores emancipatórios sobre a confiança institucional, ela é inserida como variável independente. As variáveis sexo, idade, escolaridade, renda, classe social subjetiva e ideologia compõem o modelo como forma de controle.

Por sua vez, o índice de adesão à democracia é composto por quatro variáveis que medem o posicionamento do entrevistado sobre ter um líder forte que não se importe com as decisões do parlamento, um governo onde as decisões são tomadas por especialistas, uma ditadura militar e, por fim, a preferência por um regime democrático. Tal como nas variáveis que compõem o índice anterior, as respostas possuem uma amplitude que varia de 1 a 4. A literatura recente sobre o tema tem apontado que a concepção de democracia é um conceito complexo (DALTON; SHIN, 2004) e a forma como se mensura a adesão dos cidadãos a este tipo de regime deve refletir esta complexidade (CASALECCHI, 2016). Ribeiro e Oliveira (2014) analisaram a relação entre a cultura política democrática e a sub-representação feminina no contexto brasileiro utilizando estas variáveis como medida de adesão à democracia, validando a confiabilidade deste índice. A diferença aqui é que, depois de somadas, o construto final foi padronizado em uma escala com amplitude de 0 a 1.

O último modelo testa a influência dos valores emancipatórios sobre o interesse por política. Diferente dos outros dois modelos sobre cultura política, onde as variáveis dependentes são índices formados por diferentes variáveis, o interesse por política é mensurado através de uma escala de Likert, que indaga o entrevistado sobre o quão interessado ele é acerca deste assunto. Devido as características da distribuição e a baixa amplitude, 1 a 4, esta variável foi recodificada entre interessado e não interessado. Aqui se utilizou um modelo de regressão logística, que estima as razões de chance de alguém ser interessado por política.

Em todos os três modelos sobre cultura política, além do índice de valores emancipatórios, foram inseridos como forma de controle as variáveis sexo, idade,

⁴⁶ α de Conbrach = 0,82.

escolaridade, renda e classe social. Nos quatros modelos – condicionantes dos valores emancipatórios, confiança institucional, adesão à democracia e interesse por política – são apresentados, primeiro, a evolução de cada uma das medidas, em seguida os resultados envolvendo todos os países presentes neste estudo e, por último, os coeficientes de cada um deles. Na sessão seguinte são demonstrados os resultados dos condicionantes dos valores emancipatórios.

6.4 CONDICIONANTES DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS

A Tabela abaixo apresenta os preditores dos valores emancipatórios considerando as amostras de todos os países presentes neste estudo. Ainda que o modelo considere os três tipos de recursos de ação – confiança interpessoal, escolaridade e renda – mais quatro variáveis de controle – sexo, idade, classe social e ideologia – o seu ajuste se mostra relativamente baixo. O modelo descrito na Tabela 18 explica cerca de 11,7% da variância dos valores emancipatórios. Outros fatores descritos nos trabalhos de Welzel (2013) e Inglehart e Welzel (2005), como o pertencimento a uma zona cultural ou o grau de secularização, podem ter um impacto maior na capacidade explicativa dos preditores dos valores emancipatórios.

Entretanto, o modelo abaixo confirma os pressupostos da teoria de Welzel. São, de fato, os recursos de ação que melhor explicam a dispersão de valores emancipatórios. Ao analisarmos o valor dos coeficientes de regressão, podemos observar que escolaridade apresenta o valor mais alto – 0,196 – seguida da confiança interpessoal – 0,14 – o que indica que estas duas variáveis possuem uma capacidade explicativa maior no modelo. Estas duas medidas representam, respectivamente, os recursos cognitivos e conectivos. Já o terceiro tipo de recurso de ação, o material, por sua vez, apresenta o segundo coeficiente mais baixo, mas significativo. Como dito acima, existe uma dificuldade de operacionalizar esta variável, mas ela ainda se apresentou significativa, confirmando os pressupostos da teoria da emancipação no que se refere à dispersão dos valores emancipatórios.

TABELA 18 - CONDICIONANTES DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS (GERAL)

	B Padronizado (Erro Padrão)	B
Intercepto	0,0*** (0,013)	0,39
Sexo	0,078*** (0,003)	0,23
Idade	-0,089*** (0,0001)	-0,008
Escolaridade	0,196*** (0,0008)	0,013
Renda	0,042*** (0,0008)	0,003
Classe Social	0,023* (0,002)	0,004
Ideologia	-0,13*** (0,0006)	-0,007
Confiança Interpessoal	0,14*** (0,01)	0,012
R ²		0,117

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$. N = 9238.

Fonte: *World Values Survey*.

Passando agora para as variáveis de controle, ideologia foi a que apresentou o maior coeficiente. A relação negativa indica que as pessoas que se posicionam mais à esquerda possuem uma maior tendência de manifestarem valores emancipatórios. Idade também apresentou um coeficiente negativo significativo, o que significa que a dispersão destes valores é mais incidente entre os mais jovens. Em relação ao sexo, são as mulheres que mais se identificam com o componente cognitivo da emancipação. Isso é compreensível já que o componente “igualdade” do índice de valores emancipatórios mensura a equidade de gênero. Por fim, classe social subjetiva também se mostrou significativa, indicando que os valores emancipatórios estão mais presentes nas pessoas que se posicionam como pertencentes às classes mais altas.

A Tabela 19 demonstra os resultados dos coeficientes de cada um dos países separadamente. Como podemos observar, o contexto dos casos influencia a dispersão de valores emancipatórios em cada um deles. Mas em linhas gerais os resultados não diferem de modo significativo da teoria. A escolaridade continua sendo a principal preditora deste tipo de valores. Em todos os países analisados ela se mostrou significativa, o que indica a prevalência dos recursos cognitivos em relação aos demais recursos de ação.

TABELA 19 - CONDICIONANTES DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B Padronizado (Erro Padrão)	B	B Padronizado (Erro Padrão)	B	B Padronizado (Erro Padrão)	B	B Padronizado (Erro Padrão)	B	B Padronizado (Erro Padrão)	B	B Padronizado (Erro Padrão)	B	B Padronizado (Erro Padrão)	B
Intercepto	0*** (0,06)	0,54	0*** (0,035)	0,45	0*** (0,067)	0,49	0*** (0,0327)	0,35	0*** (0,023)	0,357	0*** (0,0355)	0,32	0** (0,0453)	0,44
Sexo	0,08* (0,01)	0,024	0,078** (0,008)	0,023	0,105** (0,0125)	0,035	0,24 (0,0078)	0,007	0,078*** (0,006)	0,023	0,0267 (0,0084)	0,007	0,071* (0,01)	0,021
Idade	-0,12*** (0,0003)	-0,001	-0,126*** (0,0002)	-0,001	-0,15*** (0,0004)	-0,001	-0,05* (0,0002)	-0,0005	-0,079*** (0,0002)	-0,0008	-0,125*** (0,0002)	-0,001	-0,063 (0,0003)	-0,0005
Escolaridade	0,17*** (0,003)	0,003	0,169*** (0,002)	0,01	0,262*** (0,0044)	0,021	0,27*** (0,0018)	0,16	0,293*** (0,0016)	0,019	0,22*** (0,0022)	0,014	0,248*** (0,0028)	0,018
Renda	-0,048 (0,004)	-0,005	0,017 (0,002)	0,001	-0,047 (0,0044)	-0,004	0,069* (0,002)	0,005	0,123*** (0,0014)	0,007	0,083* (0,0025)	0,006	0,018 (0,0032)	0,001
Classe Social	0,098* (0,008)	0,02	0,039 (0,005)	0,006	-0,07 (0,01)	-0,02	0,021 (0,0043)	0,003	-0,021 (0,0033)	-0,003	-0,057 (0,005)	-0,008	0,053 (0,0069)	0,01
Ideologia	-0,238*** (0,003)***	-0,02	-0,043 (0,001)	-0,002	-0,314*** (0,003)	-0,027	-0,106*** (0,0016)	-0,006	-0,042* (0,0011)	-0,002	0,007 (0,002)	0,0004	-0,17*** (0,0021)	-0,01
Confiança	0,204*** (0,038)	0,23	0,094** (0,024)	0,08	0,073* (0,042)	0,081	0,036 (0,024)	0,031	0,014 (0,019)	0,012	0,036 (0,027)	0,03	0,187*** (0,0284)	0,14
R ²	0,194		0,083		0,216		0,128		0,147		0,086		0,158	

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

Este resultado converge parcialmente com aquilo que Dalton (2008) descreveu ao analisar a relação dos jovens com a política nos Estados Unidos. Segundo este autor, a mudança nos padrões de cidadania, de uma orientação centrada nas responsabilidades em direção a uma orientação voltada ao engajamento, deve ser creditada ao incremento da mobilização cognitiva. Ele observa que a geração atual de jovens estadunidenses possui um nível muito maior de escolaridade quando comparados aos seus pais e avôs.

Por outro lado, a confiança interpessoal, que no modelo anterior figurava como o segundo mais forte preditor dos valores emancipatórios, se mostrou significativa apenas em quatro dos sete países analisados. Na Colômbia, México e Peru esta variável não produz efeitos sobre a variável dependente – VE. Em compensação, apenas nestes países é que a renda se mostrou relacionada com a dispersão dos valores analisados neste trabalho.

Este dado levanta a hipótese de que altos estoques de recursos conectivos podem suplantam a necessidade de recursos materiais. Se refletirmos na forma como Putnam (1993) descreve os benefícios da confiança interpessoal, principalmente na sua capacidade de produzir uma cooperação mútua para a solução de problemas comuns, podemos inferir que este recurso tende a aumentar as capacidades para realizar os funcionamentos, principalmente aqueles relacionados ao bem-estar coletivo. Em outras palavras, a posse de altos níveis de recursos conectivos tende a reduzir o custo da ação.

Pode-se traçar paralelos com os estudos de comportamento político a partir deste achado. Verba e seus colaboradores (VERBA; NIE, 1972; VERBA; NIE; KIM, 1978) apontam que o status socioeconômico aumenta a participação, mas este aumento varia em diferentes contextos, principalmente em função do tecido associativo existente. Em localidades com fortes clivagens econômicas a presença de entidades sindicais ou movimentos sociais bem estruturados diminuem os efeitos dos recursos sobre a participação.

A ideologia é significativa para todos os países analisados, com exceção do Brasil e do Peru. Nestes dois casos, os dados parecem refletir o contexto político específico destes locais. No Peru iniciava-se o mandato de Ollanta Humala na presidência, eleito em uma ampla aliança de esquerda e com uma plataforma nacionalista, contra o neoliberalismo e de proteção aos interesses nacionais, principalmente contra as mineradoras estrangeiras no país (DARGENT; MUNOZ, 2012). Já no primeiro ano de seu mandato acabou se dobrando aos interesses destas em detrimento das populações locais, principalmente através de ações de repressão contra os movimentos sociais das localidades afetadas pela atividade mineira, com

a militarização das mesmas (VÉLEZ-TORRES; RUIZ-TORRES, 2015), o que fez despencar os seus índices de aprovação (DARGENT; MUNOZ, 2012).

No caso brasileiro houve o fenômeno do “lulismo” e a mudança das bases eleitorais do Partido dos Trabalhadores a partir de 2006. De acordo com Singer (2012), a principal legenda de esquerda do Brasil passou a contar com a simpatia das camadas mais pobres da população, notadamente nos rincões do país, por conta dos programas sociais implementados no período, mas perdeu o apoio da sua base tradicional, a população de classe média e mais escolarizadas dos grandes centros urbanos. Como o próprio autor reconhece, foram essas camadas urbanas mais escolarizadas que deram corpo para as manifestações de rua que ocorreram em depois de junho de 2013 e que acabaram por desgastar a imagem da então presidente Dilma Rousseff (SINGER, 2013), o que levou ao processo de impedimento da mesma dois anos depois.

O ponto comum nos dois casos foi a crise que os representantes da esquerda enfrentaram nos dois países. Tanto no Brasil quando no Peru, o campo progressista sofreu um revés muito forte, constatado pela queda nas taxas de aprovação dos mandatários dos dois países. No caso brasileiro, houve a deposição da presidente eleita. Já no Peru, a aliança de Humala não conseguiu emplacar um sucessor, sendo substituído por Pedro Kuczynski, um economista de centro direita.

A variável idade, por sua vez, não se mostrou significativa apenas para o Uruguai. Deferente dos seus vizinhos, este país é o único onde o aborto é permitido. Possuindo uma longa tradição secular, desde os anos noventa que a opinião pública se posiciona favoravelmente a este tema (WOOD et al., 2016). Em contraste, países como Brasil e Colômbia mais de 70% da população maior de 18 anos afirmam que o aborto é injustificável, de acordo com os dados coletados na sexta onda do WVS. A tolerância à prática do aborto é um dos componentes do sub-índice “escolha” que compõe a medida de valores emancipatórios. A aceitação desta prática, dentre outras liberdades individuais asseguradas aos cidadãos uruguaios há mais tempo, explica este dado. No restante dos países a variável idade apresenta um coeficiente negativo, o que indica que é a população mais jovem que mais apresenta valores emancipatórios.

A variável sexo não se mostrou significativa para o Peru e Colômbia. Em todos os outros países são as mulheres que tendem a se identificar com este tipo de valores. Por fim, a classe social subjetiva produziu efeitos significativos apenas na Argentina, onde a

dispersão de valores emancipatórios tende a se concentrar entre as pessoas que se posicionam como pertencentes às classes sociais mais altas.

Em termos gerais, os condicionantes dos valores emancipatórios nos países estudados apresentaram um padrão condizente com a descrição de Welzel (2013). Os recursos de ação realmente importam para a difusão de tais valores, sendo a educação um elemento chave neste processo. Outro dado interessante é a relação entre recursos conectivos e materiais. Nos países onde os primeiros se mostraram significativos para explicar a difusão de valores emancipatórios, os segundos não o foram. Em localidades onde o tecido associativo é mais abundante ou o estoque de confiança interpessoal é maior, os efeitos da renda sobre a difusão de valores emancipatórios tendem a ser reduzidos.

Feita esta ressalva, pode-se concluir que, no contexto dos países presente neste estudo, a difusão dos valores emancipatórios atende as expectativas teóricas. Resta agora verificar a relação desta medida com outras variáveis atitudinais, afim de identificar quais os efeitos destes valores na cultura política dos países latino-americanos e se podemos afirmar a existência de uma cidadania crítica no contexto dos casos estudados. A próxima seção apresenta os modelos referentes à confiança institucional, adesão a democracia e interesse por política, seguindo a mesma metodologia emprega aqui: para cada uma destas variáveis são apresentados modelos que consideram a população como um todo, seguidos da exposição de cada país.

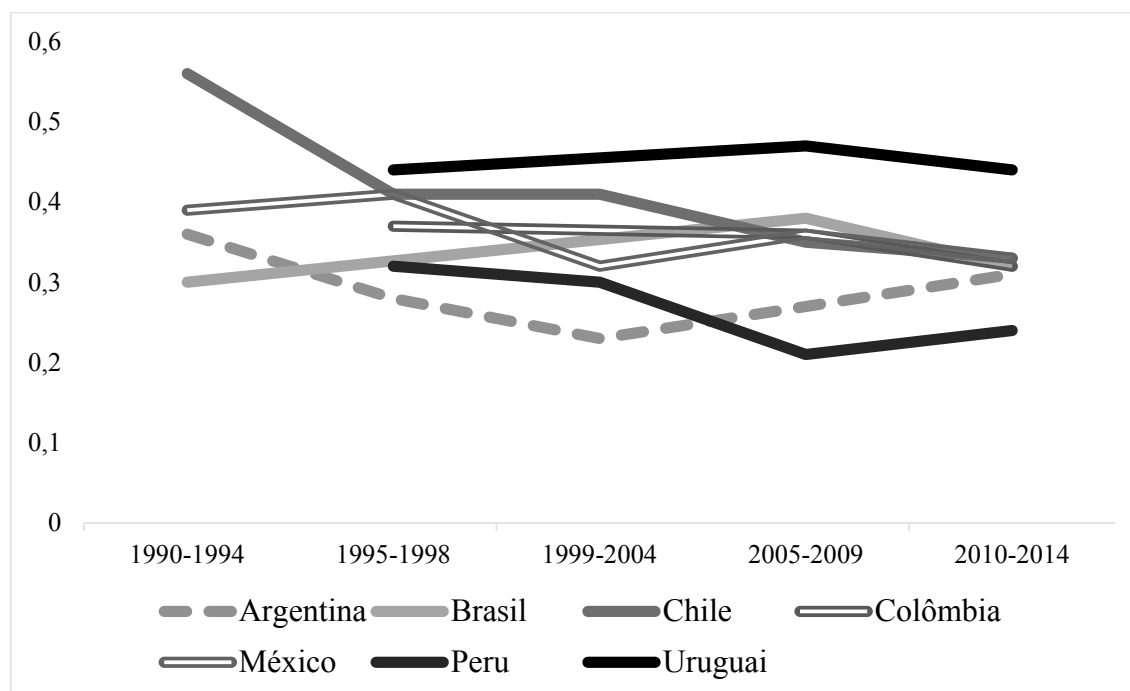
6.5 EFEITOS DOS VALORES EMANCIPATÓRIOS NA CULTURA POLÍTICA.

O Gráfico 4 mostra a evolução da confiança institucional nos países presentes neste estudo. Quase todos eles apresentam, no último levantamento realizado pelo WVS, um valor muito próximo, oscilando na casa dos 0,3. O Uruguai se destaca dentre os países analisados pela regularidade da avaliação que seus cidadãos fazem acerca das instituições e também pelo distanciamento da média apresentada em relação aos outros países. Os uruguaios depositam mais confiança nas principais instituições democráticas, quando comparados aos cidadãos dos outros países aqui estudados. Inversamente, o Peru se destaca pelo oposto, com os habitantes mais desconfiados.

Em geral, os países apresentam certa estabilidade acerca da confiança em suas instituições, havendo picos de maior ou menor confiança ao longo do tempo, com destaque para a Argentina, que exhibe tendência de queda entre os anos 90 e meados dos anos 2000,

mas que têm recuperado parte da confiança perdida no período desde então. O Peru também apresenta um declínio desde meados dos anos 90, mas apresenta uma melhora modesta no início da segunda década do século XXI.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL



Fonte: *World Values Survey*.

O ponto fora da curva é o Chile que no início da série história contava com índices de confiança institucional muito mais elevados do que os outros países, mas que enfrentou sucessivas quedas desde então, se igualando aos outros casos. Este é um caso curioso, dado que este país, juntamente com a Argentina, a Costa Rica e o Uruguai, apresenta um dos melhores índices de cultura política e qualidade da democracia dentre os países latino-americanos.

Seguindo para a análise dos determinantes da confiança institucional, a Tabela 20 demonstra os coeficientes de regressão envolvendo todos os casos presentes no último levantamento do WVS. Como se pode observar, os valores emancipatórios não produzem efeitos sobre esta medida. Entre as variáveis de controle sexo, idade, escolaridade e ideologia se mostraram significativas para explicar a confiança institucional. No modelo descrito abaixo, os homens acreditam mais nas instituições democráticas que as mulheres. Em relação a idade, os mais velhos tendem a demonstrar mais confiança, bem como os mais

escolarizados. Por fim, quem se posiciona à direita no espectro ideológico também tende a confiar mais nas instituições.

TABELA 20 - PREDITORES DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL (GERAL)

	B Padronizado (Erro Padrão)	B
Intercepto	0*** (0,022)	0,27
Sexo	-0,01* (0,0056)	-0,005
Idade	0,036*** (0,0001)	0,0005
Escolaridade	0,008* (0,0014)	0,0008
Renda	0,01 (0,0014)	0,001
Classe Social	0,023 (0,0031)	0,006
Ideologia	0,072*** (0,0011)	0,007
Valores Emancipatórios	0,021 (0,019)	0,033
R ²		0,006

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$. N = 9238.

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Os próprios contextos que envolvem os casos estudados explicam que as causas da desconfiança política se encontram em outras variáveis para além do culturalismo. Os países aqui analisados se tornaram democracias durante a terceira onda de redemocratização. Este processo produziu grande expectativa em relação ao novo regime que estava surgindo (MOISÉS, 1995), mas esta foi logo frustrada uma vez que os retornos providos pelas novas instituições democráticas não foram condizentes com os anseios dos cidadãos, fenômeno que alguns autores identificaram como “síndrome da lua de mel” (INGLEHART; CATTERBERG, 2002). Os estudos sobre cultura política e consolidação da democracia nos países da América Latina são unânimes em apontar que o baixo retorno institucional tem produzido desconfiança nas instituições (DEL TRONCO, 2012; QUIROGA, 2008; ZOVATTO, 2002, 2005)

Diferente de países com regimes democráticos consolidados, onde a desconfiança institucional tem se originado de mudanças nas expectativas e nos valores de seus cidadãos, nos países aqui estudados a causa deste fenômeno recai principalmente no fato de que as instituições e atores políticos não estão conseguindo atender as demandas dos cidadãos em termos de serviço públicos ou representatividade. De acordo com Zovato:

A insatisfação com a democracia parece não ser um simples reflexo de situações econômicas ruins ou infelicidade com os resultados mais visíveis e concretos do regime democrático. Em vez disso, tal fato parece originar-se no mau funcionamento dos processos fundamentais, dos atores e das instituições do sistema democrático, que não resolvem os problemas dos cidadãos e frustram constantemente suas expectativas⁴⁷ (ZOVATTO, 2005, p. 21).

Passando agora para a análise dos coeficientes de regressão de cada país – Tabela 21 –, observa-se através dos resultados que não existe um padrão para os determinantes da confiança institucional. Este dado é um indicativo de que esta medida é fortemente influenciada pelo contexto vivenciado em cada caso. Mesmo mudanças pontuais podem produzir alterações de curto e médio prazo na confiança institucional dos cidadãos.

Ao analisar a série histórica dos indicadores de cultura política no Uruguai, Selios (2006) constatou que a crise econômica vivenciada pelo país no início do século XXI afetou a avaliação dos cidadãos deste país acerca de suas instituições, mas no primeiro sinal de melhora, a tendência de queda se inverteu. Segundo a autora:

Já na eleição e coincidindo com uma ligeira melhoria na situação econômica, todos os indicadores inverteram a sua tendência. A confiança interpessoal retornou aos seus níveis habituais e a confiança nas instituições políticas se recuperou, enquanto os fatores avaliativos gerais se recuperaram lentamente, exceto pela avaliação do progresso da economia, que o fez mais rápido⁴⁸. (SELIOS, 2006, p. 81)

A confiança nas instituições do regime democrático não pode ser descrita como um componente da cultura cívica dos países estudados, mas sim resultado da avaliação que estes cidadãos fazem do retorno, seja através de política públicas eficientes ou responsividade que seus representantes eleitos oferecem.

Os valores emancipatórios se mostraram significativos nos modelos do Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai. Nos três primeiros casos, há uma relação negativa entre a posse destes valores e a confiança nas instituições, o que indica que a confiança diminui na medida em que aumentam as crenças na emancipação. O ponto em comum nestes três casos são os protestos juvenis que ocorram no Chile e na Colômbia em 2011 e no Brasil em 2013.

⁴⁷ “La insatisfacción con la democracia parece no ser uno simple reflejo de malas situaciones económicas ni de la infelicidad con los resultados más visibles y concretos del régimen democrático. Más bien, tal hastío pareciera originarse en el mal funcionamiento de los procesos fundamentales, los actores y las instituciones del sistema democrático, que no resuelven los problemas de los ciudadanos y que defraudan constantemente sus expectativas.”, no original.

⁴⁸ “Ya en el año electoral y coincidiendo con una leve mejora en la situación económica del país, todos los indicadores invierten su tendencia. La confianza interpersonal vuelve a sus niveles habituales, y se recupera la confianza en las instituciones políticas, mientras que los factores evaluativos en general se recuperan lentamente a excepción de la evaluación respecto a la marcha de la economía, que lo hizo más rápido.”, no original.

No primeiro caso, os estudantes foram às ruas para pressionar por reformas no sistema educacional, demandando do governo gratuidade para o ensino universitário. Na Colômbia também ocorreram protestos de estudantes, que se posicionaram contra reformas privatizadoras do ensino superior. Por fim, no Brasil, aconteceram as jornadas de junho de 2013 onde jovens tomaram as ruas primeiro contra o aumento da tarifa do transporte público e, em seguida, por melhorias nos serviços públicos em geral. Tanto no Chile quanto na Colômbia, a variável idade se mostrou significativa, em uma relação positiva com a confiança institucional, ou seja, há uma tendência de aumento nesta medida conforme a idade avança. Por outro lado, nestes dois países a população mais educada se mostra mais confiante, uma vez que a variável educação também apresentou um coeficiente positivo.

Os resultados do modelo anterior apontam para um componente geracional da posse dos valores emancipatórios, uma vez que são os mais jovens os portadores de tais crenças. Nos casos onde houve protestos ou conflitos sociais em que esta parcela da população foi mobilizada, os valores emancipatórios se mostraram significativos. Nestes três casos – Brasil, Chile e Colômbia – não é possível determinar se a relação entre a confiança institucional e estes valores são produtos de uma síndrome do empoderamento humano. Mas dada a volatilidade deste indicador de cultura cívica e a sua responsividade à fatores contextuais nos países da região (QUIROGA, 2008; SELIOS, 2006), podemos supor que o descontentamento que motivou os jovens a saírem às ruas tenha afetado a confiança dos mesmos nas instituições.

O modelo referente ao Uruguai também apresentou um coeficiente significativo para os valores emancipatórios. Só que diferente dos outros três países onde isto aconteceu, existe uma relação positiva entre estes valores e a confiança institucional. O Uruguai goza de um dos mais altos índices de cultura cívica da América Latina (SELIOS, 2006). As ondas de protesto que atingiram o mundo não tiveram eco neste país. Não obstante, desde 2004 a *Frente Amplio*, uma coligação formada por diversos grupos políticos e dissidentes de esquerda (LUNA, 2007), governa o país com níveis históricos de aprovação (GARCÉ, 2010).

TABELA 21 - PREDITORES DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
	Padronizado	B	Padronizado	B	Padronizado	B	Padronizado	B	Padronizado	B	Padronizado	B	Padronizado	B
	(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)	
Intercepto	0*** (0,0907)	0,33	0*** (0,06)	0,39	0 (0,0806)	-0,07	0* (0,0588)	0,12	0*** (0,0403)	0,29	0*** (0,0572)	0,35	0*** (0,075)	0,49
Sexo	-0,075* (0,0156)	-0,032	0,008 (0,14)	0,004	0,059 (0,0159)	0,025	-0,014 (0,0137)	-0,007	0,01 (0,0114)	0,004	-0,009 (0,014)	-0,004	-0,07* (0,017)	-0,034
Idade	0,029 (0,0005)	0,003	0,014 (0,0004)	0,0002	0,088* (0,0005)	0,001	0,08** (0,0004)	0,001	-0,049* (0,0004)	-0,001	-0,064* (0,0004)	-0,001	0,146*** (0,0005)	0,002
Escolaridade	-0,014 (0,004)	-0,001	0,053 (0,0036)	0,004	0,09* (0,0048)	0,01	0,08* (0,0033)	0,008	0,048 (0,0029)	0,005	-0,081* (0,0037)	-0,01	0,11** (0,0046)	0,012
Renda	0,006 (0,006)	0,001	-0,043 (0,0037)	-0,005	0,186*** (0,0057)	0,023	0,0436 (0,0036)	0,005	-0,018 (0,0025)	-0,002	0,043 (0,0042)	0,005	-0,086* (0,0053)	-0,011
Classe Social	0,018 (0,0128)	0,005	0,07* (0,0087)	-0,018	-0,103* (0,0126)	-0,029	-0,02 (0,0076)	-0,006	0,009 (0,0059)	0,002	0,069* (0,0082)	0,016	0,14*** (0,0111)	0,04
Ideologia	0,013 (0,0044)	0,001	0,117*** (0,0025)	0,01	0,294*** (0,0043)	0,03	0,19*** (0,0028)	0,02	-0,098*** (0,0020)	0,009	-0,028 (0,0032)	-0,003	-0,14*** (0,0035)	-0,013
Valores	0,017 (0,05)	0,024	-0,083** (0,05)	-0,13	-0,118** (0,053)	-0,15	-0,07* (0,051)	-0,12	-0,001 (0,0409)	0,041	0,03 (0,053)	0,05	0,09** (0,059)	0,15
R ²	0,006		0,02		0,17		0,05		0,011		0,007		0,08	

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

Uma vez constatado que o impacto dos valores emancipatórios sobre a confiança institucional tende a existir em situações contextuais, ou ser produto de efeitos de período (NORRIS, 2003b) cabe agora analisar outros indicadores da cultura política e a sua relação com estes valores. A próxima variável a ser analisada é o interesse por política, medida que tem sido usada como um indicador de uma postura participativa (ALMOND; VERBA, 1963; INGLEHART, 1997). Diferente das outras variáveis dependentes analisadas no modelo anterior, que são construídas a partir de diferentes medidas, o interesse em política é mensurado através de uma única pergunta através de uma escala de quatro pontos.

Devido a distribuição das respostas, esta variável foi recodificada em duas categorias, considerando os respondentes que afirmaram ter nenhum ou pouco interesse em política como “não interessado” e quem respondeu que possui algum ou muito interesse como “interessado”. Tomando esta variável binária como dependente, foi construído um modelo de regressão logística, sendo a categoria de referência os “não interessados”. Assim, o modelo permite identificar se os valores emancipatórios possuem algum impacto sobre o interesse em política dos cidadãos dos países analisados neste estudo. Outra diferença em relação aos modelos anteriores utilizados neste capítulo são os coeficientes expressos em razões de chance.

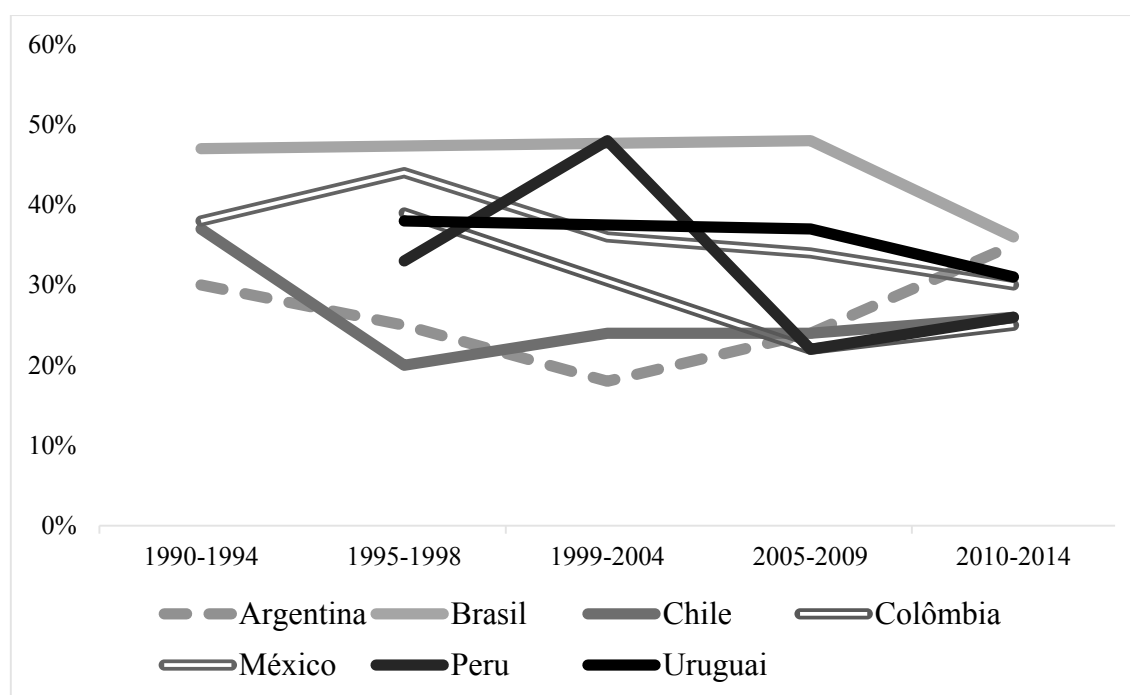
O Gráfico 5 traz a evolução histórica da proporção da população que se diz interessada em política. A Argentina é o único país que apresenta um saldo positivo no decorrer da série. Todos os outros países tiveram queda na porcentagem das pessoas que demonstram interesse por este tema, com destaque para o Brasil, o Chile e a Colômbia, onde a queda foi maior do que a margem de erro da pesquisa, indicando uma diminuição real neste medido para este conjunto de países.

A análise da série histórica não permite estabelecer um padrão da evolução da proporção dos interessados por política no conjunto de nações analisadas neste estudo. Se por um lado nós podemos observar que o Chile, após uma queda drástica em meados dos anos noventa, apresenta uma tendência de recuperação desde então, em uma situação oposta temos o México, que vivenciou um crescimento no interesse por política no mesmo período, mas que desde então demonstra constante queda neste indicador.

A proporção do interesse em política na Argentina, Brasil e Uruguai parece acompanhar a variação da confiança institucional. As quedas e aumentos nas duas taxas ocorrem em momentos semelhantes nestes três países. Por fim, a partir do último ponto da

tendência, podemos dividir este conjunto de países em três grupos, a partir da proporção da sua população que se manifesta interessada em política. Argentina e Brasil apresentam as maiores taxas, ainda que o primeiro país venha de uma tendência de crescimento e o segundo de queda. México e Uruguai apresentam valores intermediários. Já as populações do Chile, Colômbia e Peru possuem uma proporção muito pequena de sua população que manifesta interesse em política: nestes três países cerca de um quarto das pessoas com mais de dezoito anos afirma se interessar neste tema.

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO INTERESSE POR POLÍTICA



Fonte: *World Values Survey*.

A Tabela 22 apresenta os resultados deste modelo para todos os países na última onda do WVS. Os valores emancipatórios apresentam um coeficiente positivo, indicando que cada centésimo de aumento na escala que mensura estes valores produz um incremento de 4,3% nas razões de chance do indivíduo se interessar por política. Este efeito é em maior do que a educação, onde cada aumento na escala gera um incremento de 14% nas razões de chance.

TABELA 22 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E INTERESSE EM POLÍTICA (GERAL)

	B (Erro Pad.)	Exp(B)
Intercepto	-2,64*** (0,132)	0,071
Sexo	-0,27*** (0,046)	0,76
Idade	0,009*** (0,001)	1,001
Escolaridade	0,13*** (0,012)	1,14
Renda	-0,004 (0,012)	0,99
Classe Social	0,05 (0,028)	1,05
Valores Emancipatórios	1,46*** (0,161)	4,3
Pseudo R ²		0,055
Por. de Acerto Global		70,24%

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$. N = 9238.

A idade também se mostrou significativa, apesar do efeito ser quase nulo. Cada ano de vida aumenta as razões de chances em 0,1% de um indivíduo se interessar por política. Por outro lado, apesar dos valores emancipatórios possuírem um forte componente de igualdade de gênero na sua mensuração, o modelo demonstra a existência a desigualdade entre homens e mulheres no interesse em política. Ser mulher reduz em 24% as razões de chance de se interessar por política. Renda e classe social subjetiva não produziram efeitos significativos. Quando controladas pelos valores, escolaridade e sexo dos entrevistados, a centralidade na estrutura social ou os recursos materiais não impactam o interesse por política. Podemos resumir o perfil do interessado em política como sendo homem, mais escolarizado, levemente mais velho e aderente aos valores emancipatórios. Cabe agora analisar o interesse em política para cada um dos países, separadamente. A Tabela 23 apresenta os coeficientes para cada um dos casos.

Renda gera um efeito negativo apenas no Uruguai, onde cada incremento nesta escala reduzem as chances de uma pessoa se interessar por política em 10%. Neste, existe um resultado contraditório, uma vez que classe social também se mostrou significativa. No caso desta última variável, o pertencimento as classes mais altas gera um aumento de 50% nas razões de chance para cada nível.

TABELA 23 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E INTERESSE EM POLÍTICA (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
	(Erro Pad.)		(Erro Pad.)		(Erro Pad.)		(Erro Pad.)		(Erro Pad.)		(Erro Pad.)		(Erro Pad.)	
Intercepto	-3,38*** (0,46)	0,034	-2,08*** (0,32)	0,12	-3,88*** (0,497)	0,02	-2,37*** (0,33)	0,09	-2,16*** (0,28)	0,11	-2,05*** (0,39)	0,31	-4,44*** (0,44)	0,017
Sexo	-0,58*** (0,13)	0,56	-0,41*** (0,11)	0,66	-0,57*** (0,153)	0,56	-0,227 (0,121)	0,79	0,022 (0,1)	1,02	-0,48*** (0,13)	0,62	-0,27 (0,15)	0,76
Idade	0,02*** (0,004)	1,02	0,006 (0,004)	1,006	0,025*** (0,005)	1,02	0,002 (0,004)	1,002	0,006 (0,003)	1,007	-0,006 (0,004)	0,99	0,02*** (0,004)	1,02
Escolaridade	0,17*** (0,04)	1,19	0,15*** (0,025)	1,16	0,13*** (0,04)	1,14	0,12*** (0,03)	1,13	0,01*** (0,025)	1,1	0,14*** (0,036)	1,15	0,2*** (0,04)	1,2
Renda	0,02 (0,049)	1,02	0,012 (0,07)	1,013	0,09 (0,052)	1,09	-0,001 (0,032)	0,99	0,013 (0,022)	1,01	-0,006 (0,039)	0,99	-0,1* (0,046)	0,9
Classe Social	0,03 (0,11)	1,03	-0,005 (0,073)	0,99	0,042 (0,116)	1,04	0,103 (0,067)	1,1	-0,02 (0,052)	0,98	0,1 (0,08)	1,1	0,42*** (0,09)	1,5
Valores Emancipatórios	1,89*** (0,47)	6,64	1,49*** (0,41)	4,46	1,25*** (0,47)	3,49	0,75 (0,44)	2,12	1,13** (0,036)	3,11	0,93 (0,518)	2,5	2,61*** (0,52)	13,6
Pseudo R ²	0,01		0,077		0,093		0,041		0,021		0,068		0,152	
Por. de Acerto Global	2,6%		3,7%		1%		<0,1%		<0,1%		0,1%		2,9%	

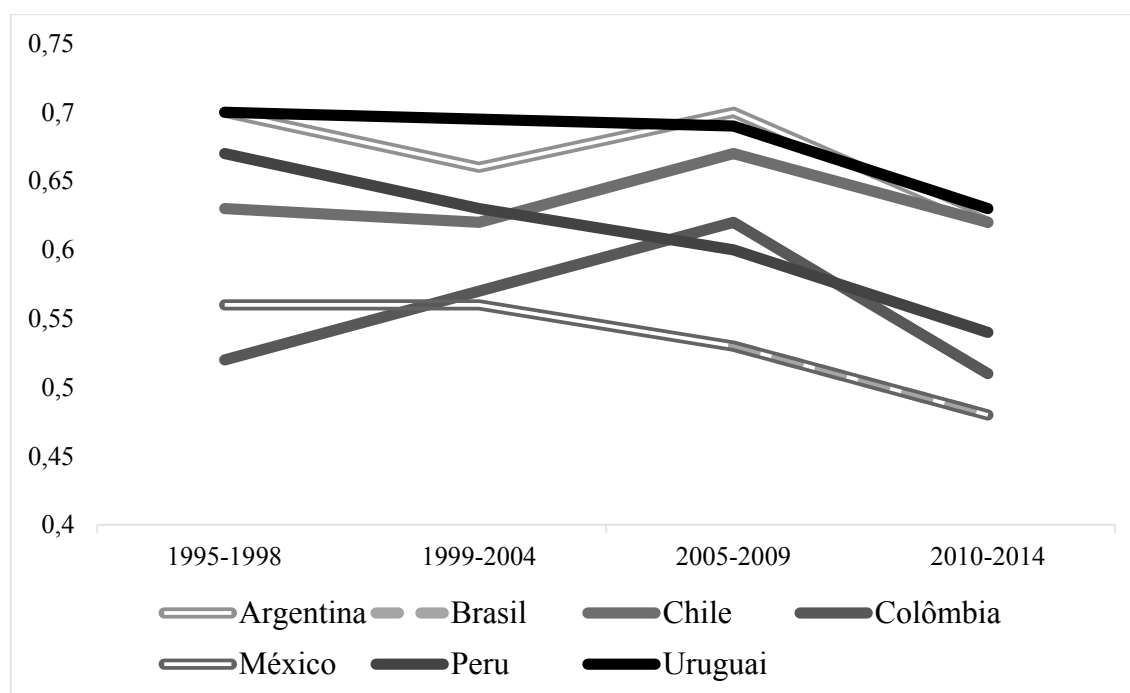
Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05. N = 9238

Por fim os valores emancipatórios não se mostraram significativos para a Colômbia e o Peru. Já para Uruguai e Argentina seus efeitos foram maiores: cada centésimo na escala produz um acréscimo de 12,6% e 5,6%, respectivamente, nas razões de chance de uma pessoa se interessar por política. No caso do Brasil, Chile e México este aumento foi de 3,5%, 2,5% e 2,1%. Considerando que esta variável foi padronizada em uma escala que varia de 0 a 1, todos estes coeficientes são realmente elevados, mesmo os do segundo conjunto.

Em relação a adesão à democracia podemos observar claramente que os casos podem ser agrupados em dois grupos distintos, como demonstrado no Gráfico 6. Argentina, Chile e Uruguai apresentam os melhores níveis de democratismo entre os países analisados. Os outros quatro – Brasil, Colômbia, México e Peru – apresentam valores muito próximos entre si, com o Brasil e o México ocupando a última posição. Ao analisar a série histórica, apenas a Colômbia e o Chile demonstram estabilidade em suas tendências, mesmo apresentando algumas variações entre as medições.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO DEMOCRATISMO



Fonte: *World Values Survey*.

Quase metade dos países apresentaram melhoras na adesão à democracia em meados dos anos 2000 se comparados com a mediação anterior. O Uruguai se manteve estável neste período e México e Peru estão vivenciando uma tendência de queda desde o

início da série histórica. Um dado preocupante é que todos os países analisados apresentaram piora no índice de adesão à democracia no último levantamento realizado pelo WVS. A série histórica não permite falar em desconsolidação da democracia (FOA; MOUNK, 2017), pois os dados apresentam elevadas variações ao longo do tempo. Novas medições são necessárias para aferir se existe uma tendência de queda ou se a redução no apoio a democracia é produto de um efeito contextual específico.

As exceções são México e o Peru, onde se observa tendência de redução no apoio à democracia desde o início da série histórica. Estes dois países, juntamente com o Chile, foram os últimos a adotarem regimes democráticos. Mas diferente de seu vizinho do cone sul, a democratização parece não ter correspondido as expectativas dos seus cidadãos. Esse efeito de frustração, tal como observado por Moisés (1995) no caso brasileiro, é mais evidente no Peru. Em meados dos anos 90, este país apresentava a terceira maior taxa de adesão à democracia entre os seus cidadãos, superior inclusive a do Chile, mas depois de sucessivas quedas, colocou-o bem próximo dos demais países.

TABELA 24 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E DEMOCRATISMO (GERAL)

	B Padronizado (Erro Padrão)	B
Intercepto	0*** (0,0125)	0,39
Sexo	-0,033** (0,0032)	-0,009
Idade	0,134*** (0,0001)	0,001
Escolaridade	0,087*** (0,0008)	0,005
Renda	0,041*** (0,0008)	0,0025
Classe social	0,036** (0,0018)	0,005
Ideologia	-0,115*** (0,0006)	-0,006
Valores Emancipatórios	0,26*** (0,0109)	0,23
R ²	0,125	

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$. N = 9238.

Fonte: *World Values Survey*, sexta onda.

O último modelo trata da relação entre valores emancipatórios e a adesão a democracia. Este é um importante indicador de qualidade do regime e tem sido usado, desde os trabalhos pioneiros de Almond e Verba (1989) e Easton (1965), como forma de mensurar a legitimidade dos sistemas democráticos. O democratismo também figura como um dos

argumentos da tese da cidadania crítica, já que apesar da queda constante nas taxas de comparecimento eleitoral, a preferência pela democracia tem se mantido estável (DALTON, 2008a; NORRIS, 2003a, 2011). No âmbito da teoria da emancipação humana, a busca por garantias legais para se exercer a liberdade é o último ciclo do processo de empoderamento humano (WELZEL, 2013). Desta forma, espera-se que haja uma relação positiva entre esta medida e os valores emancipatórios. A Tabela 24 a traz os coeficientes de regressão do modelo para adesão a democracia.

Os valores emancipatórios possuem, entre as variáveis independentes inseridas como preditoras, a maior contribuição para a explicação da variação da adesão à democracia. Pode-se afirmar que a posse de tais crenças representa, tal como preconiza a teoria, a atribuição de valor subjetivo à liberdade. A segunda variável com elevada capacidade explicativa foi a idade, que apresenta um coeficiente positivo. Isso indica que existe uma tendência entre os mais velhos de apoiarem a democracia.

Ribeiro e Ayres (2011) já haviam demonstrado esta tendência ao analisar o associativismo e a participação política de jovens no Brasil. Ao contrário do que se esperava, a socialização ocorrida durante a vigência do regime democrático não produziu cidadãos mais ativos. Em um recente debate sobre consolidação da democracia Foa e Mounk (2017) apontam para sinais de reversão, principalmente por conta da diminuição dos índices de apoio à democracia entre a população mais nova. A tese destes dois autores contraria a ideia de cidadania crítica e alerta para a possibilidade de desconsolidação democrática e ressurgimento do populismo e do autoritarismo.

Seu trabalho suscitou três críticas escritas por proeminentes estudiosos do tema. Norris (2017) concorda parcialmente com o seu diagnóstico, principalmente para as democracias anglo-saxônicas. Voeten (2017) encontra evidências de que os jovens nos Estados Unidos apresentam mais aceitação para posturas não democráticas. Mas ambos discordam do diagnóstico elaborado por Foa e Mounk. Para Norris, existe sim um risco de ascensão do populismo e de posturas mais autoritárias, mas de acordo com os dados apresentados por esta autora, esta tendência pode ser melhor observada entre os mais velhos.

TABELA 25 - VALORES EMANCIPATÓRIOS E DEMOCRATISMO (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B Padr. (Erro Padrão)	B	B Padr. (Erro Padrão)	B	B Padr. (Erro Padrão)	B	B Padr. (Erro Padrão)	B	B Padr. (Erro Padrão)	B	B Padr. (Erro Padrão)	B	B Padr. (Erro Padrão)	B
Intercepto	0*** (0,0588)	0,55	0*** (0,0346)	0,347	0*** (0,0624)	0,49	0*** (0,0295)	0,39	0*** (0,0186)	0,39	0*** (0,037)	0,52	0*** (0,06)	0,66
Sexo	-0,034 (0,0101)	-0,009	-0,043 (0,0081)	-0,011	-0,063 (0,0123)	-0,02	-0,015 (0,0069)	-0,004	-0,023 (0,0052)	-0,005	0,05 (0,009)	0,015	-0,031* (0,013)	-0,03
Idade	0,047 (0,0003)	0,004	-0,038 (0,0002)	-0,003	0,136** (0,0004)	0,001	0,094** (0,0002)	0,0007	0,128*** (0,0002)	0,001	0,057 (0,0003)	0,0004	0,15*** (0,0004)	0,001
Escolaridade	0,038 (0,0029)	0,003	0,0163*** (0,0017)	0,008	0,096* (0,0036)	0,007	0,19*** (0,0016)	0,009	0,135*** (0,0013)	0,006	0,042 (0,0025)	0,003	0,14** (0,0038)	0,012
Renda	-0,059 (0,0038)	-0,005	0,0089 (0,0021)	0,0005	-0,08 (0,0044)	-0,007	0,003 (0,0018)	0,0001	0,018 (0,0011)	0,001	-0,02 (0,0027)	-0,002	-0,149*** (0,004)	-0,015
Classe social	0,05 (0,0083)	0,001	0,01 (0,005)	0,0015	0,027 (0,01)	0,006	0,029 (0,0038)	0,003	0,039 (0,0027)	0,004	0,007 (0,0027)	-0,001	0,09* (0,004)	0,02
Ideologia	-0,143*** (0,0028)	-0,011	0,035 (0,0014)	0,0016	-0,164*** (0,0032)	0,013	-0,049 (0,0014)	-0,002	-0,049* (0,0009)	-0,002	-0,04 (0,002)	-0,002	-0,167*** (0,003)	-0,012
Valores	0,327*** (0,0348)	0,3	0,23*** (0,0289)	0,21	0,303*** (0,04)	0,28	0,164*** (0,0259)	0,14	0,121*** (0,019)	0,09	0,08* (0,036)	0,08	0,176*** (0,046)	0,2
Emancipatórios														
R ²	0,16		0,098		0,164		0,083		0,051		<0,01		0,113	

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05. N = 9238.

Para Alexander e Welzel (2017) este fenômeno é resultado da insatisfação das classes populares, que tiveram tanto as suas pautas no campo econômico e na moral abandonadas pelos partidos que tradicionalmente os representavam. De acordo com estes autores:

À luz de nossas evidências, é um erro interpretar o sucesso recente dos partidos populistas de direita como sendo consequência da reversão da dinâmica emancipatória das recentes décadas. Ao contrário, o sucesso destes partidos é uma contra reação do seguimento eleitoral que tem sido deixado para trás pela velocidade emancipatória vigente. (ALEXANDER; WELZEL, 2017, p. 12)⁴⁹.

Ao analisar os coeficientes de cada país individualmente – Tabela 25 – podemos observar que a relação entre idade e democratismo não é válida para todos os casos. Apenas para o Chile, Colômbia, México e o Uruguai ela se mostrou significativa. Isto nos leva a crer que o diagnóstico de Foa e Mounk não pode ser aplicado no contexto de todos os países analisados. Por outro lado, os valores emancipatórios foram significativos em todos os contextos, corroborando com um dos pressupostos da teoria de Welzel (2013). A escolaridade apresentou um padrão válido para quase todos os casos, com exceção da Argentina. Os indivíduos mais escolarizados e que possuem valores emancipatórios tendem a serem mais democráticos.

6.6 VALORES EMANCIPATÓRIOS E CIDADANIA CRÍTICA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Os resultados dos modelos descritos nas seções anteriores corroboram parcialmente aspectos importantes da teoria do desenvolvimento humano no contexto de países da América Latina. No que diz respeito aos determinantes deste conjunto de crenças, a posse de recursos de ação é determinante para a difusão de tais valores no nível individual, replicando os resultados encontrados por Welzel (2013) em sua análise agregada. Sua dispersão em uma dada sociedade depende de fato das capacidades que cada indivíduo possui para realizar livremente as suas funcionalidades.

⁴⁹ “In light of our evidence, it is mistaken to interpret the recent success of right-wing populist parties as the consequence of a reversal of the emancipatory dynamic of recent decades. Instead, the success of right-wing populist parties is a counter-reaction to the emancipatory dynamic among those electoral segments that have been “left behind” by the mainstream’s emancipatory speed.”, no original.

Não podemos concluir, entretanto, que existe uma relação entre confiança institucional e tais valores. Estudos anteriores já apontavam para a coexistência entre uma cultura política assertiva e uma cultura política obediente (WELZEL; DALTON, 2013). No contexto dos casos analisados, a confiança nas instituições depende mais das avaliações de curto e médio prazo que os cidadãos fazem acerca de seu funcionamento (BOTERO; HOSKIN, 2010; DEL TRONCO, 2012; MOISÉS, 1995; SELIOS, 2006; ZOVATTO, 2005).

Em quase todos os países analisados, os valores emancipatórios produziram um efeito no interesse por política. De fato, a dispersão de tais crenças impacta positivamente esta medida, ainda que esta afirmação não possa ser observada em todos os casos. Por fim, a última variável analisada neste capítulo foi a adesão à democracia, que apresentou uma relação positiva com os valores emancipatórios, dado que quem os possui também apresenta uma postura mais democrática, tal como descrito pela teoria.

No entanto, não é possível afirmar que, para o conjunto de países analisados, a dispersão de valores emancipatórios represente um ímpeto democrático. Retomando a análise do capítulo anterior, observa-se uma tendência de manutenção ou crescimento dos mesmos ao longo da série histórica analisada, o que não reflete a variação da adesão à democracia no decorrer do tempo, já que levantamentos recentes realizados após 2014 apontem para uma queda substancial na adesão à democracia nos países da região⁵⁰

Apesar de, no nível individual, a dispersão de tais valores se comportar tal como a teoria prevê, seus efeitos parecem não ser condizente com a mesma. Como é o componente psicológico do empoderamento, os valores emancipatórios deveriam se traduzir na atribuição de utilidade à liberdade. Os resultados dos modelos apontam que esse processo tem pouca relação com a adesão à democracia, ou seja, a ligação entre valorizar a escolha e procurar garantias legais para ela é fraca no contexto analisado.

Contudo, a fraca relação entre valores e adesão a democracia pode estar relacionada com conceitos não muito definidos do que venha a ser esta última entre os cidadãos dos países analisados, o que pode levar a um erro de mensuração. Tal erro não permitiria refutar a tese do ciclo do empoderamento humano. Cabe então analisar outros aspectos da teoria, como a relação entre valores emancipatórios e a participação política, uma vez que são os meios mais recorrentes para transformar as liberdades em garantias legais. O próximo capítulo analisa esta relação no conjunto de países presentes neste estudo.

⁵⁰ Para mais informações consultar Cohen (2017).

7. VALORES EMANCIPATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

No capítulo anterior procuramos analisar a relação entre cultura política e os valores emancipatórios em alguns países da América Latina, a fim de entender quais os efeitos destes sobre o surgimento de novos padrões de cidadania, mais crítica (NORRIS, 2003a) ou assertiva (WELZEL; DALTON, 2013), no contexto da região. Constatamos a existência de uma relação muito tênue entre este fenômeno e a dispersão de valores emancipatórios nos casos analisados, principalmente quanto à adesão à democracia, um dos elementos centrais do ciclo de empoderamento humano.

Cabe agora analisar os efeitos deste conjunto de crenças sobre o comportamento político dos cidadãos dos países presentes neste estudo. A participação também é um componente vital do processo de emancipação, uma vez que é através dela que os indivíduos materializam os seus valores e crenças em garantias legais. É a partir da vocalização dos seus anseios, qual seja o meio utilizado para tal, que são inseridas as demandas na esfera pública.

A lógica instrumental da ação coletiva, todavia, tende a minimizar o impacto da participação individual do sucesso da mesma: quanto maior o grupo, mais pessoas calcularão que o custo-benefício de sua participação é insignificante (OLSON, 1965), fazendo com que ações coletivas envolvendo um grande número de pessoas sejam regularmente bloqueadas (OSTROM, 1990). Os valores são um importante instrumento para romper com este paradigma. De acordo com Welzel:

Eles esclarecem as circunstâncias em que o interesse do grupo supera esse bloqueio motivacional. O interesse deve eventualmente tornar-se parte inerente da identidade social das pessoas, caso em que a vocalização do interesse obtém valor intrínseco. Em outras palavras, incorporar interesses em identidades atribui valores intrínsecos à sua expressão, o que separa as ações coletivas de cálculos de custo-benefício⁵¹. (WELZEL, 2013, p. 2018).

Tal assertiva vai ao encontro com algumas proposições da vertente sociológica dos estudos de participação política que tem se ocupado em estudar movimentos sociais. O conceito de “enquadramento” (BENFORD; SNOW, 2000; GOFFMAN, 1974; SNOW et al.,

⁵¹ “It is illuminating to think about the circumstances under which group interest overcome this motivational block. The interest must eventually become inherent part of people's social identity, in which case voicing the interest obtains intrinsic value. In other words, embedding interests in identities bestows intrinsic values on their expression, which unties collective actions from cost-benefit calculations.”, no original.

1986) também carrega esta dimensão valorativa como forma de superar o cálculo instrumental da ação coletiva.

Levando em consideração o papel dos valores emancipatórios na participação, bem como a posição desta como parte do processo de empoderamento humano, o presente capítulo tem como objetivo investigar justamente a relação entre estas duas variáveis. Tomando como ponto de partida a definição de Brady (1999), participação é toda ação realizada por cidadãos comuns direcionadas no sentido de influenciar algum resultado político, utilizamos como variáveis dependentes o envolvimento em organizações políticas – partidos, sindicatos e associações profissionais –, o voto e a participação em protestos. Esta divisão obedece apenas critérios empíricos, uma vez que indivíduos ou grupos podem acionar diferentes repertórios de acordo com as suas crenças ou estratégias individuais.

O presente capítulo se organiza da seguinte forma: na próxima seção são apresentadas as variáveis presentes nos modelos bem como as justificativas teóricas que subsidiam a sua inserção nos mesmos. As três seções seguintes são dedicadas a demonstrar os modelos de participação para cada uma das modalidades listadas no parágrafo anterior: a participação em associações, o voto e em seguida em ações de protesto. A apresentação dos dados segue a mesma ordem usada no capítulo anterior: primeiro apresentamos um modelo geral envolvendo todos os casos, seguido de modelos para cada um dos países, afim de explorar as especificidades de cada caso. Por fim, este capítulo termina com uma breve análise dos resultados em sua conclusão.

7.1. OS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) definem três conjuntos de características individuais para explicar o envolvimento em protestos, mas que podem ser generalizados para outras modalidades de participação política, já que seu embasamento teórico deriva de estudos desta natureza. O mesmo procedimento é usado por Quaranta (2015) ao elencar o conjunto de variáveis empregadas para explicar atividades de protestos na Europa ocidental. Este conjunto de autores vão elencar os recursos, os valores e o agravo como sendo determinantes para o ativismo político.

A participação política possui custos que devem ser satisfeitos para que ela possa ser efetivada. Participar de um protesto, decidir comparecer aos locais de votação no dia do pleito ou se envolver em uma campanha exige tempo, acesso à informação e muitas vezes

recursos materiais. Os estudos de Verba e seus colaboradores sobre o ativismo político têm demonstrado esta relação ao longo do tempo (ALMOND; VERBA, 1963; BARNES; KAASE, 1979; MILBRATH; GOEL, 1977; VERBA; NIE, 1972; VERBA; NIE; KIM, 1978; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

A educação sempre foi uma variável fundamental para explicar a ação política e figura como um dos recursos mais importantes, uma vez que os ativistas tendem a serem mais escolarizados do que a média da população. Os recursos materiais, principalmente a renda, também exercem peso determinante, já que a posse dos mesmos também tende a facilitar o engajamento. Estas duas variáveis tendem a concentrar a participação entre as pessoas de classe social mais elevada ou entre aquelas que possuem uma posição de centralidade na estrutura social (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Com a popularização das abordagens tocquivillianas a partir do trabalho de Putnam (1993) sobre as instituições políticas na Itália, diversos estudos passaram a testar a relação entre participação cívica e política (QUARANTA, 2015). Tais organizações serviriam como escolas de aprendizagem, socializando seus membros para desempenhar um papel político (VERBA; NIE, 1972), desenvolvendo habilidades cívicas importantes para o engajamento (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Servem também como agências de mobilização (NORRIS, 2003b), promovendo atalhos cognitivos no acesso à informação política ou convocando seus membros para agir em uma determinada situação.

No entanto, a fronteira que separa organizações políticas de outros tipos de associações é tênue e ao longo do tempo acabou se desenvolvendo uma categoria agrupada sob o termo genérico “engajamento cívico”. De acordo com Fiorina (2002) este tipo de atividade pode ser definido como sendo ações voluntárias desenvolvidas em comunidades, locais de trabalho, igrejas ou qualquer outro contexto, podendo ser de caráter político, apolítico ou estarem situadas entre ambos. Essa dificuldade de se estabelecer de forma mais precisa o que é o engajamento cívico, principalmente quanto a sua natureza, levou a expansão das definições de participação política e a necessidade de reduzir os tipos de ações que podem ser consideradas como tal (VAN DETH, 2001).

Os estudos empíricos têm demonstrado que este tipo de participação acaba por impulsionar o engajamento em outras modalidades. Um outro efeito produzido é o aumento do capital social (FIORINA, 2002; PUTNAM, 1993). Desta forma optamos por inserir no modelo esta medida. Primeiro por conta do próprio debate sobre o que é e o que não é participação política. Tratamos o envolvimento em partidos políticos, sindicatos ou

associações profissionais como repertórios, com modelos específicos para cada um deles. Entendemos que o afrouxamento do conceito de participação para permitir a inclusão de atividades cívicas acaba por não concordar com o conceito de participação que empregamos neste estudo. O segundo motivo tem a ver com a própria teoria da emancipação humana, onde este tipo de medida figura entre os recursos de ação.

Desta forma empregamos a confiança interpessoal, tal como descrita no capítulo anterior, como forma de cobrir as variáveis, no caso a participação em associações, descritas no âmbito das abordagens tocquevillianas. Educação, renda, classe social, confiança interpessoal e classe social subjetiva podem ser considerados recursos que possibilitam efetivar a participação.

O segundo grupo de variáveis descrito pela literatura compreende os valores. Por valores entendemos o conjunto de crenças e atitudes (ALMOND; VERBA, 1963) que são internalizadas durante os processos de socialização, manifestando-se de forma latente no decorrer da vida (SEARS, 1975) e que servem para mediar as relações que os indivíduos estabelecem com o mundo político. Neste conjunto de variáveis foram inseridas o interesse por política, o auto posicionamento ideológico e os valores emancipatórios.

As pessoas mais interessadas por política tendem a buscar mais informações sobre este tema e, como consequência, apresentam uma postura mais participativa (INGLEHART, 1997). Esta medida é utilizada como argumento para refutar a tese de disseminação da apatia entre as gerações mais novas, já que mesmo que o comparecimento eleitoral tenha diminuído em muitas democracias, o interesse por política se manteve estável (NORRIS, 2003a).

A ideologia é relevante pois desempenha uma função cognitiva, de organizar os sistemas de crenças; e também possui uma função avaliativa, de enquadrar os fatos e acontecimentos em esquemas pré-estabelecidos (INGLEHART; KLINGEMANN, 1979). Por abraçar valores relacionados a mudança, a igualdade e uma ligeira oposição a hierarquia estabelecida (SANI; SARTORI, 1983), quem se posiciona a esquerda no espectro ideológico tende a participar mais de ações de protesto (DALTON, 2008b; KLINGEMANN, 1979; NORRIS, 2003a).

A última variável que se insere neste grupo são os valores emancipatórios. Esta medida procura quantificar a atribuição de utilidade para a liberdade, ou seja, mensura o empoderamento psicológico (WELZEL, 2013). Desta forma:

Os valores emancipatórios representam uma orientação inerente e, ao mesmo tempo, cívica. Como os valores emancipatórios motivam as pessoas a iniciar e

participar de atividades conjuntas e porque sua utilidade expressiva ajuda a superar bloqueios de ações coletivas, esses valores infundem sociedades com uma agência cívica e criam capital social. Por esse motivo, os valores emancipatórios constituem uma força importante de democratização⁵². (WELZEL, 2013, p. 243).

A relação entre este conjunto de crenças e a participação política é esperada principalmente em relação as atividades de protesto. Uma segunda expectativa é o afastamento de repertórios convencionais de participação, como o voto e a filiação em sindicatos, organizações e associações profissionais. Se de fato os valores emancipatórios estão relacionados com um tipo de cidadania mais crítica, tal como propõe Norris (2003a) e outros pesquisadores, quem manifesta este conjunto de valores tenderia a se afastar deste tipo de repertório.

Por fim, o último conjunto de variáveis listado por Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) diz respeito ao agravo. O sentimento de agravo advém da noção de privação relativa (GURR, 1970) e remete a situações nas quais um grupo ou indivíduo se vê em uma condição de escassez ou privação de algum bem ou direito possuído por outrem, utilizando-o como motivação para a sua ação política. O agravo está relacionado com os níveis de satisfação com a vida e, de acordo com o modelo clássico de estudo dos movimentos sociais (MCADAM, 1999), é responsável por desencadear ações contenciosas.

Por outro lado, a satisfação é vista como parte de uma cultura cívica pró democrática (INGLEHART, 1988). Espera-se que indivíduos que estejam mais satisfeitos com o funcionamento das instituições sejam mais ativos em repertórios convencionais (ALMOND; VERBA, 1963; PUTNAM, 1993). Entretanto, aqueles que não depositam confiança nas instituições democráticas tendem a manifestar um “desafeto radical” (NORRIS; WALGRAVE; AELST, 2005) e, como consequência, optam por acionar repertórios de protesto. A revisão da literatura realizada por Quaranta (2015) se mostrou inconclusiva sobre os efeitos da satisfação e do agravo sobre a participação político.

Nos modelos a seguir inserimos a escala de confiança institucional como medida de satisfação, usando a mesma variável medida empregada no capítulo anterior. Espera-se que quanto maior a confiança nas instituições, maior a probabilidade de se participar das modalidades convencionais (BARNES; KAASE, 1979) de ação política. Por outro lado, a maior desconfiança pode afetar o sentimento de eficácia subjetiva, que é o entendimento de

⁵² “Emancipative values represent an inherently activating and, at the same time, civic orientations. Because emancipative values motivate people to initiate and participate in joint activities and because their expressive utility helps to overcome collective action blockades, these values infuse societies with civic agency and create new social capital. For this reason, emancipative values provide a major force of democratization.”, no original.

que a participação individual é importante, levando ao distanciamento destes repertórios. O agravo, por si só, não é um componente capaz de desencadear ações de protesto, uma vez que o sentimento de insatisfação permeia todas as sociedades em maior ou menor medida (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010; MCCARTHY; ZALD, 1977).

Como variáveis dependentes, procuramos cobrir a participação em organizações política, o voto e o engajamento em ações de protesto. Em relação à primeira, selecionamos apenas as que possuíam natureza política (VAN DETH, 2001) excluindo a participação em associações culturais, religiosas, de caridade ou de lazer. É notória a capacidade destas últimas em promover o desenvolvimento de habilidades cívicas e de gerar capital social entre seus membros, mas a sua natureza principal não tem prioridade política. Por isso foram analisadas a participação em partidos políticos, sindicatos e associações profissionais.

No questionário do WVS, é indagado ao entrevistado se ele é um membro ativo, inativo ou se ele não participa destas organizações. O primeiro passo realizado foi a tentativa de agrupamento destas medidas em uma escala, o que se mostrou inviável devido à baixa confiabilidade do construto final⁵³. Procedemos a análise de cada modalidade em separado, agrupando a participação ativa e a filiação a estas organizações em uma única categoria e a não participação em outra. Como a variável resposta final é binária, foram construídos modelos de regressão logística, que permitem estimar as razões de chance de um indivíduo participar ou não deste tipo de repertório (HAIR JR. et al., 2010).

Em relação ao voto, o WVS pergunta com que frequência o respondente vota nas eleições nacionais, dividindo a variável resposta em três categorias: “sempre”, “as vezes” e “nunca”. Como o voto é a modalidade de participação menos custosa, optamos por verificar o impacto dos valores emancipatórios apenas nos votantes assíduos. A resposta “sempre” foi isolada e as demais foram agrupadas em um único item, o que gerou uma variável resposta final dicotômica. Neste caso também foi empregado um modelo de regressão logística, mais adequado para este tipo de análise.

Por fim, a última variável dependente analisada é uma escala de protesto potencial (BARNES; KAASE, 1979), formada por quatro modalidades de participação: abaixo-assinado, passeatas, boicotes e greves. Para cada uma, o entrevistado era indagado se “nunca participaria”, “poderia participar” ou “já participou”. As respostas foram recodificadas em escalas de 0 – “nunca participaria” – a 2 – “já participou” – e em seguida somadas⁵⁴ em um

⁵³ α de Cronbach = 0,59.

⁵⁴ α de Cronbach = 0,74.

único índice, padronizado em uma escala de 0 a 1. O modelo que analisa o engajamento em ações de protesto foi construído a partir de uma equação de regressão linear.

Avanços recentes no campo dos estudos de comportamento político têm demonstrado a influência de variáveis macro, ou institucionais, na participação. Ao estudar o comparecimento eleitoral na América Latina, Ribeiro, Borba e Da Silva (2015) apontam variáveis como o grau de urbanização, o crescimento econômico, o tipo de legislativo – unicameral ou bicameral – e o voto compulsório incidem sobre a decisão de comparecer ou não nas eleições. Em relação ao protesto político, Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) e Quaranta (2015) demonstram que sociedades mais democráticas e o desenvolvimento econômico têm contribuído para a difusão deste tipo de ação.

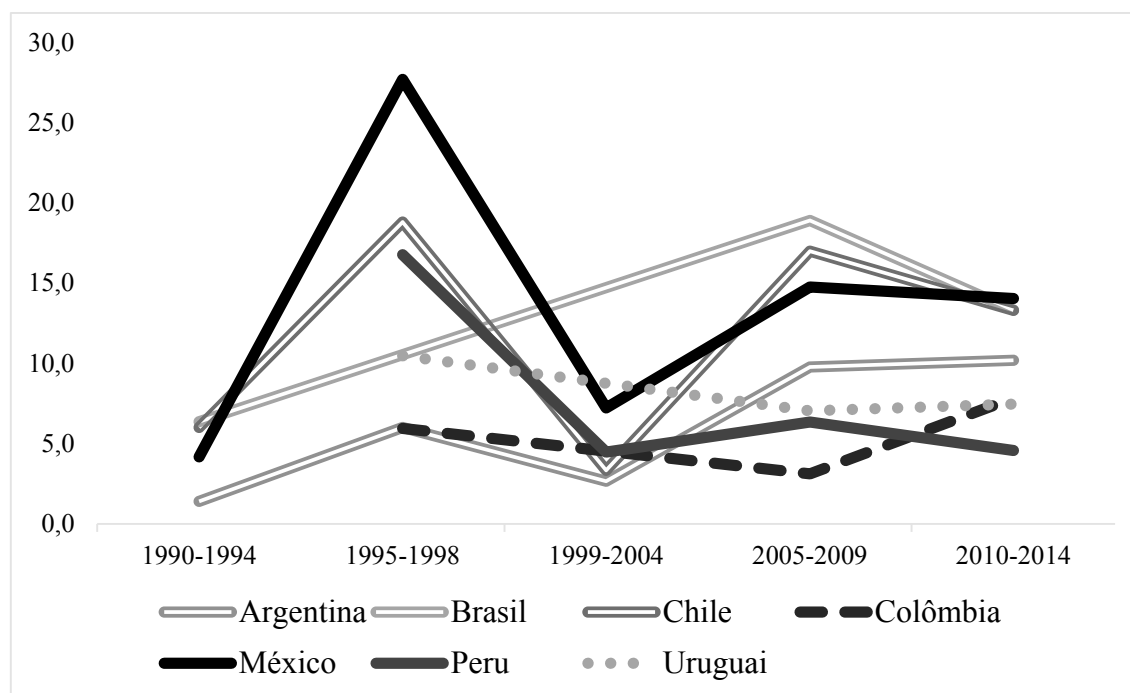
Estudos que consideram variáveis ecológicas ou institucionais tendem a trabalhar com um grande número de casos no nível subsequente ao individual para tornar a modelagem dos dados viável. Isso acontece porque na maioria dos estudos desta natureza são empregadas técnicas de modelagem hierárquica a partir de equações de modelos mistos, que consideram efeitos fixos e aleatórios (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). No caso do presente estudo, o número de casos é insuficiente para estimar com precisão os efeitos ecológicos e institucionais sobre a participação política, por isso optou-se por analisar em separado os coeficientes de cada país.

7.2 PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS, PARTIDOS POLÍTICOS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

O Gráfico 7 mostra a evolução da participação em sindicatos ao longo da série histórica. Como podemos observar, não existe um padrão linear ou um comportamento constante desta medida no decorrer do tempo. Mas algumas informações interessantes podem ser extraídas. A primeira é que o valor acumulado entre a primeira mensuração no início dos anos noventa e a última, vinte anos depois, é positivo. Com exceção da Colômbia, que vivencia um conflito armado interno desde os anos sessenta do século passado (FRANCO et al., 2006), e do México, que passa a contar com eleições livres e competitivas a partir dos anos 2000 (DEL TRONCO, 2012); a maioria dos países presentes neste estudo vivenciaram períodos de ditaduras civil e militar que tiveram o final do seu ciclo entre meados dos anos oitenta e o início do século XXI. Se a livre associação dos trabalhadores

em sindicatos é um indicador de saúde de um regime democrático, podemos entender que houve avanço neste sentido, ainda que modesto.

GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS



Fonte: *World Values Survey*.

Não tão positiva quanto a primeira informação derivada do gráfico acima, podemos notar uma tendência de queda observada entre o final dos anos 2000 e a última mensuração. Na maioria dos países – Brasil, Chile, México e Peru – houve uma redução no percentual de pessoas que participam de sindicatos. Na Argentina e no Uruguai observamos ligeiro crescimento de 0,4%, o que indica estabilidade. Já a Colômbia foi o único país que demonstrou crescimento expressivo nesta modalidade de participação entre a penúltima e a última mensuração do WVS.

Conforme demonstrado na Tabela 26, quando analisados todos os casos, existe efeito positivo dos valores emancipatórios sobre a participação sindical. Cada décimo de aumento na escala que mensura este conjunto de crenças gera um incremento de 8,4% nas chances de uma pessoa se engajar neste tipo de associação.

As mulheres tendem a participar menos deste tipo de organização, já que ser do sexo feminino implica em uma redução de 36% nas razões de chance de se sindicalizarem.

A dupla jornada e a própria dinâmica do mercado de trabalho fazem com que as mulheres tenham menos oportunidades em participar deste tipo de atividade.

TABELA 26 – CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS (GERAL)

	B (E. Padrão)	Exp(B)
Sexo	-0,45*** (0,07)	0,64
Idade	0,011*** (0,002)	1,01
Escolaridade	0,07*** (0,022)	1,07
Renda	0,022 (0,018)	1,022
Classe Social	-0,061 (0,04)	1,06
Interesse em Política	0,51*** (0,07)	1,66
Ideologia	-0,027* (0,014)	0,97
Confiança Interpessoal	0,075 (0,213)	1,07
Confiança Institucional	0,553*** (0,152)	1,74
Valores Emancipatórios	0,61** (0,235)	1,84
Constante	-3,61*** (0,23)	0,052***
Pseudo R2	0,05	
% de Acerto Global	<0,01%	

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$.

Fonte: *World Values Survey*, sexta onda.

A idade também se mostrou significativa, com cada ano de vida gerando aumento de 1% nas chances de pertencimento a um sindicato. Quanto maior a idade, maiores são os vínculos estabelecidos nos locais de trabalho e maior a exposição a oportunidades de recrutamento. Pesa contra os jovens também a recente reorganização do trabalho nos países da região, que os têm inserido no mercado em postos precarizados (COELHO; AQUINO, 2010), muito mais fragilizados em termos de representação sindical (DRUCK, 2011).

Educação e interesse em política geraram efeitos significativos sobre a filiação neste tipo de organização, o que já era esperado. O maior interesse leva a maior busca por informações sobre política, o que é facilitado pela posse de maiores recursos cognitivos, potencializando a participação. Cada aumento na escala de escolaridade eleva em 7% as chances de alguém se filiar a um sindicato. No caso do interesse por política, este aumento é de 66% entre os que se afirmam interessados.

TABELA 27 - CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
	(E. Padrão)		(E. Padrão)		(E. Padrão)		(E. Padrão)		(E. Padrão)		(E. Padrão)		(E. Padrão)	
Sexo	0,02 (0,213)	1,02	-0,31* (0,16)	0,73	-0,49* (0,2)	0,61	-0,81*** (0,21)	0,45	-0,28* (0,14)	0,75	-0,75* (0,31)	0,47	-1,37*** (0,28)	0,25
Idade	0,003 (0,006)	1,003	0,015*** (0,005)	1,01	0,003 (0,006)	1,003	0,15* (0,006)	1,015	0,016*** (0,005)	1,016	0,032*** (0,008)	1,03	0,01 (0,007)	1,01
Escolaridade	0,016 (0,059)	1,017	0,017 (0,034)	1,01	0,12* (0,06)	1,13	0,017 (0,05)	1,017	0,09** (0,03)	1,09	0,22** (0,07)	1,24	0,27*** (0,07)	1,32
Renda	-0,124 (0,08)	0,88	0,031 (0,04)	1,03	-0,022 (0,068)	0,98	0,02 (0,05)	1,02	0,13*** (0,027)	1,14	0,08 (0,084)	1,09	0,07 (0,08)	1,08
Classe Social	0,67*** (0,193)	1,95	-0,042 (0,102)	0,96	0,09 (0,15)	1,01	0,09 (0,11)	1,09	-0,04 (0,07)	0,96	-0,0003 (0,172)	0,99	-0,1 (0,17)	0,9
Interesse em Política	0,376 (0,229)	1,46	0,6*** (0,167)	1,8	0,36 (0,213)	1,43	0,64** (0,21)	1,9	0,46*** (0,14)	1,6	0,65* (0,29)	1,91	0,42 (0,28)	1,52
Ideologia	-0,049 (0,054)	0,95	-0,04 (0,03)	0,96	-0,15** (0,05)	0,86	-0,1* (0,042)	0,9	-0,007 (0,025)	1,007	0,021 (0,064)	1,02	-0,13* (0,06)	0,87
Cofiança Interpessoal	-0,322 (0,78)	0,72	0,337 (0,5)	1,4	-1,07 (0,63)	0,34	1,88** (0,697)	6,57	-0,28 (0,42)	0,75	-1,79* (0,9)	0,17	0,63 (0,75)	1,87
Confiança Institucional	-0,72 (0,516)	0,48	0,73* (0,36)	2,48	0,6 (0,5)	1,81	0,76 (0,43)	2,13	0,75** (0,29)	2,1	1,33* (0,64)	3,77	0,23 (0,57)	1,26
Valores Emancipatórios	1,29 (0,712)	3,65	1,59** (0,579)	7,06	-1,47* (0,631)	0,23	0,76 (0,7)	2,15	-0,04 (0,48)	0,96	-0,92 (1,12)	0,39	1,55 (0,9)	4,74
Constante	-3,66*** (0,94)	0,025	-3,75*** (0,53)	0,023	-0,77 (0,7)	0,46	-4,5*** (0,67)	0,01	-3,47*** (0,44)	0,031	-5,21*** (0,92)	0,005	-4,9*** (0,82)	0,007
Pseudo R ²	0,056		0,064		0,067		0,1		0,072		0,12		0,188	
% de Acerto Global	<0,1%		<0,1%		<0,1%		<0,1%		<0,1%		<0,1%		<0,1%	0,0%

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

Os indivíduos que depositam mais confiança nas instituições democráticas tendem a participar mais dos sindicatos. Cada décimo da escala de confiança institucional gera um aumento de 7,4% na razão de chance de ser membro deste tipo de organização. Sendo uma instituição tradicional de mobilização (NORRIS, 2003b) e com uma longa história na organização dos trabalhadores, a livre organização dos trabalhadores em sindicatos pode ser considerada uma característica de um regime democrático.

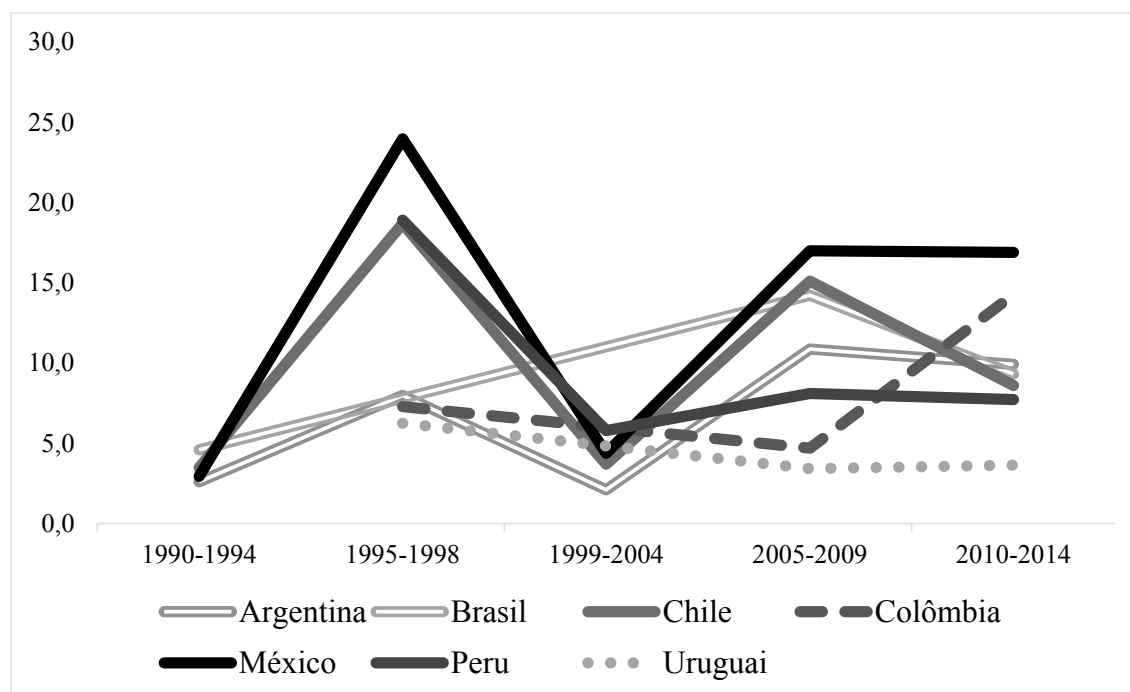
Contudo, quando analisamos os coeficientes por países – Tabela 27 – apenas no Brasil esta variável se mostrou significativa, gerando um efeito muito grande na participação nesta modalidade. Este resultado pode indicar que os brasileiros afetaram o modelo geral, ou seja, a relação demonstrada na tabela anterior só existe de fato por conta do Brasil. Neste país houve profundas transformações no interior da força de trabalho sindicalizada desde o início dos anos noventa, com o aumento substancial da participação do setor público e a redução do setor privado (CARDOSO; GINDIN, 2017). A média de escolaridade e de salário entre o funcionalismo público é muito superior ao restante da força de trabalho (MARCONI, 2003), gerando um ambiente mais fértil para a dispersão de valores emancipatórios.

Em relação as demais variáveis, o interesse em política só não produziu efeitos significativos na Argentina e no Uruguai. Em todos os outros casos, as pessoas mais interessadas tendem a participar mais deste tipo de organização. A idade, por sua vez se mostrou significativa nos modelos referentes ao Brasil, Colômbia, México e Peru; onde se observou, também uma relação positiva com a participação sindical. Já a confiança institucional produziu efeitos positivos em três, dos oito casos analisados. No Brasil, México e Peru as pessoas que depositam mais confiança nas instituições democráticas tendem a se envolver mais em sindicatos.

O Gráfico 8 mostra a evolução da participação em associações profissionais. A mesma tendência observada no gráfico anterior pode ser encontrada aqui. Primeiro, o valor acumulado observado entre a primeira observação e a última da série histórica é positivo, com exceção do Peru e Uruguai. Este último, a despeito dos bons indicadores de cultura política que apresenta, demonstra uma participação bem abaixo da média dos casos nos três tipos de participação em organizações analisados neste trabalho.

A segunda constatação é a tendência de queda entre a penúltima onda – 2005-2009 – e a última medição – 2010-2014 – em quase todos os países, mas muito mais acentuada no Brasil e no Chile. Uruguai e México apresentaram um quadro de estabilidade, com pouca variação neste período, enquanto a Colômbia mostrou um crescimento considerável.

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS



Fonte: *World Values Survey*.

A Tabela 28 mostra os coeficientes de regressão do modelo referente a participação em associações profissionais. Novamente podemos observar uma sub participação feminina, no qual há um redutor de 21% nas chances das mulheres se envolverem neste tipo de organização. A idade apresenta um pequeno efeito positivo uma vez que cada ano de vida aumenta em 0,6% as razões de chance de alguém ser membro de uma associação profissional.

Escolaridade também apresentou uma relação positiva com o envolvimento em associações profissionais, onde cada avanço na escala produziu efeito na ordem de 25% nas chances de pertencimento à estas organizações. O interesse em política também é significativo, o que já era esperado. As pessoas que são interessadas no tema têm um aumento na ordem de 40% nas razões de chance de serem membros de associações profissionais. Os valores emancipatórios não apresentaram coeficientes estatisticamente significantes no modelo.

TABELA 28 - CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS (GERAL)

	B (E. Padrão)	Exp(B)
Sexo	-0,24*** (0,07)	0,79
Idade	0,005** (0,002)	1,006
Escolaridade	0,22*** (0,017)	1,25
Renda	0,03 (0,017)	1,03
Classe Social	0,18*** (0,04)	1,2
Interesse em Política	0,34*** (0,073)	1,4
Ideologia	0,02 (0,01)	1,02
Confiança Interpessoal	-0,7 (0,21)	0,93
Confiança Institucional	-0,015 (0,17)	0,98
Valores Emancipatórios	0,44 (0,23)	1,55
Constante	-4,55*** (0,23)	0,01
Pseudo R ²		0,082
% de Acerto Global		<0,1%

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$.

Fonte: *World Values Survey*, sexta onda.

A Tabela 29 traz os coeficientes de regressão da participação em associações profissionais em cada caso. Apenas no Chile a escolaridade não se mostrou significativa, produzindo efeitos positivos em todos os outros casos, variando entre os 10% e os 72% por ponto de aumento na escala que mensura o grau de instrução. Já a renda apresentou um efeito positivo apenas para o Brasil e México, gerando um aumento de 15% e 11%, respectivamente, nas razões de chance para cada ponto desta medida. A relação entre classe social subjetiva e a participação em associações profissionais também foi observada, mas apenas para a Argentina, Colômbia, Peru e Uruguai. Este conjunto de achados reforça a ideia de que este tipo de organização é composta principalmente por profissionais liberais, mais escolarizados e com maior renda.

A relação positiva entre valores emancipatórios e a participação em associações profissionais só foi encontrado no Brasil e no Peru, onde cada décimo de aumento na escala que mensura este conjunto de crenças produz um incremento de 72% e 75%, respectivamente, nas razões de chance de se envolver neste tipo de organização.

TABELA 29 - CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS (CASOS)

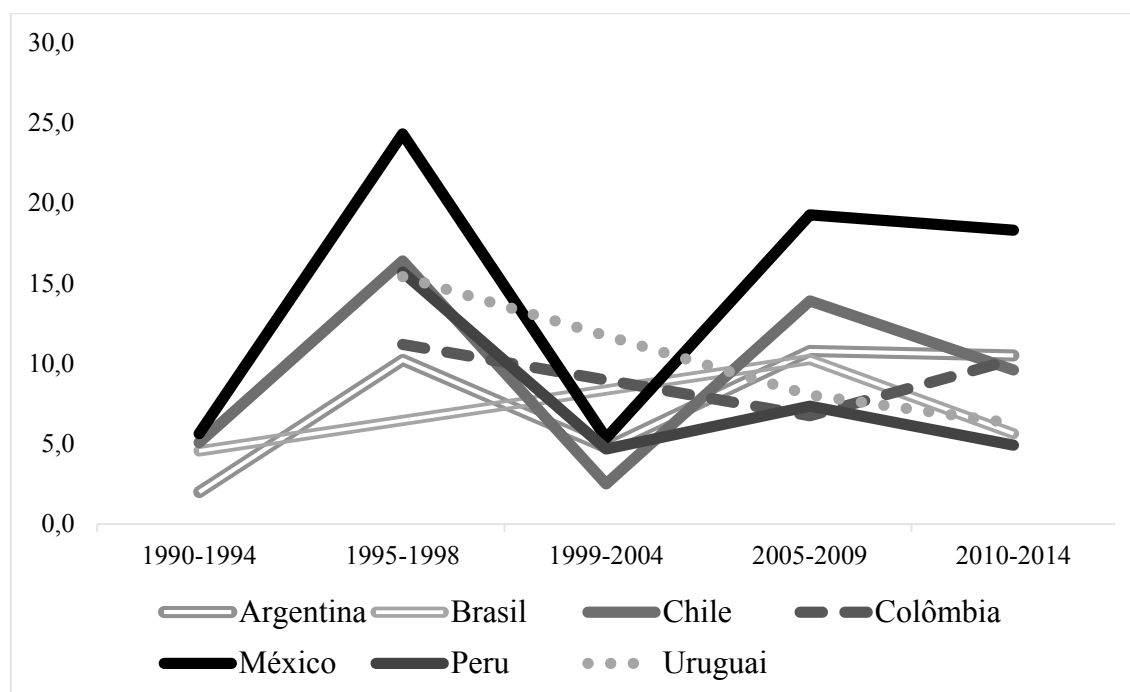
	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)
Sexo	0,39 (0,22)	1,47	-0,43* (0,18)	0,63* (235)	0,42 (235)	1,04	-0,48** (0,16)	0,62 (0,12)	-0,07 (0,12)	0,93	-0,33 (0,24)	0,7 (0,37)	0,76* (0,37)	0,46
Idade	0,009 (0,006)	1,01	0,01 (0,006)	1,01 (0,08)	0,003 (0,08)	1,003	0,01* (0,005)	1,01 (0,004)	0,008 (0,004)	1,02	0,008 (0,007)	1,008 (0,01)	0,017 (0,01)	1,02
Escolaridade	0,13* (0,62)	1,14	0,1 (0,04)	1,1* (0,07)	0,1 (0,07)	1,12	0,2*** (0,041)	1,22 (0,03)	0,21*** (0,03)	1,23	0,44*** (0,07)	1,56 (0,1)	0,54*** (0,1)	1,72
Renda	-0,15 (0,08)	0,86	0,1 (0,05)	1,15* (0,08)	0,4 (0,08)	1,04	0,09* (0,04)	1,09 (0,02)	0,11*** (0,02)	1,11	0,01 (0,07)	1,01 (0,12)	-0,06 (0,12)	0,94
Classe Social	0,84*** (0,21)	2,32	0,04 (0,12)	0,97 (0,18)	0,2 (0,18)	1,21	0,22*** (0,08)	1,25 (0,07)	0,005 (0,07)	1,005	0,38*** (0,15)	1,47 (0,24)	0,5* (0,24)	1,65
Interesse em Política	0,35 (0,23)	1,4	0,47* (0,2)	1,51 (0,26)	0,18 (0,26)	1,2	0,73*** (0,17)	2,07 (0,13)	0,15 (0,13)	1,16	0,35 (0,24)	1,48 (0,4)	-0,17 (0,4)	0,84
Ideologia	0,014 (0,05)	1,01	-0,04 (0,03)	0,96 (0,06)	-0,1 (0,06)	0,9	-0,04 (0,03)	0,96 (0,023)	0,021 (0,023)	1,021	-0,09 (0,05)	0,9 (0,08)	0,06 (0,08)	1,07
Cofiança Interpessoal	0,08 (0,82)	1,08	-0,04 (0,6)	0,91 (0,75)	-1,27 (0,75)	0,28	1,8*** (0,54)	6,02 (0,27)	-0,29 (0,39)	0,75	0,95 (0,7)	2,6 (1,02)	-0,71 (1,02)	0,49
Confiança Institucional	0,12 (0,5)	1,13	0,57 (0,43)	1,78 (0,6)	0,6 (0,6)	1,83	-0,24 (0,35)	0,79 (0,27)	-0,2 (0,27)	0,98	-0,1 (0,56)	0,9 (0,84)	-0,87 (0,84)	0,42
Valores Enancipatórios	1,62* (0,74)	5,01	2,34*** (0,68)	8,19** (0,76)	-0,87 (0,76)	0,42	0,41 (0,56)	1,51 (0,004)	0,24 (0,448)	1,27	1,88* (0,86)	6,57 (1,3)	1,2 (1,3)	3,3
Constante	-6,28*** (1,02)	0,002	-4,97 (0,63)	0,013*** (0,84)	-2,29** (0,84)	0,1	-5,4*** (0,5)	0,004 (0,41)	-3,57*** (0,41)	0,03	-7,76 (0,84)	0,0004 (1,25)	-8,03*** (1,25)	0,0003
Pseudo R ²	0,096		0,095	0,034	0,034		0,161	0,088	0,088		0,218	0,226		
% de Acerto Global	<0,1%		0,1%	<0,1%	<0,1%		0,4%	<0,1%	<0,1%		<0,01%	3,9%		

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

Passamos agora para a última modalidade de participação em organizações analisada, o envolvimento em partidos políticos. A mesma tendência de médio e curto prazo observada nos outros repertórios desta natureza se repete aqui. Todos os países demonstram um percentual acumulado positivo entre a última medição e a primeira, mas uma queda entre as duas últimas medições. Há certa estabilidade na Argentina e México e um crescimento na Colômbia, conforme demonstra o Gráfico 9. No entanto as maiores quedas são observadas no Brasil e no Chile.

GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS



Fonte: *World Values Survey*.

No caso brasileiro as sucessivas crises envolvendo o Partido dos Trabalhadores, tido como a espinha dorsal do sistema partidário no período democrático (SINGER, 2000), principalmente em 2005 (MIGUEL; COUTINHO, 2007) e a partir de 2013, primeiro com a os protestos de junho (SINGER, 2013) e com novos escândalos de corrupção envolvendo empresas estatais, geram desconfiança não apenas entre as pessoas que se identificam com este partido, mas em todo o sistema partidário.

Já no Chile, disputas internas na principal coligação que tem governado o país desde a sua redemocratização, a *Consertación*, o desgaste acumulado do exercício contínuo de

termos sucessivos e casos de corrupção (GONZÁLEZ-BUSTAMANTE; OLIVARES, 2016), pode ter contribuído para o esgotamento da participação em partidos políticos e sua desconexão com as demandas e anseios dos cidadãos chilenos. Como consequência, o Chile tem atravessado sucessivas ondas de protestos estudantis⁵⁵.

Levando em consideração os dados produzidos pelo último do WVS levantamento, podemos agrupar o conjunto de países em três grupos distintos. O primeiro é composto pelo México exclusivamente, pois apresenta os maiores níveis de participação em partidos políticos. Argentina, Chile e Colômbia compõem um segundo agrupamento, com valores intermediários. Por fim temos o Brasil, o Peru e o Uruguai em uma terceira categoria, com os níveis de participação mais baixo. Apesar de seus ótimos indicadores de cultura política e democracia, o Uruguai possui uma baixa participação, não só em partidos políticos, mas também nas outras modalidades analisadas.

A Tabela 30 traz os resultados dos coeficientes de regressão para a participação em partidos políticos. Os valores emancipatórios não se mostraram significativos para explicar o envolvimento neste tipo de ação. Novamente podemos observar uma incidência menor do envolvimento de mulheres neste tipo de repertório. Ser do sexo feminino produz uma diminuição de 25% nas razões de chance na participação em agremiações partidárias. Mesmo com a ascensão de mulheres à presidência em países como Argentina, Brasil e Chile, o envolvimento das mesmas ainda é inferior ao dos homens.

Cada ano de vida, por sua vez, produz um aumento de 1,1% nas chances de participação em partidos. Mesmo que os jovens, na maioria dos países analisados, tenham sido socializados plenamente sob a vigência de regimes democráticos, sua filiação partidária é inferior à dos seus pais e avós. Este corte geracional está mais relacionado com a distribuição de recursos e com o ciclo de vida. Ao analisar a identificação partidária no Brasil, Okado, Ribeiro e Lazare (2018) constataram que não existem diferenças substanciais na identificação partidária de jovens e adultos. Esta diferença não reside, então, nos valores adquiridos durante o processo de socialização, mas na distribuição desigual de recursos entre as coortes etárias (OKADO; RIBEIRO, 2015).

Outra variável que se mostrou significativa foi a classe social subjetiva. Quanto mais próximo do topo da estrutura social, maiores são as chances de se envolver neste tipo de agremiação, dado que cada aumento na escala produz um incremento de 14% nas razões

⁵⁵ 2006 e 2008 (GONZÁLEZ-BUSTAMANTE; OLIVARES, 2016) e 2011 (VALENZUELA; ARRIAGADA; SCHERMAN, 2012).

de chance. Mas no caso deste tipo de repertório, escolaridade e renda não se mostraram significativos, o que indica que não são necessariamente as pessoas que ocupam as posições centrais na estrutura social (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995) que de fato se envolvem em partidos políticos, mas sim aquelas que acreditam ocupar.

TABELA 30 – PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS (GERAL)

	B (E. Padrão)	Exp(B)
Sexo	-0,29*** (0,07)	0,75
Idade	0,011 (0,002)	1,011
Escolaridade	0,04* (0,017)	1,04
Renda	-0,02 (0,02)	0,98
Classe Social	0,13** (0,04)	1,14
Interesse em Política	0,89*** (0,07)	2,45
Ideologia	0,02 (0,014)	1,02
Confiança Interpessoal	-0,25 (0,22)	0,78
Confiança Institucional	0,97*** (0,15)	2,63
Valores Emancipatórios	0,33 (0,24)	1,4
Constante	-3,8*** (0,23)	0,023
Pseudo R ²		0,072
% de Acerto Global		<0,1%

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$.

Fonte: *World Values Survey*, sexta onda.

Os maiores efeitos, entretanto, foram encontrados no conjunto de variáveis valorativas. Aqueles que se mostram interessados por política possuem mais de 145% de chances a mais de participarem de partidos políticos. A confiança institucional também apresentou uma relação positiva muito elevada, onde cada décimo de aumento na escala que mensura o quanto os cidadãos confiam nas instituições produziu um aumento de 16,3% na razão de chance de envolvimento neste tipo de agremiação.

Educação e renda sempre foram os principais preditores do envolvimento político do cidadão (ALMOND; VERBA, 1963; DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010; VERBA; NIE, 1972; VERBA; NIE; KIM, 1978; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). As pessoas mais escolarizadas e com mais recursos tendem a participar mais, seja porque

dispõem de mais tempo ou porque possuem mais capacidade de buscar e processar informações políticas. Esta questão da centralidade na estrutura social é uma das preocupações de Verba, Scholzman e Brady (1995) no seu modelo do voluntarismo cívico, já que a desigualdade na participação também produz um *gap* na vocalização de demandas, tendo como consequência a sub-representação de grupos minoritários.

O modelo acima entretanto nos diz que os recursos estão sub dimensionados em relação às motivações. No caso específico do envolvimento com partidos políticos, os cidadãos não participam porque eles não podem, mas sim porque não querem participar ou, dizendo de outra maneira, não se sentem motivados para tal. A participação neste tipo de repertório está associada as pessoas que mais se interessam por política e que depositam mais confiança no funcionamento das instituições democráticas.

A cultura cívica, no sentido clássico definido por Almond e Verba (1989), tem um papel central na participação do cidadão no contexto dos países analisados neste estudo. No caso específico do Brasil, os trabalhos sobre capital social de Marcelo Baquero (2003) e sobre confiança institucional de José Álvaro Moisés (1995) já apontavam que alguns aspectos da cultura política dos brasileiros representariam entraves para a consolidação e aprofundamento da democracia. O modelo acima corrobora o que estes autores pioneiros já afirmavam sobre este tema, pelo menos em relação ao envolvimento do cidadão com os partidos políticos.

O resultado nos permite afirmar a vigência de um ciclo de desempoderamento, mas que no contexto estudado adquire outros contornos daqueles que são definidos por Welzel (2013). Desde o final dos regimes autoritários nos países analisados, os governos democráticos subsequentes não foram capazes de satisfazer as expectativas dos cidadãos em relação ao novo regime, principalmente na entrega de políticas públicas que efetivamente melhorem a vida das pessoas.

Diversas pesquisas empíricas sobre o tema atribuem a este sentimento de insatisfação e frustração os baixos níveis dos índices de cultura política da região, principalmente a baixa confiança nas instituições democráticas (DEL TRONCO, 2012; MOISÉS, 1995; QUIROGA, 2008; ZOVATTO, 2002, 2005). O que o modelo acima evidencia é que esta baixa confiança também produz o afastamento dos cidadãos da participação em partidos políticos, diminuindo a sua capacidade de vocalizar as suas demandas e influenciando os processos decisórios, resultando na baixa responsividade dos representantes eleitos aos anseios dos seus eleitores (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY,

1995), retroalimentando a desconfiança, gerando menos interesse e participação dos cidadãos na coisa pública.

TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO EM PARTIDOS POLÍTICOS (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)	(E. Padrão)
Sexo	0,49*	1,63	-0,63**	0,53	-0,22	0,81	-0,34	0,71	-0,21	0,81	-0,34	0,7	-0,59*	0,54
	(0,22)	(0,23)	(0,23)	(0,23)	(0,22)	(0,22)	(0,2)	(0,2)	(0,12)	(0,12)	(0,28)	(0,28)	(0,28)	(0,28)
Idade	0,003	1,003	0,016*	1,02	0,004	1,01	0,02**	1,02	0,02***	1,02	0,03***	1,03	0,02*	1,02
	(0,006)	(0,006)	(0,007)	(0,007)	(0,007)	(0,007)	(0,006)	(0,006)	(0,004)	(0,004)	(0,008)	(0,008)	(0,008)	(0,008)
Escolaridade	-0,04	0,96	0,07	1,07	0,09	1,05	0,0001	1,0	0,02	1,002	0,14*	1,15	0,13	1,07
	(0,06)	(0,06)	(0,05)	(0,05)	(0,06)	(0,06)	(0,04)	(0,04)	(0,03)	(0,03)	(0,07)	(0,07)	(0,07)	(0,07)
Renda	-0,9	0,9	0,04	1,04	0,012	1,11	0,04	1,04	0,09***	9	0,1	1,1	-0,01	0,99
	(0,08)	(0,08)	(0,06)	(0,06)	(0,08)	(0,08)	(0,05)	(0,05)	(0,03)	(0,03)	(0,08)	(0,08)	(0,08)	(0,08)
Classe Social	0,52**	1,7	0,18	1,2	0,04	0,77	0,13	1,14	-0,9	1,06	-0,14	0,87	0,01	1,09
	(0,2)	(0,2)	(0,15)	(0,15)	(0,17)	(0,17)	(0,09)	(0,09)	(0,06)	(0,06)	(0,16)	(0,16)	(0,17)	(0,17)
Interesse em Política	0,73**	2,07	0,9***	2,47	0,77***	2,77***	1,38***	3,98	0,88***	2,42	0,99***	2,7	0,89***	2,23**
	(0,22)	(0,22)	(0,25)	(0,25)	(0,23)	(0,23)	(0,2)	(0,2)	(0,13)	(0,13)	(0,3)	(0,3)	(0,3)	(0,3)
Ideologia	-0,6	0,94	-0,06	0,93	-0,12*	0,82**	-0,09*	0,9	0,058*	1,06	-0,6	1,02	-0,13*	0,92
	(0,05)	(0,05)	(0,04)	(0,04)	(0,06)	(0,06)	(0,04)	(0,04)	(0,02)	(0,02)	(0,8)	(0,8)	(0,06)	(0,06)
Cofiança Interpessoal	-0,56	0,57	-1,006	0,36	-0,8	2,53	0,49	1,63	0,06	1,06	0,89	0,55	-0,57	0,54
	(0,77)	(0,77)	(0,73)	(0,73)	(0,72)	(0,72)	(0,6)	(0,6)	(0,38)	(0,38)	(0,61)	(0,61)	(0,8)	(0,8)
Confiança Institucional	0,2	1,22	2,25***	9,5	0,1	1,11	1,36***	3,9	1,08*	2,96	0,9	2,44	1,88**	4,7**
	(0,5)	(0,5)	(0,55)	(0,55)	(0,6)	(0,6)	(0,4)	(0,4)	(0,26)	(0,26)	(0,6)	(0,6)	(0,65)	(0,65)
Valores Emancipatórios	1,1	3,01	0,84	2,3	0,41	5,82	0,95	2,6	-0,44	0,64	-1,17	0,31	1,16	7,85
	(0,7)	(0,7)	(0,85)	(0,85)	(0,72)	(0,72)	(0,64)	(0,64)	(0,44)	(0,44)	(1,08)	(1,08)	(1,0)	(1,0)
Constante	-3,47	0,03	-4,9***	0,007	-2,41***	0,03*	-4,5	0,01	-3,18***	0,04	-4,95***	0,007	-5,29	0,01***
	(0,9)	(0,9)	(0,8)	(0,8)	(0,8)	(0,8)	(0,6)	(0,6)	(0,4)	(0,4)	(0,89)	(0,89)	(0,9)	(0,9)
Pseudo R2	0,065		0,124		0,062		0,154		0,107		0,097		0,17	
% de Acerto Global	<0,01%		<0,01%		<0,01%		0,2%		<0,01%		<0,1%		0,1%	

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

Quando analisamos os coeficientes de cada país individualmente, este padrão se repete para a maioria dos casos, como mostra a Tabela 31. Em todos eles o interesse em política apresentou uma relação positiva, com efeitos variando entre 107% na Argentina e 298% na Colômbia. Entretanto a confiança institucional não se mostrou significativa na Argentina, Chile e Peru. Para todos os outros casos há uma relação positiva entre esta medida e a participação em partidos políticos.

A idade, por sua vez, não se mostrou significativa na Argentina e Chile. Nestes países parece não haver diferenças na participação entre jovens e adultos neste tipo de agremiação. Nos outros casos há uma relação positiva, o que indica que o aumento da idade também produz um incremento nas razões de chance de uma pessoa ser membro.

O *gap* de gênero só se mostrou significativo no Brasil e no Uruguai. Ser mulher nestes países reduz em 47% e 46%, respectivamente, as razões de chance de acionar este tipo de repertório. Já na Argentina, as mulheres tendem a participar mais de partidos políticos, dado que há um incremento de 63% no pertencimento à este tipo de organização. Nos outros casos analisados, o fato de ser do sexo feminino não impactou significativamente a participação nesta modalidade, o que indica uma indiferenciação, no que tange a questão de gênero, no pertencimento a agremiações partidárias.

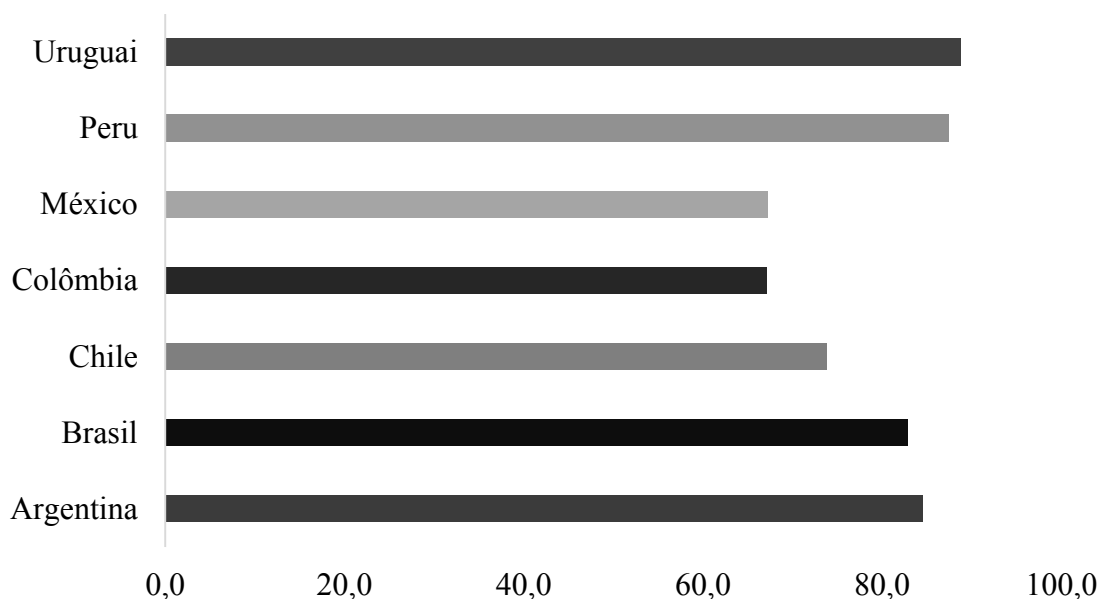
Já a classe social subjetiva só foi significativa na Argentina, onde são as pessoas que se situam nas classes sociais mais altas que são mais engajadas. Outro caso isolado é a educação, que apresentou uma relação positiva apenas para o Peru.

Por fim, os valores emancipatórios não se mostraram preditores fortes o suficiente para explicar o engajamento em partidos políticos. Sendo estas estruturas de mobilização tradicionais, este resultado já era esperado.

7.3 VALORES EMANCIPATÓRIOS E O VOTO

Devido a indisponibilidade da questão que mensura com que frequência o entrevistado vota em eleições nacionais, não existe a possibilidade de analisar os dados longitudinalmente. Assim, apenas a última onda, que foi realizada entre 2010 e 2014, será analisada. O Gráfico 10 traz o percentual de respondentes que afirmaram sempre comparecer às urnas durante eleições gerais.

GRÁFICO 10 – COMPARECIMENTO ELEITORAL POR PAÍS



Fonte: *World Values Survey*.

Como podemos observar, a maioria dos países apresenta um alto índice de comparecimento eleitoral. Dos casos analisados, apenas no Chile e na Colômbia o voto não é compulsório (GIMENES, 2015). Com exceção do México, podemos constatar que nos países onde o voto é compulsório as taxas de comparecimento eleitoral são maiores. Esta dimensão institucional do comportamento eleitoral já havia sido identificada por Ribeiro, Borba e da Silva (2015) para a região da América Latina, mesmo que as punições para o não comparecimento são, em geral, relativamente amenas (BIRCH, 2009).

Analisando os coeficientes de regressão da Tabela 32 podemos observar que o *gap* de gênero também não é reproduzido na participação eleitoral, pelo contrário. Ser mulher aumenta em 11% as razões de chance de alguém sempre comparecer à eleições nacionais. A idade, por sua vez, se mostrou significativa, com uma relação positiva com a variável dependente. Cada ano de vida aumenta em quase 4% as chances de comparecimento. Ainda que este resultado seja mascarado, muitas vezes, pelo fato do voto ser compulsório na maioria dos países, os resultados abaixo indicam uma maior propensão das gerações mais velhas em votar, fenômenos que também ocorre em democracias consolidadas (BLAIS, 2006; BLAIS; RUBENSON, 2013; GALLEG0, 2009; PUTNAM, 2001). Não é possível, contudo, afirmar que as gerações mais novas nos países latino americanos estejam se

afastando da política institucional – voto ou outras formas convencionais de participação (BARNES; KAASE, 1979) – e as substituindo por repertórios de protesto (NORRIS, 2003b).

TABELA 32 – PREDITORES DO COMPARECIMENTO ELEITORAL (GERAL)

	B (E. Padrão)	Exp(B)
Sexo	0,11* (0,053)	1,12
Idade	0,4*** (0,002)	1,038
Escolaridade	0,032* (0,14)	1,03
Renda	0,026* (0,013)	1,03
Classe Social	-0,027 (0,03)	0,97
Interesse em Política	0,57*** (0,065)	1,76
Ideologia	-0,03** (0,011)	0,97
Confiança Interpessoal	0,73*** (0,16)	2,07
Confiança Institucional	0,46*** (0,12)	1,58
Valores Emancipatórios	0,31 (0,18)	1,37
Constante	-1,09*** (0,174)	0,34
Pseudo R ²		0,175
% de Acerto Global		0,2%

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$.

Fonte: Wolrd Values Survey, sexta onda.

A educação se mostrou um preditor significativo. Cada avanço na escala que mensura esta característica também gera um aumento de 3%. Sendo o voto compulsório, o cálculo instrumental entre ir ou não votar se torna mais simples. Mas ainda assim, as pessoas mais escolarizadas tendem a comparecer mais. O mesmo ocorre com os eleitores com maiores níveis de renda, dado que cada aumento na escala que mensura os recursos financeiros produz um incremento de 3% nas chances de alguém votar.

TABELA 33 - PREDITORES DO COMPARECIMENTO ELEITORAL (CASOS)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)	B (E. Padrão)	Exp(B)
Sexo	0,12 (0,19)	1,030	0,26 (0,15)	1,267	-0,1 (0,18)	0,873	0,06 (0,11)	1,06	0,05 (0,11)	1,036	0,11 (0,2)	1,054	0,11* (0,05)	1,12
Idade	-0,04 (0,006)	0,990	0,004 (0,005)	1,005	0,1*** (0,008)	1,102	0,037*** (0,004)	1,04	0,065*** (0,005)	1,067	0,007 (0,006)	1,013	0,04*** (0,002)	1,04
Escolaridade	0,02 (0,05)	1,170	0,035 (0,03)	1,120	0,018 (0,05)	1,018	0,032 (0,03)	1,03	0,135*** (0,03)	1,200	-0,3 (0,05)	0,944	0,03* (0,01)	1,03
Renda	0,7 (0,066)	1,160	-0,3 (0,04)	0,947	0,5 (0,06)	0,991	-0,1 (0,031)	0,99	-0,014 (0,023)	0,986	-0,01 (0,06)	0,881	0,03* (0,01)	1,03
Classe Social	0,05 (0,14)	0,804	-0,08 (0,09)	0,904	0,1 (0,138)	1,163	-0,052 (0,066)	0,95	-0,15 (0,055)	1,004	0,1 (0,12)	1,116	-0,03 (0,3)	0,97
Interesse em Política	0,89*** (0,24)	1,370	0,03 (0,16)	1,048	0,29 (0,22)	1,172	0,86*** (0,07)	2,37	0,73*** (0,12)	1,720	0,44 (0,24)	1,129	0,56*** (0,06)	1,76
Ideologia	-0,013 (0,048)	0,980	-0,3 (0,03)	1,022	-0,07 (0,04)	1,005	0,01 (0,025)	1,001	0,04* (0,02)	1,056	-0,7 (0,045)	0,937	-0,03*** (0,01)	0,97
Confiança Interpessoal	1,39* (0,64)	1,167	1,38*** (0,44)	2,601	0,96 (0,43)	1,305	0,7 (0,378)	2,02	0,96*** (0,33)	1,847	-0,64 (0,63)	0,555	0,73*** (0,16)	2,07
Confiança Institucional	-0,1 (0,45)	1,070	-0,17 (0,35)	1,178	0,29 (0,58)	1,058	1,09*** (0,27)	2,99	0,71*** (0,23)	1,732	-0,7 (0,46)	0,583	0,46*** (0,12)	1,58
Valores	0,7 (0,63)	3,540	-0,76 (0,54)	0,390	-0,43 (0,57)	0,604	0,33 (0,44)	1,39	0,244 (0,381)	1,277	0,9 (0,76)	1,428	0,3 (0,0,18)	1,37
Erancipatórios	-0,09 (0,8)	0,690	1,36*** (0,48)	2,906	-3,5*** (0,7)	0,035	-1,81*** (0,39)	0,16	-3,5*** (0,37)	0,016	2,28*** (0,64)	12,100	-1,09*** (0,174)	0,34
Pseudo R2	0,058		0,02		0,378		0,148		0,237		0,02		0,10	
% de Acerto Global	<0,1%		<0,1%		8,1%		3,6%		4,2%		<0,1%		0,2%	

Fonte: Wold Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$.

Para o conjunto de variáveis valorativas, o interesse em política se mostrou significativo. Cada avanço na escala representa um aumento de 76% nas chances de uma pessoa comparecer frequentemente à eleições nacionais. As pessoas que depositam mais confiança nos outros e nas instituições também possuem mais chances de votar, já que cada décimo de aumento nas escalas que mensuram estes valores corresponde a um incremento de 5,8% e 3,7%, respectivamente, na probabilidade de comparecimento eleitoral.

Por fim, os valores emancipatórios não se mostraram significativos, o que indica que não existe diferenciação entre quem possui este conjunto de crenças daqueles que não possuem. A dispersão de tais valores não seria o responsável direto pelo afastamento dos eleitores das urnas.

Feita esta análise geral, cabe agora especificar as particularidades de cada caso. A Tabela 33 traz os coeficientes de regressão para cada um dos países presentes neste estudo. Como podemos observar, não existe um padrão no comparecimento eleitoral, já que as variáveis que apresentaram efeitos válidos estão esparsas entre os casos. Os valores emancipatórios não demonstraram coeficientes significativos em nenhum caso analisado. Sendo o componente valorativo da cidadania crítica, esperava-se que manifestassem menos simpatia por este tipo de repertório, principalmente onde o voto é facultativo. O resultado encontrado, no entanto, não corrobora esta afirmação. Quem se identifica com este conjunto de crenças tende a votar em eleições da mesma forma que os outros cidadãos.

Entretanto constata-se que a idade é um dos componentes mais importantes para explicar o comparecimento eleitoral. Ela foi significativa em quatro – Chile, Colômbia, México e Uruguai – dos sete casos analisados. Em mais da metade dos países o hábito de votar se consolida com o passar dos anos, evidenciando o caráter pedagógico da participação (PATEMAN, 1992).

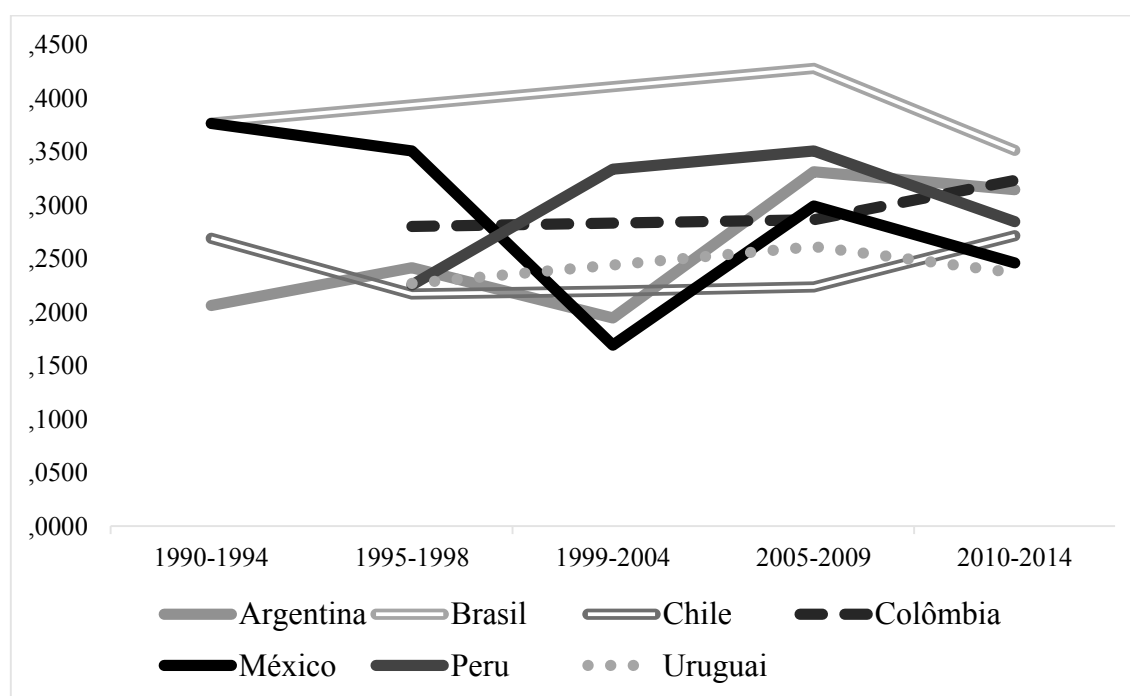
As outras variáveis socioeconômicas – sexo, educação, renda e classe social – não se mostraram significativas para a maioria dos casos. O mesmo ocorre com as variáveis valorativas, ainda que o interesse em política produziu efeitos positivos na Argentina, Colômbia e México e a confiança institucional na Colômbia, México e Uruguai.

Os resultados apontam que o voto é o instrumento participativo mais democrático, pois exige menos motivação ou recursos para ser acionado. O fato de que a maioria dos países analisados possuem voto compulsório também colabora para esta indistinção entre eleitores e não eleitores. Cabe agora analisar quais são os efeitos dos valores emancipatórios nas ações de protesto.

7.4 PROTESTO POTENCIAL

O Gráfico 11 demonstra a evolução da média na escala de protesto potencial. Em todos os casos, com exceção do Brasil e do México, houve um aumento nesta medida se compararmos o valor da última medição com a primeira. Entretanto este aumento foi muito pequeno, indicando certa estabilidade ao longo dos anos. Apenas a Argentina apresentou um ganho considerável, enquanto no México a queda foi muito mais brusca. O Gráfico também indica a inexistência de um padrão na evolução, dado que a média de protesto potencial nos casos analisados varia de forma heterogênea em cada país.

GRÁFICO 11 -- EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM PROTESTOS (MÉDIA)



Fonte: *World Values Survey*.

Apesar da estabilidade, quando comparamos apenas as duas últimas ondas podemos observar uma ligeira tendência a de queda na atividade de protesto. A despeito das ondas de protesto que varreram a região durante o período de coleta de dados da sexta onda do WVS o percentual de atividades de protesto reportadas diminuiu em comparação ao período de 2005 - 2009. Chile e Colômbia foram os únicos países que apresentaram crescimento neste intervalo da série.

De acordo com Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) existe uma relação entre o grau de abertura do regime e a participação em protestos. Quanto mais democrático um país é, maiores são as chances de seus cidadãos acionarem repertórios de protesto. A Tabela 34 mostra a média da escala de protesto potencial e o escore de cada país na avaliação do projeto *Varities of Democracy* (V-Dem) no que diz respeito à democracia eleitoral, ambos para os anos de 2014.

Como podemos observar, neste pequeno grupo de países, esta relação é inexistente. Enquanto o Uruguai figura com o mais alto valor na medida de qualidade da democracia, possui a participação em protestos mais baixa. Já a Colômbia, segundo país com a pior avaliação do regime, possui a segunda maior taxa de participação em protestos dos casos analisados. Entretanto não se pode descartar a existência de um viés de seleção de casos, mas no conjunto de dados analisados, a relação entre ações de protesto e democracia não se mostrou significativa.

TABELA 34 – QUALIDADE DA DEMOCRACIA E PROTESTO POTENCIAL

País	V-DEM	Protesto Potencial
Argentina	0,79	0,31
Brasil	0,86	0,35
Chile	0,87	0,27
Colômbia	0,67	0,32
México	0,65	0,25
Peru	0,77	0,28
Uruguai	0,90	0,24

Fonte: *Varities of Democracy* e *World Values Survey*.

A próxima tabela – Tabela 35 – demonstra os coeficientes de regressão para a escala de protesto potencial. Como podemos observar, o viés de gênero se manteve, já que esta variável apresenta um coeficiente negativo, indicando que ser mulher reduz participação em ações desta natureza. A idade, por sua vez, não apresentou uma relação significativa com a variável dependente, o que contradiz a ideia de clivagem geracional (NORRIS, 2003a) no contexto dos casos estudados.

Já em relação aos recursos, educação demonstrou um efeito muito alto em comparação com as outras variáveis. De fato, são as pessoas mais educadas que tendem a se envolver em política e, como consequência, participar mais de ações de protesto. O mesmo ocorre com a renda, que também apresentou uma relação positiva com a variável dependente. Entretanto, o coeficiente positivo da variável classe social subjetiva indica que não são as

peessoas que se identificam como pertencentes das camadas sociais mais altas que se envolvem em ações contestatórias.

Mas que tange aos recursos, os resultados corroboram o que os estudos sobre protesto têm demonstrado ao longo do tempo: “O padrão geral é claro: o protesto não ocorre principalmente porque as pessoas têm uma queixa e são bloqueadas de outras formas de ação - as pessoas protestam porque podem.”⁵⁶ (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010, p. 72). O envolvimento em repertórios de contestação ocorre tal como em outros tipos de repertórios

TABELA 35 – PREDITORES DA PARTICIPAÇÃO EM PROTESTO (GERAL)

	B. Padronizado (Erro Padrão)	B
Intercepto	0 (0,024)	0,2
Sexo	-0,066*** (0,006)	-0,03
Idade	-0,003 (0,0002)	-0,00004
Escolaridade	0,221*** (0,0002)	0,025
Renda	0,041*** (0,001)	0,005
Classe Social	0,09*** (0,003)	0,023
Int. Política	0,18*** (0,004)	0,07
Ideologia	-0,09*** (0,001)	-0,009
Confiança Interpessoal	0,016 (0,018)	0,023
Confiança Institucional	0,042*** (0,013)	0,046
Valores Emancipatórios	0,137*** (0,02)	0,23
R ²		0,163

Notas: *** = $p < 0,001$; ** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$.

Fonte: Wolrd Values Survey, sexta onda.

Em relação ao auto posicionamento ideológico, são as pessoas que se posicionam mais à esquerda que se envolvem em ações de protestos, tal como descreve a teoria (KLINGEMANN, 1979). Por fim, os valores emancipatórios também possuem um forte efeito sobre o envolvimento neste tipo de ação. Os coeficientes padronizados desta medida

⁵⁶ “The general pattern is clear: protest does not occur primarily because people have a grievance and are blocked from other forms of action – people protest because they can.”, no original.

se mostraram possuindo o terceiro maior efeito, atrás apenas da educação e do interesse em política.

No grupo de variáveis valorativas, o interesse em política novamente se confirmou como um importante preditor da participação em protestos. Já a confiança institucional demonstrou um coeficiente positivo, o que indica que as pessoas que mais depositam confiança tendem a acionar mais repertórios desta natureza do que aquelas que desconfiam. Este resultado, apesar de incoerente à primeira vista, corrobora indícios de que as pessoas não protestam por que estão necessariamente em uma situação de agravo (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010; QUARANTA, 2015).

Feita a análise do modelo geral, cabe agora verificar se este padrão se repete nos casos, individualmente. A Tabela 36 mostra os coeficientes de regressão, tendo como variável dependente o protesto potencial para cada um dos países presentes neste estudo. Diferente das outras modalidades de participação, aqui podemos observar um padrão mais ou menos consistente para todos os casos analisados.

Entre as variáveis valorativas, o interesse por política, a ideologia e os valores emancipatórios se mostraram significativos em todos os modelos. A confiança institucional não foi significativa apenas no Chile e Uruguai. Mas na Argentina esta variável apresentou um coeficiente negativo. Neste país quem protesta são as pessoas mais descontentes com o funcionamento das instituições democráticas. Nos outros casos, a relação foi positiva e significativa.

Já no grupo de variáveis socioeconômicas, apenas a escolaridade se mostrou como um preditor válido em todos os casos analisados. O sexo do entrevistado apresentou uma relação negativa no Brasil, México, Peru e Uruguai. Nos outros casos parece não haver distinção entre gênero em relação a participação em ações de protesto.

Renda, entretanto, não mostrou níveis significativos aceitáveis na maioria dos países, apenas para o Uruguai. Entretanto neste caso e no México e Peru, a relação entre protesto potencial e classe social subjetiva indica que são as pessoas que se posicionam mais abaixo na estrutura social que tomam parte em ações neste tipo de repertório. Os resultados acima indicam que a dimensão motivacional – interesse por política, posicionamento ideológico e os valores emancipatórios – tem sido mais relevante para explicar o engajamento em ações contestatórias do que os recursos, com exceção da educação. No contexto dos países estudados, os cidadãos não se envolvem em protestos porque necessariamente podem, mas sim porque acreditam na eficácia deste tipo de repertório.

TABELA 36 - PREDITORES DA PARTICIPAÇÃO EM PROTESTO (GERAL)

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		México		Peru		Uruguai	
	B. Padronizado	B	B. Padronizado	B	B. Padronizado	B	B. Padronizado	B	B. Padronizado	B	B. Padronizado	B	B. Padronizado	B
	(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)		(Erro Padrão)	
Intercepto	0 (0,012)	0,04	0*** (0,066)	0,31	0 (0,13)	-0,024	0 (0,066)	0,073	0 (0,039)	0,02	0 (0,06)	0,12	0 (0,09)	-0,1
Sexo	-0,043 (0,019)	-0,022	-0,11*** (0,014)	-0,06	-0,04 (0,02)	-0,024	-0,047 (0,015)	-0,026	-0,09*** (0,01)	-0,039	-0,09** (0,015)	-0,04	-0,11** (0,02)	-0,06
Idade	0,041 (0,0005)	0,0006	-0,087** (0,0004)	-0,001	-0,027 (0,0008)	-0,0005	-0,026 (0,0005)	-0,0005	0,015 (0,0003)	0,0002	0,014 (0,0015)	0,0002	0,05 (0,0005)	0,001
Escolaridade	0,11** (0,005)	0,015	0,22*** (0,0032)	0,022	0,2*** (0,007)	0,028	0,28*** (0,004)	0,032	0,21*** (0,003)	0,02	0,1** (0,0004)	0,011	0,19*** (0,005)	0,024
Renda	0,01 (0,007)	0,0017	-0,033 (0,0037)	-0,004	0,011 (0,008)	0,002	-0,022 (0,004)	-0,003	0,04 (0,002)	0,0037	-0,01 (0,004)	-0,0015	0,085* (0,006)	0,012
Classe Social	-0,031 (0,015)	-0,011	0,05 (0,01)	0,017	-0,08 (0,018)	-0,031	0,002 (0,008)	0,0005	-0,05* (0,005)	-0,011	-0,01** (0,009)	-0,025	-0,11** (0,012)	-0,035
Int. Política	0,22*** (0,014)	0,084	0,18*** (0,011)	0,067	0,13** (0,006)	0,057	0,2*** (0,012)	0,087	0,14*** (0,008)	0,048	0,18*** (0,012)	0,065	0,17*** (0,015)	0,067
Ideologia	-0,12** (0,005)	-0,017	-0,067* (0,002)	-0,006	-0,19*** (0,006)	-0,028	-0,07** (0,003)	-0,009	-0,05* (0,002)	-0,004	-0,09** (0,003)	-0,01	-0,15*** (0,004)	-0,015
Confiança Interpessoal	0,04 (0,07)	0,08	-0,05 (0,04)	-0,081	0,029 (0,077)	0,055	0,09*** (0,047)	0,16	0,06* (0,03)	2,49	0,01 (0,05)	0,015	-0,09* (0,05)	-0,13
Confiança Institucional	-0,08* (0,045)	-0,1	0,079** (0,053)	0,086	0,057 (0,059)	0,078	0,067* (0,033)	0,077	0,08*** (0,02)	0,074	0,09** (0,037)	0,1	0,06 (0,04)	0,072
Valores	0,24*** (0,068)	0,41	0,21*** (0,053)	0,38	0,24*** (0,079)	0,42	0,11*** (0,056)	0,23	0,08*** (0,036)	0,12	0,11** (0,058)	0,18	0,2*** (0,07)	0,35
R ²	0,184		0,238		0,212		0,205		0,131		0,094		0,198	

Fonte: World Values Survey, sexta onda.

Notas: *** = p < 0,001; ** = p < 0,01; * = p < 0,05.

7.5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, CIDADANIA CRÍTICA E VALORES EMANCIPATÓRIOS

No decorrer deste capítulo procuramos identificar a relação entre os valores emancipatórios e diversas modalidades de participação política, convencionais e não convencionais. Esta tipologia, inclusive, tem sido questionada por muitos trabalhos (NORRIS, 2003b) por não representar a realidade empírica. Em diversas nações ocidentais as atividades de protestos se tornaram parte do repertório cotidiano da população, onde os níveis de participação igualam os de outras modalidades (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010).

Mesmo que a escala de protesto potencial não represente apenas a participação neste tipo de ação, ela indica a aceitação e propensão dos cidadãos a realizarem esta modalidade participação. Os dados indicam é que existe uma certa estabilidade entre a população dos países analisados no que diz respeito ao envolvimento nestas ações, conforme descrito no Gráfico 11. Quando comparado a outras modalidades, principalmente em relação à participação em sindicatos, partidos e associações profissionais, o acionamento de repertórios de protesto se mostram relativamente elevados.

O ponto de divergência com os partidários da cidadania crítica é em relação ao voto. De acordo com estes teóricos, tais ações estariam substituindo o comparecimento eleitoral como mecanismo preferencial de vocalização de demandas, principalmente entre as gerações mais novas, já que apontam uma tendência de esvaziamento das eleições e aumento das ações de protesto (NORRIS, 2003a). Ainda que em mais da metade dos casos – Chile, Colômbia, México e Uruguai – tenha sido encontrado sim o componente geracional, onde os mais velhos apresentaram uma maior propensão de serem eleitores assíduos, conforme mostrado na Tabela 33, a idade não se mostrou significativa para prever a adesão a repertórios de protesto.

Ou seja, não existe uma mudança substancial na forma como os jovens participam politicamente. Se em países avançados e democracias mais consolidadas observa-se a substituição dos repertórios – uma menor adesão a ações convencionais e uma maior participação em atividades de protesto – por parte dos jovens (CASTILLO, 2008; NORRIS, 2003b), no contexto analisado tal fenômeno não ocorre.

Entretanto, como descrito no capítulo anterior, o componente geracional se mostrou um forte preditor da dispersão de valores emancipatórios. O que os resultados indicaram é a

existência de uma tendência maior entre os mais jovens de manifestarem este conjunto de crenças, conforme descrito nas Tabelas 18 e 19. A participação em ações de protesto são fortemente influenciadas pela posse de tais valores, como pode ser observado nas Tabelas 35 e 36. A influência da idade nesta modalidade engajamento político pode estar embutida nos efeitos dos valores emancipatórios, mas os resultados não permitem afirmar que estaríamos vivenciando, como descrito pelos teóricos da cidadania crítica, um fenômeno parecido com o que é descrito em outras localidades.

A dispersão de valores emancipatórios não afetou substancialmente o engajamento em outras modalidades de participação. Tanto a participação em organizações – sindicatos, partidos e associações profissionais – quanto o comparecimento eleitoral apresentaram apenas efeitos isolados, ainda que a participação em sindicatos e associações profissionais tenham demonstrado coeficientes significativos nos modelos que analisam o quadro geral – Tabelas 26 e 28 –, o que julgamos insuficiente para afirmar que existe uma forte relação entre este conjunto de crenças e o engajamento nestas modalidades de participação.

Os resultados descritos acima corroboram o potencial transformador que a dispersão de valores emancipatórios pode trazer. De acordo com os resultados encontrados o aumento da incidência deste conjunto de crenças em uma dada sociedade pode ser acompanhado pelo maior número de ações contestatórias. Os modelos descritos no capítulo anterior trazem algumas pistas sobre o sentido que estas reivindicações teriam: quem possui este conjunto de crenças tende a ser mais interessado em política, se posicionar mais à esquerda no espectro ideológico e ter uma maior adesão à democracia. Somados a maior propensão de se manifestarem politicamente através de ações de protesto, a incidência de valores emancipatórios é de fato um ímpeto renovador capaz de trazer mudanças substanciais nas democracias contemporâneas, clareando o desejo dos cidadãos (WELZEL; ALVAREZ, 2013) pela ampliação e radicalização das mesmas.

Isto irá se impor na forma de novos desafios para os regimes democráticos (WELZEL; DALTON, 2013), já que os valores emancipatórios se traduzem em um “individualismo benigno”: maior aceitação da diversidade, ampliação das liberdades individuais e da participação (WELZEL, 2013). À medida em que as sociedades se “contaminam” pela dispersão deste conjunto de crenças, bandeiras como a legalização do aborto, direitos dos homossexuais, liberalização das drogas, ampliação dos direitos humanos, entre outras bandeiras progressistas, irão ganhar força. Dependendo da velocidade

em que tais mudanças serão implementadas, uma reação contrária e de igual magnitude poderá surgir.

Recentemente podemos observar uma tendência de crescimento do populismo, da extrema direita, acompanhada da queda, quase que em nível global, da adesão normativa à democracia (FOA; MOUNK, 2017). Ainda que não exista um consenso sobre as causas deste fenômeno, uma de suas possíveis interpretações recai justamente pela aversão às mudanças culturais levadas à cabo nos últimos anos. Para Inglehart e Norris:

O apoio a partidos autoritários populistas é motivado por uma reação contra as mudanças culturais ligadas ao aumento dos valores pós-materialistas e de auto-expressão, muito mais do que por fatores econômicos. A causa próxima do voto populista é a ansiedade de que as mudanças culturais disseminadas e o influxo de estrangeiros estariam corroendo as normas culturais que se conhecem desde a infância. O principal tema comum de partidos autoritários populistas em ambos os lados do Atlântico é uma reação contra imigração e a mudança cultural⁵⁷. (INGLEHART; NORRIS, 2017, p. 446)

Alexander e Welzel são mais enfáticos em apontar a desconexão entre parte dos cidadãos e a velocidade das transformações vivenciadas nas últimas décadas. Na sua opinião:

À luz de nossas evidências, é um erro interpretar o sucesso recente dos partidos populistas de direita como consequência de uma inversão da dinâmica emancipatória das últimas décadas. Em vez disso, o sucesso dos partidos populistas de direita é uma contra-reação à dinâmica emancipatória entre os segmentos eleitorais que foram "deixados para trás" pela velocidade emancipatória do *mainstream*⁵⁸. (ALEXANDER; WELZEL, 2017, p. 12)

O que podemos esperar da dispersão de valores emancipatórios é um choque cultural entre conservadores e liberais, principalmente em torno de questões como igualdade de gênero e liberdade sexual. No caso dos países da América Latina, por terem prevalência mais acentuada de um conjunto de valores tradicionais (INGLEHART; WELZEL, 2005), este conflito tende a ser ainda mais intenso. A curto prazo as bandeiras emancipatórias podem provocar uma reação contrária e desencadear um ciclo de desempoderamento.

⁵⁷ "Support for populist authoritarian parties is motivated by a backlash against the cultural changes linked with the rise of Postmaterialist and Self-expression values, far more than by economic factors. The proximate cause of the populist vote is anxiety that pervasive cultural changes and an influx of foreigners are eroding the cultural norms one knew since childhood. The main common theme of populist authoritarian parties on both sides of the Atlantic is a reaction against immigration and cultural change.", no original.

⁵⁸ In light of our evidence, it is mistaken to interpret the recent success of right-wing populist parties as the consequence of a reversal of the emancipatory dynamic of recent decades. Instead, the success of right-wing populist parties is a counter-reaction to the emancipatory dynamic among those electoral segments that have been "left behind" by the mainstream's emancipatory speed.

No caso brasileiro, estas reações se mostram mais evidentes há algum tempo. Setores contrários à esta agenda passaram a ocupar espaços de poder que tratam destes temas, como a comissão de direitos humanos da câmara dos deputados. Tal estratégia possibilitou a eleição de uma liderança religiosa conservadora para a presidência desta comissão. Outro sinal evidente deste conflito pode ser encontrado nas pesquisas de opinião para as eleições presidenciais de 2018, onde um político claramente contrário aos direitos humanos e a igualdade de gênero figurou como segundo colocado nas intenções de voto⁵⁹.

Mesmo não sendo a causa que levou a implosão da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores com o impedimento da então presidente Dilma Rousseff, a reação contrária à uma agenda progressista serviu como um dos enquadramentos para os protestos que levaram a sua deposição. A nova coalizão tem implementado um conjunto de políticas, como o novo regime fiscal (ROSSI; DWECK, 2016) e a flexibilização das leis trabalhistas, que no médio prazo podem aprofundar o ciclo de desempoderamento no Brasil.

Os resultados apresentados apontam que, mesmo em países em desenvolvimento, os valores emancipatórios representam um ímpeto transformador e que, de fato, irá impor novos desafios às democracias da região. No entanto, as consequências da dispersão deste conjunto de valores ainda são inconclusivas. No médio e longo prazo, podem suscitar mudanças significativas no sentido de aprimoramento da democracia e ampliação das liberdades individuais. Mas os sinais imediatos demonstram uma forte reação à estas mudanças, com a possibilidade real do surgimento de um novo ciclo de desempoderamento em alguns dos países analisados.

⁵⁹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/10/30/lula-e-bolsonaro-empatam-nas-intencoes-de-voto-entre-quem-tem-curso-superior-mostra-ibope.htm>. Acesso em 15 de Janeiro de 2018.

8. CONCLUSÕES

O objetivo desta tese foi o de testar a influência dos valores emancipatórios na cultura e participação política em casos que se situam no contexto latino-americano. Sendo uma agenda oriunda das proposições de Inglehart (1977) sobre a mudança cultural e de Inglehart e Welzel (2005) acerca da relação entre valores de auto-expressão e democratização, a teoria do empoderamento humano foi pensada no interior de sociedades industriais avançadas, ainda que se proponha a ter um caráter explicativo mais generalizante. Desta forma este trabalho procurou colaborar com a validação empírica desta teoria ao adotar o seu instrumental na análise de fenômenos políticos da América Latina.

O Capítulo 2 procurou apresentar os principais aspectos desta teoria. Ao abandonar as hipóteses da escassez e da socialização propostas por Inglehart para explicar o processo de difusão de valores, Welzel (2013) conseguiu resolver importantes questões no interior da teoria da mudança valorativa, como o caráter não determinístico deste processo e a possibilidade tanto de ciclos de empoderamento, motivados por uma profunda atribuição de sentido à liberdade, quanto o oposto, quando a livre escolha deixa de ter valor subjetivo devido às pressões existenciais.

Ele remete a concepção de escala utilitária da liberdade: quanto maior a capacidade de um indivíduo agir de acordo com as suas próprias escolhas, maior será a atribuição de valor subjetivo à liberdade. Este livre agir está relacionado com as condições objetivas de vida, ou seja, a disponibilidade de recursos de ação. Quanto maior a disponibilidade de tais recursos, maior será a probabilidade de dispersão de valores emancipatórios, ou seja, maior será a atribuição de valor subjetivo à liberdade. O inverso também ocorre: condições de pressão existencial diminuem a utilidade da mesma em detrimento da necessidade de sobrevivência imediata.

No quarto Capítulo tratamos de comparar empiricamente duas formas de mensurar o processo de mudança valorativa, testando a confiabilidade interna e externa dos índices de pós materialismo e valores emancipatórios. Os resultados encontrados demonstram certa fragilidade na medida de Inglehart. Por outro lado, o índice proposto por Welzel se mostrou mais confiável, indicando que, de fato, representa um avanço na forma de se mensurar o processo de mudança valorativa.

O Capítulo 5 procurou analisar esta relação entre dispersão de valores emancipatórios e disponibilidade de recursos de ação, no nível macro. Welzel define três

tipos de recursos de ação: materiais, cognitivos e conectivos. Estes, por sua vez, foram traduzidos através do PIB *per capita*, nível de escolaridade média e porcentagem da população com acesso à internet de cada país. O que os resultados da análise demonstram é que as flutuações de curto prazo não impactam substancialmente a dispersão de valores emancipatórios. No entanto existem fortes indícios de que o crescimento dos recursos de ação, a longo prazo, produz impactos significativos na difusão destas crenças nos países analisados. Comparados com outras localidades, os países da região vivenciam uma situação intermediária ou de estagnação no seu ciclo de empoderamento.

Já o Capítulo seguinte procurou testar estas proposições no nível individual, respondendo duas questões centrais: quais são os principais responsáveis pela difusão de valores emancipatórios e no que os cidadãos que possuem este conjunto de crenças acreditam. No que diz respeito a dispersão destes, os resultados dos modelos corroboram a teoria. Em geral, quanto maior a disponibilidade de recursos de ação – mensurados no nível individual através da renda, classe social subjetiva, escolaridade e confiança interpessoal – maiores são as chances de alguém manifestar valores emancipatórios.

A segunda parte deste capítulo procurou relacionar estas crenças com as variáveis clássicas da cultura política: interesse, confiança institucional e adesão à democracia. Ao estabelecer relações entre estas variáveis poderíamos identificar se a dispersão de valores emancipatórios poderia ocasionar o surgimento de uma cidadania mais crítica nos países da América Latina. De fato, os resultados encontrados apontam que quem os possui são mais interessados por política e se identificam mais com valores democráticos. No entanto, a relação com a insatisfação com o funcionamento de regimes desta natureza, mensurada através da confiança em suas instituições, não foi encontrada. Os indivíduos que manifestam valores emancipatórios são tão (in)satisfeitos com as instituições quanto aqueles que não possuem estas crenças.

Por fim, o último capítulo tratou de analisar a relação entre valores emancipatórios e a participação política. Os modelos construídos apontam que não existe diferenciação entre quem possui tais valores daquelas que não os possui, pelo menos em relação a participação convencional. No entanto a posse deste conjunto de crenças se mostrou extremamente significativa para explicar o envolvimento em ações de protestos. Os indivíduos que se identificam com valores emancipatórios tendem a se envolver muito mais em ações desta natureza, quando comparados aos que não manifestam tais valores.

Este conjunto de resultados apontam para um quadro geral que caracteriza os valores emancipatórios como uma força capaz de provocar mudanças significativas na natureza dos regimes democráticos, mesmo em países que se encontram em uma situação intermediária em termos de condições existenciais. Quem manifesta estes valores são mais interessados por política, possuem uma maior adesão à democracia e possuem um leque maior de repertórios de ação política, não tendo receio de manifestar as suas preferências através de protestos.

No entanto, apesar de representar um ímpeto de ampliação das liberdades individuais, a velocidade das transformações pode provocar reações adversas daqueles contrários às mudanças. Temos observado nos últimos anos a ascensão do populismo e da extrema direita, organizados principalmente em torno de bandeiras valorativas como a supressão das liberdades sexuais ou da xenofobia. O que podemos concluir, no entanto, é a dispersão de valores emancipatórios, mesmo em países da América Latina, trará, de fato, novos desafios para as democracias contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMSON, P. R. Postmaterialism and Environmentalism: A Comment on an Analysis and a Reappraisal. **Social Science Quarterly**, v. 78, n. 1, p. 21–23, 1997.

ABRAMSON, P. R.; ALDRICH, J. H. The Decline of Electoral Participation in America. **The American Political Science Review**, v. 76, n. 3, p. 502–521, 1982.

ALEXANDER, A.; WELZEL, C. The Myth of Deconsolidation: Rising Liberalism and the Populist Reaction. **Journal of Democracy**, v. Online Exc, 2017.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. New York: Sage, 1963.

ALWIN, D. F.; KROSNICK, J. A. Aging, Cohorts, and the Stability of Sociopolitical Orientations Over the Life Span. **American Journal of Sociology**, v. 97, n. 1, p. 169, 1991.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 83–108, nov. 2003.

BARNES, S. H.; KAASE, M. **Political action: mass participation in five Western democracies**. Washington, DC: Sage Publications, 1979.

BARRO, R. J.; LEE, J. W. A new data set of educational attainment in the world, 1950–2010. **Journal of Development Economics**, v. 104, p. 184–198, 2013.

BARRY, B. **Economists, Sociologists and Democracy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

BECK, P. A.; JENNINGS, M. K. Political Periods and Political Participation. **The American Political Science Review**, v. 73, n. 3, p. 737–750, 1979.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Process and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review Sociologic**, v. 26, n. 1974, p. 611–639, 2000.

BIRCH, S. **Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting**. Manchester: Manchester University Press, 2009.

BLAIS, A. What Affects Voter Turnout? **Annual Review of Political Science**, v. 9, p. 111–125, 2006.

BLAIS, A.; GIDENGIL, E.; NEVITTE, N. Where does turnout decline come from? **European Journal of Political Research**, v. 43, p. 221–236, 2004.

BLAIS, A.; RUBENSON, D. The Source of Turnout Decline New Values or New Contexts? **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 1, p. 95–117, 2013.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. **Political participation in Latin America**, 1978.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. **The legitimacy puzzle in Latin America: Political support and democracy in eight nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, J. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263–288, 2012.

BOTERO, F.; HOSKIN, G. W. Sobre forma y Sustancia: una evaluación de la democracia electoral en Colombia. **Revista de Ciencia Política**, v. 30, n. 1, p. 41–64, 2010.

BRADY, H. E. Political Participation. In: ROBINSON, J. P.; SHAVER, P.; WRIGHTSMAN, L. (Eds.). **Measures of Political Attitudes**. San Diego: Academic Press, 1999. p. 737–801.

BRECHIN, S. R.; KEMPTON, W. Global environmentalism: a challenge to the postmaterialism thesis? **Social Science Quarterly**, v. 75, n. 2, p. 245–269, 1994.

BUUREN, S. VAN; GROOTHUIS-OUDSHOORN, K. MICE : Multivariate Imputation by Chained Equations in R. **Journal of Statistical Software**, v. 45, n. 3, 2011.

CARDOSO, A.; GINDIN, J. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, p. 13–37, 2017.

CASALECCHI, G. A. **Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais**. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CASTILLO, A. J. Trayectorias de participación política de la juventud europea: ¿Efectos de cohorte o efectos de ciclo vital? **Revista de Estudios de Juventud**, n. 81, p. 67–94, 2008.

COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. DE. Inserção Laboral , Juventude e Precarização. **Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 275–289, 2010.

COHEN, M. J. Suport for Electoral Democracy in the Americas. In: COHEN, M. J.; LUPU, N.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). . **The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance**. Nashville: Latin American Public Opinion Project, Vanderbilt University, 2017. p. 235.

COLLIER, D. The Comparative Method. In: FINIFTER, A. W. (Ed.). . **Political Science: State of Discipline II**. Washington, DC: American Political Science Association, 1993. p. 105–120.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DALTON, R. Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies. **The Journal of Politics**, v. 46, n. 1, p. 264, 1984.

DALTON, R. **The Good Citizen: How a Younger Generation Is Reshaping American Politics**. Washington, DC: SAGE Publications, 2008a.

DALTON, R. Citizenship norms and the expansion of political participation. **Political Studies**, v. 56, p. 76–98, 2008b.

DALTON, R. **The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics**. Washington, DC: CQ Press, 2013.

DALTON, R. J. .; SHIN, D. C. **Democratic aspirations and democratic ideals: citizens orientations toward democracy in East Asia**. In: Conference Citizens, Democracy and markets around The Pacific Rim. **Anais...**Honolulu: 2004

DALTON, R.; VAN SICKLE, A.; WELDON, S. The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour. **British Journal of Political Science**, v. 40, n. 2010, p. 51, 2010.

DALTON, R.; WELZEL, C. Political Culture and Value Change. In: DALTON, R.; WELZEL, C. (Eds.). . **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive**

citizens. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 1–16.

DARGENT, E.; MUNOZ, P. Perú 2011: Continuidades y cambios en la política sin partidos. **Revista de ciencia política**, v. 32, n. 1, p. 245–268, 2012.

DEL TRONCO, J. Las causas de la desconfianza política en México. **Perfiles Latinoamericanos**, v. 40, p. 227–251, 2012.

DIAMANTOPOULOS, A. Export performance measurement. **International Marketing Review**, v. 12, n. 10, p. 444–457, 1996.

DIAMANTOPOULOS, A.; SIGUAW, J. A. Formative versus reflective indicators in organizational measure development: A comparison and empirical illustration. **British Journal of Management**, v. 17, n. 4, p. 263–282, 2006.

DIAMANTOPOULOS, A.; WINKLHOFFER, H. M. Index Construction with Formative Indicators : An Alternative to Scale Development. **Journal of Marketing Research**, v. 38, p. 269–277, 2001.

DINAS, E. Opening “Openness to Change”: Political Events and the Increased Sensitivity of Young Adults. **Political Research Quarterly**, v. 66, p. 868–882, 2013.

DRUCK, G. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v. 24, n. 1, p. 37–57, 2011.

EASTON, D. **A systems analysis of political life.** New York: Wiley, 1965.

EINSENSTADT, S. N. Social Institutions: comparative study. In: SILES, D. L. (Ed.). . **International Encyclopedia of Social Sciences v. 14.** New York: Macmillan & Free Press, 1968.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. DA. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 160–185, 2010.

FINLAY, A.; FLANAGAN, C. Adolescents’ civic engagement and alcohol use: Longitudinal evidence for patterns of engagement and use in the adult lives of a British cohort. **Journal of Adolescence**, v. 36, p. 435–446, 2013.

FINLAY, A.; FLANAGAN, C.; WRAY-LAKE, L. Civic engagement patterns and transitions over 8 years: The AmeriCorps national study. **Developmental Psychology**, v. 47, n. 6, p. 1728–1743, 2011.

FIORINA, M. P. **Parties, participation, and representation in America: Old theories face new realities** In: 2000 Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington, DC: 2000.

FLANAGAN, C.; LEVINE, P. Civic engagement and the transition to adulthood. **Future of Children**, v. 20, n. 1, p. 159–179, 2010.

FLANAGAN, S. C. Value Change and Partisan Change in Japan: The Silent Revolution Revisited. **Comparative Politics**, v. 11, n. 3, p. 253–278, 1979.

FLANAGAN, S. C. Value Cleavages, Economic Cleavages, and the Japanese Voter. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 2, p. 177–206, 1980.

FLANAGAN, S. C. Changin Values in Advanced Industrial Societies: Inglehart's Silent Revolution from the Perspective of Japanese Findings. **Comparative Political Studies**, v. 14, n. 4, p. 403–444, 1982.

FLANAGAN, S. C.; LEE, A. The New Politics, Culture Wars, and The Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies. **Comparative Political Studies**, v. 36, n. 3, p. 235–270, 2003.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Signs os Desconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 1–15, 2017.

FRANCO, S. et al. Efeitos do conflito armado sobre a vida e a saúde na Colômbia. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 11, n. 1413–8123, p. 1247–1258, 2006.

FUCHS, D. The Political Culture Paradigm. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H.-D. (Eds.) **The Oxford handbook of political behavior**. Oxfordo: Oxford University Press, 2009.

GALLEGO, A. Where else does turnout decline come from? Education, age, generation and period effects in three european countries. **Scandinavian Political Studies**, v. 32, n. 1, p. 23–44, 2009.

GARCÉ, A. Uruguay 2009: De Tabaré Vázquez a José Mujica. **Revista de ciencia política**, v. 30, n. 2, p. 499–535, 2010.

GEDDES, B. How the cases you choose affect the answers you get: selection bias in comparative politics. In: **Institute of Governmental Studies, UC Berkley Working Papers**, v. 13, n. 90, 1990.

GIBSON, J. L.; DUCH, R. M. Postmaterialism and the Emerging Soviet Democracy. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 5–39, 1994.

GIMENES, É. R. **A Relação dos Eleitores com Partidos Políticos em Novas Democracias: Partidarismo na América Latina**. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. New York: Harper Colophon, 1974.

GONZÁLEZ-BUSTAMANTE, B.; OLIVARES, A. Cambios de gabinete y supervivencia de los ministros en Chile durante los gobiernos de la Concertación (1990-2010). **Colombia Internacional**, v. 87, p. 81–108, 2016.

GURR, T. R. **Why Men Rebel**. Princeton: Princeton University Press, 1970.

HAIR JR., J. et al. **Multivariate Data Analysis**. 7. ed. Essex: Pearson, 2010.

HIGHTON, B.; WOLFINGER, R. The First Seven Years of the Political Life Cycle. **American Journal of Political Science**, v. 45, n. 1, p. 202–209, 2001.

INGLEHART, R. The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies. **The American Political Science Review**, v. 65, n. 4, p. 991–1017, 1971.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among**

Western Publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R. Political Action: The impact of values, cognitive level and social background. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (Eds.). . **Polical Action: Mass participation in five western democracie.** Beverly Hills: Sage, 1979a.

INGLEHART, R. Values Priorities and Socioeconomic Change. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (Eds.). . **Polical Action: Mass participation in five western democracies.** Beverly Hills: Sage, 1979b.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. **The American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1203–1230, 1988.

INGLEHART, R. **Culture Shift in Advanced Industrial Society.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. Public Support for Environmental Protection: Objective Problems and Subjective Values in 43 Societies. **PS: Political Science and Politics**, v. 28, n. 1, p. 57–72, 1995.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies.** Princeton: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, R. **Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades.** Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2001.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, p. 300–316, 2002.

INGLEHART, R.; KLINGEMANN, H.-D. Idological Conceptualization and Values Priorities. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (Eds.). . **Polical Action: Mass participation in five western democracies**¹. Beverly Hills: Sage, 1979. p. 203–214.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. **Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003. v. 11

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump and the Populist Authoritarian Parties: The Silent

Revolution in Reverse. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 2, p. 443–454, 2017.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JACKMAN, R. W.; MILLER, R. A. Social Capital and Politics. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 47–73, 1998.

JENNINGS, M. K. Another Look at the Life Cycle and Political Participation. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 4, p. 755–771, 1979.

JENNINGS, M. K.; MARKUS, G. B. Political Involvement in the Later Years: a Longitudinal Survey. **American Journal of Political Science**, v. 32, n. 2, p. 302–316, 1988.

KIDD, Q.; LEE, A. Postmaterialist Values and the Environment: A Critique and Reappraisal. **Social Science Quarterly**, v. 78, n. 1, p. 1–15, 1997.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. **Science**, v. 312, n. 2006, p. 1905–1908, 2006.

KING, G. et al. Analyzing Incomplete Political Science Data: An Alternative Algorithm for Multiple Imputation. **American Political Science Review**, v. 85, n. 1269, p. 49–69, 2001.

KLINGEMANN, H.-D. Ideological Conceptualization and Political Action. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (Eds.). . **Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979. p. 607.

KLINGEMANN, H.-D. Dissatisfied Democrats: Democratic Maturation in Old and New Democracies. In: DALTON, R. J. .; WELZEL, C. (Eds.). . **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 116–159.

LASSWELL, H. D. The future of the comparative method. **Comparative Politics**, v. 1, n. 1, 1968.

LEE, A.; NORRIS, J. A. Attitudes toward environmental issues in East Europe. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 12, n. 2, p. 372–397, 2000.

LIJPHART, A. A Política Comparativa e o Método Comparativo. **Revista de Ciência**

Política, v. 5, n. 18, p. 3–19, 1975.

LIJPHART, A. The Structure of Inference. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.). . **The Civic Culture Revisited**. Newbury park: Sage, 1980.

LUNA, J. P. Frente Amplio and the Crafting of a Social Democratic Alternative in Uruguay. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 4, p. 1–30, 2007.

MACRIDIS, R. C.; COX, R. Research in comparative politics. **American Political Science Review**, v. 47, n. 3, p. 641–657, 1953.

MANNHEIM, K. O Problema Sociológico das Gerações. In: FORACCHI, M. (Ed.). . **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARCONI, N. A evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. **Revista do Serviço Público, Brasília: ENAP, ano 54**, v. 1, p. 7–43, 2003.

MAROCO, J. Integração do R nos menus do PASW Statistics: Um exemplo de aplicação com o package 'polycor' do R. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Estatística**, p. 71–80, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MASLOW, A. **Motivation and Personality**. New York: Harper, 1954.

MCADAM, D. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, p. 97–123, 2007.

MILBRATH, L. W. **Political Participation How and why people get involved in politics**. Chicago: Rand McNally College Publishing Company, 1965.

MILBRATH, L. W.; GOEL, M. L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Chicago: Rand McNally College Publishing, 1977.

MOISÉS, J. Á. **Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática.** São Paulo: Ática, 1995.

MULLER, E. N.; SELIGSON, M. A. Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 3, p. 635, 1 set. 1994.

NORRIS, P. Conclusions: The Growth of Critical Citizens and Its Consequences. In: NORRIS, P. (Ed.). . **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government.** Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003a.

NORRIS, P. Young People & Political Activism : From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice ? **Council of Europe Symposium**, n. November 2003, p. 1–32, 2003b.

NORRIS, P. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited.** [s.l.] Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P. Meca or Oil? Why Arab States lag in gender equality. In: DALTON, R.; WELZEL, C. (Eds.). . **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 240–260.

NORRIS, P. Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the Risks Faculty Research Working Paper Series. v. 2017, n. April, p. 1–26, 2017.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P.; WALGRAVE, S.; AELST, P. VAN. Who Demonstrates? Antistate Rebels, Conventional Participants, or Everyone? **Comparative Politics**, v. 37, n. 2, p. 189–205, 2005.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (Eds.). . **Transitions From**

Authoritarian Rule (vol. 4). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. p. 1–78.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, v. 4, n. 1, p. 53–78, 2015.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E.; LAZARE, D. C. M. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, 2018.

OLSON, M. **The logic of collective action : public goods and the theory of groups.** Cambridge: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, E. **Governing the Commons.** New York: Cambridge University Press, 1990.

PATEMAN, C. Political culture, political structure and political change. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 3, p. 291–305, 1971.

PATEMAN, C. The Civic Culture: A philosophic critique. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.). . **The Civic Culture Revisited.** Newbury park: Sage, 1980.

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. p. 161, 1992.

PINHEIRO, M. M. S. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. **Texto para Discussão - IPEA**, n. 1794, p. 1–30, 2012.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Modernization: Theories and Facts. **World Politics**, v. 49, n. 2, p. 155–183, 13 jun. 1997.

PUTNAM, R. D. **Making Democracy Work.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a Experiencia da Italia Moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon and Schuster, 2001.

PUTNAM, R. D.; GOSS, K. Introduction. In: PUTNAM, R. D. (Ed.). . **Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society.** Oxford: Oxford

University Press, 2002. p. 516.

QUARANTA, M. **Political Protest in Western Europe**. Zurich: Springer International Publishing, 2015.

QUIROGA, M. M. Evaluando la confianza institucional en Chile. Una mirada desde los resultados LAPOP. **Revista de Ciencia Política**, v. 28, n. 2, 2008.

RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. **Hierarchical Linear Models. Applications and Data Analysis Methods**. New York: Sage, 2002.

RENNÓ, L. R. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45, p. 71–92, 1998.

RIBEIRO, E. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. **Sociedade e Estado**, v. 22, p. 371–400, 2007.

RIBEIRO, E. Mudança de Valores e Tolerância entre os Brasileiros. **Revista Mediações**, v. 15, p. 220–240, 2010.

RIBEIRO, E. **Valores Pós-Materialistas e Cultura Política no Brasil**. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2011.

RIBEIRO, E.; AYRES, C. S. Democracia, Participação e Mudança Geracional no Brasil. **Século XXI**, v. 1, n. 2, p. 62–78, 2011.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, v. 16, p. 28–64, 2010.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; DA SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 91–108, 2015.

RIBEIRO, E.; OLIVEIRA, R. A. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, v. 22, p. 167–205, 2014.

ROBINSON, W. S. Ecological Correlations and the Behavior of Individuals. **American Sociological Review**, v. 15, n. 3, p. 351–357, 1950.

ROKEACH, M. **The Nature of Human Values**. New York: Free Press, 1973.

ROSSI, P.; DWECK, E. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 12, p. 1–5, 2016.

SANI, G.; SARTORI, G. Polarization, fragmentation and competition in Western democracies. In: DAALDER, H.; MAIR, P. (Eds.). . **Western European party systems**. Beverly Hills: Sage, 1983. p. 307–340.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SEARS, D. O. Political Socialization. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (Eds.) **Handbook of Political Science, Volume 2**. Reading: Addison-Wesley, 1975. p. 93–153.

SEARS, D. O. Life Stage Effects upon Attitude Change, Especially among the Elderly. In: KIESLER, S. B.; MORGAN, J. N.; OOPPENHEIMER, V. K. (Eds.). . **Aging and Social Change**. New York: Academic Press, 1981. p. 181–204.

SELIGSON, M. A. The Renaissance of Political Culture or The Renaissance of Ecological Fallacy. **Comparative Politics**, v. 34, n. 3, p. 273–292, 2002.

SELIOS, L. Los últimos diez años de la cultura política uruguaya: entre la participación y el desencanto. **América Latina Hoy**, v. 44, p. 63–85, 2006.

SEN, A. **Development as a Freedom**. New York: Alfred Knopf, 1999.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 97, p. 23–40, nov. 2013.

SNOW, D. A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464–481, 1986.

STOKER, L.; JENNINGS, M. K. Transitions and Political Participation: the case of Marriage. **American Political Science Review**, v. 89, n. 2, p. 421–433, 1995.

STRATE, J. M. et al. Life Span Civic Development and Voting Participation. **The American Political Science Review**, v. 83, n. 2, p. 443–464, 1989.

TANASOIU, C.; COLONESCU, C. Determinants of support for european integration: The case of bulgaria. **European Union Politics**, v. 9, n. 3, p. 363–377, 2008.

TEORELL, J. Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 5, p. 787–810, 2006.

TEORELL, J.; TORCAL, M.; MONTERO, J. R. Political Participation: Mapping the Terrain. In: VAN DETH, J. W.; MONTERO, J. R. (Eds.). . **Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis**. London: Routledge, 2007. p. 334–357.

TESSLER, M.; KONOLD, C.; REIF, M. Political generations in developing countries: Evidence and insights from Algeria. **Public Opinion Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 184–216, 2004.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious Politics**. 2. ed. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TOCQUEVILLE, A. DE. **A democracia na América : sentimentos e opiniões**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TORNEY-PURTA, J. The School's Role in Developing Civic Engagement: A Study of Adolescents in Twenty-Eight Countries. **Applied Developmental Science**, v. 6, n. 4, p. 203–212, 2002.

UHLANER, C. J. Participation: Political. In: WRIGHT, J. (Ed), **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Elsevier, , 2001.

VALENZUELA, S.; ARRIAGADA, A.; SCHERMAN, A. The Social Media Basis of Youth Protest Behavior: The Case of Chile. **Journal of Communication**, v. 62, p. 299–314, 2012.

VAN DETH, J. W. Studying political participation: Towards a theory of everything? In: **European Consortium for Political Research, Workshop “Electronic Democracy: Mobilisation, Organisation and Participation via new ICTs”**. Grenoble: 2001.

VÉLEZ-TORRES, I.; RUIZ-TORRES, G. Extractivismo neoliberal minero y conflictos socio-ambientales en Perú y Colombia. **Ambiente y Sostenibilidad**, n. 5, p. 3–15, 2015.

VERBA, S.; NIE, N. **Participation in America: Political democracy and social equality**. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. **Participation and political equality: A seven-nation comparison**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. Boston: Harvard University Press, 1995.

VISSER, P. S.; KROSNICK, J. A. Development of attitude strength over the life cycle: surge and decline. **Journal of personality and social psychology**, v. 75, n. 6, p. 1389–1410, 1998.

VOETEN, E. Are People Really Turning Away from Democracy? **Journal of Democracy, Web Exchange**, v. 2017, April, p. 16, 2017.

WELZEL, C. **Freedom Rising: Human empowerment and the quest for emancipation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WELZEL, C. Evolution, empowerment, and emancipation: How societies climb the freedom ladder. **World Development**, v. 64, p. 33–51, 2014.

WELZEL, C.; ALVAREZ, A. M. Enlightening People: The Spark of Emancipative Values. In: DALTON, R. J.; WELZEL, C. (Eds.). . **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 59–88.

WELZEL, C.; DALTON, R. From allegiant to assertive citizens. In: WELZEL, C.; DALTON, R. (Eds.). . **The Civic Culture Transformed: From allegiant to assertive citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WOOD, S. et al. Reform of abortion law in Uruguay: context, process and lessons learned. **Reproductive Health Matters**, v. 24, n. 48, p. 102–110, 2016.

ZOVATTO, D. Valores, Percepciones y Actitudes Hacia la Democracia. Una visión comparada latinoamericana : 1996-2001. **America Latina Hoy**, v. 32, p. 2953, 2002.

ZOVATTO, D. Valores, percepciones y actitudes hacia la democracia: Una visión comparada de la región Andina. In: SAMPLE, K.; ZOVATTO, D. (Eds.). . **La Democracia em la Región Andina: Los telones de fondo**. Lima: International IDEA, 2005. p. 13–30.

APÊNDICE A – ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Sexo

	Masculino	Feminino	Total
Argentina	483	547	1030
Brasil	559	927	1486
Chile	493	507	1000
Colômbia	750	762	1512
México	999	1001	2000
Peru	607	603	1210
Uruguai	472	528	1000
Total	4363	4875	9238

Idade

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1030	18	92	43,17	17,605
Brasil	1486	18	93	42,82	16,366
Chile	1000	18	85	43,89	16,289
Colômbia	1512	18	82	40,41	15,785
México	2000	18	93	37,48	15,183
Peru	1210	18	88	39,42	16,397
Uruguai	1000	18	88	44,99	18,273
Total	9238	18	93	41,21	16,581

Escolaridade

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
1	189	6	9	20	45	72	31	6
2	1193	57	472	64	185	223	81	111
3	1254	182	181	59	179	298	97	258
4	700	71	12	116	81	99	133	188
5	1526	85	32	386	113	475	320	115
6	931	190	134	47	193	161	89	117
7	1630	285	391	108	302	293	167	84
8	757	96	97	75	184	112	134	59
9	1031	58	150	125	214	265	158	61
Total	9211	1030	1478	1000	1496	1998	1210	999
NA	27		8		16	2		1
	9238		1486		1512	2000		1000

Escolaridade (imputado)

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
1	190	6	10	20	45	72	31	6
2	1195	57	473	64	186	223	81	111
3	1259	182	182	59	181	300	97	258
4	702	71	12	116	83	99	133	188
5	1529	85	34	386	114	475	320	115
6	938	190	136	47	197	161	89	118
7	1632	285	392	108	303	293	167	84
8	757	96	97	75	184	112	134	59
9	1036	58	150	125	219	265	158	61
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Renda

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
1	1034	6	187	27	93	599	79	43
2	861	27	147	51	106	372	73	85
3	1036	81	134	114	157	250	139	161
4	1303	161	192	207	204	159	182	198
5	1987	294	372	231	320	166	366	238
6	1186	194	199	148	217	123	187	118
7	866	149	145	83	217	95	99	78
8	439	63	53	39	129	84	36	35
9	131	7	24	11	20	49	12	8
10	104	1	6	8	32	33	14	10
Total	8947	983	1459	919	1495	1930	1187	974
NA	291	47	27	81	17	70	23	26
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Renda (imputado)

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
1	1072	14	190	37	95	605	85	46
2	893	29	152	57	108	381	78	88
3	1061	86	136	120	158	256	140	165
4	1350	165	198	222	207	167	187	204
5	2046	307	377	248	325	178	369	242
6	1221	201	202	156	218	136	189	119
7	892	152	145	97	217	100	100	81
8	459	66	56	42	132	91	36	36
9	136	8	24	12	20	51	12	9
10	108	2	6	9	32	35	14	10
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Classe Social

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
1	1527	105	399	53	383	335	126	126
2	2874	306	486	236	642	406	385	413
3	3486	562	535	540	306	812	416	315
4	1127	34	39	155	139	412	235	113
5	90		7	11	27	24	13	8
Total	9104	1007	1466	995	1497	1989	1175	975
NA	134	23	20	5	15	11	35	25
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Classe Social (Imputado)

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
1	1553	110	405	54	386	338	131	129
2	2920	317	492	238	647	409	396	421
3	3531	568	543	542	311	815	429	323
4	1143	35	39	155	140	414	241	119
5	91		7	11	28	24	13	8
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Ideologia

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
Esquerda	657	21	182	40	70	170	61	113
2	234	26	33	19	24	38	30	64
3	491	78	64	69	45	67	50	118
4	567	83	53	103	58	76	76	118
5	2578	309	429	239	425	542	407	227
6	810	120	100	89	123	193	138	47
7	585	81	40	64	114	132	103	51
8	654	63	69	47	138	204	65	68
9	317	24	28	24	85	112	21	23
Direita	910	24	190	15	168	373	86	54
Total	7803	829	1188	709	1250	1907	1037	883
NA	1435	201	298	291	262	93	173	117
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Ideologia (Imputado)

	Total	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai
Esquerda	780	41	204	69	93	177	75	121
2	266	30	38	25	29	40	34	70
3	593	93	86	95	61	70	59	129
4	661	91	69	132	74	84	84	127
5	3025	376	521	330	499	563	473	263
6	956	141	133	109	157	202	158	56
7	696	96	58	85	138	142	118	59
8	788	83	102	72	164	210	80	77
9	393	33	46	36	100	120	27	31
Direita	1080	46	229	47	197	392	102	67
Total	9238	1030	1486	1000	1512	2000	1210	1000

Confiança Interpessoal

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	917	0,000	1,000	0,699	0,140
Brasil	1429	0,000	1,000	0,573	0,171
Chile	841	0,000	1,000	0,656	0,152
Colômbia	1473	0,000	1,000	0,561	0,164
México	1983	0,000	1,000	0,551	0,173
Peru	1123	0,000	1,000	0,495	0,166
Uruguai	831	0,000	1,000	0,630	0,193
Total	8597	0,000	1,000	0,583	0,177

Confiança Interpessoal (Imputado)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1030	0,000	1,000	0,692	0,144
Brasil	1486	0,000	1,000	0,575	0,170
Chile	1000	0,000	1,000	0,652	0,153
Colômbia	1512	0,000	1,000	0,560	0,164
México	2000	0,000	1,000	0,551	0,172
Peru	1210	0,000	1,000	0,496	0,167
Uruguai	1000	0,000	1,000	0,620	0,193
Total	9238	0,000	1,000	0,583	0,177

Confiança Institucional

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	967	0,000	1,000	0,313	0,217
Brasil	1437	0,000	1,000	0,318	0,230
Chile	960	0,000	1,000	0,331	0,214
Colômbia	1462	0,000	1,000	0,324	0,241
México	1960	0,000	1,000	0,332	0,240
Peru	1169	0,000	1,000	0,242	0,217
Uruguai	878	0,000	1,000	0,444	0,245
Total	8833	0,000	1,000	0,325	0,236

Confiança Institucional (Imputado)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1030	0,000	1,000	0,314	0,217
Brasil	1486	0,000	1,000	0,318	0,231
Chile	1000	0,000	1,000	0,330	0,215
Colômbia	1512	0,000	1,000	0,323	0,239
México	2000	0,000	1,000	0,332	0,240
Peru	1210	0,000	1,000	0,246	0,218
Uruguai	1000	0,000	1,000	0,432	0,248
Total	9238	0,000	1,000	0,326	0,236

Democratismo

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	846	0,000	1,000	0,680	0,188
Brasil	1239	0,000	1,000	0,503	0,160
Chile	799	0,083	1,000	0,687	0,201
Colômbia	1354	0,083	1,000	0,548	0,154
México	1893	0,167	1,000	0,517	0,137
Peru	969	0,000	1,000	0,579	0,139
Uruguai	732	0,167	1,000	0,686	0,183
Total	7832	0,000	1,000	0,579	0,177

Democratismo (Imputado)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1030	0,000	1,000	0,666	0,192
Brasil	1486	0,000	1,000	0,512	0,160
Chile	1000	0,083	1,000	0,661	0,200
Colômbia	1512	0,083	1,000	0,547	0,154
México	2000	0,167	1,000	0,518	0,138
Peru	1210	0,000	1,000	0,582	0,147
Uruguai	1000	0,167	1,000	0,670	0,186
Total	9238	0,000	1,000	0,579	0,177

Valores Emancipatórios

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1023	0,083	0,972	0,532	0,162
Brasil	1477	0,055	1,000	0,471	0,143
Chile	992	0,000	0,944	0,511	0,169
Colômbia	1512	0,042	0,944	0,418	0,144
México	1999	0,028	1,000	0,465	0,149
Peru	1194	0,055	0,874	0,436	0,134
Uruguai	979	0,083	1,000	0,536	0,153
Total	9176	0,000	1,000	0,474	0,155

Valores Emancipatórios (Imputado)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1030	0,083	0,972	0,532	0,162
Brasil	1486	0,055	1,000	0,471	0,143
Chile	1000	0,000	0,944	0,510	0,169
Colômbia	1512	0,042	0,944	0,418	0,144
México	2000	0,028	1,000	0,465	0,149
Peru	1210	0,055	0,874	0,436	0,134
Uruguai	1000	0,083	1,000	0,533	0,154
Total	9238	0,000	1,000	0,474	0,155

Interesse em Política

	NA	Interessado	Não Interessado	Total (Sem NA)
Argentina	16	352	662	1014
Brasil	4	539	943	1482
Chile	17	253	730	983
Colômbia	2	373	1137	1510
México	4	605	1391	1996
Peru	10	321	879	1200
Uruguai	9	304	687	991
Total	62	2747	6429	9176

Interesse em Política (Imputado)

	Não Interessado	Interessado	Total
Argentina	671	359	1030
Brasil	945	541	1486
Chile	742	258	1000
Colômbia	1139	373	1512
México	1395	605	2000
Peru	888	322	1210
Uruguai	693	307	1000
Total	6473	2765	9238

Participação em Partidos

	Não Participa	Participa	NA	Total (Sem NA)
Argentina	921	108	1	1029
Brasil	1391	83	12	1474
Chile	904	96		1000
Colômbia	1357	155		1512
México	1634	366		2000
Peru	1143	59	8	1202
Uruguai	929	62	9	991
Total	8279	929	30	9208

Participação em Partidos (Imputado)

	Não Participa	Participa	Total
Argentina	922	108	1030
Brasil	1402	84	1486
Chile	904	96	1000
Colômbia	1357	155	1512
México	1634	366	2000
Peru	1150	60	1210
Uruguai	936	64	1000

Total	8305	933	9238
-------	------	-----	------

Participação em Sindicatos

	Não Participa	Participa	NA	Total (Sem NA)
Argentina	925	105		1030
Brasil	1274	196	16	1470
Chile	867	133		1000
Colômbia	1388	118	6	1506
México	1719	281		2000
Peru	1146	55	9	1201
Uruguai	919	74	7	993
Total	8238	962	38	9200

Participação em Sindicatos (Imputado)

	Não Participa	Participa	Total
Argentina	925	105	1030
Brasil	1289	197	1486
Chile	867	133	1000
Colômbia	1394	118	1512
México	1719	281	2000
Peru	1154	56	1210
Uruguai	924	76	1000
Total	8272	966	9238

Participação em Associações Profissionais

	Não Participa	Participa	NA	Total (Sem NA)
Argentina	927	102	1	1029
Brasil	1335	137	14	1472
Chile	914	86		1000
Colômbia	1292	215	5	1507
México	1662	338		2000
Peru	1110	93	7	1203
Uruguai	952	36	12	988
Total	8192	1007	39	9199

Participação em Associações Profissionais (Imputado)

	Não Participa	Participa	Total
Argentina	890	140	1030
Brasil	1261	225	1486
Chile	753	247	1000
Colômbia	1019	493	1512
México	1352	648	2000

Peru	1091	119	1210
Uruguai	908	92	1000
Total	7274	1964	9238

Comparecimento Eleitoral

	Não Participa	Participa	NA	Total (Sem NA)
Argentina	136	871	23	1007
Brasil	217	1232	37	1449
Chile	237	738	25	975
Colômbia	491	1015	6	1506
México	644	1345	11	1989
Peru	106	1058	46	1164
Uruguai	84	888	28	972
Total	1915	7147	176	9062

Comparecimento Eleitoral (Imputado)

	Não Participa	Participa	Total
Argentina	140	890	1030
Brasil	225	1261	1486
Chile	247	753	1000
Colômbia	493	1019	1512
México	648	1352	2000
Peru	119	1091	1210
Uruguai	92	908	1000
Total	1964	7274	9238

Escala de Protesto Potencial

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	904	0,000	1,000	0,315	0,261
Brasil	1305	0,000	1,000	0,351	0,255
Chile	943	0,000	1,000	0,271	0,291
Colômbia	1477	0,000	1,000	0,323	0,281
México	1922	0,000	1,000	0,246	0,222
Peru	1051	0,000	1,000	0,285	0,233
Uruguai	904	0,000	1,000	0,237	0,269
Total	8506	0,000	1,000	0,289	0,260

Escala de Protesto Potencial (Imputado)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Argentina	1030	0,000	1,000	0,316	0,264
Brasil	1486	0,000	1,000	0,341	0,258
Chile	1000	0,000	1,000	0,271	0,289
Colômbia	1512	0,000	1,000	0,323	0,280
México	2000	0,000	1,000	0,246	0,223

Peru	1210	0,000	1,000	0,278	0,237
Uruguai	1000	0,000	1,000	0,234	0,266
Total	9238	0,000	1,000	0,287	0,260

APÊNDICE B – CÓDIGO DOS MODELOS

#Script de recodificação e modelos

#Instruções Para Replicação dos Testes

#Baixe o arquivo da 6 onda do WVS em <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>

#Elimine todos os casos onde V2 != 32, 76, 152, 170, 484, 604 ou 858

#renomei o arquivo para alw6.

#Pacotes

library(memisc)

library(olsrr)

library(psych)

library(lm.beta)

library(memisc)

library(descr)

library(QuantPsyc)

library(mice)

library(VIM)

options(scipen = 1000)

#recidificação de variáveis

#Sexo

alw6a\$sexo <- as.factor(alw6a\$V240)

alw6a\$sexo <- recode(alw6a\$sexo, "Homem" <- "1", "Mulher" <- "2")

#Escolaridade

alw6a\$escolaridade <- alw6a\$V248

#Idade

alw6a\$idade <- alw6a\$V242

#renda

alw6a\$renda <- alw6a\$V239

#classe social

alw6a\$c.social <- as.factor(alw6a\$V238)

alw6a\$c.social <- recode(alw6a\$c.social, 1 <- 5, 2 <- 4, 3 <- 3, 4 <- 2, 5 <- 1)

#Ideologia

alw6a\$ideologia <- alw6a\$V95

#Confiança Interpessoal

alw6a\$conf.f <- as.factor(alw6a\$V102)

alw6a\$conf.f <- recode(alw6a\$conf.f, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)

alw6a\$conf.f <- as.numeric(alw6a\$conf.f)

alw6a\$conf.v <- as.factor(alw6a\$V103)

alw6a\$conf.v <- recode(alw6a\$conf.v, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)

alw6a\$conf.v <- as.numeric(alw6a\$conf.v)

alw6a\$conf.c <- as.factor(alw6a\$V104)

alw6a\$conf.c <- recode(alw6a\$conf.c, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)

alw6a\$conf.c <- as.numeric(alw6a\$conf.c)

alw6a\$conf.1 <- as.factor(alw6a\$V105)

```

alw6a$conf.1 <- recode(alw6a$conf.1, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1 )
alw6a$conf.1 <- as.numeric(alw6a$conf.1)
alw6a$conf.r <- as.factor(alw6a$V106)
alw6a$conf.r <- recode(alw6a$conf.r, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1 )
alw6a$conf.r <- as.numeric(alw6a$conf.r)
alw6a$conf.n <- as.factor(alw6a$V102)
alw6a$conf.n <- recode(alw6a$conf.n, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1 )
alw6a$conf.n <- as.numeric(alw6a$conf.n)
alw6a$conf.ip <- alw6a$conf.1 + alw6a$conf.c + alw6a$conf.f+ alw6a$conf.v+ alw6a$conf.r+ alw6a$conf.n
alw6a$conf.ip01 <- (alw6a$conf.ip - 6)/ 18

```

#Confiança Institucional

```

alw6a$V114 <- as.factor(alw6a$V114)
alw6a$V115 <- as.factor(alw6a$V115)
alw6a$V116 <- as.factor(alw6a$V116)
alw6a$V117 <- as.factor(alw6a$V117)
alw6a$confin.jud <- recode(alw6a$V114, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)
alw6a$confin.gov <- recode(alw6a$V115, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)
alw6a$confin.par <- recode(alw6a$V116, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)
alw6a$confin.con <- recode(alw6a$V117, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)
alw6a$confin.jud <- as.numeric(alw6a$confin.jud)
alw6a$confin.gov <- as.numeric(alw6a$confin.gov)
alw6a$confin.par <- as.numeric(alw6a$confin.par)
alw6a$confin.con <- as.numeric(alw6a$confin.con)
alw6a$conf.inx <- alw6a$confin.con + alw6a$confin.jud + alw6a$confin.gov + alw6a$confin.par
alw6a$conf.in <- (alw6a$conf.inx - 4) / 12

```

#Interesse em Política

```

alw6a$V84 <- as.factor(alw6a$V84)
alw6a$intpol.bin <- recode(alw6a$V84, 0 <- c("3", "4"), 1 <- c("1", "2"))
alw6a$intpol.bin = factor(alw6a$intpol.bin, levels = c("0", "1"),
                          ordered = TRUE, labels = c("Não Interessado", "Interessado"))

```

#Democratismo

```

alw6a$V130 <- as.factor(alw6a$V130)
alw6a$idemc.lf <- alw6a$V127
alw6a$idemc.ex <- alw6a$V128
alw6a$idemc.di <- alw6a$V129
alw6a$idemc.de <- recode(alw6a$V130, 1 <- 4, 2 <- 3, 3 <- 2, 4 <- 1)
alw6a$idemc.de <- as.numeric(alw6a$idemc.de)
alw6a$idemci.lf <- (alw6a$idemc.lf-1)/3
alw6a$idemci.ex <- (alw6a$idemc.ex-1)/3
alw6a$idemci.di <- (alw6a$idemc.di-1)/3
alw6a$idemci.de <- (alw6a$idemc.de-1)/3
alw6a$democratismo <- (alw6a$idemci.lf + alw6a$idemci.ex + alw6a$idemci.di + alw6a$idemci.de)/4

```

#Associatismo

```

alw6a$part <- as.factor(alw6a$V29)
alw6a$sind <- as.factor(alw6a$V28)
alw6a$prof <- as.factor(alw6a$V31)
alw6a$partbin <- recode(alw6a$part, 0 <- "0", 1 <- c("1", "2"))
alw6a$sindbin <- recode(alw6a$sind, 0 <- "0", 1 <- c("1", "2"))
alw6a$profbin <- recode(alw6a$prof, 0 <- "0", 1 <- c("1", "2"))

```

#Protesto Potencial

```

alw6a$V85 <- as.factor(alw6a$V85)

```

```

alw6a$V86 <- as.factor(alw6a$V86)
alw6a$V87 <- as.factor(alw6a$V87)
alw6a$V88 <- as.factor(alw6a$V88)
alw6a$pet <- recode(alw6a$V85, 1 <- 3, 2 <- 2, 3 <- 1)
alw6a$boi <- recode(alw6a$V86, 1 <- 3, 2 <- 2, 3 <- 1)
alw6a$pas <- recode(alw6a$V87, 1 <- 3, 2 <- 2, 3 <- 1)
alw6a$gre <- recode(alw6a$V88, 1 <- 3, 2 <- 2, 3 <- 1)

alw6a$pet <- as.numeric(alw6a$pet)
alw6a$boi <- as.numeric(alw6a$boi)
alw6a$pas <- as.numeric(alw6a$pas)
alw6a$gre <- as.numeric(alw6a$gre)

alw6a$pet1 <- (alw6a$pet - 1)/2
alw6a$boi1 <- (alw6a$boi - 1)/2
alw6a$pas1 <- (alw6a$pas - 1)/2
alw6a$gre1 <- (alw6a$gre - 1)/2

alw6a$protpon <- (alw6a$pet1 + alw6a$boi1 + alw6a$pas1 + alw6a$gre1) / 4

#Voto
alw6a$voto <- as.factor(alw6a$V227)
alw6a$voto.bin <- recode(alw6a$voto, 1 <- 1, 0 <- c(2, 3))

#Valores Emancipatórios
alw6a$VE <- alw6a$RESEMAVAL

#subset data
alw6 <- alw6a[c("V2", "sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
               "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin", "democratismo",
               "partbin", "sindbin", "profbin", "voto.bin", "protpon")]

#imputação de casos faltantes
alw6x <- mice(alw6, m=5, maxit=50, meth='pmm', seed=500)
alw6imp <- complete(alw6x, 1)

#subset países
#argentina
alw6ar <- alw6imp[alw6imp$V2 == "32", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin", "democratismo",
    "partbin", "sindbin", "profbin", "voto.bin", "protpon")]

#Basil
alw6br <- alw6imp[alw6imp$V2 == "76", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin", "democratismo",
    "partbin", "sindbin", "profbin", "voto.bin", "protpon")]

#Chile
alw6ch <- alw6imp[alw6imp$V2 == "152", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin", "democratismo",
    "partbin", "sindbin", "profbin", "voto.bin", "protpon")]

#Colômbia
alw6co <- alw6imp[alw6imp$V2 == "170", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin", "democratismo",
    "partbin", "sindbin", "profbin", "voto.bin", "protpon")]

```

```

#Mexico
alw6me <- alw6imp[alw6imp$V2 == "484", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin",
    "intpol.bin", "democratismo", "partbin", "sindbin", "profbin",
    "voto.bin", "protpon")]

#Peru
alw6pe <- alw6imp[alw6imp$V2 == "604", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin",
    "intpol.bin", "democratismo", "partbin", "sindbin", "profbin",
    "voto.bin", "protpon")]

#Uruguai
alw6ur <- alw6imp[alw6imp$V2 == "858", c("sexo", "idade", "escolaridade", "renda", "c.social",
    "ideologia", "conf.ip01", "conf.in", "VE", "intpol.bin",
    "intpol.bin", "democratismo", "partbin", "sindbin", "profbin",
    "voto.bin", "protpon")]

#Modelo 1 - preditores dos VE
alw6imp$c.social <- as.numeric(alw6imp$c.social)
#modelo
modelo1 <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
    , data = alw6imp)
summary(modelo1)
ols_vif_tol(modelo1)
ols_eigen_cindex(modelo1)
modelo1.beta <- lm.beta(modelo1)
summary(modelo1.beta)
plot(modelo1)

#argentina
modelo1ar <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
    , data = alw6ar)
summary(modelo1ar)
ols_vif_tol(modelo1ar)
ols_eigen_cindex(modelo1ar)
modelo1ar.beta <- lm.beta(modelo1ar)
summary(modelo1ar.beta)
plot(modelo1ar)

#Brasil
modelo1br <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
    , data = alw6br)
summary(modelo1br)
ols_vif_tol(modelo1br)
ols_eigen_cindex(modelo1br)
modelo1br.beta <- lm.beta(modelo1br)
summary(modelo1br.beta)
plot(modelo1br)

#chile
modelo1ch <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
    , data = alw6ch)
summary(modelo1ch)
ols_vif_tol(modelo1ch)

```



```
ols_eigen_cindex(modelo1ch)
modelo1ch.beta <- lm.beta(modelo1ch)
summary(modelo1ch.beta)
plot(modelo1ch)
```

```
#colombia
modelo1co <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
               , data = alw6co)
summary(modelo1co)
ols_vif_tol(modelo1co)
ols_eigen_cindex(modelo1co)
modelo1co.beta <- lm.beta(modelo1co)
summary(modelo1co.beta)
plot(modelo1co)
```

```
#Mexico
modelo1me <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
               , data = alw6me)
summary(modelo1me)
ols_vif_tol(modelo1me)
ols_eigen_cindex(modelo1me)
modelo1me.beta <- lm.beta(modelo1me)
summary(modelo1me.beta)
plot(modelo1me)
```

```
#peru
modelo1pe <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
               , data = alw6pe)
summary(modelo1pe)
ols_vif_tol(modelo1pe)
ols_eigen_cindex(modelo1pe)
modelo1pe.beta <- lm.beta(modelo1pe)
summary(modelo1pe.beta)
plot(modelo1pe)
```

```
#uruguai
modelo1ur <- lm(VE ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + conf.ip01
               , data = alw6ur)
summary(modelo1ur)
ols_vif_tol(modelo1ur)
ols_eigen_cindex(modelo1ur)
modelo1ur.beta <- lm.beta(modelo1ur)
summary(modelo1ur.beta)
plot(modelo1ur)
```

#Modelo 2

```
#Geral
modelo2 <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6imp)
summary(modelo2)
ols_vif_tol(modelo2)
ols_eigen_cindex(modelo2)
modelo2.beta <- lm.beta(modelo2)
summary(modelo2.beta)
plot(modelo2)
```

#Argentina 2

```

modelo2ar <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6ar)
summary(modelo2ar)
ols_vif_tol(modelo2ar)
ols_eigen_cindex(modelo2ar)
modelo2ar.beta <- lm.beta(modelo2ar)
summary(modelo2ar.beta)
plot(modelo2ar)

```

#Brasil 2

```

modelo2br <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6br)
summary(modelo2br)
ols_vif_tol(modelo2br)
ols_eigen_cindex(modelo2br)
modelo2br.beta <- lm.beta(modelo2br)
summary(modelo2br.beta)
plot(modelo2br)

```

#Chile 2

```

modelo2ch <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6ch)
summary(modelo2ch)
ols_vif_tol(modelo2ch)
ols_eigen_cindex(modelo2ch)
modelo2ch.beta <- lm.beta(modelo2ch)
summary(modelo2ch.beta)
plot(modelo2ch)

```

#Colômbia 2

```

modelo2co <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6co)
summary(modelo2co)
ols_vif_tol(modelo2co)
ols_eigen_cindex(modelo2co)
modelo2co.beta <- lm.beta(modelo2co)
summary(modelo2co.beta)
plot(modelo2co)

```

#México 2

```

modelo2me <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6me)
summary(modelo2me)
ols_vif_tol(modelo2me)
ols_eigen_cindex(modelo2me)
modelo2me.beta <- lm.beta(modelo2me)
summary(modelo2me.beta)
plot(modelo2me)

```

#Peru 2

```

modelo2pe <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6pe)
summary(modelo2pe)
ols_vif_tol(modelo2pe)
ols_eigen_cindex(modelo2pe)
modelo2pe.beta <- lm.beta(modelo2pe)
summary(modelo2pe.beta)
plot(modelo2pe)

```

#Uruguai 2

```

modelo2ur <- lm(conf.in ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data = alw6ur)
summary(modelo2ur)

```

```

ols_vif_tol(modelo2ur)
ols_eigen_cindex(modelo2ur)
modelo2ur.beta <- lm.beta(modelo2ur)
summary(modelo2ur.beta)
plot(modelo2ur)

```

#Modelo 03 - Intpoç

```

#todos os Países
modelo3 <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6imp,
              family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3)
exp(coefficients(modelo3))
LogRegR2(modelo3)
ClassLog(MOD = modelo3, alw6imp$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#Argentina Modelo 3

```

modelo3ar <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6ar,
                family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3ar)
exp(coefficients(modelo3ar))
LogRegR2(modelo3ar)
ClassLog(MOD = modelo3ar, alw6ar$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#Brasil Modelo 3

```

modelo3br <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6br,
                family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3br)
exp(coefficients(modelo3br))
LogRegR2(modelo3br)
ClassLog(MOD = modelo3br, alw6br$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#Chile Modelo 3

```

modelo3ch <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6ch,
                family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3ch)
exp(coefficients(modelo3ch))
LogRegR2(modelo3ch)
ClassLog(MOD = modelo3ch, alw6ch$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#Colômbia Modelo 3

```

modelo3co <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6co,
                family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3co)
exp(coefficients(modelo3co))
LogRegR2(modelo3co)
ClassLog(MOD = modelo3co, alw6co$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#México modelo 3

```

modelo3me <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6me,
                family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3me)
exp(coefficients(modelo3me))
LogRegR2(modelo3me)
ClassLog(MOD = modelo3me, alw6me$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#Peru Modelo 3

```

modelo3pe <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6pe,
  family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3pe)
exp(coefficients(modelo3pe))
LogRegR2(modelo3pe)
ClassLog(MOD = modelo3pe, alw6pe$intpol.bin, cut = 0.5)

```

```

#Uruguai Modelo 3
modelo3ur <- glm(intpol.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + VE, data = alw6ur,
  family = binomial(link = "logit"))
summary(modelo3ur)
exp(coefficients(modelo3ur))
LogRegR2(modelo3ur)
ClassLog(MOD = modelo3ur, alw6ur$intpol.bin, cut = 0.5)

```

#Modelo 4 - Democratismo

```

#modelo 4
modelo4 <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social + ideologia + VE, data =
alw6imp)
summary(modelo4)
ols_vif_tol(modelo4)
ols_eigen_cindex(modelo4)
modelo4.beta <- lm.beta(modelo4)
summary(modelo4.beta)
plot(modelo4)

```

```

#Argentina
modelo4ar <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
  ideologia + VE, data = alw6ar)
summary(modelo4ar)
ols_vif_tol(modelo4ar)
ols_eigen_cindex(modelo4ar)
modelo4ar.beta <- lm.beta(modelo4ar)
summary(modelo4ar.beta)
plot(modelo4ar)

```

```

#Brasil
modelo4br <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
  ideologia + VE, data = alw6br)
summary(modelo4br)
ols_vif_tol(modelo4br)
ols_eigen_cindex(modelo4br)
modelo4br.beta <- lm.beta(modelo4br)
summary(modelo4br.beta)
plot(modelo4br)

```

```

#Chile
modelo4ch <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
  ideologia + VE, data = alw6ch)
summary(modelo4ch)
ols_vif_tol(modelo4ch)
ols_eigen_cindex(modelo4ch)
modelo4ch.beta <- lm.beta(modelo4ch)
summary(modelo4ch.beta)
plot(modelo4ch)

```

```
#Colômbia
modelo4co <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
               ideologia + VE, data = alw6co)
summary(modelo4co)
ols_vif_tol(modelo4co)
ols_eigen_cindex(modelo4co)
modelo4co.beta <- lm.beta(modelo4co)
summary(modelo4co.beta)
plot(modelo4co)
```

```
#México
modelo4me <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
               ideologia + VE, data = alw6me)
summary(modelo4me)
ols_vif_tol(modelo4me)
ols_eigen_cindex(modelo4me)
modelo4me.beta <- lm.beta(modelo4me)
summary(modelo4me.beta)
plot(modelo4me)
```

```
#Peru
modelo4pe <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
               ideologia + VE, data = alw6pe)
summary(modelo4pe)
ols_vif_tol(modelo4pe)
ols_eigen_cindex(modelo4pe)
modelo4pe.beta <- lm.beta(modelo4pe)
summary(modelo4pe.beta)
plot(modelo4pe)
```

```
#Uruguai
modelo4ur <- lm(democratismo ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social +
               ideologia + VE, data = alw6ur)
summary(modelo4ur)
ols_vif_tol(modelo4ur)
ols_eigen_cindex(modelo4ur)
modelo4ur.beta <- lm.beta(modelo4ur)
summary(modelo4ur.beta)
plot(modelo4ur)
```

#Modelo 5 - Associatismo

#Geral - Partido

```
modelo6part <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
                  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6imp,
                  family = binomial(link = "logit"))

summary(modelo6part)
exp(coefficients(modelo6part))
LogRegR2(modelo6part)
ClassLog(MOD = modelo6part, alw6imp$partbin, cut = 0.5)
```

#Argentina - Partido

```
modelo6partar <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
```

```
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ar,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partar)
exp(coefficients(modelo6partar))
LogRegR2(modelo6partar)
ClassLog(MOD = modelo6partar, alw6ar$partbin, cut = 0.5)
```

#Brasil - Partido

```
modelo6partbr <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6br,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partbr)
exp(coefficients(modelo6partbr))
LogRegR2(modelo6partbr)
ClassLog(MOD = modelo6partbr, alw6br$partbin, cut = 0.5)
```

#Chile - Partido

```
modelo6partch <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ch,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partch)
exp(coefficients(modelo6partch))
LogRegR2(modelo6partch)
ClassLog(MOD = modelo6partch, alw6ch$partbin, cut = 0.5)
```

#Colômbia - Partido

```
modelo6partco <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6co,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partco)
exp(coefficients(modelo6partco))
LogRegR2(modelo6partco)
ClassLog(MOD = modelo6partco, alw6co$partbin, cut = 0.5)
```

#México - Partido

```
modelo6partme <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6me,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partme)
exp(coefficients(modelo6partme))
LogRegR2(modelo6partme)
ClassLog(MOD = modelo6partme, alw6me$partbin, cut = 0.5)
```

#Peru - Partido

```
modelo6partpe <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6pe,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partpe)
exp(coefficients(modelo6partpe))
LogRegR2(modelo6partpe)
```

```
ClassLog(MOD = modelo6partpe, alw6pe$partbin, cut = 0.5)
```

#Uruguai - Partido

```
modelo6partur <- glm(partbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ur,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6partur)
exp(coefficients(modelo6partur))
LogRegR2(modelo6partur)
ClassLog(MOD = modelo6partur, alw6ur$partbin, cut = 0.5)
```

#Geral - Sindicato

```
modelo6sind <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6imp,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sind)
exp(coefficients(modelo6sind))
LogRegR2(modelo6sind)
ClassLog(MOD = modelo6sind, alw6imp$sindbin, cut = 0.5)
```

#Argentina - Sindicato

```
modelo6sindar <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ar,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindar)
exp(coefficients(modelo6sindar))
LogRegR2(modelo6sindar)
ClassLog(MOD = modelo6sindar, alw6ar$sindbin, cut = 0.5)
```

#Brasil - Sindicato

```
modelo6sindbr <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6br,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindbr)
exp(coefficients(modelo6sindbr))
LogRegR2(modelo6sindbr)
ClassLog(MOD = modelo6sindbr, alw6br$sindbin, cut = 0.5)
```

#Chile - Sindicato

```
modelo6sindch <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ch,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindch)
exp(coefficients(modelo6sindch))
LogRegR2(modelo6sindch)
ClassLog(MOD = modelo6sindch, alw6ch$sindbin, cut = 0.5)
```

#Colômbia - Sindicato

```
modelo6sindco <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6co,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindco)
exp(coefficients(modelo6sindco))
LogRegR2(modelo6sindco)
ClassLog(MOD = modelo6sindco, alw6co$sindbin, cut = 0.5)
```

#México - Sindicato

```
modelo6sindme <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6me,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindme)
exp(coefficients(modelo6sindme))
LogRegR2(modelo6sindme)
ClassLog(MOD = modelo6sindme, alw6me$sindbin, cut = 0.5)
```

#Peru - Sindicato

```
modelo6sindpe <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6pe,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindpe)
exp(coefficients(modelo6sindpe))
LogRegR2(modelo6sindpe)
ClassLog(MOD = modelo6sindpe, alw6pe$sindbin, cut = 0.5)
```

#Uruguai - Sindicato

```
modelo6sindur <- glm(sindbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ur,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6sindur)
exp(coefficients(modelo6sindur))
LogRegR2(modelo6sindur)
ClassLog(MOD = modelo6sindur, alw6ur$sindbin, cut = 0.5)
```

#Geral - Ass. Prof

```
modelo6prof <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6imp,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6prof)
exp(coefficients(modelo6prof))
LogRegR2(modelo6prof)
ClassLog(MOD = modelo6prof, alw6imp$profbin, cut = 0.5)
```

#Argentina - Ass. Prof

```
modelo6profar <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ar,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profar)
exp(coefficients(modelo6profar))
LogRegR2(modelo6profar)
ClassLog(MOD = modelo6profar, alw6ar$profbin, cut = 0.5)
```



```
#Brasil - Ass. Prof
modelo6profbr <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6br,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profbr)
exp(coefficients(modelo6profbr))
LogRegR2(modelo6profbr)
ClassLog(MOD = modelo6profbr, alw6br$profbin, cut = 0.5)
```

```
#Chile - Ass. Prof
modelo6profch <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ch,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profch)
exp(coefficients(modelo6profch))
LogRegR2(modelo6profch)
ClassLog(MOD = modelo6profch, alw6ch$profbin, cut = 0.5)
```

```
#Colômbia - Ass. Prof
modelo6profco <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6co,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profco)
exp(coefficients(modelo6profco))
LogRegR2(modelo6profco)
ClassLog(MOD = modelo6profco, alw6co$profbin, cut = 0.5)
```

```
#México - Ass. Prof
modelo6profme <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6me,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profme)
exp(coefficients(modelo6profme))
LogRegR2(modelo6profme)
ClassLog(MOD = modelo6profme, alw6me$profbin, cut = 0.5)
```

```
#Peru - Ass. Prof
modelo6profpe <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6pe,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profpe)
exp(coefficients(modelo6profpe))
LogRegR2(modelo6profpe)
ClassLog(MOD = modelo6profpe, alw6pe$profbin, cut = 0.5)
```

```
#Uruguai - Ass. Prof
modelo6profur <- glm(profbin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ur,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6profur)
exp(coefficients(modelo6profur))
LogRegR2(modelo6profur)
ClassLog(MOD = modelo6profur, alw6ur$profbin, cut = 0.5)
```

#Geral - Voto

```
modelo6voto <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6imp,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6voto)
exp(coefficients(modelo6voto))
LogRegR2(modelo6voto)
ClassLog(MOD = modelo6voto, alw6imp$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Argentina - Voto

```
modelo6votoar <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ar,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votoar)
exp(coefficients(modelo6votoar))
LogRegR2(modelo6votoar)
ClassLog(MOD = modelo6votoar, alw6ar$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Brasil - Voto

```
modelo6votobr <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6br,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votobr)
exp(coefficients(modelo6votobr))
LogRegR2(modelo6votobr)
ClassLog(MOD = modelo6votobr, alw6br$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Chile - Voto

```
modelo6votoch <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ch,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votoch)
exp(coefficients(modelo6votoch))
LogRegR2(modelo6votoch)
ClassLog(MOD = modelo6votoch, alw6ch$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Colômbia - Voto

```
modelo6votoco <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
  + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6co,
  family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votoco)
exp(coefficients(modelo6votoco))
LogRegR2(modelo6votoco)
ClassLog(MOD = modelo6votoco, alw6co$voto.bin, cut = 0.5)
```

#México - Voto

```
modelo6votome <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6me,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votome)
exp(coefficients(modelo6votome))
LogRegR2(modelo6votome)
ClassLog(MOD = modelo6votome, alw6me$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Peru - Voto

```
modelo6votope <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6pe,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votope)
exp(coefficients(modelo6votope))
LogRegR2(modelo6votope)
ClassLog(MOD = modelo6votope, alw6pe$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Uruguai - Voto

```
modelo6votour <- glm(voto.bin ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + VE, data = alw6ur,
family = binomial(link = "logit"))
```

```
summary(modelo6votour)
exp(coefficients(modelo6votour))
LogRegR2(modelo6votour)
ClassLog(MOD = modelo6votour, alw6ur$voto.bin, cut = 0.5)
```

#Protesto Potencial

#modelo linear

```
modelo8 <- lm(protpon01 ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6imp)
summary(modelo8)
ols_vif_tol(modelo8)
ols_eigen_cindex(modelo8)
modelo8.beta <- lm.beta(modelo8)
summary(modelo8.beta)
plot(modelo8)
```

#modelo linear ar

```
modelo8ar <- lm(protos_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6ar)
summary(modelo8ar)
ols_vif_tol(modelo8ar)
ols_eigen_cindex(modelo8ar)
modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8ar)
summary(modelo8ar.beta)
plot(modelo8ar)
```

#modelo linear br

```
modelo8br <- lm(protos_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
+ intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6br)
summary(modelo8br)
ols_vif_tol(modelo8br)
ols_eigen_cindex(modelo8br)
```

```

modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8br)
summary(modelo8br.beta)
plot(modelo8br)

#modelo linear ch
modelo8ch <- lm(protes_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
               + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6ch)
summary(modelo8ch)
ols_vif_tol(modelo8ch)
ols_eigen_cindex(modelo8ch)
modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8ch)
summary(modelo8ch.beta)
plot(modelo8ch)

#modelo linear co
modelo8co <- lm(protes_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
               + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6co)
summary(modelo8co)
ols_vif_tol(modelo8co)
ols_eigen_cindex(modelo8co)
modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8co)
summary(modelo8co.beta)
plot(modelo8co)

#modelo linear me
modelo8me <- lm(protes_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
               + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6me)
summary(modelo8me)
ols_vif_tol(modelo8me)
ols_eigen_cindex(modelo8me)
modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8me)
summary(modelo8me.beta)
plot(modelo8me)

#modelo linear pe
modelo8pe <- lm(protes_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
               + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6pe)
summary(modelo8pe)
ols_vif_tol(modelo8pe)
ols_eigen_cindex(modelo8pe)
modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8pe)
summary(modelo8pe.beta)
plot(modelo8pe)

#modelo linear ur
modelo8ur <- lm(protes_poten ~ sexo + idade + escolaridade + renda + c.social
               + intpol.bin + ideologia + conf.ip01 + conf.in + RESEMAVAL, data = alw6ur)
summary(modelo8ur)
ols_vif_tol(modelo8ur)
ols_eigen_cindex(modelo8ur)
modelo8ar.beta <- lm.beta(modelo8ur)
summary(modelo8ur.beta)
plot(modelo8ur)

```

ANEXO I – QUESTIONÁRIO PADRÃO DO WORLD VALUES SURVEY – SEXTA ONDA

WVS 2010-2012 Wave, revised master, June 2012

1 of 21

2010 -2012 WORLD VALUES SURVEY

V1. Survey
wave number:
the constant,
6 (for Wave
six).

V2. Country
code (*write in 3-
digit code from
list below*):

8	Albania	108	Burundi	348	Hungary	508	Mozambique	760	Syria
12	Algeria	112	Belarus	352	Iceland	512	Oman	762	Tajikistan
16	American Samoa	116	Cambodia	356	India	516	Namibia	764	Thailand
20	Andorra	120	Cameroon	360	Indonesia	524	Nepal	768	Togo
24	Angola	124	Canada	364	Iran	528	Netherlands	780	Trinidad
28	Antigua and Barbuda	144	Sri Lanka	368	Iraq	554	New Zealand	784	United Arab Emirates
31	Azerbaijan	148	Chad	372	Ireland	558	Nicaragua	788	Tunisia
32	Argentina	152	Chile	376	Israel	562	Niger	792	Turkey
36	Australia	156	China	380	Italy	566	Nigeria	795	Turkmenistan
40	Austria	158	Taiwan	384	Côte d'Ivoire	578	Norway	800	Uganda
50	Bangladesh	170	Colombia	388	Jamaica	586	Pakistan	804	Ukraine
51	Armenia	180	Dem. Rep. of Congo	392	Japan	591	Panama	807	Macedonia
52	Barbados	184	Cook Islands	398	Kazakhstan	598	Papua New Guinea	818	Egypt
56	Belgium	188	Costa Rica	400	Jordan	600	Paraguay	826	Great Britain
60	Bermuda	191	Croatia	404	Kenya	604	Peru	834	Tanzania
64	Bhutan	192	Cuba	408	North Korea	608	Philippines	840	United States
68	Bolivia	196	Cyprus	410	South Korea	616	Poland	850	U.S. Virgin Islands
70	Bosnia	203	Czech Republic	414	Kuwait	620	Portugal	854	Burkina Faso
72	Botswana	208	Denmark	417	Kyrgyzstan	624	Guinea-Bissau	858	Uruguay
76	Brazil	214	Dominican Republic	418	Laos	626	Timor-Leste	860	Uzbekistan
84	Belize	218	Ecuador	422	Lebanon	630	Puerto Rico	862	Venezuela
100	Bulgaria	222	El Salvador	426	Lesotho	634	Qatar	887	Yemen
854	Burkina Faso	226	Equatorial Guinea	428	Latvia	642	Romania	891	Serbia and Montenegro
104	Myanmar	231	Ethiopia	430	Liberia	643	Russia	894	Zambia
		232	Eritrea	434	Libya	646	Rwanda	900	West Germany
		233	Estonia	438	Liechtenstein	682	Saudi Arabia	901	East Germany
		246	Finland	440	Lithuania	686	Senegal	902	Tambov
		250	France	442	Luxembourg	690	Seychelles	903	Moscow
		268	Georgia	450	Madagascar	694	Sierra Leone	904	Basque Country
		270	Gambia	454	Malawi	702	Singapore	906	Andalusia
		275	Palestine	458	Malaysia	703	Slovakia	907	Galicia
		276	Germany	466	Mali	704	Viet Nam	909	North Ireland
		288	Ghana	470	Malta	705	Slovenia	910	Valencia
		292	Gibraltar	474	Martinique	706	Somalia	911	Serbia
		300	Greece	478	Mauritania	710	South Africa	912	Montenegro
		320	Guatemala	480	Mauritius	716	Zimbabwe	913	SrpSka Republic
		324	Guinea	484	Mexico	724	Spain		
		328	Guyana	492	Monaco	736	Sudan		
		332	Haiti	496	Mongolia	740	Suriname		
		340	Honduras	498	Moldova	752	Sweden		
		344	Hong Kong	504	Morocco	756	Switzerland		

V3. Interview number (*write in 4-digit number identifying each respondent*): _____

(Introduction by interviewer):

Hello. I am from the _____ (mention name of the interview organization). We are carrying out a global study of what people value in life. This study will interview samples representing most of the world's people. Your name has been selected at random as part of a representative sample of the people in _____ (mention country in which interview is conducted). I'd like to ask your views on a number of different subjects. Your input will be treated strictly confidential but it will contribute to a better understanding of what people all over the world believe and want out of life.

(Show Card A)

For each of the following, indicate how important it is in your life. Would you say it is (read out and code one answer for each):

		Very important	Rather important	Not very important	Not at all important
V4.	Family	1	2	3	4
V5.	Friends	1	2	3	4
V6.	Leisure time	1	2	3	4
V7.	Politics	1	2	3	4
V8.	Work	1	2	3	4
V9.	Religion	1	2	3	4

NOTE: Code but do not read out-- here and throughout the interview: -1 Don't know
 -2 No answer
 -3 Not applicable

V10. Taking all things together, would you say you are (read out and code one answer):

- 1 Very happy
- 2 Rather happy
- 3 Not very happy
- 4 Not at all happy

V11. All in all, how would you describe your state of health these days? Would you say it is (read out):

- 1 Very good
- 2 Good
- 3 Fair
- 4 Poor

(Show Card B)

Here is a list of qualities that children can be encouraged to learn at home. Which, if any, do you consider to be especially important? Please choose up to five! (Code five mentions at the maximum):

		Mentioned	Not mentioned
V12.	Independence	1	2
V13.	Hard work	1	2
V14.	Feeling of responsibility	1	2
V15.	Imagination	1	2
V16.	Tolerance and respect for other people	1	2
V17.	Thrift, saving money and things	1	2
V18.	Determination, perseverance	1	2
V19.	Religious faith	1	2
V20.	Unselfishness*	1	2
V21.	Obedience	1	2
V22.	Self-expression	1	2

* In Spanish: "generosity"

	Agree	Neither	Disagree
V45. When jobs are scarce, men should have more right to a job than women.	1	2	3
V46. When jobs are scarce, employers should give priority to people of this country over immigrants.	1	2	3
V47. If a woman earns more money than her husband, it's almost certain to cause problems	1	2	3
V48. Having a job is the best way for a woman to be an independent person.	1	2	3

For each of the following statements I read out, can you tell me how strongly you agree or disagree with each. Do you strongly agree, agree, disagree, or strongly disagree? (*Read out and code one answer for each statement*):

	Strongly agree	Agree	Disagree	Strongly disagree
V49. One of my main goals in life has been to make my parents proud	1	2	3	4
V50. When a mother works for pay, the children suffer.	1	2	3	4
V51. On the whole, men make better political leaders than women do.	1	2	3	4
V52. A university education is more important for a boy than for a girl.	1	2	3	4
V53. On the whole, men make better business executives than women do.	1	2	3	4
V54. Being a housewife is just as fulfilling as working for pay	1	2	3	4

V55. Some people feel they have completely free choice and control over their lives, while other people feel that what they do has no real effect on what happens to them. Please use this scale where 1 means "no choice at all" and 10 means "a great deal of choice" to indicate how much freedom of choice and control you feel you have over the way your life turns out (*code one number*):

No choice at all	A great deal of choice
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	

(*Show Card F*)

V56. Do you think most people would try to take advantage of you if they got a chance, or would they try to be fair? Please show your response on this card, where 1 means that "people would try to take advantage of you," and 10 means that "people would try to be fair" (*code one number*):

People would try to take advantage of you	People would try to be fair
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	

(*Show Card G*)

V57. Are you currently (*read out and code one answer only*):

- 1 Married
- 2 Living together as married
- 3 Divorced
- 4 Separated
- 5 Widowed
- 6 Single

V58. Have you had any children? (*Code 0 if no, and respective number if yes*):

- 0 No children
- 1 One child
- 2 Two children
- 3 Three children
- 4 Four children
- 5 Five children
- 6 Six children
- 7 Seven children
- 8 Eight or more children

(Show Card H)

V59. How satisfied are you with the financial situation of your household? Please use this card again to help with your answer (code one number):

Completely dissatisfied										Completely satisfied
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(Show Card I)

V60. People sometimes talk about what the aims of this country should be for the next ten years. On this card are listed some of the goals which different people would give top priority. Would you please say which one of these you, yourself, consider the most important? (Code one answer only under "first choice"):

V61. And which would be the next most important? (Code one answer only under "second choice"):

	V60 First choice	V61 Second choice
A high level of economic growth	1	1
Making sure this country has strong defense forces	2	2
Seeing that people have more say about how things are done at their jobs and in their communities	3	3
Trying to make our cities and countryside more beautiful	4	4

(Show Card J)

V62. If you had to choose, which one of the things on this card would you say is most important? (Code one answer only under "first choice"):

V63. And which would be the next most important? (Code one answer only under "second choice"):

	V62 First choice	V63 Second choice
Maintaining order in the nation	1	1
Giving people more say in important government decisions	2	2
Fighting rising prices	3	3
Protecting freedom of speech	4	4

(Show Card K)

V64. Here is another list. In your opinion, which one of these is most important? (Code one answer only under "first choice"):

V65. And what would be the next most important? (Code one answer only under "second choice"):

	V64 First choice	V65 Second choice
A stable economy	1	1
Progress toward a less impersonal and more humane society	2	2
Progress toward a society in which Ideas count more than money	3	3
The fight against crime	4	4

V66. Of course, we all hope that there will not be another war, but if it were to come to that, would you be willing to fight for your country? (Code one answer):

1 Yes
2 No

I'm going to read out a list of various changes in our way of life that might take place in the near future. Please tell me for each one, if it were to happen, whether you think it would be a good thing, a bad thing, or don't you mind? (Code one answer for each):

	Good	Don't mind	Bad
V67. Less importance placed on work in our lives	1	2	3
V68. More emphasis on the development of technology	1	2	3
V69. Greater respect for authority	1	2	3

(Show Card L)

Now I will briefly describe some people. Using this card, would you please indicate for each description whether that person is very much like you, like you, somewhat like you, not like you, or not at all like you? (Code one answer for each description):

	Very much like me	Like me	Some- what like me	A little like me	Not like me	Not at all like me
V70. It is important to this person to think up new ideas and be creative; to do things one's own way.	1	2	3	4	5	6
V71. It is important to this person to be rich; to have a lot of money and expensive things.	1	2	3	4	5	6
V72. Living in secure surroundings is important to this person; to avoid anything that might be dangerous.	1	2	3	4	5	6
V73. It is important to this person to have a good time; to "spoil" oneself.	1	2	3	4	5	6
V74. It is important to this person to do something for the good of society.	1	2	3	4	5	6
V74B. It is important for this person to help the people nearby; to care for their well-being	1	2	3	4	5	6
V75. Being very successful is important to this person; to have people recognize one's achievements.	1	2	3	4	5	6
V76. Adventure and taking risks are important to this person; to have an exciting life.	1	2	3	4	5	6
V77. It is important to this person to always behave properly; to avoid doing anything people would say is wrong.	1	2	3	4	5	6
V78. Looking after the environment is important to this person; to care for nature and save life resources.	1	2	3	4	5	6
V79. Tradition is important to this person; to follow the customs handed down by one's religion or family.	1	2	3	4	5	6

V80. I'm going to read out some problems. Please indicate which of the following problems you consider the most serious one for the world as a whole?

(Interviewer: read out alternatives and mark only ONE)

People living in poverty and need	1
Discrimination against girls and women	2
Poor sanitation and infectious diseases	3
Inadequate education	4
Environmental pollution	5

V81. Here are two statements people sometimes make when discussing the environment and economic growth. Which of them comes closer to your own point of view? (Read out and code one answer):

- 1 Protecting the environment should be given priority, even if it causes slower economic growth and some loss of jobs.
- 2 Economic growth and creating jobs should be the top priority, even if the environment suffers to some extent.
- 3 Other answer (code if volunteered only!).

During the past two years have you...

V82. Given money to an ecological organization?

1. Yes
2. No

V83. Participated in a demonstration for some environmental cause?

1. Yes
2. No

V84. How interested would you say you are in politics? Are you (*read out and code one answer*):

- 1 Very interested
- 2 Somewhat interested
- 3 Not very interested
- 4 Not at all interested

(*Show Card M*)

Now I'd like you to look at this card. I'm going to read out some forms of political action that people can take, and I'd like you to tell me, for each one, whether you have done any of these things, whether you might do it or would never under any circumstances do it (*read out and code one answer for each action*):

	Have done	Might do	Would never do
V85. Signing a petition	1	2	3
V86. Joining in boycotts	1	2	3
V87. Attending peaceful demonstrations	1	2	3
V88. Joining strikes	1	2	3
V89. Any other act of protest?	1	2	3

**INTERVIEWER: ASK V90 – V94 ONLY TO THOSE WHO SAID THEY “HAVE DONE”
THE GIVEN ACTIVITY**

Tell me for each of these activities how often you have done it in the last year! (*Read out and code one answer for each action*):

	Not at all	Once	Twice	Three times	More than three times
V90. Signing a petition	1	2	3	4	5
V91. Joining in boycotts	1	2	3	4	5
V92. Attending peaceful demonstrations	1	2	3	4	5
V93. Joining strikes	1	2	3	4	5
V94. Any other act of protest?	1	2	3	4	5

(*Show Card P*)

V95. In political matters, people talk of "the left" and "the right." How would you place your views on this scale, generally speaking? (*Code one number*):

Left										Right
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(*Show Card Q*)

Now I'd like you to tell me your views on various issues. How would you place your views on this scale? 1 means you agree completely with the statement on the left; 10 means you agree completely with the statement on the right; and if your views fall somewhere in between, you can choose any number in between. (*Code one number for each issue*):

V96. Incomes should be made more equal										We need larger income differences as incentives for individual effort
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V97. Private ownership of business and industry should be increased	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Government ownership of business and industry should be increased
V98. Government should take more responsibility to ensure that everyone is provided for	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	People should take more responsibility to provide for themselves
V99. Competition is good. It stimulates people to work hard and develop new ideas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Competition is harmful. It brings out the worst in people
V100. In the long run, hard work usually brings a better life	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Hard work doesn't generally bring success—it's more a matter of luck and connections
V101. People can only get rich at the expense of others	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Wealth can grow so there's enough for everyone

I'd like to ask you how much you trust people from various groups. Could you tell me for each whether you trust people from this group completely, somewhat, not very much or not at all? (*Read out and code one answer for each*):

	Trust completely	Trust somewhat	Do not trust very much	Do not trust at all
V102. Your family	1	2	3	4
V103. Your neighborhood	1	2	3	4
V104. People you know personally	1	2	3	4
V105. People you meet for the first time	1	2	3	4
V106. People of another religion	1	2	3	4
V107. People of another nationality	1	2	3	4

I am going to name a number of organizations. For each one, could you tell me how much confidence you have in them: is it a great deal of confidence, quite a lot of confidence, not very much confidence or none at all? (*Read out and code one answer for each*):

	A great deal	Quite a lot	Not very much	None at all
V108. The churches	1	2	3	4
V109. The armed forces	1	2	3	4
V110. The press	1	2	3	4
V111. Television	1	2	3	4
V112. Labor unions	1	2	3	4
V113. The police	1	2	3	4
V114. The courts	1	2	3	4
V115. The government (in your nation's capital)	1	2	3	4
V116. Political parties	1	2	3	4
V117. Parliament	1	2	3	4
V118. The Civil service	1	2	3	4
V119. Universities	1	2	3	4

Not at all Completely

democratic											democratic
1	2	3	4	5	6	7	8	9		10	

V142. How much respect is there for individual human rights nowadays in this country? Do you feel there is (*read out and code one answer*):

- 1 A great deal of respect for individual human rights
- 2 Fairly much respect
- 3 Not much respect
- 4 No respect at all

V143. Now let's turn to another topic. How often, if at all, do you think about the meaning and purpose of life? (*Read out and code one answer!*)

- 1 Often
- 2 Sometimes
- 3 Rarely
- 4 Never

V144. Do you belong to a religion or religious denomination? If yes, which one? (Code answer due to list below. Code 0, if respondent answers to have no denomination!)

- | | |
|-------------------------------------|---|
| No: do not belong to a denomination | 0 |
| Yes: Roman Catholic | 1 |
| Protestant | 2 |
| Orthodox (Russian/Greek/etc.) | 3 |
| Jew | 4 |
| Muslim | 5 |
| Hindu | 6 |
| Buddhist | 7 |
| Other (<i>write in</i>): _____ | 8 |

(NOTE: If your own society does not fit into this coding system, please devise an alternative, following this as closely as possible; for example, in Islamic countries, ask about Sunni, Shia, etc. Send a list of the categories used here along with your data.)

(*Show Card X*)

V145. Apart from weddings and funerals, about how often do you attend religious services these days? (*Code one answer*):

- 1 More than once a week
- 2 Once a week
- 3 Once a month
- 4 Only on special holy days
- 5 Once a year
- 6 Less often
- 7 Never, practically never

(*Show Card X2*)

V146. Apart from weddings and funerals, about how often do you pray? (*Code one answer*):

- 1 Several times a day
- 2 Once a day
- 3 Several times each week
- 4 Only when attending religious services
- 5 Only on special holy days
- 6 Once a year
- 7 Less often
- 8 Never, practically never

V147. Independently of whether you attend religious services or not, would you say you are
(read out and code one answer):

- 1 A religious person
- 2 Not a religious person
- 3 An atheist

V148. Do you believe in God?

- 1 Yes
2 No

V149. Do you believe in hell?

- 1 Yes
2 No

V150. With which one of the following statements do you agree most?

The basic meaning of religion is:

- 1 To follow religious norms and ceremonies
- 2 To do good to other people

V151. And with which of the following statements do you agree most?

The basic meaning of religion is:

- 1 To make sense of life after death
- 2 To make sense of life in this world

(Show Card Y)

V152. How important is God in your life? Please use this scale to indicate. 10 means "very important" and 1 means "not at all important." (Code one number):

Not at all important										Very important
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Please tell us if you strongly agree, agree, disagree, or strongly disagree with the following statements:

		Strongly agree	Agree	Disagree	Strongly disagree	DK
V153	Whenever science and religion conflict, <i>religion</i> is always right.	1	2	3	4	-1
V154	The only acceptable religion is my religion.	1	2	3	4	-1
V155	All religions should be taught in our public schools.	1	2	3	4	-1
V156	People who belong to different religions are probably just as moral as those who belong to mine	1	2	3	4	-1

Now I'm going to ask you some questions about the position in society of people in different age groups.

(Show Card AB)

I'm interested in how you think most people in this country view the position in society of people in their 20s, people in their 40s and people over 70.* Using this card, please tell me where most people would place the social position of ...**READ OUT**

		Extremely low position in society							Extremely high position in society			(Don't know)
V157	...people in their 20's?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1
V158	...people in their 40's?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1
V159	...people over 70?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1

NOTE : IN COUNTRIES WHERE THERE ARE VERY FEW PEOPLE OVER 70, THIS QUESTION CAN BE CHANGED TO READ « Over 60. » In fieldwork report, specify which form is used.

(Show Card AC)

V160. Please tell me how acceptable or unacceptable you think most people in [country] would find it if a suitably qualified 30 year old was appointed as their boss?

Use this card where 1 means they would find it completely unacceptable and 10 means completely acceptable.

Completely unacceptable										Completely acceptable	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

(Show Card AD)

Now think about those aged over 70*. Using the same card please tell me how likely it is that most people in [country] view those over 70...**READ OUT...**

			Not at all likely to be viewed that way				Very likely to be viewed that way			(Don't know)
V161	...as friendly?	0		1	2		3	4	-1	
V162	...as competent?	0		1	2		3	4	-1	
V163	...with respect?	0		1	2		3	4	-1	

*** NOTE : IN COUNTRIES WHERE THERE ARE VERY FEW PEOPLE OVER 70, THIS QUESTION CAN BE CHANGED TO READ « Over 60. » In fieldwork report, specify which form is used.**

(Show Card AE)

V 164. Please tell me how acceptable or unacceptable you think most people in [country] would find it if a suitably qualified 70* year old was appointed as their boss?

Use this card where 1 means they would find it completely unacceptable and 10 means completely acceptable.

Completely unacceptable										Completely acceptable		DK = -1
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			

*** NOTE : IN COUNTRIES WHERE THERE ARE VERY FEW PEOPLE OVER 70, THIS QUESTION CAN BE CHANGED TO READ « Over 60. » In fieldwork report, specify which form is used.**

Now could you tell me whether you agree, agree strongly, disagree or disagree strongly with each of the following statements?

	Strongly agree	Agree	Disagree	Strongly disagree
V165. Older people are not respected much these days	1	2	3	4
V166. Older people get more than their fair share from the government	1	2	3	4
V167. Older people are a burden on society.	1	2	3	4
V168. Companies that employ young people perform better than those that employ people of different ages.	1	2	3	4
V169. Old people have too much political influence.	1	2	3	4

I see myself as someone who...	Disagree strongly	Disagree a little	Neither agree nor disagree	Agree a little	Agree Strongly	Don't know
V160A ...is reserved	1	2	3	4	5	9
V160B ...is generally trusting	1	2	3	4	5	9
V160C ...tends to be lazy	1	2	3	4	5	9
V160D ...is relaxed, handles stress well	1	2	3	4	5	9
V160E ...has few artistic interests	1	2	3	4	5	9
V160F ...is outgoing, sociable	1	2	3	4	5	9
V160G ...tends to find fault with others	1	2	3	4	5	9
V160H ...does a thorough job	1	2	3	4	5	9
V160I ...gets nervous easily	1	2	3	4	5	9
V160J ...has an active imagination	1	2	3	4	5	9

V170. Could you tell me how secure do you feel these days in your neighborhood ?

Very secure	1
Quite secure	2
Not very secure	3
Not at all secure	4
DK/NA	-1

How frequently do the following things occur in your neighborhood?

	Very frequently	Quite frequently	Not frequently	Not at all frequently	DK/NA
V171. Robberies	1	2	3	4	-1
V172. Alcohol consumption in the streets	1	2	3	4	-1
V173. Police or military interfere with people's private life	1	2	3	4	-1
V174. Racist behavior	1	2	3	4	-1
V175. Drug sale in streets	1	2	3	4	-1

Which of the following things have you done for reasons of security? (MULTIPLE RESPONSE)

	Yes	No
V176. Didn't carry much money	1	2
V177. Preferred not to go out at night	1	2
V178. Carried a knife, gun or other weapon	1	2

V179. Have you been the victim of a crime during the past year?

V180. And what about your immediate family--has someone in your family been the victim of a crime during the last year ?

	V179. Respondent	V180. Family
Yes	1	1
No	2	2
DK/NA	-1	-1

	Very much	A good deal	Not much	Not at all	DK/ NA
V181. Losing my job or not finding a job	1	2	3	4	-1
V182. Not being able to give my children a good education	1	2	3	4	-1
V183. A war involving my country	1	2	3	4	-1
V184. A terrorist attack	1	2	3	4	-1
V185. A civil war	1	2	3	4	-1
V186. Government wire-tapping or reading my mail or email	1	2	3	4	-1

In the last 12 months, how often have you or your family	Often	Sometimes	Rarely	Never	DK/NA
V188. Gone without enough food to eat	1	2	3	4	-1
V189. Felt unsafe from crime in your home	1	2	3	4	-1
V190. Gone without medicine or medical treatment that you needed	1	2	3	4	-1
V191. Gone without a cash income	1	2	3	4	-1

V 197. All things considered, would you say that the world is better off, or worse off, because of science and technology? Please tell me which comes closest to your view on this scale: 1 means that "the world is a lot worse off," and 10 means that "the world is a lot better off." (Code one number):

A lot worse off A lot better off

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

(Show Card AA)

Please tell me for each of the following actions whether you think it can always be justified, never be justified, or something in between, using this card. (Read out and code one answer for each statement):

		Never justifiable								Always justifiable		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V198.	Claiming government benefits to which you are not entitled	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V199.	Avoiding a fare on public transport	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V200.	Stealing property	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V201.	Cheating on taxes if you have a chance	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V202.	Someone accepting a bribe in the course of their duties	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V203.	Homosexuality	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V203A	Prostitution	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V204.	Abortion	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V205.	Divorce	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V206.	Sex before marriage	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V207.	Suicide	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V207A.	Euthanasia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V208	For a man to beat his wife	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V209	Parents beating children	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V210	Violence against other people	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V211. How proud are you to be [French]*? (Read out and code one answer):

- 1 Very proud
2 Quite proud
3 Not very proud
4 Not at all proud
5 I am not [French]* (*do not read out! Code only if volunteered!*)

* [Substitute your own nationality for "French"]

(Show Card AF)

People have different views about themselves and how they relate to the world. Using this card, would you tell me how strongly you agree or disagree with each of the following statements about how you see yourself? (Read out and code one answer for each statement):

	Strongly agree	Agree	Disagree	Strongly disagree
V212. I see myself as a world citizen.	1	2	3	4
V213. I see myself as part of my local community.	1	2	3	4
V214. I see myself as part of the [French]* nation.	1	2	3	4
V215. I see myself as part of the [European Union]**	1	2	3	4
V216. I see myself as an autonomous individual.	1	2	3	4

* [Substitute your country's nationality for "French"]

** [Substitute appropriate regional organization for "European Union"]

People learn what is going on in this country and the world from various sources. For each of the following sources, please indicate whether you use it to obtain information daily, weekly, monthly, less than monthly or never (*read out and code one answer for each*):

	Daily	Weekly	Monthly	Less than monthly	Never
V217. Daily newspaper	1	2	3	4	5
V218. Printed magazines	1	2	3	4	5
V219. TV news	1	2	3	4	5
V220. Radio news	1	2	3	4	5
V221. Mobile phone	1	2	3	4	5
V222. Email	1	2	3	4	5
V223. Internet	1	2	3	4	5
V224. Talk with friends or colleagues	1	2	3	4	5

V225. How often, if ever, do you use a personal computer? (*Read out and code one answer*):

- 1 Never
- 2 Occasionally
- 3 Frequently
- 4 Don't know what a computer is (*do not read out, code only if volunteered!*)

When elections take place, do you vote always, usually or never? Please tell me separately for each of the following levels (*Read out and code one answer for each item*):

	Always	Usually	Never
V226. Local level	1	2	3
V227. National level	1	2	3

(*SHOW CARD A1*)

V228. If there were a national election tomorrow, for which party on this list would you vote? Just call out the number on this card. If DON'T KNOW: Which party appeals to you most?

1. Party 1
2. Party 2
3. etc.

[use two-column code to cover all major parties in given society; use "01," "02," for first parties]

In your view, how often do the following things occur in this country's elections?

	Very often	Fairly often	Not often	Not at all often	DK/NA
V228A. Votes are counted fairly	1	2	3	4	-1
V228B. Opposition candidates are prevented from running	1	2	3	4	-1
V228C. TV news favors the governing party	1	2	3	4	-1
V228D. Voters are bribed	1	2	3	4	-1
V228E. Journalists provide fair coverage of elections	1	2	3	4	-1
V228F. Election officials are fair	1	2	3	4	-1
V228G. Rich people buy elections	1	2	3	4	-1
V228H. Voters are threatened with violence at the polls	1	2	3	4	-1
V228I. Voters are offered a genuine choice in the elections	1	2	3	4	-1

V228 J Some people think that having honest elections makes a lot of difference in their lives; other people think that it doesn't matter much.

Do you think that honest elections play an important role in deciding whether you and your family are able to make a good living? (IF NO code as 4)

IF YES: How important would you say this is—very important, fairly important, not very important or not at all important?

1. Very important
2. Rather important
3. Not very important
4. Not at all important

V 228 K Do you think that honest elections are an important factor in whether or not this country develops economically? (IF NO code as 4)

IF YES: How important would you say this is—very important, fairly important, not very important or not at all important?

1. Very important
2. Rather important
3. Not very important
4. Not at all important

V229. Are you employed now or not? If yes, about how many hours a week? If more than one job: only for the main job (*code one answer*):

- | | |
|--|---|
| Yes, has paid employment: | |
| Full time employee (30 hours a week or more) | 1 |
| Part time employee (less than 30 hours a week) | 2 |
| Self employed | 3 |
| No, no paid employment: | |
| Retired/pensioned | 4 |
| Housewife not otherwise employed | 5 |
| Student | 6 |
| Unemployed | 7 |
| Other (<i>write in</i>): _____ | 8 |

V230. Are you working for the government or public institution, for private business or industry, or for a private non-profit organization? If you do not work currently, characterize your major work in the past! Do you or did you work for (*read out and code one answer*):

- 1 Government or public institution
- 2 Private business or industry
- 3 Private non-profit organization

V231. Are the tasks you do at work mostly manual or mostly intellectual? If you do not work currently, characterize your major work in the past. Use this scale where 1 means "mostly manual tasks" and 10 means "mostly intellectual tasks" (*code one answer*):

Mostly manual tasks

Mostly intellectual tasks

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

V232. Are the tasks you perform at work mostly routine tasks or mostly creative tasks? If you do not work currently, characterize your major work in the past. Use this scale where 1 means "mostly routine tasks" and 10 means "mostly creative tasks" (*code one answer*):

Mostly routine tasks Mostly creative tasks
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

V233. How much independence do you have in performing your tasks at work? If you do not work currently, characterize your major work in the past. Use this scale to indicate your degree of independence where 1 means "no independence at all" and 10 means "complete independence" (*code one answer*):

No independence at all Complete independence
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

V234. Do you or did you supervise other people at work? (*Code one answer*):

1 Yes
2 No

V235. Are you the chief wage earner in your household? (*Code one answer*):

1 Yes
2 No

V236. Is the chief wage earner of your household employed now or not? (*Code one answer*):

1 Yes
2 No

V237. During the past year, did your family (*read out and code one answer*):

1 Save money
2 Just get by
3 Spent some savings
4 Spent savings and borrowed money

V238. People sometimes describe themselves as belonging to the working class, the middle class, or the upper or lower class. Would you describe yourself as belonging to the (*read out and code one answer*):

1 Upper class
2 Upper middle class
3 Lower middle class
4 Working class
5 Lower class

(*Show Card AE*)

V239. On this card is an income scale on which 1 indicates the lowest income group and 10 the highest income group in your country. We would like to know in what group your household is. Please, specify the appropriate number, counting all wages, salaries, pensions and other incomes that come in. (*Code one number*):

Lowest group Highest group
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

DEMOGRAPHICS

V240. (Code respondent's sex by observation):

- 1 Male
- 2 Female

V241. Can you tell me your year of birth, please? 19____ (write in last two digits)

V242. This means you are ____ years old (write in age in two digits).

Are your mother and father immigrants to this country or not? Please, indicate separately for each of them (read out and code one answer for each):

	Immigrant	Not an immigrant
V243. Mother	1	2
V244. Father	1	2

V245. Were you born in this country or are you an immigrant ?

- 1 I am born in this country.
- 2 I am an immigrant to this country.

V246. Are you a citizen of this country?

- 1 Yes, I am a citizen of this country.
- 2 Not, I am not a citizen of this country.

V247. What language do you normally speak at home? (Code one answer!)

- 1 English
- 2 Spanish
- 3 French
- 4 Chinese
- 5 Japanese

[NOTE: modify the list of languages to fit your own society. Optional if only one language is spoken.]

V248. What is the highest educational level that you have attained? [NOTE: if respondent indicates to be a student, code highest level s/he expects to complete]:

- 1 No formal education
- 2 Incomplete primary school
- 3 Complete primary school
- 4 Incomplete secondary school: technical/vocational type
- 5 Complete secondary school: technical/vocational type
- 6 Incomplete secondary: university-preparatory type
- 7 Complete secondary: university-preparatory type
- 8 Some university-level education, without degree
- 9 University-level education, with degree

V249. At what age did you (or will you) complete your full time education, either at school or at an institution of higher education? Please exclude apprenticeships [NOTE: if respondent indicates to be a student, code highest level s/he expects to complete]:

_____ (write in age in two digits)

V250. Do you live with your parents? (Code one answer):

- 1 Yes

2 No

OBSERVATIONS BY THE INTERVIEWER

V251. Respondent's Interest (*Code how interested the respondent was during the interview*):

- 1 Respondent was very interested.
- 2 Respondent was somewhat interested.
- 3 Respondent was not interested.

V252. Interview Privacy (*Code whether the interview took place in privacy or not*):

- 1 There were no other people around who could follow the interview.
- 2 There were are other people around who could follow the interview.

V253. (*Code size of town*):

- 1 Under 2,000
- 2 2,000 - 5,000
- 3 5 - 10,000
- 4 10 - 20,000
- 5 20 - 50,000
- 6 50 - 100,000
- 7 100 - 500,000
- 8 500,000 and more

V254. (*Code ethnic group by observation, modify for your own society*):

- 1 Caucasian white
- 2 Negro Black
- 3 South Asian Indian, Pakistani, etc.
- 4 East Asian Chinese, Japanese, etc.
- 5 Arabic, Central Asian
- 6 Other (*write in*):

V 255. Was the respondent literate or illiterate?

- 1 Literate
- 2 Illiterate

V256 (*Code region where the interview was conducted*):

- 1 New England
- 2 Middle Atlantic states
- 3 South Atlantic
- 4 East South Central
- 5 West South Central
- 6 East North Central
- 7 West North Central
- 8 Rocky Mountain states
- 9 Northwest
- 10 California

[NOTE: use 2-digit regional code appropriate to your own society]

V257. (*Code language in which interview was conducted*):

- 1 English
- 2 French
- 3 Spanish

[NOTE: if relevant, use codes appropriate to your own society]

V258. Weight variable (*Provide a 4-digit weight variable to correct your sample to reflect national distributions of key variables. If no weighting is necessary, simply code each case as "1." It is especially important to correct for education. For example, if your sample contains 10 percent more university-educated respondents as there are in the adult population, members of this group should be downweighted by 10 percent, giving them a weight of .90).*